caixa 13

De: 13978 a 14335

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

PROCESSO INTERNO: 265/07

Modalidade de Licitação: CONCORRÊNCIA 05/07

Objeto: Licitação para contratação , em regime de empreitada por preço global, da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamento e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Conteúdo:

E-mails – Devolução de Garantia de Propostas, Homologação, Contratos, Publicações de Extratos, publicações, Recibo de cópias de documentos

Período de\: 30.10.2007 a 05.12.2007 Pasta 37

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Jose Geraldo Drummond [drummondjose@ig.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 15:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: Abertura da CP-005/2007

Gostaria que me enviasse por e-mail a ata de abertura das Propostas.
Grato
José Geraldo drummond
12.11.07
O Motivo de tal solicitação que por motivo premente não pude comparecer a Abertura no dia de hoje.

Em 12/11/07, **CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG** <CPEL@codemig.com.br> escreveu:

Senhor José Geraldo Dummond:

Comunicamos que foi publicado no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, a Convocação da Concorrência nº 05/2007, cujo teor transmitimos na íntegra:,

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação
Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

De: Jose Geraldo Drummond [mailto:drummondjose@ig.com.br]
Enviada em: domingo, 11 de novembro de 2007 21:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Abertura da CP-005/2007

Prezada Srta Suely Izabel Correa Lima.,
Gentileza informar-me quando vai ser a abertura das propostas da CP-005/2007,data e horário,pois gostaria de estar presente e acompanhar a abertura.

Atenciosamente,
José geraldo drummond
11.11.07

CPEL 1397 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:21
Para: 'drummondjose@ig.com.br'
Assunto: Abertura da CP-005/2007
Prioridade: Alta

Senhor José Geraldo Dummond:

Comunicamos que foi publicado no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, a Convocação da Concorrência nº 05/2007, cujo teor transmitimos na íntegra:,

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação
Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

De: Jose Geraldo Drummond [mailto:drummondjose@ig.com.br]
Enviada em: domingo, 11 de novembro de 2007 21:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Abertura da CP-005/2007

Prezada Srta Suely Izabel Correa Lima.,
Gentileza informar-me quando vai ser a abertura das propostas da CP-005/2007,data e horário,pois gostaria de estar presente e acompanhar a abertura.

Atenciosamente,
José geraldo drummond
11.11.07

CPEL 13979 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:21
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)


ATT67441.txt (393 B)


Abertura da CP-005/2007

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

drummondjose@ig.com.br



V

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:21
Para: 'drummondjose@ig.com.br'
Assunto: Abertura da CP-005/2007
Prioridade: Alta

Senhor José Geraldo Dummond:

Comunicamos que foi publicado no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, a Convocação da Concorrência nº 05/2007, cujo teor transmitimos na íntegra:,

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação
Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

De: Jose Geraldo Drummond [mailto:drummondjose@ig.com.br]
Enviada em: domingo, 11 de novembro de 2007 21:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Abertura da CP-005/2007

Prezada Srta Suely Izabel Correa Lima.,
Gentileza informar-me quando vai ser a abertura das propostas da CP-005/2007,data e horário,pois gostaria de estar presente e acompanhar a abertura.

Atenciosamente,
José geraldo drummond
11.11.07

CPEL 1398 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29

Para: 'eduardo.camargo@camargocorrea.com.br'; 'mario.guedes@agnet.com.br'; 'omorais@cbmsa.com.br'; 'adf@odebrecht.com'; 'elias.costa@oas.com'; 'alvim@queirozgalvao.com'; 'inoronha@queirozgalvao.com'; 'engenharia@mendesjunior.com.br'; 'dj.silva@santabarbarasa.com.br'; 'natalia.almeida@santabarbarasa.com.br'; 'carlosb@grupovia.com.br'; 'proposta@grupovia.com.br'

Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 13982 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:10
Para: 'filialmg@oas.com'
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 13983 CODEMIG

LICITANTES DA CONCORRÊNCIA 05/07 - CENTRO ADMINISTRATIVO DE MG - CAMG

Nº	EMPRESA	CONTATO	E-MAIL	TEL	FAX
1	Construções e Com. Camargo Corrêa S. A.	Eduardo de Camargo Silva	eduardo.camargo@camargocorrea.com.br	(31) 3432-9696	(31) 3432-9696
2	Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Mário Sérgio Mafra Guedes	mario.guedes@agnet.com.br	(31) 3290-6640	(31) 3290-6659
3	Construtora Barbosa Mello S.A.	Ovania Avelar de Paula Morais	omorais@cbmsa.com.br	(31) 3490-3637	(31) 3490-3642
4	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	Angela Denise Franco	adf@odebrecht.com	(31) 3516-1601	(31) 3516-1675
5	Construtora OAS Ltda	Elias Bichara Costa	elias.costa@oas.com; filialmg@oas.com;	(31) 3226-2400	(31) 3226-2400
6	Construtora Queiroz Galvão S. A.	Antônio de Oliveira Alvim	alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com;	(31) 3269-5800	(31) 3269-5833
7	Mendes Júnior Trading e Eng. S.A.	José Marcos Cardoso Costa	engenharia@mendesjunior.com.br	(31) 2121-9508	(31) 2121-9499
8	Santa Barbara Engenharia S.A.	Djaniro Silva	dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br;	(31) 2121-7870	(31) 2121-7890
9	Via Engenharia S. ª	Carlos Eduardo Rezende Braga; Luis Ronaldo Walderley	carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br	(31) 3286-2768 (31) 9970-4868 (61) 3403-4000	(31) 3286-2833

C P E
1394
ODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

1

De: Eduardo de Camargo Silva [eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:02
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 08:02.

CPEL 13985 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)


ATT66629.txt (421 B)


Convocação ıbertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

CPEL 13980 CODEMIG

L

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Eduardo de Camargo Silva [eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:13
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento da convocação e confirmamos presença.

Atenciosamente,

Eduardo de Camargo e Silva

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Superintendência Regional de Minas Gerais

(31) 3432-9696 – (31) 9328-6298

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

-----Mensagem original-----
De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada: seg 12/11/2007 09:29
Para: Eduardo de Camargo Silva; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Cc:
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.

CPEL 13987 CODEMIG

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Esta mensagem, incluindo os seus anexos, contém informações confidenciais destinadas a indivíduo e propósito específicos, e é protegida por lei. Caso você não seja o citado indivíduo, deve apagar esta mensagem.
É terminantemente proibida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem.
As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor, não representando idéias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte do Grupo Camargo Correa.

Este mensaje, incluyendo sus anexos, contiene informaciones confidenciales destinadas al individuo y propósito específicos, y está protegido por ley. Caso no sea el usuario a quien está dirigido, debe borrar este mensaje.
Está terminantemente prohibida la utilización, el acceso, copia o divulgación no autorizada de las informaciones presentes en este mensaje.
Las informaciones contenidas en este mensaje y en sus anexos son de responsabilidad de su autor, no representando ideas, opiniones, pensamientos o cualquier forma de posicionamiento por parte del Grupo Camargo Corrêa.

The information contained in this communication is confidential, is law protected, and is intended only for business use of the addressee. If you have received this communication in error, please immediately delete it.
It's forbidden the unathorized use, access, copy or disclose of the information contained in this communication.
The content of this message is responsability of the author, and does not represent ideas, opinions, thoughts or any kind of statement of Camargo Correa Corporation.

CPEL 13988 CODEMIG

2

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Mario Sergio Mafra Guedes [mario.guedes@agnet.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:09
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Suamensagem

Para: mario.guedes@agnet.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 08:09.

CPEL 13989 CODEMIG

CODEMIG

12/11/2007

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ovania Avelar de Paula Morais [omorais@cbmsa.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:02
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: omorais@cbmsa.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 09:02.

CPEL 13992 CODEMIG

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ovania Avelar de Paula Morais [omorais@cbmsa.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:03
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Confirmamos o recebimento da convocação abaixo
Atenciosamente,

Ovânia Avelar de Paula Morais
Divisão de Licitações e Orçamentos
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
tel: 31) 3490 3637
fax: 31) 3490 3642
e.mail: omorais@cbmsa.com.br

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:29
Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; Ovania Avelar de Paula Morais; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 13993 CODEMIG

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT66581.txt (389 B) Convocação bertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

omorais@cbmsa.com.br

CPEL 1394 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

4

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 07:47
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lidas: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas



ATT66805.txt (444 B)

Esta é uma confirmação de recebimento do email que você enviou para <eduardo.camargo@camargocorrea.com.br>; <mario.guedes@agnet.com.br>; <omorais@cbmsa.com.br>; <adf@odebrecht.com>; <elias.costa@oas.com>; <alvim@queirozgalvao.com>; <inoronha@queirozgalvao.com>; <engenharia@mendesjunior.com.br>; <dj.silva@santabarbarasa.com.br>; <natalia.almeida@santabarbarasa.com.br>; <carlosb@grupovia.com.br>; <proposta@grupovia.com.br> em 12/11/2007 09:29

Esta confirmação verifica se a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 12/11/2007 08:47

CPEL 13995 CODEMIG

4

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT66597.txt (383 B) | Convocação abertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

adf@odebrecht.com

CPEL 13996 CODEMIG

5

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Elias Bichara Costa [elias.costa@oas.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:11
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: elias.costa@oas.com
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 09:11.

CPEL 1397 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG 5

De: Elias Bichara Costa [elias.costa@oas.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:16
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

À Comissão Especial de Licitação

Acusamos o recebimento da mensagem em refer~encia.

Atencisosamente

Elias Bichara Costa
Líder Operacional
Construtora OAS Ltd.
(31)3226-2400
(31)9957-3535

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; Elias Bichara Costa; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de □Minas Gerais□ do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto □ Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

CPEL 13998 CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Esta mensagem contém informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Comunicações pela Internet não podem ser garantidas quanto à pontualidade, segurança ou inexistência de erros ou vírus. O remetente por esta razão não se responsabiliza por qualquer erro, omissão ou mesmo opiniões e declarações contidas no conteúdo desta mensagem.

This E-mail confidential. It may also be legally privileged. If you are not the addressee you may not copy, forward, disclose or use any part of it. If you have received this message in error, please delete it and all copies from your system and notify the sender immediately by return E-mail. Internet communications cannot be guaranteed to be timely, secure, error or virus-free. The sender does not accept liability for any errors, omissions, opinions or declarations conteined in this E-mail.

CPEL 13999 CODEMIG

5

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:10
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT67093.txt (381 B) Convocação Abertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

filialmg@oas.com

CPEL 14000 CODEMIG

5

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT66605.txt (387 B) Convocação ıbertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

elias.costa@oas.com

CPEL 1400 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Filial MG [filialmg@oas.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:24
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lidas: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas



ATT67379.txt (444 B)

Esta é uma confirmação de recebimento do email que você enviou para <filialmg@oas.com> em 12/11/2007 09:09

Esta confirmação verifica se a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 12/11/2007 09:24

Esta mensagem contém informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Comunicações pela Internet não podem ser garantidas quanto à pontualidade, segurança ou inexistência de erros ou vírus. O remetente por esta razão não se responsabiliza por qualquer erro, omissão ou mesmo opiniões e declarações contidas no conteúdo desta mensagem.

This E-mail confidential. It may also be legally privileged. If you are not the addressee you may not copy, forward, disclose or use any part of it. If you have received this message in error, please delete it and all copies from your system and notify the sender immediately by return E-mail. Internet communications cannot be guaranteed to be timely, secure, error or virus-free. The sender does not accept liability for any errors, omissions, opinions or declarations conteined in this E-mail.



CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Filial MG [filialmg@oas.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:25
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Recebemos.

Neusa Analuce
Construtora OAS Ltd.
(31)3226-2400

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: filialmg@oas.com
Sent: Monday, November 12, 2007 9:09 AM
Subject: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de □Minas Gerais□ do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto □ Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Esta mensagem contém informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Comunicações pela Internet não podem ser garantidas quanto à pontualidade, segurança ou

CPEL 1408 CODEMIG

inexistência de erros ou vírus. O remetente por esta razão não se responsabiliza por qualquer erro, omissão ou mesmo opiniões e declarações contidas no conteúdo desta mensagem.

This E-mail confidential. It may also be legally privileged. If you are not the addressee you may not copy, forward, disclose or use any part of it. If you have received this message in error, please delete it and all copies from your system and notify the sender immediately by return E-mail. Internet communications cannot be guaranteed to be timely, secure, error or virus-free. The sender does not accept liability for any errors, omissions, opinions or declarations conteined in this E-mail.

CPE 14009 CODEMIG

12/11/2007

6

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Antonio de Oliveira Alvim [alvim@queirozgalvao.com]

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:06

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Re: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Confirmamos recebimento da referida Convocação para Abertura das Propostas de preços -Concorrência 05/2007.

Construtora Queiroz Galvão S.A.

Antonio O Alvim

O conteúdo desta mensagem e de seus anexos é de uso restrito e confidencial, sendo o seu sigilo protegido por lei. Estas informações não podem ser divulgadas sem prévia autorização escrita. Se você não é o destinatário desta mensagem, ou o responsável pela sua entrega, apague-a imediatamente e avise ao remetente, respondendo a esta mensagem. Alertamos que esta mensagem transitou por rede pública de comunicação, estando, portanto, sujeita aos riscos inerentes a essa forma de comunicação. A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. não se responsabiliza por conclusões, opiniões, ou outras informações nesta mensagem que não tenham sido emitidas por seus integrantes.

El contenido de este mensaje y el de sus anexos es de uso restringido y confidencial, siendo su contenido protegido por la ley. Estas informaciones no pueden ser divulgadas sin previa autorización escrita. Si usted no es el destinatario de este mensaje o el responsable para su entrega, bórrelo inmediatamente y avise al remitente, respondiendo a este mensaje. Alertamos que este mensaje transitó por la red pública de comunicación, estando por lo tanto, sujeta a riesgos inherentes a esta forma de comunicación. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S.A. no se responsabiliza por conclusiones, opiniones, u otras informaciones en este mensaje que no fueron emitidas por sus integrantes.

This e-mail and any attachments are confidential and may also be privileged. If you are not the named recipient, please notify the sender immediately and do not disclose the contents to any other person, use it for any purpose, store or copy the information. In the event of any technical difficulty with this email, please contact the sender. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. is not responsible for conclusion, opinions or any kind of information in this message that doesn't come from our personnel.

CPEL 14005 CODEMIG

6

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Antonio de Oliveira Alvim [alvim@queirozgalvao.com]

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:04

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Return Receipt

Your document:	Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
was received by:	alvim@queirozgalvao.com
at:	12/11/2007 09:01:28

CPEL 14006 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

6

De: Ivanir Maria Noronha [inoronha@queirozgalvao.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:16
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Acabei de ver o e-mail e estarei encaminhando a diretoria.
OBRIGADA,

Ivanir Noronha
Queiroz Galvão

O conteúdo desta mensagem e de seus anexos é de uso restrito e confidencial, sendo o seu sigilo protegido por lei. Estas informações não podem ser divulgadas sem prévia autorização escrita. Se você não é o destinatário desta mensagem, ou o responsável pela sua entrega, apague-a imediatamente e avise ao remetente, respondendo a esta mensagem. Alertamos que esta mensagem transitou por rede pública de comunicação, estando, portanto, sujeita aos riscos inerentes a essa forma de comunicação. A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. não se responsabiliza por conclusões, opiniões, ou outras informações nesta mensagem que não tenham sido emitidas por seus integrantes.

El contenido de este mensaje y el de sus anexos es de uso restringido y confidencial, siendo su contenido protegido por la ley. Estas informaciones no pueden ser divulgadas sin previa autorización escrita. Si usted no es el destinatario de este mensaje o el responsable para su entrega, bórrelo inmediatamente y avise al remitente, respondiendo a este mensaje. Alertamos que este mensaje transitó por la red pública de comunicación, estando por lo tanto, sujeta a riesgos inherentes a esta forma de comunicación. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S.A. no se responsabiliza por conclusiones, opiniones, u otras informaciones en este mensaje que no fueron emitidas por sus integrantes.

This e-mail and any attachments are confidential and may also be privileged. If you are not the named recipient, please notify the sender immediately and do not disclose the contents to any other person, use it for any purpose, store or copy the information. In the event of any technical difficulty with this email, please contact the sender. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. is not responsible for conclusion, opinions or any kind of information in this message that doesn't come from our personnel.

CPEL 14007 CODEMIG

6

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ivanir Maria Noronha [inoronha@queirozgalvao.com]

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:15

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Return Receipt

Your document:	Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
was received by:	inoronha@queirozgalvao.com
at:	12/11/2007 09:13:21



6

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: InterScan MSS Notification [postmaster@queirozgalvao.com]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 07:30
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RELAY:

Prioridade: Alta


ATT66589.txt (627 B)


Convocação ıbertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification. Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination. <alvim@queirozgalvao.com> <inoronha@queirozgalvao.com>

CPEL 1409 CODEMIG

7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Jose Marcos Cardoso Costa [jose.marcos@mendesjunior.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:54
Assunto: Read: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: jose.marcos@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 08:54.

CPEL 14010 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

7

De: Ferdinando Delgado Cyrne [ferdinando.cyrne@mendesjunior.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:35
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: ferdinando.cyrne@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 08:35.

CPEL MOM CODEMIG

7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Therese Francoise Bouchardet [therese.bouchardet@mendesjunior.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:43
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Confirmamos recebimento.

Thérèse Françoise Bouchardet
Área de Engenharia
MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.
engenharia@mendesjunior.com.br
Tel.:: (31) 2121-9508 - Fax: (31) 2121-9499

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; Engenharia; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

MENDESJÚNIOR

A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.

Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material anexo pelo destinatário da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que você avise imediata e diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.

O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o acesso a esta conta de e-mail, não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declarações e/ou seu conteúdo, exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.

This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material only by the intended receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you notify immediately and directly the sender of this event and delete this message.

The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing access to this e-mail account, not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, unless formally ratified by their legal representatives, duly authorized for such purpose.

CPEL 14012 CODEMIG

12/11/2007

7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Nelson Kneipp [nelson.kneipp@mendesjunior.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:34
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: nelson.kneipp@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 08:34.



7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: jose.marcos [jose.marcos@mendesjunior.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 07:31
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas



ATT66688.txt (323 B)

Sua mensagem foi entregue ao destinatário.
Enviado do meu BlackBerry®



CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:30
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT66655.txt (409 B) Convocação Abertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

engenharia@mendesjunior.com.br

CPEL 1401 CODEMIG

8

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz [natalia.almeida@santabarbarasa.com.br]

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 07:44

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Recebemos e acusamos recebimento da convocação.
Sds,

Natália Nogueira Almeida
Departamento de Orçamento
Santa Bárbara Engenharia e Construção
www.santabarbarasa.com.br
Tel.:(0xx31) 2121-7837
Fax.:(0xx31) 2121-7816

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:29
Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; Djaniro Silva - Desenvolvimento de Negocios; Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 14/01/08 CODEMIG

8

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT66613.txt (563 B) Convocação ...bertura Propostas ..

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

dj.silva@santabarbarasa.com.br
natalia.almeida@santabarbarasa.com.br

CPEL 14017 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

8

De: Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz [natalia.almeida@santabarbarasa.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 07:42
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: natalia.almeida@santabarbarasa.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 07:42.

CPEL 14018 CODEMIG

9

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Carlos [carlosb@grupovia.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:17
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lido: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Prioridade: Alta



ATT67658.txt (517 B)

Mensagem

Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.co...
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Enviado: 12/11/2007 09:29

lido em 12/11/2007 11:14.

CPEL 1409 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: Carlos Eduardo Rezende Braga; Proposta - Via Engenharia S/A
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:30
Assunto: Entregue: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Enviada em: 12/11/2007 08:29

foi entregue aos seguintes destinatários:

Carlos Eduardo Rezende Braga em 12/11/2007 08:36
Proposta - Via Engenharia S/A em 12/11/2007 08:36

CPEL 140220 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Christiane Mello [christianem@grupovia.com.br] em nome de Proposta - Via Engenharia S/A [proposta@grupovia.com.br]

Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 10:02

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: RES: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

CONFIRMAMOS O RECEBIMENTO.

Atenciosamente,

VIA ENGENHARIA S.A.
LUÍS RONALDO SANTOS WANDERLEY
DIRETOR DE ENGENHARIA
BRASÍLIA, 12/11/2007

-----Mensagem original-----
De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 08:29
Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; Carlos Eduardo Rezende Braga; Proposta - Via Engenharia S/A
Assunto: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes:

Comunicamos aos licitantes habilitados da Concorrência nº 05/2007, a publicação da Convocação no órgão oficial do Estado de "Minas Gerais" do dia 10 de novembro de 2007, cujo teor transmitimos na íntegra:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia **12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG** à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B - Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 1402 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Proposta - Via Engenharia S/A [proposta@grupovia.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: segunda-feira, 12 de novembro de 2007 09:50
Assunto: Lida: Convocação Abertura Propostas de Preços - Concorrência 05/2007 - 12/11/2007 08:29 horas

Sua mensagem

Para: proposta@grupovia.com.br
Assunto:

foi lida em 12/11/2007 09:50.

CPEL 1402 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Jose Geraldo Drummond [drummondjose@ig.com.br]
Enviado em: domingo, 11 de novembro de 2007 21:29
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Abertura da CP-005/2007

Prezada Srta Suely Izabel Correa Lima.,
Gentileza informar-me quando vai ser a abertura das propostas da CP-005/2007,data e horário,pois gostaria de estar presente e acompanhar a abertura.

Atenciosamente,
José geraldo drummond
11.11.07



CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO INTERNA

DATA
9/11/2007

DE	UNIDADE	PARA	UNIDADE	PROTOCOLO
SUELY IZABEL CORREA LIMA	SAJUC	DR. OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO	PRES	1160/07

ASSUNTO/REFERÊNCIA

SESSÃO PÚBLICA ABERTURA PROPOSTAS PREÇOS

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para publicaçao nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da convocação para a continuidade da sessão pública de abertura de propostas de preços da Concorrência 05/07, nos seguintes termos:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia 12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente Comissão Especial de Licitação

CPEL 1402 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das **Decisões e Razões de Indeferimento de Recurso Administrativo contra a Inabilitação em Processo Licitatórios** dos consórcios: **1.** Estacon Engenharia S.A e Blokos Engenharia Ltda; **2.** Shahin Engenharia S.A e Constran S.A – Construções e Comércio S. A e **3.** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., referente a **Concorrência 05/2007**, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2007.

Ricardo Augusto Barbosa Campos – CI MG 8729451
CPF nº 01314399608
Construtora Noberto Odebrecht S.A

CPEL/mcsb.

CPEL 14026 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: quarta-feira, 7 de novembro de 2007 09:18
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Fw: Solicitação de Cópia
Prioridade: Alta

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36
----- Original Message -----
From: Denise
To: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Sent: Wednesday, November 07, 2007 10:11 AM
Subject: Solicitação de Cópia

Prezada Senhora

Será que seria possível nos fornecer uma cópia simples das Razões de indeferimento de Recurso Administrativo contra Inabilitação em Processo Licitatório da Concorrência 05/2007 das Empresas/Consórcios a seguir relacionadas:

- Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A/Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes
- Constran Construções e Comércio S/A e Schahin Engenharia S/A
- Estacom Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda

Muito Obrigada.

At.

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36

CPEL 1402 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: quarta-feira, 7 de novembro de 2007 09:12
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Solicitação de Cópia

Prezada Senhora

Será que seria possível nos fornecer uma cópia simples das Razões de indeferimento de Recurso Administrativo contra Inabilitação em Processo Licitatório da Concorrência 05/2007 das Empresas/Consórcios a seguir relacionadas:

- Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A/Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes
- Constran Construções e Comércio S/A e Schahin Engenharia S/A
- Estacom Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda

Muito Obrigada.

At.

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36

CPEL CODEMIG 1408

7/11/2007

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Elizabeth Martins da Costa [elizabeth.costa@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 6 de novembro de 2007 15:36
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: José Antônio de Pádua
Assunto: ENC: Concorrência nº 05/2007 - Processo Interno 265/07

Atenção: Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., integrante do Consórcio Camargo Correa / Mendes Júnior / Santa Bárbara, solicita a esta Ilustre Comissão, cópia do Mandado de Segurança (peça) interposto pelo Consórcio Construcap / Convap / Ferreira Guedes, Processo 002407772705-5, bem cópia do Agravo de Instrumento interposto na 2ª Instância pela CODEMIG.

Atenciosamente,

José Antônio de Pádua
ÁREA DE ENGENHARIA
MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.
jose.padua@mendesjunior.com.br
Tel.: (31) 2121-9481 - Fax: (31) 2121-9586

MENDESJÚNIOR

A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.

Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que v diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.

O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o ac não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declaraçõe exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.

This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you noti the sender of this event and delete this message.

The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing acce not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, ur their legal representatives, duly authorized for such purpose.

CPEL 14029 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: quinta-feira, 1 de novembro de 2007 09:24
Para: 'marilene@tisseguranca.com.br'
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS
Prioridade: Alta

Marilene:

Informarmos que o processo foi suspenso "sine die".

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Email: cpel@codemig.com.br
Telefone: (31) 3213-8930
Fax: (31) 3273-1331

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Suely!
Gentileza informar-me se já temos o resultado final das construtoras.
Obrigada!
Marilene

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: marilene@tisseguranca.com.br
Sent: Wednesday, October 17, 2007 11:41 AM
Subject: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

Prezado(a) Senhor(a):

Informamos que o processo esta com vista franqueada aos interessados do dia 15/10/2007 ao dia 19/10/2007, a cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

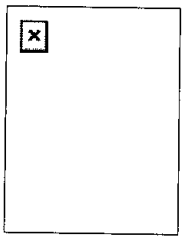
De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2007 10:32
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Srta. Suely!

Conforme nossa conversa peço a gentileza de enviar-me por email a **Publicação sobre a Habilitação das empresas** que estão aptas a concorrerem para o processo de construção do Centro Administrativo do estado de Minas Gerais.
Muito obrigada!

T I S – Tecnologia, Inteligência e Planejamento em Segurança

CPEL 14030 CODEMIG



Marilene Silva
Coordenadora de Negócios
marilene@tisseguranca.com.br www.tisseguranca.com.br

55 (31) 3223-6111 ou (31) 9216-1141

CPE 1403 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: marilene@tisseguranca.com.br
Enviado em: quinta-feira, 1 de novembro de 2007 09:26
Assunto: Entregue: NOTICE: mail delivery status.

Sua mensagem

Para: marilene@tisseguranca.com.br
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS
Enviada em: 1/11/2007 09:24

foi entregue aos seguintes destinatários:

marilene@tisseguranca.com.br em 1/11/2007 08:03

CPEL 14033 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CÓPIA

CE.PRES.97/07
Belo Horizonte, 31 de outubro de 2007.

Recebi em 31.10.07.
Roseon Lucas da Silva
Procurador-Chefe
Procuradoria de Obrigações

Ilmo. Sr.
José Bonifácio Borges de Andrada
Advogado Geral do Estado de Minas Gerais
BELO HORIZONTE/MG

Prezado Advogado Geral,

Com nossa cordial visita e tendo em vista as disposições do Decreto Estadual 44.473 de 28.02.2007 que remete a CODEMIG à Advocacia Geral do Estado para emissão de parecer orientativo, concernente aos procedimentos relativos à contratação de terceiros para a execução das atividades relativas ao Centro Administrativo, comunicamos que a Comissão Especial de Licitação da CODEMIG designada para a feitura da licitação de contratação das obras e serviços de implantação, na data de hoje, suspendeu a sessão pública de abertura das propostas de preços do certame, em razão de liminar concedida a um dos consórcios inabilitados e que determinou a abertura de sua proposta a despeito de sua inabilitação administrativa.

Anexamos, para a competente análise e manifestação, o mandado autorizativo e a decisão judicial prolatada pelo Juízo de Plantão de Habeas-Corpus e Medidas Urgentes de Belo Horizonte, bem como a documentação do processo licitatório entendida necessária à compreensão da questão.

À disposição para outros esclarecimentos.

Marcelo Arruda Nassif
Secretário Executivo do Projeto Estruturador – Centro Administrativo de Minas Gerais

Suely Izabel Correa Lima
Presidente da Comissão Especial de Licitação

CPE 14033 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Robson Lucas da Silva (9791-8760)
Robson.silva@advocaciageral.mg.gov.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS EM PROCESSO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA : 05/2007 - **PROCESSO INTERNO: 265/07**

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO**

OBJETO: Licitação para contratação, em regime de empreitada por preço global, da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS:
Data: 31.10.2007
Horário: 9 horas
Convocação publicada em 30.10.2007 no jornal MINAS GERAIS e O TEMPO

EMPRESAS HABILITADAS:

CONSÓRCIO	**Via Engenharia S/A** **Construtora Andrade Gutierrez S/A** **Construtora Barbosa Mello S/A**
CONSÓRCIO	**Construtora Norberto Odebrecht S/A** **Construtora OAS Ltda** **Construtora Queiroz Galvão S/A**
CONSÓRCIO	**Santa Bárbara Engenharia S/A** **Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A** **Construções e Comércio Camargo Correa S/A**

PROCEDIMENTOS:

EMPRESAS INABILITADAS:

CONSÓRCIO	**Estacom Engenharia S/A** **Blokos Engenharia Ltda**
CONSÓRCIO	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A** **Construtora Ferreira Guedes S/A** **Convap Engenharia e Construções Ltda**
CONSÓRCIO	**Constran Construções e Comércio S/A** **Schahin Engenharia S/A**

CPE 4034 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

PROCEDIMENTOS:

Inicialmente a Presidente da Comissão Especial de Licitação abriu a sessão pública e esclareceu a todos os presentes que foi recebida pela CODEMIG ordem judicial expedida pelo juízo do Plantão de Habeas Corpus e medidas urgentes de Belo Horizonte, prolatada a favor do Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Construtora Ferreira Guedes S/A e Convap Engenharia e Construções Ltda, em sede de Mandado de Segurança com pedido liminar, cuja cópia passa a fazer parte integrante da presente ata e que determina que se proceda, "também à abertura do envelope contendo a proposta" da impetrante.

Diante da ordem referida, que fica acatada e será cumprida, a Comissão Especial de Licitação comunica aos presentes que suspenderá, "sine die" a sessão de abertura dos envelopes, motivando sua decisão: A presente licitação foi determinada à CODEMIG por ato do Governador do Estado de Minas Gerais publicado em 04.04.07 e também pelo Decreto Estadual 44473 de 28.02.2007 que determinou em seu bojo que os procedimentos relativos à contratação de terceiros sejam previamente submetidos à Advocacia Geral do Estado, pelo que a sessão fica suspensa, para que a referida determinação legal liminar seja cumprida com a observância de todos os preceitos legais aplicáveis.

O Consórcio impetrante, representado pela procuradora judicial Sheila Justen Tristão e pela representante legal do Consórcio Susana C. Pawleta, manifestou discordância com a decisão afirmando tratar-se de descumprimento de ordem judicial.

Comunica, outrossim, que a data e hora designada para a continuidade da sessão será publicada no órgão oficial do Estado "Minas Gerais " e no jornal "O TEMPO" e comunicada a todos os participantes.

A presente ata será assinada pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes e dela faz parte a lista de presença assinada.

As 9:30 hs foi suspensa "sine die" a presente sessão.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÂO

SUELY IZABEL CORREA LIMA

ANA LÚCIA GONDIM DA COSTA

EDVALDO FLAVIO DAMASO

CPEL 14035 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

MARCELO MAGNO SOARES

ANA PAULA DURÃES RABELO

LUDMAR RODRIGUES

CONSÓRCIO Via Engenharia S/A

Construtora Andrade Gutierrez S/A

Construtora Barbosa Mello S/A

CONSÓRCIO

Construtora Norberto Odebrecht S/A

Construtora OAS Ltda.

Construtora Queiroz Galvão S/A

CPE 1403 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONSÓRCIO

Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A

Construtora Ferreira Guedes S/A

Convap Engenharia e Construções Ltda.

CONSÓRCIO

Constran Construções e Comércio S/A

Schahin Engenharia S/A

CONSÓRCIO

Santa Bárbara Engenharia S/A

Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A

Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A

CPE 14037 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

CODEMIG

LISTA DE PRESENÇA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS REALIZADA NO DIA 31.10.07 às 9 horas - CONCORRÊNCIA 05/2007

Objeto: Contratação para execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Nº	Empresa / Instituição	Nome representante	Assinatura
1	ANDRADE GUTIERREZ	MARIO SERGIO MATOS Valdes	
2	ANDRADE GUTIERREZ	BRUNO VILLANI LONGO	
3	CONSTRUCAP CEPS ENGECOM S.A	SUSANA C. PAWLETTA	
4	CONSTRUCAP CEPS ENG. E COM S/A	SHEILA JUSTEN TRISTÃO	
5	CONVAP ENG.A E CONSTR. SA	MARCUS DE CASTILHO SOUZA	
6	LNCFC LTDA.	FLAVIA M. CAMPOS	
7	.	Flávio Fábio	
8	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Angela Denise Franco	
9	Construtora Norberto Odebrecht S/A	José Eduardo Amorim de Almeida	
10	UNIBANCO AIG SEGUROS	PAULO ELIZIO DE FARIA JR.	
11	Construtora Queiroz Galvão S.A	Antonio de Oliveira Alves	
12	CONSTRUTORA OAS LTDA	RICARDO JOSÉ DE LIRA ESTEVES	
13	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	SÉRGIO LUIZ HENES	
14	CAMARGO CORRÊA S.A.	EDUARDO DE CAMARGO E SILVA	
15	MENDES JUNIOR TRADING E ENG.= S/A	JOSE ANTONIO DE PÁDUA	
16	VIA ENGENHARIA S/A	CARLOS EDUARDO REZENDE BRAGA	
17	Tec Mamizi - Odomiz	Tec Luiz Mamizi de Oliveira	
18	CODEMIG	Estevão Pimenta	
19	CODEMIG	Helena Lopes Garcia	
20	CODEMIG	Marcelo Eduardo de Araújo	
21	CODEMIG	Eduardo Davison	
22	CODEMIG	Clemente Simões	

CPE 1403 CODEMIG

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

CODEMIG

LISTA DE PRESENÇA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS REALIZADA NO DIA 31.10.07 às 9 horas - CONCORRÊNCIA 05/2007

Objeto: Contratação para execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Nº	Empresa / Instituição	Nome representante	Assinatura
23	CODEMIG	Marco Sergio de Araujo Teixeira	
24	Codemig	Paulo Marcio Oliveira Dorigo	
25	Const. Barbosa Mello S/A	Edmundo de V. Santana Filho	
26	Codemig	Maria de Lourdes Jesus Batista	
27	Rede Minas - SECOM	JOSE CARLOS PALVA	
28	CODEMIG	ROBERTO AUGUSTO	
29	CODEMIG	MARCIO DIORIO PAIXÃO	
30	Codemig	Ana Paula Duarte Rabello	
31	CODEMIG	FLAVIO GUIMARÃES CACZANS	OAB-MG 30.935
32	CODEMIG	LUDMAR RODRIGUES	
33	CODEMIG	EDVALDO FLÁVIO DAMASO	
34	SANTA BÁRBARA ENG. S/A.	DJANIRO SILVA	
35	MENDES JUNIOR	FERNANDO HENRIQUE GUIMARÃES	
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			

C P E
CODEMIG
114039

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

LICITANTES DA CONCORRÊNCIA 05/07 - CENTRO ADMINISTRATIVO DE MG - CAMG

CODEMIG

EMPRESA	REPRESENTANTE	ASSINATURA
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	MÁRIO SÉRGIO MAFRA GUEDES	
Construtora Barbosa Mello S.A.	EDMUNDO DE V. LANNA FILHO	
Via Engenharia S.A.	CARLOS EDUARDO REZENDE BRAGA	
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	SÉRGIO LUIZ NEVES	
Construtora OAS Ltda	RICARDO JOSÉ DE LIRA ESTEVES	
Construtora Queiroz Galvão S. A.	Antonio de Oliveira Alves	
Blokos Engenharia Ltda		
Estacom Engenharia S.A.		
Construcap -CCPS Engenharia e Com. S.A.	SUSANA C. PAVIOTTA	
Construtora Ferreira Guedes S.A.		
Convap Engenharia e Construções Ltda	MARCUS DE CASTILHO SOUZA	
Constran S.A. Construções e Comércio S.A		
Schahin Engenharia S.A.		
Construções e Com. Camargo Corrêa S. A.	EDUARDO DE CAMARGO E SILVA	
Mendes Júnior Trading e Eng. S.A.	FERNANDO HENRIQUE LINHARES	
Santa Barbara Engenharia S.A.	DJANIRO SILVA	

CPEL - CODEMIG 14/04/07

SAJUC/CPEL

SECRETARIA DO PLANTÃO DE *HABEAS CORPUS* e MEDIDAS URGENTES DE BELO HORIZONTE/MG
Av. Augusto de Lima, nº 1549, 1º andar - P-111 - Fórum Lafayette - Tel: 3330-2392

MANDADO AUTORIZATIVO

PEDIDO: MANDADO DE SEGURANÇA C/ PEDIDO LIMINAR
IMPETRANTE : CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A e outros
IMPETRADO: SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA CIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MG - CODEMIG

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Gutemberg da Mota e Silva, Juiz de Direito, respondendo pelo Plantão de *Habeas Corpus* e Medidas Urgentes, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc... M A N D A ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador, que em cumprimento ao presente, **PROCEDA à INTIMAÇÃO do Sr. Diretor- Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG**, com endereço à Rua Aymorés, nº 1697, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte-MG, ou a quem legalmente habilitado, de que por este Juízo foi **concedida liminar a requerente, CONSTRUCAP-CCPS-ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A,** com sede na Rua Bela Cintra, nº 24, 1º andar , CNPJ/MF n. 61.584.223/0001-38, **CONVAP ENGENHARIA S/A**, com sede em Vespasiano/MG, na Rodovia MG-10, Km 24,3, CNPJ/MF n. 17.250.986/001-50 e **CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A**, com sede em São Paulo, na Rua Caçapava, 1º andar, conj. 11, CNPJ/MF n. 61.099.826/001-44, todas integrantes do **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A CONVAP ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A para que proceda também a abertura das propostas das concorrentes, na sessão da concorrência pública prevista para o dia 31/10/06,às 09:00horas. DESPACHO JUDICIAL:** ***Pelo exposto, configurado, neste primeiro momento, direito líquido e certo das impetrantes, defiro a liminar, determinando ao DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG que, sessão da Concorrência Pública objeto do Edital 05/2007, marcada para o dia 31 de outubro de 2007, às 09:00horas, proceda também à abertura do envelope contendo a proposta das concorrentes CONSTRUCAP-CCPS- ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A, integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A. Expeça-se o mandado de citação e intimação com urgência, ficando o Sr. Escrivão autorizado a firmá-lo, em nome deste Juiz..Distribuído o mandado de segurança para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, na Comarca de Belo Horizonte, solicitem-se informações à autoridade coatora, a serem prestadas em 10 dias, dando-se vista, depois ao representante do Ministério Público. Intimem-se. (A) Dr. Gutemberg da Mota e Silva - Juiz de Direito - Plantão***
Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

CPEJ 1409 CODEMIG

Jaime Felisbino de Castro Filho
Escrivão Judicial por Ordem do MM. Juiz

SECRETARIA DO PLANTÃO DE "HABEAS CORPUS" E MEDIDAS URGENTES DE BELO HORIZONTE-MG
(Av. Augusto de Lima, nº 1549 - 2º andar - sala Gp-211, fone/fax: 3330-2392

Recebi o original
Em 31/10/07
Flávio Fábio Letro Ribeiro
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR Nº
PJPI - 6080-6

De ordem,

À Comissão Especial de dicita
ção, (Drª Suely)

Para providências.

Em 31.10.07.

Comarca de Belo Horizonte

Plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes

Processo nº – MANDADO DE SEGURANÇA

Impetrantes: CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
CONVAP ENGENHARIA S.A.
CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.
(integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.)

Impetrado: DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

DECISÃO

1. CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., impetraram este mandado de segurança contra o ato do DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG que as inabilitou para participarem da Concorrência Público nº 05/2007, destinada à contratação de empresa para a execução das obras e serviços de engenharia para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, divididas em três lotes.

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPEL 14042 CODEMIG

2. Alegaram que a inabilitação se deu porque supostamente o consórcio por elas formado não atendeu a determinadas exigências de qualificação técnica profissional e operacional, sendo na ocasião inabilitados outros dois licitantes, de modo que restaram no certame apenas três licitantes, para a disputa dos lotes n° 1, 2 e 3 das obras do Centro Administrativo. Acrescentaram que atendem plenamente a todos os itens reputados como não cumpridos, conforme podem comprovar pelos atestados de qualificação técnica apresentados, vários deles ignorados pela administração, tendo o ato frustrado por completo a finalidade da licitação e, em especial, a natureza e o propósito da fase de habilitação, pois criou exigências inexistentes no edital.

3. Informaram que, contra a decisão, interpuseram recurso administrativo, na forma da lei, e, na data de hoje, 30-10-2007, o impetrado negou provimento ao recurso e, concomitantemente, a Administração Pública designou para amanhã, 31-10-2007, às 09:00 horas, a sessão destinada à abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, notando-se que o interregno de menos 24 horas ente a decisão e a abertura das propostas visa precisamente a dificultar o controle de sua decisão pelo Poder Judiciário.

4. Assinalando que sua proposta é competitiva e há vantagem e interesse público em que seja conhecida e processada, mas, pela decisão, não será aberta e cotejada com as demais pela Administração Pública, pelo que correm o risco de ser indevidamente alijadas em definitivo da concorrência, embora a inabilitação tenha se devido a interpretação equivocada e restritiva dos documentos apresentados na fase de habilitação. Sustentaram que há também a possibilidade de a

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPE 14043 CODEMIG

Administração Pública inutilizar o envelope contendo a proposta financeira do consócio antes mesmo do encerramento do certame, daí a necessidade de concessão da liminar para que sejam determinados a abertura e o processamento da sua proposta. Em seguida, arrolaram uma série de argumentos para mostrar o desacerto da decisão impetrada. Juntaram documentos.

DECIDO

5. Destaco, inicialmente, que o PLANTÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS MEDIDAS URGENTES, como explicita seu próprio nome, se destina ao atendimento de medidas urgentes, que não possam aguardar o funcionamento do Poder Judiciário no horário normal de expediente. E o caso deste mandado de segurança, pois o ato atacado foi praticado no dia de hoje e a abertura das propostas dos licitantes remanescentes já está marcada para amanhã, 31-10-2007, às 09:00 horas, não se podendo aguardar, assim, o pronunciamento do juízo especializado para o qual o feito venha a ser distribuído. Estabelecida a competência do PLANTÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS MEDIDAS URGENTES, passemos a apreciar o pedido de liminar.

6. HELY LOPES MEIRELLES ensina que " o *mandado de segurança* é o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, *para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerçam.* (CF, art. 5°, LXIX e LXX; Lei n. 1,533/51, art. 1°)"

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPEJ 14044 CODEMGE

[MANDADO DE SEGURANÇA. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. "Habeas Data". Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O Controle Incidental de Normas no Direito Brasileiro. A representação Interventiva. A reclamação Constitucional no STF, 29ª. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 22 e 23).

7. Adiante, explicita: "*Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais*" (ob. cit., p. 37).

8. Em seguida, afirma: "*Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança (...) Por se exigir situações e fatos comprovados de plano é que não há instrução probatória no mandado de segurança. Há, apenas, uma dilação para informações do impetrado sobre as alegações e provas oferecidas pelo impetrante, com subseqüente manifestação do Ministério*

Guiomberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Três Corações

CPE 1405 CODEMIG

Público sobre a pretensão do postulante. Fixada a lide nestes termos, advirá a sentença considerando unicamente o direito e os fatos comprovados com a inicial e as informações" (ob. cit., p. 37).

9. Além da fundamentação legal, os impetrantes juntaram centenas de documentos que fariam prova de sua habilitação. É evidente que *ao Juiz não cabe substituir ao administrador*, conforme lição, citada de memória, de SEABRA FAGUNDES, no clássico O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, mas é evidente que, não tendo as impetrantes a sua proposta aberta na ocasião própria, na sessão de amanhã, não teria praticamente nenhum efeito eventual concessão do mandado de segurança, quando do julgamento do mérito, pois o processo licitatório já estaria adiantado e provavelmente sequer seria preservada a proposta. Devolvido o envelope com a proposta, a revisão do ato administrativo seria praticamente irreversível.

10. Pelo exposto, configurado, neste primeiro momento, direito líquido e certo das impetrantes, **defiro a liminar,** determinando ao DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG que, na sessão da Concorrência Pública objeto do **Edital 05/2007**, marcada para o dia 31 de outubro de 2007, às 09:00 horas, proceda também à abertura do envelope contendo a proposta das concorrentes CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A. *Expeça-se o mandado de citação e intimação com urgência*, ficando o Sr. Escrivão autorizado a firmá-

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPE 4046 CODEMIG

lo, em nome deste Juiz.

11. Distribuído o mandado de segurança para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, na Comarca de Belo Horizonte, solicitem-se **informações** à autoridade coatora, a serem prestadas em 10 dias, dando-se vista, depois, ao representante do Ministério Público. Intimem-se.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007 (22:05hs.)

GUTEMBERG DA MOTA E SILVA
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte
Plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes

CPEL 1404 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 10:55
Para: Suely Izabel Correa Lima
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Suely!
Gentileza informar-me se já temos o resultado final das construtoras.
Obrigada!
Marilene

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: marilene@tisseguranca.com.br
Sent: Wednesday, October 17, 2007 11:41 AM
Subject: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

Prezado(a) Senhor(a):

Informamos que o processo esta com vista franqueada aos interessados do dia 15/10/2007 ao dia 19/10/2007, a cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2007 10:32
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Srta. Suely!

Conforme nossa conversa peço a gentileza de enviar-me por email a **Publicação sobre a Habilitação das empresas** que estão aptas a concorrerem para o processo de construção do Centro Administrativo do estado de Minas Gerais.
Muito obrigada!

T I S – Tecnologia, Inteligência e Planejamento em Segurança
Marilene Silva
Coordenadora de Negócios
marilene@tisseguranca.com.br www.tisseguranca.com.br
55 (31) 3223-6111 ou (31) 9216-1141

CPEL 14047 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das **Impugnações** dos Consórcios: **1.** Construtora Noberto Odebrecht S.A., Construtora OAS Ltda e Construtora Queiroz Galvão S.A e **2.** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A , Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., **3.** Construtora Andrade Gutierrez S.A, Via Engenharia e Construtora Barbosa Mello S.A. **Decisões e Razões de Indeferimento de Recurso Administrativo contra a Inabilitação em Processo Licitatórios** dos consórcios: **1.** Estacon Engenharia S.A e Blokos Engenharia Ltda; **2.** Shahin Engenharia S.A e Constran S.A – Construções e Comércio e **3.** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., referente a **Concorrência 05/2007**, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2007.

Eduardo de Camargo e Silva – CI M 222.260 SSPMG
CPF nº 129.326.986-72
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A

CPEL/mcsb.

CPEL 14049 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 15:01
Para: 'eduardo.camargo@camargocorrea.com.br'
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Prezados Senhores:

A cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

Atenciosamente

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Email: cpel@codemig.com.br
Fone: (31) 3213-8930
Fax: (31) 3273-1331

De: Eduardo de Camargo Silva [mailto:eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 12:00
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: luis.nadavaska@camargocorrea.com.br; Sidnei dos Santos Cosme; Emílio Eugênio Auler Neto; Joao Ricardo Auler
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento de seu e-mail contendo o resultado do julgamento dos recursos administrativos contra inabilitação, bem como a convocação para a sessão pública de abertura das propostas de preços.
Aproveitamos para solicitar cópia da Ata da CPEL, relativa ao presente resultado.
SDS

Eduardo de Camargo e Silva

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Superintendência Regional de Minas Gerais

(31) 3432-9696 – (31) 9328-6298

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

-----Mensagem original-----
De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada: ter 30/10/2007 10:00
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br;



dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; Eduardo de Camargo Silva; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Cc:
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA



Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Ésta mensagem, incluindo os seus anexos, contém informações confidenciais destinadas a indivíduo e propósito específicos, e é protegida por lei. Caso você não seja o citado indivíduo, deve apagar esta mensagem.
É terminantemente proibida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem.
As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor, não representando idéias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte do Grupo Camargo Correa.

Este mensaje, incluyendo sus anexos, contiene informaciones confidenciales destinadas al individuo y propósito específicos, y está protegido por ley. Caso no sea el usuario a quien está dirigido, debe borrar este mensaje.
Está terminantemente prohibida la utilización, el acceso, copia o divulgación no autorizada de las informaciones presentes en este mensaje.
Las informaciones contenidas en este mensaje y en sus anexos son de responsabilidad de su autor, no representando ideas, opiniones, pensamientos o cualquier forma de posicionamiento por parte del Grupo Camargo Corrêa.

The information contained in this communication is confidential, is law protected, and is intended only for business use of the addressee. If you have received this communication in error, please immediately delete it.
It's forbidden the unathorized use, access, copy or disclose of the information contained in this communication.
The content of this message is responsability of the author, and does not represent ideas, opinions, thoughts or any kind of statement of Camargo Correa Corporation.



CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Marilene [marilene@tisseguranca.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Suely!
Gentileza informar-me se já temos o resultado final das construtoras.
Obrigada!
Marilene

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: marilene@tisseguranca.com.br
Sent: Wednesday, October 17, 2007 11:41 AM
Subject: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

Prezado(a) Senhor(a):

Informamos que o processo esta com vista franqueada aos interessados do dia 15/10/2007 ao dia 19/10/2007, a cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2007 10:32
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Srta. Suely!

Conforme nossa conversa peço a gentileza de enviar-me por email a **Publicação sobre a Habilitação das empresas** que estão aptas a concorrerem para o processo de construção do Centro Administrativo do estado de Minas Gerais.
Muito obrigada!

T I S – Tecnologia, Inteligência e Planejamento em Segurança
Marilene Silva
Coordenadora de Negócios
marilene@tisseguranca.com.br www.tisseguranca.com.br
55 (31) 3223-6111 ou (31) 9216-1141

CPEL 14053 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 12:27
Para: 'Aasilva@construcap.com.br'
Assunto: ENC: Solicitação de cópias
Prioridade: Alta

Prezados Senhores:

A cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da CODEMIG e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

Atenciosamente,

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Email: cpel@codemig.com.br
Telefone: (31) 3213-8930
Fax: (31) 3273-1331

De: Andre Antunes Da Silva [mailto:Aasilva@construcap.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 08:27
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Solicitação de cópias

Ilmo. Sr. ******

DD. Presidente da Comissão de Licitações da CODEMIG

Concorrência Pública nº 05/2007

CONSTRUCAP – CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S. A.,

empresa líder do CONSÓRCIO CONSTRUCAP – CONVAP – FERREIRA GUEDES, comparece respeitosamente perante V. Senhoria para requerer lhe sejam fornecidas, com a maior brevidade, **cópias a)** da decisão que rejeitou o recurso apresentado contra sua inabilitação, bem como **b)** da fundamentação técnica e **c)** pareceres em que se baseou a referida decisão.

Pede Deferimento.

São Paulo, 30 de outubro de 2007.

Construcap – CCPS – Engenharia e Comércio S. A.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

CPE 14059 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Andre Antunes Da Silva [Aasilva@construcap.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 08:27
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Solicitação de cópias

Ilmo. Sr. ******
DD. Presidente da Comissão de Licitações da CODEMIG

Concorrência Pública nº 05/2007

CONSTRUCAP – CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S. A., empresa líder do CONSÓRCIO CONSTRUCAP – CONVAP – FERREIRA GUEDES, comparece respeitosamente perante V. Senhoria para requerer lhe sejam fornecidas, com a maior brevidade, **cópias** **a)** da decisão que rejeitou o recurso apresentado contra sua inabilitação, bem como **b)** da fundamentação técnica e **c)** pareceres em que se baseou a referida decisão.

Pede Deferimento.

São Paulo, 30 de outubro de 2007.

Construcap – CCPS – Engenharia e Comércio S. A.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

Mensagem potencialmente qualificada como documento privado de propriedade do Grupo Construcap.

Atendido aos cuidados 31/10/07

CPEL 14055 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das **Decisões** e **Razões de Indeferimento de Recurso Administrativo contra a Inabilitação em Processo Licitatórios** dos consórcios: **1.** Estacon Engenharia S.A e Blokos Engenharia Ltda; **2.** Shahin Engenharia S.A e Constran S.A – Construções e Comércio e **3.** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., referente a **Concorrência 05/2007**, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

José Antônio Gomes
José Antônio Gomes - CI M-4.200.930
CPF nº 627243046-91

CPEL/mcsb.

CPE 14056 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Schahin

Mensagem via Fax

Empresa destinatária/To company	Fax número/Fax number
Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais - CODEMIG	(31) 3273-1331

Aos cuidados de/Attention to Mr(s)

Comissão Especial de Licitação

Empresa remetente/From company	Fax número/Fax number
Schahin Engenharia S.A.	(11) 5576-8230

Remetente/From Mr(s)

Waldemir Gonçalves

Urgente/Urgent	Data/Date	Número de páginas (inclusive esta) Nr. of pages (including this one)
[X] Sim/Yes [ ] Não/No	31/10/2007	02

Caso não tenha recebido todas as páginas indicadas, e em condições de leitura, favor ligar para: If you don't receive all pages please call us:	Fone número/Phone
	(11) 5576-8207

O conteúdo deste documento é confidencial. Se você não é o destinatário desta mensagem, favor avisar-nos imediatamente. Por favor não copie e nem divulgue este documento.

The contents of this document are confidential. If you are not an intended named above, please advise us immediately that you have received it in error. You should not copy the document or use it for any purpose, nor should you disclose its contents to anyone.

Assunto/Subject

30/10/07

CPE 14057 CODEMIG

Schahin

CONSTRAN

CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN

À
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

Ref.: Concorrência nº 05/2007
Processo Interno nº 265/07

Prezados Senhores,

O Consórcio SCHAHIN-CONSTRAN, localizado à Rua Vergueiro, nº 2.009, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-905, neste ato, representada pelo Sr. **Antonio Armando Alves Ferreira Filho**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº 073865072-0 expedida pelo MEx./PE e CREA/PE nº 13.000/D, ***INDICA,*** como representante qualificado a retirar o **DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS** da concorrência em epígrafe, o Sr. **José Antonio Gomes**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº M4200930 expedida pela SSP/MG e CPF nº 627.243.046-91.

São Paulo, 31 de outubro de 2.007.

CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN
Antonio Armando Alves Ferreira Filho
Representante Legal do Consórcio

CPE 1405 CODEMIG

Schahin

CONSTRAN

CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN

À
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

Ref.: Concorrência nº 05/2007
Processo Interno nº 265/07

Prezados Senhores,

O Consórcio SCHAHIN-CONSTRAN, localizado à Rua Vergueiro, nº 2.009, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-905, neste ato, representada pelo Sr. **Antonio Armando Alves Ferreira Filho**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº 073865072-0 expedida pelo MEx./PE e CREA/PE nº 13.000/D, ***INDICA,*** como representante qualificado à retirar o **DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS** da concorrência em epígrafe, o Sr. **José Antonio Gomes**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº M4200930 expedida pela SSP/MG e CPF nº 627.243.046-91.

São Paulo, 31 de outubro de 2.007.

CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN
Antonio Armando Alves Ferreira Filho
Representante Legal do Consórcio

CPE 14059 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: smizukawa@schahin.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 11:53
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: WGoncalves@schahin.com.br
Assunto: Concorrência 05/2007 - Despacho de Julgamento de Recursos Administrativos

À
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

Ref.: Concorrência nº 05/2007
Processo Interno nº 265/07

Prezados Senhores,

O Consórcio SCHAHIN-CONSTRAN, localizado à Rua Vergueiro, nº 2.009, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-905, neste ato, representada pelo Sr. **Antonio Armando Alves Ferreira Filho**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº 073865072-0 expedida pelo MEx./PE e CREA/PE nº 13.000/D, ***INDICA,*** como representante qualificado a retirar o **DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS** da concorrência em epígrafe, o Sr. **José Antonio Gomes**, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº M4200930 expedida pela SSP/MG e CPF nº 627.243.046-91.

Shirley Ribeiro Mizukawa
Obras Públicas II
Tel.: (11) 5576-8154
Fax: (11) 5576-8235
http://www.schahin.com.br

CPEL 14060 CODEMIG

30/10/2007

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das **Impugnações** dos Consórcios: **1.** Construtora Noberto Odebrecht S.A. , Construtora OAS Ltda e Construtora Queiroz Galvão S.A e **2.** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A , Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., **Decisões e Razões de Indeferimento de Recurso Administrativo contra a Inabilitação em Processo Licitatórios** dos consórcios: **1.** Estacon Engenharia S.A e Blokos Engenharia Ltda; **2.** Shahin Engenharia S.A e Constran S.A – Construções e Comércio e **3**. Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., referente a **Concorrência 05/2007**, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Mário Sérgio Mafra Guedes – CI M 977.161 SSPMG
CPF nº 229.270.936-87
Consórcio: Andrade Gutierrez - Barbosa Mello – Via Engenharia

CPEL/mcsb.

CPEL 1406 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das Impugnações dos consórcios: 1. Andrade Gutierrez S.A, Via Engenharia S.A e Construtora Barbosa Mello S.A e 2. Construtora Noberto Odebrecht S.A., Construtora OAS Ltda e Construtora Queiroz Galvão S.A ., referente a Concorrência 05/2007, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Marcurs de Castilho Souza – CREA 8078/D
CPF nº 044879316-49

CPEL/mcsb.

CPEL 14062 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CONSÓRCIO CONSTRUCAP - CONVAP - FERREIRA GUEDES

A
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIO DE MINAS GERAIS - CODEMIG
AT.: SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
BELO HORIZONTE - MG

REF.: CONCORRÊNCIA N° 05/2007
PROCESSO INTERNO N° 265/07

CREDENCIAMENTO

O CONSÓRCIO CONSTRUCAP - CONVAP - FERREIRA GUEDES, constituído pelas empresas CONSTRUCAP-CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.584.223/0001-38, CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.250.986/0001-50 e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.099.826/0001-44, estabelecido em São Paulo, Capital, na Rua Bela Cintra, nº 24- 1º andar, designa como seu representante o senhor Marcus de Castilho Souza, portador da cédula de identidade CREA/MG nº 8078/D, para representá-lo, perante essa Companhia, com poderes para fazer vistas ao processo da licitação e retirar cópias de recursos e impugnações aos recursos interpostos.

São Paulo, 25 de outubro de 2.007.

Susana Cabarcos Pawletta
RG N° 6.816.967-X
Representante do Consórcio

CPEL 1406 CODEMIG

Rua Bela Cintra, nº 24- 1º andar - Consolação - São Paulo - SP - CEP 01415-000
Telefone (11) 3017-8000 - Fax 11- 3107-2216

CONSÓRCIO CONSTRUCAP - CONVAP - FERREIRA GUEDES

A
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIO DE MINAS GERAIS - CODEMIG
AT.: SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
BELO HORIZONTE - MG

REF.: CONCORRÊNCIA N° 05/2007
PROCESSO INTERNO N° 265/07

CREDENCIAMENTO

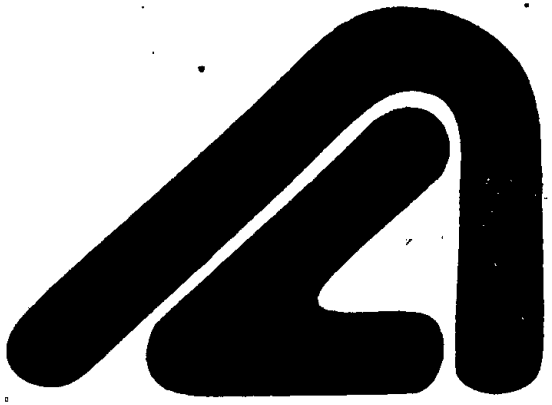
O CONSÓRCIO CONSTRUCAP - CONVAP - FERREIRA GUEDES, constituído pelas empresas CONSTRUCAP-CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.584.223/0001-38, CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.250.986/0001-50 e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.099.826/0001-44, estabelecido em São Paulo, Capital, na Rua Bela Cintra, nº 24- 1º andar, designa como seu representante o senhor Marcus de Castilho Souza, portador da cédula de identidade CREA/MG nº 8078/D, para representá-lo, perante essa Companhia, com poderes para fazer vistas ao processo da licitação e retirar cópias de recursos e impugnações aos recursos interpostos.

São Paulo, 25 de outubro de 2.007.

Susana Cabarcos Pawletta
RG N° 6.816.967-X
Representante do Consórcio

CPEL 1406 CODEMIG

Rua Bela Cintra, nº 24- 1º andar - Consolação - São Paulo - SP - CEP 01415-000
Telefone (11) 3017-8000 - Fax 11- 3107-2216



convap engenharia e construções s.a.

Para

CODEMIG - Cia. Desenvolvimento Econômico de MG

Rua Aimorés, 1.697

Bairro de Lourdes

CEP 30140-071 - Belo Horizonte

Atenção Srta Conceição -

Vespasiano - MG -Rod. MG 10, Km 24,3 - Bairro Angicos - Cep: 33200-000 - Fone: (31) 3629-4919 - Fax: (31) 3621-1798
MOD. 003a - CDC 1.019640-00

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01

Para: '001.comercial@constran.com.br'; 'laercio@constran.com.br'; 'antoniocarlos@constran.com.br'; 'dalva@construcap.com.br'; 'lcfarias@construcap.com.br'; 'eduardo.camargo@camargocorrea.com.br'; 'mario.guedes@agnet.com.br'; 'omorais@cbmsa.com.br'; 'arodrigues@ferreiraguedes.com.br'; 'adf@odebrecht.com'; 'elias.costa@oas.com'; 'alvim@queirozgalvao.com'; 'inoronha@queirozgalvao.com'; 'convap.bh@convap.com.br'; 'mariaamelia@estacon.com.br'; 'engenharia@mendesjunior.com.br'; 'dj.silva@santabarbarasa.com.br'; 'natalia.almeida@santabarbarasa.com.br'; 'afferreira@schahin.com.br'; 'carlosb@grupovia.com.br'; 'proposta@grupovia.com.br'; 'leticia@blokos.com.br'

Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.



A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 1406 CODEMIG

Concorrência 05/07 - Processo Interno nº 265/07
Comunicamos :- Despacho de julgamento de Recursos Administrativos
- convocação para Abertura P. Preços 31/10/07, às 09 horas

LICITANTES DA CONCORRÊNCIA 05/07 - CENTRO ADMINISTRATIVO DE MG - CAMG

Nº	EMPRESA	CONTATO	E-MAIL	TEL	FAX
1	Constran S.A. Construções e Comércio S.A	Luiz Roberto Menin	001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br;	(11) 3405-8000	(11) 3405-8097
2	Construcap -CCPS Engenharia e Com. S.A.	Dalva Aparecida Grolla	dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br;	(11) 3017-8000	(11) 3107-2216
3	Construções e Com. Camargo Corrêa S. A.	Eduardo de Camargo Silva	eduardo.camargo@camargocorrea.com.br	(31) 3432-9696	(31) 3432-9696
4	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	Mário Sérgio Mafra Guedes	mario.guedes@agnet.com.br	(31) 3290-6640	(31) 3290-6659
5	Construtora Barbosa Mello S.A.	Ovania Avelar de Paula Morais	omorais@cbmsa.com.br	(31) 3490-3637	(31) 3490-3642
6	Construtora Ferreira Guedes S.A. Armando	Armando Rodrigues dos Santos	arodrigues@ferreiraguedes.com.br	(11) 3068-8555	(11) 3068-8555
7	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	Angela Denise Franco	adf@odebrecht.com	(31) 3516-1601	(31) 3516-1675
8	Construtora OAS Ltda	Elias Bichara Costa	elias.costa@oas.com	(31) 3226-2400	(31) 3226-2400
9	Construtora Queiroz Galvão S. A.	Antônio de Oliveira Alvim	alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com;	(31) 3269-5800	(31) 3269-5833
10	Convap Engenharia e Construções Ltda	Flávio Lima Vieira	convap.bh@convap.com.br	(31) 3621-3833	(31) 3621-1798
11	Estacom Engenharia S.A. Maria Amélia	Maria Amélia Rodrigues Cavalheiro	mariaamelia@estacon.com.br	(21) 2544-8043	(21) 2544-6155
12	Mendes Júnior Trading e Eng. S.A.	José Marcos Cardoso Costa	engenharia@mendesjunior.com.br	(31) 2121-9508	(31) 2121-9499
13	Santa Barbara Engenharia S.A.	Djaniro Silva	dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br;	(31) 2121-7870	(31) 2121-7890
14	Schahin Engenharia S.A. Sônia (recado)	Armando Ferreira Filho	afferreira@schahin.com.br	(11) 5576-8573	(11) 5576-8235
15	Via Engenharia S. A.	Carlos Eduardo Rezende Braga	carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br	(31) 3286-2768	(31) 3286-2833
16	Blokos Engenharia Ltda	Antônio Takeo Kumata	leticia@blokos.com.br	(11) 3040-6601 (27) 3334-5528	(11) 2142-9305 (27) 3334-5514

C P E CODEMIG 17/08

1

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: 001.comercial [001.comercial@constran.com.br]

Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:17

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Prioridade: Alta

Constran S.A. Construcoes e Comércio SA.

CPEL 14069 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40542.txt (671 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

001.comercial@constran.com.br
laercio@constran.com.br
antoniocarlos@constran.com.br

CPEL 14070 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Antonio Carlos [antoniocarlos@constran.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:17
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lidas: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007



ATT40664.txt (444 B)

Esta é uma confirmação de recebimento do email que você enviou para <001.comercial@constran.com.br>; <laercio@constran.com.br>; <antoniocarlos@constran.com.br>; <dalva@construcap.com.br>; <lcfarias@construcap.com.br>; <eduardo.camargo@camargocorrea.com.br>; <mario.guedes@agnet.com.br>; <omorais@cbmsa.com.br>; <arodrigues@ferreiraguedes.com.br>; <adf@odebrecht.com>; <elias.costa@oas.com>; <alvim@queirozgalvao.com>; <inoronha@queirozgalvao.com>; <convap.bh@convap.com.br>; <mariaamelia@estacon.com.br>; <engenharia@mendesjunior.com.br>; <dj.silva@santabarbarasa.com.br>; <natalia.almeida@santabarbarasa.com.br>; <afferreira@schahin.com.br>; <carlosb@grupovia.com.br>; <proposta@grupovia.com.br>; <leticia@blokos.com.br> em 30/10/2007 10:00

Esta confirmação verifica se a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 30/10/2007 09:16

CPEL CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO INTERNA

DATA
9/11/2007

DE	UNIDADE	PARA	UNIDADE	PROTOCOLO
SUELY IZABEL CORREA LIMA	SAJUC	DR. OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO	PRES	1160/07

ASSUNTO/REFERÊNCIA

SESSÃO PÚBLICA ABERTURA PROPOSTAS PREÇOS

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para publicaçao nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da convocação para a continuidade da sessão pública de abertura de propostas de preços da Concorrência 05/07, nos seguintes termos:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que no dia 12 de novembro de 2007, às 14 horas, na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG dará continuidade à sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços iniciada e suspensa no dia 31 de outubro de 2007.
Belo Horizonte, 10 de novembro de 2007
Comissão Especial de Licitação

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente Comissão Especial de Licitação

CPEL 1402 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RECIBO

Recebi cópias das **Decisões e Razões de Indeferimento de Recurso Administrativo contra a Inabilitação em Processo Licitatórios** dos consórcios: **1.** Estacon Engenharia S.A e Blokos Engenharia Ltda; **2**. Shahin Engenharia S.A e Constran S.A – Construções e Comércio S. A e **3**. Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S.A e Construtora Ferreira Guedes S.A., referente a **Concorrência 05/2007**, Processo Interno 265/07, que tem por objeto a execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2007.

Ricardo Augusto Barbosa Campos – CI MG 8729451
CPF nº 01314399608
Construtora Noberto Odebrecht S.A

CPEL/mcsb.

CPEL 1402 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: quarta-feira, 7 de novembro de 2007 09:18
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Fw: Solicitação de Cópia
Prioridade: Alta

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36
---- Original Message ----
From: Denise
To: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Sent: Wednesday, November 07, 2007 10:11 AM
Subject: Solicitação de Cópia

Prezada Senhora

Será que seria possível nos fornecer uma cópia simples das Razões de indeferimento de Recurso Administrativo contra Inabilitação em Processo Licitatório da Concorrência 05/2007 das Empresas/Consórcios a seguir relacionadas:

- Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A/Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes
- Constran Construções e Comércio S/A e Schahin Engenharia S/A
- Estacom Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda

Muito Obrigada.

At.

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36

CPEL 1402 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: quarta-feira, 7 de novembro de 2007 09:12
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Solicitação de Cópia

Prezada Senhora

Será que seria possível nos fornecer uma cópia simples das Razões de indeferimento de Recurso Administrativo contra Inabilitação em Processo Licitatório da Concorrência 05/2007 das Empresas/Consórcios a seguir relacionadas:

- Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A/Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes
- Constran Construções e Comércio S/A e Schahin Engenharia S/A
- Estacom Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda

Muito Obrigada.

At.

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36

CPEL 1402 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Elizabeth Martins da Costa [elizabeth.costa@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 6 de novembro de 2007 15:36
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: José Antônio de Pádua
Assunto: ENC: Concorrência nº 05/2007 - Processo Interno 265/07

Atenção: Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., integrante do Consórcio Camargo Correa / Mendes Júnior / Santa Bárbara, solicita a esta Ilustre Comissão, cópia do Mandado de Segurança (peça) interposto pelo Consórcio Construcap / Convap / Ferreira Guedes, Processo 002407772705-5, bem cópia do Agravo de Instrumento interposto na 2ª Instância pela CODEMIG.

Atenciosamente,

José Antônio de Pádua
ÁREA DE ENGENHARIA
MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.
jose.padua@mendesjunior.com.br
Tel.: (31) 2121-9481 - Fax: (31) 2121-9586

MENDESJÚNIOR

A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.

Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que v diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.

O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o ac não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declaraçõe exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.

This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you noti the sender of this event and delete this message.

The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing acce not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, ur their legal representatives, duly authorized for such purpose.

CPEL 14029 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: quinta-feira, 1 de novembro de 2007 09:24
Para: 'marilene@tisseguranca.com.br'
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS
Prioridade: Alta

Marilene:

Informarmos que o processo foi suspenso "sine die".

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Email: cpel@codemig.com.br
Telefone: (31) 3213-8930
Fax: (31) 3273-1331

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Suely!
Gentileza informar-me se já temos o resultado final das construtoras.
Obrigada!
Marilene

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: marilene@tisseguranca.com.br
Sent: Wednesday, October 17, 2007 11:41 AM
Subject: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

Prezado(a) Senhor(a):

Informamos que o processo esta com vista franqueada aos interessados do dia 15/10/2007 ao dia 19/10/2007, a cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2007 10:32
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Srta. Suely!

Conforme nossa conversa peço a gentileza de enviar-me por email a **Publicação sobre a Habilitação das empresas** que estão aptas a concorrerem para o processo de construção do Centro Administrativo do estado de Minas Gerais.
Muito obrigada!

T I S – Tecnologia, Inteligência e Planejamento em Segurança

CPEL 14030 CODEMIG

Marilene Silva
Coordenadora de Negócios
marilene@tisseguranca.com.br www.tisseguranca.com.br

55 (31) 3223-6111 ou (31) 9216-1141

CPE 1403 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: marilene@tisseguranca.com.br
Enviado em: quinta-feira, 1 de novembro de 2007 09:26
Assunto: Entregue: NOTICE: mail delivery status.

Sua mensagem

Para: marilene@tisseguranca.com.br
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS
Enviada em: 1/11/2007 09:24

foi entregue aos seguintes destinatários:

marilene@tisseguranca.com.br em 1/11/2007 08:03

CPEL 14032 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CÓPIA

CE.PRES.97/07
Belo Horizonte, 31 de outubro de 2007.

31.10.07.
Robson Lucas da Silva
Procurador-Chefe
Procuradoria de Obrigações

Ilmo. Sr.
José Bonifácio Borges de Andrada
Advogado Geral do Estado de Minas Gerais
BELO HORIZONTE/MG

Prezado Advogado Geral,

Com nossa cordial visita e tendo em vista as disposições do Decreto Estadual 44.473 de 28.02.2007 que remete a CODEMIG à Advocacia Geral do Estado para emissão de parecer orientativo, concernente aos procedimentos relativos à contratação de terceiros para a execução das atividades relativas ao Centro Administrativo, comunicamos que a Comissão Especial de Licitação da CODEMIG designada para a feitura da licitação de contratação das obras e serviços de implantação, na data de hoje, suspendeu a sessão pública de abertura das propostas de preços do certame, em razão de liminar concedida a um dos consórcios inabilitados e que determinou a abertura de sua proposta a despeito de sua inabilitação administrativa.

Anexamos, para a competente análise e manifestação, o mandado autorizativo e a decisão judicial prolatada pelo Juízo de Plantão de Habeas-Corpus e Medidas Urgentes de Belo Horizonte, bem como a documentação do processo licitatório entendida necessária à compreensão da questão.

À disposição para outros esclarecimentos.

Marcelo Arruda Nassif
Secretário Executivo do Projeto Estruturador – Centro Administrativo de Minas Gerais

Suely Izabel Correa Lima
Presidente da Comissão Especial de Licitação

CPE 14033 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Robson Lucas da Silva (9791-8760)
Robson.silva@advocaciageral.mg.gov.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS EM PROCESSO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA : 05/2007 - **PROCESSO INTERNO: 265/07**

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO**

OBJETO: Licitação para contratação, em regime de empreitada por preço global, da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

REUNIÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS:
Data: 31.10.2007
Horário: 9 horas
Convocação publicada em 30.10.2007 no jornal MINAS GERAIS e O TEMPO

EMPRESAS HABILITADAS:

CONSÓRCIO	**Via Engenharia S/A** **Construtora Andrade Gutierrez S/A** **Construtora Barbosa Mello S/A**
CONSÓRCIO	**Construtora Norberto Odebrecht S/A** **Construtora OAS Ltda** **Construtora Queiroz Galvão S/A**
CONSÓRCIO	**Santa Bárbara Engenharia S/A** **Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A** **Construções e Comércio Camargo Correa S/A**

PROCEDIMENTOS:

EMPRESAS INABILITADAS:

CONSÓRCIO	**Estacom Engenharia S/A** **Blokos Engenharia Ltda**
CONSÓRCIO	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A** **Construtora Ferreira Guedes S/A** **Convap Engenharia e Construções Ltda**
CONSÓRCIO	**Constran Construções e Comércio S/A** **Schahin Engenharia S/A**

CPE 4034 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

PROCEDIMENTOS:

Inicialmente a Presidente da Comissão Especial de Licitação abriu a sessão pública e esclareceu a todos os presentes que foi recebida pela CODEMIG ordem judicial expedida pelo juízo do Plantão de Habeas Corpus e medidas urgentes de Belo Horizonte, prolatada a favor do Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Construtora Ferreira Guedes S/A e Convap Engenharia e Construções Ltda, em sede de Mandado de Segurança com pedido liminar, cuja cópia passa a fazer parte integrante da presente ata e que determina que se proceda, "também à abertura do envelope contendo a proposta" da impetrante.
Diante da ordem referida, que fica acatada e será cumprida, a Comissão Especial de Licitação comunica aos presentes que suspenderá, "sine die" a sessão de abertura dos envelopes, motivando sua decisão: A presente licitação foi determinada à CODEMIG por ato do Governador do Estado de Minas Gerais publicado em 04.04.07 e também pelo Decreto Estadual 44473 de 28.02.2007 que determinou em seu bojo que os procedimentos relativos à contratação de terceiros sejam previamente submetidos à Advocacia Geral do Estado, pelo que a sessão fica suspensa, para que a referida determinação legal liminar seja cumprida com a observância de todos os preceitos legais aplicáveis.
O Consórcio impetrante, representado pela procuradora judicial Sheila Justen Tristão e pela representante legal do Consórcio Susana C. Pawleta, manifestou discordância com a decisão afirmando tratar-se de descumprimento de ordem judicial.
Comunica, outrossim, que a data e hora designada para a continuidade da sessão será publicada no órgão oficial do Estado "Minas Gerais " e no jornal "O TEMPO" e comunicada a todos os participantes.
A presente ata será assinada pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes e dela faz parte a lista de presença assinada.
As 9:30 hs foi suspensa "sine die" a presente sessão.
Belo Horizonte, 31 de outubro de 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÂO

SUELY IZABEL CORREA LIMA

ANA LÚCIA GONDIM DA COSTA

EDVALDO FLAVIO DAMASO

CPEL 14035 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

MARCELO MAGNO SOARES

ANA PAULA DURÃES RABELO

LUDMAR RODRIGUES

CONSÓRCIO Via Engenharia S/A

Construtora Andrade Gutierrez S/A

Construtora Barbosa Mello S/A

CONSÓRCIO

Construtora Norberto Odebrecht S/A

Construtora OAS Ltda.

Construtora Queiroz Galvão S/A

CPE 14036 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONSÓRCIO

Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A

Construtora Ferreira Guedes S/A

Convap Engenharia e Construções Ltda.

CONSÓRCIO

Constran Construções e Comércio S/A

Schahin Engenharia S/A

CONSÓRCIO

Santa Bárbara Engenharia S/A

Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A

Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A

CPEL 14037 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

CODEMIG

LISTA DE PRESENÇA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS REALIZADA NO DIA 31.10.07 às 9 horas - CONCORRÊNCIA 05/2007

Objeto: Contratação para execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Nº	Empresa / Instituição	Nome representante	Assinatura
1	ANDRADE GUTIERREZ	MARIO SERGIO MAFRA Calda	
2	ANDRADE GUTIERREZ	BRUNO VILLANI LONGO	
3	CONSTRUCAP CCPS ENGECOM S.A	SUSANA C. PAWLETTA	
4	CONSTRUCAP CCPS ENG. E COM S/A	SHEILA JUSTEN TRISTÃO	
5	CONVAP ENGª E CONSTR. SA	MARCOS DE CASTILHO SOUZA	
6	LNCFC Adms.	FLAVIA M. CAMPOS	
7	.	Flávio Júlio	
8	Construtora Norberto Odebrecht S/A	Angela Denise Franco	
9	Construtora Norberto Odebrecht S/A	José Eduardo Amorim de Almeida	
10	UNIBANCO AIG SEGUROS	PAULO ELIZIO DE FARIA JR.	
11	Construtora Queiroz Galvão S.A	Antonio de Oliveira Alves	
12	CONSTRUTORA OAS LTDA	RICARDO JOSÉ DE LIRA ESTEVES	
13	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	SÉRGIO LUIZ NEVES	
14	CAMARGO CORRÊA S.A.	EDUARDO DE CAMARGO E SILVA	
15	MENDES JUNIOR TRADING E ENG= S/A	JOSE ANTONIO DE PÁDUA	
16	VIA ENGENHARIA S/A	CARLOS EDUARDO REZENDE BRAGA	
17	Thiago Mamiji - Odomiz	Thiago Luiz Mamiji de Oliveira	
18	CODEMIG	Estevão Pimenta	
19	CODEMIG	Helena Lopes Garcia	
20	CODEMIG	Marcelo Eduardo de Araújo	
21	CODEMIG	Eduardo Krause	
22	CODEMIG	Clemente Simões	

CPE 1403 CODEMIG

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

CODEMIG

LISTA DE PRESENÇA DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS REALIZADA NO DIA 31.10.07 às 9 horas - CONCORRÊNCIA 05/2007

Objeto: Contratação para execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Nº	Empresa / Instituição	Nome representante	Assinatura
23	CODEMIG	Marco Sergio de Araujo Teixeira	
24	Codemig	Paulo Marcio Oliveira Dorigo	
25	Const. Barbosa Mello S/A	Edmundo de Vasconcellos Filho	
26	Codemig	Manoel Domingos Dias Batista	
27	José Pereira - SECOM	JOSE CARLOS PALVA	
28	CODEMIG	ROBERTO AGUIAR	
29	CODEMIG	MARCIO DIORIO PAIXÃO	
30	codemig	Ana Paula Duarte Rabello	
31	CODEMIG	FLAVIO GUIMARÃES CACZANS	OAB-MG 30.935
32	CODEMIG	LUDMAR RODRIGUES	
33	CODEMIG	EDVALDO FLÁVIO DAMASO	
34	SANTA BÁRBARA ENG. S/A.	DJANIRO SILVA	
35	MENDES JUNIOR	FERNANDO HENRIQUE GUIMARÃES	
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			

C P E
CODEMIG
114039

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

LICITANTES DA CONCORRÊNCIA 05/07 - CENTRO ADMINISTRATIVO DE MG - CAMG

CODEMIG

EMPRESA	REPRESENTANTE	ASSINATURA
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	MÁRIO SÉRGIO MAFRA GUEDES	
Construtora Barbosa Mello S.A.	EDMUNDO DE V. LANNA FILHO	
Via Engenharia S.A.	CARLOS EDUARDO REZENDE BRAGA	
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	SÉRGIO LUIZ NEVES	
Construtora OAS Ltda	RICARDO JOSÉ DE LIRA ESTEVES	
Construtora Queiroz Galvão S. A.	Antonio de Oliveira Alves	
Blokos Engenharia Ltda		
Estacom Engenharia S.A.		
Construcap -CCPS Engenharia e Com. S.A.	SUSANA C. PAULETTA	
Construtora Ferreira Guedes S.A.		
Convap Engenharia e Construções Ltda	MARCUS DE CASTILHO SOUZA	
Constran S.A. Construções e Comércio S.A		
Schahin Engenharia S.A.		
Construções e Com. Camargo Corrêa S. A.	EDUARDO DE CAMARGO E SILVA	
Mendes Júnior Trading e Eng. S.A.	FERNANDO HENRIQUE LINHARES	
Santa Barbara Engenharia S.A.	DJANIRO SILVA	

CPEL - CODEMIG

SAJUC/CPEL

SECRETARIA DO PLANTÃO DE *HABEAS CORPUS* e MEDIDAS URGENTES DE BELO HORIZONTE/MG
Av. Augusto de Lima, nº 1549, 1º andar - P-111 - Fórum Lafayette - Tel: 3330-2392

MANDADO AUTORIZATIVO

PEDIDO: MANDADO DE SEGURANÇA C/ PEDIDO LIMINAR
IMPETRANTE : CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A e outros
IMPETRADO: SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DA CIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MG - CODEMIG

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Gutemberg da Mota e Silva, Juiz de Direito, respondendo pelo Plantão de *Habeas Corpus* e Medidas Urgentes, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc... M A N D A ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador, que em cumprimento ao presente, **PROCEDA à INTIMAÇÃO do Sr. Diretor- Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG**, com endereço à Rua Aymorés, nº 1697, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte-MG, ou a quem legalmente habilitado, de que por este Juízo foi **concedida liminar a requerente, CONSTRUCAP-CCPS-ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A,** com sede na Rua Bela Cintra, nº 24, 1º andar , CNPJ/MF n. 61.584.223/0001-38, **CONVAP ENGENHARIA S/A**, com sede em Vespasiano/MG, na Rodovia MG-10, Km 24,3, CNPJ/MF n. 17.250.986/001-50 e **CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A**, com sede em São Paulo, na Rua Caçapava, 1º andar, conj. 11, CNPJ/MF n. 61.099.826/001-44, todas integrantes do **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A CONVAP ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A para que proceda também a abertura das propostas das concorrentes, na sessão da concorrência pública prevista para o dia 31/10/06,às 09:00horas. DESPACHO JUDICIAL:** ***Pelo exposto, configurado, neste primeiro momento, direito líquido e certo das impetrantes, defiro a liminar, determinando ao DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG que, sessão da Concorrência Pública objeto do Edital 05/2007, marcada para o dia 31 de outubro de 2007, às 09:00horas, proceda também à abertura do envelope contendo a proposta das concorrentes CONSTRUCAP-CCPS- ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A, integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A. Expeça-se o mandado de citação e intimação com urgência, ficando o Sr. Escrivão autorizado a firmá-lo, em nome deste Juiz..Distribuído o mandado de segurança para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, na Comarca de Belo Horizonte, solicitem-se informações à autoridade coatora, a serem prestadas em 10 dias, dando-se vista, depois ao representante do Ministério Público. Intimem-se. (A) Dr. Gutemberg da Mota e Silva – Juiz de Direito - Plantão*** Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007.

Jaime Felisbino de Castro Filho
Escrivão Judicial por Ordem do MM. Juiz

SECRETARIA DO PLANTÃO DE "HABEAS CORPUS" E MEDIDAS URGENTES DE BELO HORIZONTE-MG
(Av. Augusto de Lima, nº 1549 - 2º andar - sala Cp-211, fone/fax: 3330-2392

CPEL 1409 CODEMIG

Contra fé com o original
Belo Horizonte 31/10/07

Flávio Fábio Letro Ribeiro
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR IV
PJPI - 6080-6

De ordem,

À Comissão Especial de dicitação, (Drª Suely)

Para providências.

Em 31.10.07.

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Comarca de Belo Horizonte

Plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes

Processo nº – MANDADO DE SEGURANÇA

Impetrantes: CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
CONVAP ENGENHARIA S.A.
CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.
(integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A.)

Impetrado: DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

DECISÃO

1. CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., impetraram este mandado de segurança contra o ato do DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG que as inabilitou para participarem da Concorrência Público nº 05/2007, destinada à contratação de empresa para a execução das obras e serviços de engenharia para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, divididas em três lotes.

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPEL 14042 CODEMIG

2. Alegaram que a inabilitação se deu porque supostamente o consórcio por elas formado não atendeu a determinadas exigências de qualificação técnica profissional e operacional, sendo na ocasião inabilitados outros dois licitantes, de modo que restaram no certame apenas três licitantes, para a disputa dos lotes nº 1, 2 e 3 das obras do Centro Administrativo. Acrescentaram que atendem plenamente a todos os itens reputados como não cumpridos, conforme podem comprovar pelos atestados de qualificação técnica apresentados, vários deles ignorados pela administração, tendo o ato frustrado por completo a finalidade da licitação e, em especial, a natureza e o propósito da fase de habilitação, pois criou exigências inexistentes no edital.

3. Informaram que, contra a decisão, interpuseram recurso administrativo, na forma da lei, e, na data de hoje, 30-10-2007, o impetrado negou provimento ao recurso e, concomitantemente, a Administração Pública designou para amanhã, 31-10-2007, às 09:00 horas, a sessão destinada à abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, notando-se que o interregno de menos 24 horas ente a decisão e a abertura das propostas visa precisamente a dificultar o controle de sua decisão pelo Poder Judiciário.

4. Assinalando que sua proposta é competitiva e há vantagem e interesse público em que seja conhecida e processada, mas, pela decisão, não será aberta e cotejada com as demais pela Administração Pública, pelo que correm o risco de ser indevidamente alijadas em definitivo da concorrência, embora a inabilitação tenha se devido a interpretação equivocada e restritiva dos documentos apresentados na fase de habilitação. Sustentaram que há também a possibilidade de a

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPE 14043 CODEMGE

Administração Pública inutilizar o envelope contendo a proposta financeira do consócio antes mesmo do encerramento do certame, daí a necessidade de concessão da liminar para que sejam determinados a abertura e o processamento da sua proposta. Em seguida, arrolaram uma série de argumentos para mostrar o desacerto da decisão impetrada. Juntaram documentos.

DECIDO

5. Destaco, inicialmente, que o PLANTÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS MEDIDAS URGENTES, como explicita seu próprio nome, se destina ao atendimento de medidas urgentes, que não possam aguardar o funcionamento do Poder Judiciário no horário normal de expediente. E o caso deste mandado de segurança, pois o ato atacado foi praticado no dia de hoje e a abertura das propostas dos licitantes remanescentes já está marcada para amanhã, 31-10-2007, às 09:00 horas, não se podendo aguardar, assim, o pronunciamento do juízo especializado para o qual o feito venha a ser distribuído. Estabelecida a competência do PLANTÃO DE HABEAS CORPUS E OUTRAS MEDIDAS URGENTES, passemos a apreciar o pedido de liminar.

6. HELY LOPES MEIRELLES ensina que " o *mandado de segurança* é o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, *para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerçam.* (CF, art. 5°, LXIX e LXX; Lei n. 1,533/51, art. 1°)"

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte

CPEJ 1404 CODEMGE

[MANDADO DE SEGURANÇA. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. "Habeas Data". Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O Controle Incidental de Normas no Direito Brasileiro. A representação Interventiva. A reclamação Constitucional no STF, 29ª. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 22 e 23).

7. Adiante, explicita: "*Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais*" (ob. cit., p. 37).

8. Em seguida, afirma: "*Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança (...) Por se exigir situações e fatos comprovados de plano é que não há instrução probatória no mandado de segurança. Há, apenas, uma dilação para informações do impetrado sobre as alegações e provas oferecidas pelo impetrante, com subseqüente manifestação do Ministério*

Guiomberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Três Marias

CPF 1405 CODEMIG

Público sobre a pretensão do postulante. Fixada a lide nestes termos, advirá a sentença considerando unicamente o direito e os fatos comprovados com a inicial e as informações" (ob. cit., p. 37).

9. Além da fundamentação legal, os impetrantes juntaram centenas de documentos que fariam prova de sua habilitação. É evidente que *ao Juiz não cabe substituir ao administrador*, conforme lição, citada de memória, de SEABRA FAGUNDES, no clássico O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, mas é evidente que, não tendo as impetrantes a sua proposta aberta na ocasião própria, na sessão de amanhã, não teria praticamente nenhum efeito eventual concessão do mandado de segurança, quando do julgamento do mérito, pois o processo licitatório já estaria adiantado e provavelmente sequer seria preservada a proposta. Devolvido o envelope com a proposta, a revisão do ato administrativo seria praticamente irreversível.

10. Pelo exposto, configurado, neste primeiro momento, direito líquido e certo das impetrantes, **defiro a liminar,** determinando ao DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – CODEMIG que, na sessão da Concorrência Pública objeto do **Edital 05/2007**, marcada para o dia 31 de outubro de 2007, às 09:00 horas, proceda também à abertura do envelope contendo a proposta das concorrentes CONSTRUCAP - CCPS – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A., integrantes do consórcio CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., CONVAP ENGENHARIA S.A. e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S.A. *Expeça-se o mandado de citação e intimação* ***com urgência***, ficando o Sr. Escrivão autorizado a firmá-

Gutemberg da Mota e Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Cataguases da Zona Mineradora

CPE 1404/6 CODEMIG

lo, em nome deste Juiz.

11. Distribuído o mandado de segurança para uma das Varas da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, na Comarca de Belo Horizonte, solicitem-se **informações** à autoridade coatora, a serem prestadas em 10 dias, dando-se vista, depois, ao representante do Ministério Público. Intimem-se.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2007 (22:05hs.)

GUTEMBERG DA MOTA E SILVA
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Belo Horizonte
Plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes

CPEL 1404 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 10:55
Para: Suely Izabel Correa Lima
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 31 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Suely!
Gentileza informar-me se já temos o resultado final das construtoras.
Obrigada!
Marilene

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: marilene@tisseguranca.com.br
Sent: Wednesday, October 17, 2007 11:41 AM
Subject: ENC: SOLICITAÇÃO - TIS

Prezado(a) Senhor(a):

Informamos que o processo esta com vista franqueada aos interessados do dia 15/10/2007 ao dia 19/10/2007, a cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

De: Marilene [mailto:marilene@tisseguranca.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2007 10:32
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: SOLICITAÇÃO - TIS

Bom dia, Srta. Suely!

Conforme nossa conversa peço a gentileza de enviar-me por email a **Publicação sobre a Habilitação das empresas** que estão aptas a concorrerem para o processo de construção do Centro Administrativo do estado de Minas Gerais.
Muito obrigada!

T I S – Tecnologia, Inteligência e Planejamento em Segurança
Marilene Silva
Coordenadora de Negócios
marilene@tisseguranca.com.br www.tisseguranca.com.br
55 (31) 3223-6111 ou (31) 9216-1141



21

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Dalva Aparecida Grolla [dalva@construcap.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 11:32
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: dalva@construcap.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 11:32.

Construcap - CCPS. Engenharia e Com. S.A

CPEL 1407 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

2

De: Liliane Costal Farias [lcfarias@construcap.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:13
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: lcfarias@construcap.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:13.

CPEL 1403 CODEMIG

2

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: lcfarias@construcap.com.br; dalva@construcap.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Assunto: Entregue: Delivered: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Enviada em: 30/10/2007 09:01

foi entregue aos seguintes destinatários:

lcfarias@construcap.com.br em 30/10/2007 08:59
dalva@construcap.com.br em 30/10/2007 08:59

CPEL 1407 CODEMIG

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 15:01
Para: 'eduardo.camargo@camargocorrea.com.br'
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Prezados Senhores:

A cópia solicitada poderá ser obtida pessoalmente na Sede da Codemig e será entregue a pessoa credenciada mediante recibo.

Atenciosamente

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Email: cpel@codemig.com.br
Fone: (31) 3213-8930
Fax: (31) 3273-1331

Construções e Com. Camargo Corrêa S.A

De: Eduardo de Camargo Silva [mailto:eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 12:00
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: luis.nadavaska@camargocorrea.com.br; Sidnei dos Santos Cosme; Emílio Eugênio Auler Neto; Joao Ricardo Auler
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento de seu e-mail contendo o resultado do julgamento dos recursos administrativos contra inabilitação, bem como a convocação para a sessão pública de abertura das propostas de preços.
Aproveitamos para solicitar cópia da Ata da CPEL, relativa ao presente resultado.
SDS

Eduardo de Camargo e Silva

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Superintendência Regional de Minas Gerais

(31) 3432-9696 – (31) 9328-6298

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

-----Mensagem original-----
De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada: ter 30/10/2007 10:00
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br;

CPEL 1407 CODEMIG

30/10/2007

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Eduardo de Camargo Silva [eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 12:00
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Cc: luis.nadavaska@camargocorrea.com.br; Sidnei dos Santos Cosme; Emílio Eugênio Auler Neto; Joao Ricardo Auler
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Prezados Senhores,

Acusamos o recebimento de seu e-mail contendo o resultado do julgamento dos recursos administrativos contra inabilitação, bem como a convocação para a sessão pública de abertura das propostas de preços.
Aproveitamos para solicitar cópia da Ata da CPEL, relativa ao presente resultado.
SDS

Eduardo de Camargo e Silva

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Superintendência Regional de Minas Gerais

(31) 3432-9696 – (31) 9328-6298

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

-----Mensagem original-----
De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada: ter 30/10/2007 10:00
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; Eduardo de Camargo Silva; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Cc:
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07

CPEL 14076 CODEMIG

Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Esta mensagem, incluindo os seus anexos, contém informações confidenciais destinadas a indivíduo e propósito específicos, e é protegida por lei. Caso você não seja o citado indivíduo, deve apagar esta mensagem.
É terminantemente proibida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem.
As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor, não representando idéias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte do Grupo Camargo Correa.



Este mensaje, incluyendo sus anexos, contiene informaciones confidenciales destinadas al individuo y propósito específicos, y está protegido por ley. Caso no sea el usuario a quien está dirigido, debe borrar este mensaje.
Está terminantemente prohibida la utilización, el acceso, copia o divulgación no autorizada de las informaciones presentes en este mensaje.
Las informaciones contenidas en este mensaje y en sus anexos son de responsabilidad de su autor, no representando ideas, opiniones, pensamientos o cualquier forma de posicionamiento por parte del Grupo Camargo Corrêa.

The information contained in this communication is confidential, is law protected, and is intended only for business use of the addressee. If you have received this communication in error, please immediately delete it.
It's forbidden the unathorized use, access, copy or disclose of the information contained in this communication.
The content of this message is responsability of the author, and does not represent ideas, opinions, thoughts or any kind of statement of Camargo Correa Corporation.



.30/10/2007

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Eduardo de Camargo Silva [eduardo.camargo@camargocorrea.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 11:52
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: eduardo.camargo@camargocorrea.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 11:52.

CPEL 1407 CODEMIG

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 15:02
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT42456.txt (421 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

CPEL 1408 CODEMIG

3

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40596.txt (421 B)

Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

eduardo.camargo@camargocorrea.com.br

CPEL 9408 CODEMIG

4

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Mario Sergio Mafra Guedes [mario.guedes@agnet.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:31
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Confirmo o recebimento.
Mário Sérgio Mafra Guedes

Construtora Andrade Gutierrez S.A

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 10:01
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; Mario Sergio Mafra Guedes; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

CPEL CODEMIG 14082

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de

engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br



CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Nelson Kneipp [nelson.kneipp@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:25
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: nelson.kneipp@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:25.

CPEL 14084 CODEMIG

4

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Mario Sergio Mafra Guedes [mario.guedes@agnet.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:29
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: mario.guedes@agnet.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:29.



4

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40578.txt (399 B)

Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

mario.guedes@agnet.com.br

CPEL 14088 CODEMIG

5

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ovania Avelar de Paula Morais [omorais@cbmsa.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:07
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Prezados Senhores:

Confirmamos o recebimento do e-mail abaixo com a convocação para a abertura das propostas de preços da Concorrencia.05/07.

Atenciosamente,

Ovânia Avelar de Paula Morais
Divisão de Licitações e Orçamentos
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
tel: 31) 3490 3637
fax: 31) 3490 3642
e.mail: omorais@cbmsa.com.br

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; Ovania Avelar de Paula Morais; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho

CPEL CODEMIG

Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br



CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

5

De: Ovania Avelar de Paula Morais [omorais@cbmsa.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:02
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: omorais@cbmsa.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:02.

CPEL 14089 CODEMIG

5

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40515.txt (389 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

omorais@cbmsa.com.br

CPEL 14090 CODEMIG

6

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40560.txt (413 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

arodrigues@ferreiraguedes.com.br

Construtora Ferreira Guedes S.A

CPEL 1409 CODEMIG

7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Denise [adf@odebrecht.com]
Enviado em: domingo, 3 de fevereiro de 2008 14:08
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Recebimento OK!!

Angela Denise Franco
Construtora Norberto Odebrecht S/A
Avenida Álvares Cabral, 1777/19°Andar
Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
adf@odebrecht.com
(5531) 3516.16.76
(5531) 9977.54.36

Construtora Norberto Odebrecht S.A.

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: 001.comercial@constran.com.br ; laercio@constran.com.br ; antoniocarlos@constran.com.br ; dalva@construcap.com.br ; lcfarias@construcap.com.br ; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br ; mario.guedes@agnet.com.br ; omorais@cbmsa.com.br ; arodrigues@ferreiraguedes.com.br ; adf@odebrecht.com ; elias.costa@oas.com ; alvim@queirozgalvao.com ; inoronha@queirozgalvao.com ; convap.bh@convap.com.br ; mariaamelia@estacon.com.br ; engenharia@mendesjunior.com.br ; dj.silva@santabarbarasa.com.br ; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br ; afferreira@schahin.com.br ; carlosb@grupovia.com.br ; proposta@grupovia.com.br ; leticia@blokos.com.br
Sent: Tuesday, October 30, 2007 10:00 AM
Subject: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho

CPEL 14092 CODEMIG

Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

This email has been scanned by the MessageLabs Email Security System.
For more information please visit http://www.messagelabs.com/email



7

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40506.txt (383 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

adf@odebrecht.com

CPEL 1409 CODEMIG

8

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Elias Bichara Costa [elias.costa@oas.com]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:10
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Prezados Senhores

Acusamos o recebimento da mensagem em referência.

Atenciosamente

Elias Bichara Costa
Líder Operacional
Construtora OAS Ltd.
(31)3226-2400
(31)9957-3535

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; Elias Bichara Costa; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje □ 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

□DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto □ Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A □ Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e

CPEL 14095 CODEMIG

Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG□

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje □ 30.10.2007, nos seguintes termos:

□CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto □ Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação□

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

Esta mensagem contém informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o. Comunicações pela Internet não podem ser garantidas quanto à pontualidade, segurança ou inexistência de erros ou vírus. O remetente por esta razão não se responsabiliza por qualquer erro, omissão ou mesmo opiniões e declarações contidas no conteúdo desta mensagem.

This E-mail confidential. It may also be legally privileged. If you are not the addressee you may not copy, forward, disclose or use any part of it. If you have received this message in error, please delete it and all copies from your system and notify the sender immediately by return E-mail. Internet communications cannot be guaranteed to be timely, secure, error or virus-free. The sender does not accept liability for any errors, omissions, opinions or declarations conteined in this E-mail.

CPE 1409 CODEMIG

8

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40533.txt (387 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

elias.costa@oas.com

CPEL 14097 CODEMIG

8

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Elias Bichara Costa [elias.costa@oas.com]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:08
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: elias.costa@oas.com
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:08.

CPEL 1409 CODEMIG

9

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ivanir Maria Noronha [inoronha@queirozgalvao.com]

Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:11

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Re: Resultado julgamento recursos administrativos contrainabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Confirmamos o recebimento.

Construtora Queiroz Galvão S.A.

Ivanir

O conteúdo desta mensagem e de seus anexos é de uso restrito e confidencial, sendo o seu sigilo protegido por lei. Estas informações não podem ser divulgadas sem prévia autorização escrita. Se você não é o destinatário desta mensagem, ou o responsável pela sua entrega, apague-a imediatamente e avise ao remetente, respondendo a esta mensagem. Alertamos que esta mensagem transitou por rede pública de comunicação, estando, portanto, sujeita aos riscos inerentes a essa forma de comunicação. A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. não se responsabiliza por conclusões, opiniões, ou outras informações nesta mensagem que não tenham sido emitidas por seus integrantes.

El contenido de este mensaje y el de sus anexos es de uso restringido y confidencial, siendo su contenido protegido por la ley. Estas informaciones no pueden ser divulgadas sin previa autorización escrita. Si usted no es el destinatario de este mensaje o el responsable para su entrega, bórrelo inmediatamente y avise al remitente, respondiendo a este mensaje. Alertamos que este mensaje transitó por la red pública de comunicación, estando por lo tanto, sujeta a riesgos inherentes a esta forma de comunicación. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S.A. no se responsabiliza por conclusiones, opiniones, u otras informaciones en este mensaje que no fueron emitidas por sus integrantes.

This e-mail and any attachments are confidential and may also be privileged. If you are not the named recipient, please notify the sender immediately and do not disclose the contents to any other person, use it for any purpose, store or copy the information. In the event of any technical difficulty with this email, please contact the sender. CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A. is not responsible for conclusion, opinions or any kind of information in this message that doesn't come from our personnel.



9

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ivanir Maria Noronha [inoronha@queirozgalvao.com]

Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:08

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contrainabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Return Receipt

Your document:	Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
was received by:	inoronha@queirozgalvao.com
at:	30/10/2007 09:06:38

CPEL 14600 CODEMIG

9

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Postmaster@queirozgalvao.com
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RELAY:

Prioridade: Alta




ATT40524.txt (627 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification. Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination. <alvim@queirozgalvao.com> <inoronha@queirozgalvao.com>

CPEL 1410 CODEMIG

10

.CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:02
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40625.txt (395 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

convap.bh@convap.com.br

Convap Engenharia e Construções Ltda

CPEL 14/02 CODEMIG

91

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Amélia [mariaamelia@estacon.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 14:27
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Re: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Acusamos o recebimento.

Estacon Engenharia S/A
Maria Amelia R. Cavalheiro

----- Original Message -----
From: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
To: 001.comercial@constran.com.br ; laercio@constran.com.br ; antoniocarlos@constran.com.br ; dalva@construcap.com.br ; lcfarias@construcap.com.br ; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br ; mario.guedes@agnet.com.br ; omorais@cbmsa.com.br ; arodrigues@ferreiraguedes.com.br ; adf@odebrecht.com ; elias.costa@oas.com ; alvim@queirozgalvao.com ; inoronha@queirozgalvao.com ; convap.bh@convap.com.br ; mariaamelia@estacon.com.br ; engenharia@mendesjunior.com.br ; dj.silva@santabarbarasa.com.br ; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br ; afferreira@schahin.com.br ; carlosb@grupovia.com.br ; proposta@grupovia.com.br ; leticia@blokos.com.br
Sent: Tuesday, October 30, 2007 10:00 AM
Subject: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje –

CPEL 14103 CODEMIG

30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL 14/04 CODEMIG

11

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40488.txt (401 B)

Resultado ilgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

mariaamelia@estacon.com.br

CPEL 14105 CODEMIG

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Therese Francoise Bouchardet [therese.bouchardet@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:08
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Confirmamos recebimento.

Thérèse Françoise Bouchardet
Área de Engenharia
MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.
engenharia@mendesjunior.com.br
Tel.:: (31) 2121-9508 - Fax: (31) 2121-9499

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; Engenharia; dj.silva@santabarbarasa.com.br; natalia.almeida@santabarbarasa.com.br; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

CPEL 14106 CODEMIG

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

MENDES JÚNIOR

A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.

Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material anexo pelo destinatário da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que você avise imediata e diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.

O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o acesso a esta conta de e-mail, não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declarações e/ou seu conteúdo, exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.

This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material only by the intended receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you notify immediately and directly the sender of this event and delete this message.

The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing access to this e-mail account, not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, unless formally ratified by their legal representatives, duly authorized for such purpose.

CPEL 1410 CODEMIG

30/10/2007

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: jose.marcos [jose.marcos@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:08
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007



Resultado
ılgamento recursos .

<html><body> <img src="http://www.mendesjunior.com.br/disclaimer/mj.png" border="0"> A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.<hr>Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material anexo pelo destinatário
da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que você avise imediata e
diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.
 O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o acesso a esta conta de e-mail,
 não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declarações e/ou seu conteúdo,
 exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.
 This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material only by the intended
 receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you notify immediately and directly
 the sender of this event and delete this message.
 The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing access to this e-mail account,
 not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, unless formally ratified by
 their legal representatives, duly authorized for such purpose.</body>



12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: jose.marcos [jose.marcos@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:08
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007



ATT40657.txt (323 B)

Sua mensagem foi entregue ao destinatário.
Enviado do meu BlackBerry®

CPEL 14109 CODEMIG

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Therese Francoise Bouchardet [therese.bouchardet@mendesjunior.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:06
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: therese.bouchardet@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:06.

CPEL 14110 CODEMIG

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Therese Francoise Bouchardet [therese.bouchardet@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:06
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Prioridade: Alta



Lida: Resultado julgamento rec...

<html><body> <img src="http://www.mendesjunior.com.br/disclaimer/mj.png" border="0"> A Mendes Júnior é uma empresa de construção que propicia soluções de excelência em negócios de engenharia.<hr>Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais ou privilegiadas. O remetente somente autoriza a utilização do material anexo pelo destinatário
da mensagem. Caso você não seja o destinatário dos mesmos você não está autorizado a utilizar o material para qualquer fim. Solicitamos que você avise imediata e
diretamente ao remetente do ocorrido e apague esta mensagem.
 O conteúdo desta mensagem e seus anexos não representam necessariamente a opinião, conclusão ou a intenção da empresa que provêm o acesso a esta conta de e-mail,
 não implicando em qualquer obrigação ou responsabilidade por parte da mesma, quanto a opiniões, afirmações, dados, disposições, declarações e/ou seu conteúdo,
 exceto se ratificado formalmente, por seus representantes legais devidamente autorizados para o fim.
 This message and its attachments may contain confidential and/or privileged information. The sender authorizes the use of the attached material only by the intended
 receiver. If you are not the intended receiver of such information you are not authorized to use the materials in any way. We request that you notify immediately and directly
 the sender of this event and delete this message.
 The contents of this message and its attachments do not necessarily represent the opinion, conclusion or intention of the company providing access to this e-mail account,
 not implying in any obligation or liability of such company, regarding opinions, statements, data, dispositions, declarations and/or their content, unless formally ratified by
 their legal representatives, duly authorized for such purpose.</body>

CPEL CODEMIG

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Jose Marcos Cardoso Costa [jose.marcos@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:11
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: jose.marcos@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:11.

CPEL 1411 CODEMIG

12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40551.txt (409 B) Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

engenharia@mendesjunior.com.br

CPEL 14113 CODEMIG

92

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Nelson Kneipp [nelson.kneipp@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:25
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: nelson.kneipp@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 09:25.



12

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Ferdinando Delgado Cyrne [ferdinando.cyrne@mendesjunior.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 14:39
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: ferdinando.cyrne@mendesjunior.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 14:39.

CPEL 14115 CODEMIG

13

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz [natalia.almeida@santabarbarasa.com.br]

Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:09

Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

Assunto: RES: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Acusamos e confirmamos recebimento da mensagem.
Sds,-

Natália Nogueira Almeida
Departamento de Orçamento
Santa Bárbara Engenharia e Construção
www.santabarbarasa.com.br
Tel.:(0xx31) 2121-7837
Fax.:(0xx31) 2121-7816

Santa Bárbara Engenharia S.A.

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG [mailto:CPEL@codemig.com.br]
Enviada em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 10:01
Para: 001.comercial@constran.com.br; laercio@constran.com.br; antoniocarlos@constran.com.br; dalva@construcap.com.br; lcfarias@construcap.com.br; eduardo.camargo@camargocorrea.com.br; mario.guedes@agnet.com.br; omorais@cbmsa.com.br; arodrigues@ferreiraguedes.com.br; adf@odebrecht.com; elias.costa@oas.com; alvim@queirozgalvao.com; inoronha@queirozgalvao.com; convap.bh@convap.com.br; mariaamelia@estacon.com.br; engenharia@mendesjunior.com.br; Djaniro Silva - Desenvolvimento de Negocios; Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz; afferreira@schahin.com.br; carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br; leticia@blokos.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

CPEL 14116 CODEMIG

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPEL CODEMIG

13

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40497.txt (563 B)

Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

dj.silva@santabarbarasa.com.br
natalia.almeida@santabarbarasa.com.br

CPEL CODEMIG

13

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Maria Natalia Nogueira de Almeida - Orcamentos/Matriz [natalia.almeida@santabarbarasa.com.br]
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:07
Assunto: Lida: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: natalia.almeida@santabarbarasa.com.br
Assunto:

foi lida em 30/10/2007 08:07.

CPEL 14119 CODEMIG

14

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40587.txt (399 B)

Resultado ilgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

afferreira@schahin.com.br

Schahin Engenharia S.A

CPEL 14/20. CODEMIG

15

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: Proposta - Via Engenharia S/A
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 15:15
Assunto: Entregue: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Enviada em: 30/10/2007 09:28

foi entregue aos seguintes destinatários:

Proposta - Via Engenharia S/A em 30/10/2007 15:20

CPEL 1413 CODEMIG

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Administrador do sistema
Para: Carlos Eduardo Rezende Braga; Proposta - Via Engenharia S/A
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 15:15
Assunto: Entregue: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007

Sua mensagem

Para: carlosb@grupovia.com.br; proposta@grupovia.com.br
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Enviada em: 30/10/2007 09:32

foi entregue aos seguintes destinatários:

Carlos Eduardo Rezende Braga em 30/10/2007 15:20
Proposta - Via Engenharia S/A em 30/10/2007 15:20

CPEL 1492 CODEMIG

15

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:32
Para: 'carlosb@grupovia.com.br'; 'proposta@grupovia.com.br'
Assunto: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007
Prioridade: Alta

Senhores Licitantes,

Comunicamos às licitantes participantes que foi publicado nos jornais MINAS GERAIS e no jornal O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, o resultado do julgamento dos recursos administrativos propostos contra inabilitação no processo licitatório Concorrência 05/2007, nos seguintes termos:

"DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG"

Ficam os licitantes convidados para a sessão pública de abertura das propostas de preços da Concorrência 05/07, marcada para o dia 31.10.2007 às 9 horas, conforme convocação publicada nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO da data de hoje – 30.10.2007, nos seguintes termos:

"CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação"

Atenciosamente,

CPEL Fls. 123 CODEMIG

30/10/2007

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente da Comissão Especial de Licitação da CODEMIG

Favor enviar resposta de confirmação de recebimento.

Comissão Especial de Licitação
Tel.: (31) 3213-8930
Fax.: (31) 3273-1331
E-mail: cpel@codemig.com.br

CPE CODEMIG

30/10/2007

16

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: Eng.ª Letícia Pedrosa [leticia@blokos.com.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 08:10
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Lidas: Resultado julgamento recursos administrativos contra inabilitação e convocação sessão pública abertura proposta de preços - 30.10.2007



ATT40686.txt (444 B)

Esta é uma confirmação de recebimento do email que você enviou para <001.comercial@constran.com.br>; <laercio@constran.com.br>; <antoniocarlos@constran.com.br>; <dalva@construcap.com.br>; <lcfarias@construcap.com.br>; <eduardo.camargo@camargocorrea.com.br>; <mario.guedes@agnet.com.br>; <omorais@cbmsa.com.br>; <arodrigues@ferreiraguedes.com.br>; <adf@odebrecht.com>; <elias.costa@oas.com>; <alvim@queirozgalvao.com>; <inoronha@queirozgalvao.com>; <convap.bh@convap.com.br>; <mariaamelia@estacon.com.br>; <engenharia@mendesjunior.com.br>; <dj.silva@santabarbarasa.com.br>; <natalia.almeida@santabarbarasa.com.br>; <afferreira@schahin.com.br>; <carlosb@grupovia.com.br>; <proposta@grupovia.com.br>; <leticia@blokos.com.br> em 30/10/2007 09:00

Esta confirmação verifica se a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 30/10/2007 08:10

Blokos Engenharia Ltda.

CPEL 14/25 CODEMIG

16

CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG

De: postmaster@comig.com.br
Enviado em: terça-feira, 30 de outubro de 2007 09:01
Para: CPEL - Comissão Permanente de Licitação - CODEMIG
Assunto: Delivery Status Notification (Relay)




ATT40569.txt (391 B)

Resultado ılgamento recursos .

This is an automatically generated Delivery Status Notification.

Your message has been successfully relayed to the following recipients, but the requested delivery status notifications may not be generated by the destination.

leticia@blokos.com.br

CPEL 14/26 CODEMIG

serviços de manutenção de grupo gerador destinado à Penitenciária Francisco Sá. OBJETO:Constitui objeto do presente termo aditivo: a) a prorrogação do prazo de vigência do contrato inicial por mais 12 (doze) meses, a contar de 08/08/07; b) a atualização manetária do valor inicial, em 3,74% (três vírgula setenta e quatro por cento), pelo IPCA - IBGE, conforme previsto na cláusula quinta do contrato. VALOR: O valor global do contrato original passa a ser de R$ 12.361,56 (doze mil trezentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária n°1451.06.421.312.4223.0001.339039.101.0. SIGNATÁRIOS: Maurício de Oliveira Campos Júnior e Guimaldo de Oliveira Silva.

7cm 29 741.554 -X

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação no uso da competência delegada pelo Decreto Estadual n° 43.817 de 14 de junho de 2004, nos termos do parecer jurídico n° 597 de 24/09/07 e Certificado de Auditoria n° 1450.1.07.11.097.07, com fulcro no inciso XIII do art. 24, da Lei n° 8.666/93, objetivando a contratação da FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, para a prestação do serviço de levantamento de dados para subsidiar ações e decisões da Superintendência de Avaliação e Qualidade de Atuação do Sistema de Defesa Social, por meio de cinco módulos de pesquisa. O valor global previsto para a contratação é de R$ 648.820,58 (seiscentos quarenta e oito mil oitocentos e vinte reais cinqüenta e oito centavos)) e correrá à conta da dotação orçamentária 1451.06.181.313.1719.0001.339039.101.1.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2007.
MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR
Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

4cm 29 741.516 -X

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Extrato de Termo de Contrato

PARTES: EMG/SEDS e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-FUNDEP. OBJETO:O objeto deste Contrato é a prestação de serviços no âmbito dos Programas de Controle de Homicídios, CEAPA, Egressos, Mediação de Conflitos e Implantação de Núcleo, conforme Plano de Trabalho anexo, cujos objetivos são ações de pesquisa, capacitação, seminários, avaliações, oficinas, elaboração de projetos temáticos e projetos locais relativos à prevenção social, eventos divulgadores da metodologia de prevenção social ao crime e à violência, além de outras ações específicas objetivando reduzir a incidência de homicídios mediante prevenção e repressão. Parágrafo Único: As ações serão realizadas para núcleos já implantados e para os núcleos em fase de implantação e expansão. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 01 (um) ano, contado a partir de 01/09/07, podendo ser prorrogado de acordo com a conveniência da Administração, respeitado o limite estabelecido no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93. Parágrafo Único: Ficam convalidados os atos praticados desde 01/09/07 até a assinatura deste contrato. VALOR: O valor estimativo global deste Contrato é de R$ 9.428.285,00 (nove milhões quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias conforme especificado na Cláusula Sexta do Contrato. SIGNATÁRIOS: Maurício de Oliveira Campos Júnior e Márcio Ziviani.

6cm 29 741.485 -X

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico N° 115/2007. Processo N°: 388/2007. Objeto: Aquisição de mesa de tênis. Homologo o julgamento do processo licitatório a empresa ESPORTES CAMISA 10 LTDA no lote 01, no valor de R$5.600,00. Conforme decisão da Pregoeira. Superintendência de Logística e Recursos Humanos, Ana Costa Rego. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico N° 94/2007. Processo N°: 317/2007. Objeto: Aquisição de Coifas para Cozinha Industrial com instalação. Homologo o julgamento do processo licitatório a empresa COZIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA no lote 01 no valor de R$ 105.000,00, conforme decisão da Pregoeira. Superintendência de Logística e Recursos Humanos, Ana Costa Rego. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico N° 112/2007. Processo N°: 357/2007. Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e Máquinas de Calcular. Homologo o julgamento do processo licitatório as empresas RV COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA no lote 01, no valor de R$12.995,00; OMER ELETRO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA no lote 02, no valor de R$ 1.920,00; INFORNOBI COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA no lote 03, no valor de R$ 449,70; REIS OFFICE PRODUCTS COMERCIAL LTDA no lote 04, no valor de R$ 4.990,00, conforme decisão da Pregoeira. Valor total da aquisição de R$20.354,70. Superintendência de Logística e Recursos Humanos, Ana Costa Rego. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE : Pregão Eletrônico n° 113/07. PROCESSO n.°: 468/2007. OBJETO: Aquisição de dicionários de língua portuguesa, acompanhados por cd-room com 32.000 verbetes. Abertura dia 14/11/07 às 9:00 h no site www.licitanet.mg.gov.br. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do site, no período compreendido entre o dia 31/10/07 às 8:00 h. e 14/11/07 às 08:00 h. Secretaria de Estado de Defesa Social- Rua Rio de Janeiro, n° 471- 17°. andar, Centro. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial n.° 102/2007. Processo n° 354/2007. Objeto: Aquisição de aparelhos de Raio-X, com instalação e treinamento operacional, para unidades prisionais. Abertura dia 13/11/2007 às 09:00 h. Informamos aos interessados que o edital poderá ser retirado pelos sites: www.defesasocial.mg.gov.br (editais e licitações) ou www.licitanet.mg.gov.br. Secretaria Estado de Defesa Social - Rua Rio de Janeiro, n° 471 - 17° andar - Centro. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n.° 137/2007. Processo n° 459/2007. Objeto: Aquisição de pneus para veículos pertencentes à frota de veículos da SEDS. ONDE SE LÊ: Abertura dia 12/11/07 às 09:00 h no site www.licitanet.mg.gov.br. LEIA-SE: Abertura dia 13/11/07 às 09:00 h no site www.licitanet.mg.gov.br. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do site, no período compreendido entre o dia 30/10/07 às 8:00 h. e 13/11/07 às 08:00 b. Secretaria Estado de Defesa Social - Rua Rio de Janeiro, n°471 - 17° andar - Centro. Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

15cm 29 741.620 - X

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação no uso da competência delegada pelo Decreto Estadual n° 43.817 de 14 de junho de 2004, nos termos do parecer jurídico n° 571 de 30/08/07 e Certificado de Auditoria n° 1450.1.07.11.099.07, com fulcro no inciso XIII do art. 24, da Lei n° 8.666/93, objetivando a contratação da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP, para a prestação de serviços referentes aos programas de controle de crimes e violência, destinado à Superintendência de Prevenção à Criminalidade. Ficam convalidados os atos praticados a partir de setembro do corrente ano até a presente data. O valor global previsto para a contratação é de R$ 9.428.285,00 (nove milhões quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e cinco reais) e correrá à conta da dotação orçamentária 1451.06.181.313.1787.0001.339039.101.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2007.
MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR
Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

5cm 29 741.464 - X

CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.155.730/0001-64

AVISO DE EDITAIS
Aquisição de Material
Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16

Tomada de Preço com entrega de propostas até as 18:00 horas da dia 16/11/2007:
530-T70334 - Peças e acessórios para religador.
Wagner Delgado Costa Reis
Gerente de Planejamento e Aquisição de Material

Informações Gerais

Editais disponíveis na Av. Barbacena 1200, Térreo - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas ou através da site www.cemig.com.br.

Pregão Presencial MS/AS-530-N70134

Objeto: serviços de Leitura de Medidores de energia elétrica de Consumo em KWh do Grupo "B", através de Microcoletores de Dados, no âmbito de atuação da Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Governador Valadares - DL/GV, abrangendo os municípios de Caratinga, Santa Rita de Minas, Santa Bárbara da Leste, Piedade de Caratinga, Córrego Novo, Bom Jesus do Galho, Entre Folhas, Vargem Alegre, Dom Cavati, Iapu, São João do Oriente, Tarumirim, Inhapim, Imbé de Minas, Bugre, São Sebastião do Anta, São Domingos das Dores, Ubaporanga, Ipanema, Mutum, Pocrane, Lajinha, Conceição do Ipanema, Chalé, São José do Mantimento, Taparuba, Carangola, Tombos, Divina, Faria Lemos, Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó, Caiana, Fervedouro, São Francisco do Glória e Orizânia. Data/horário/local da Realização: 12/11/2007, 09:00 horas no minauditorio - Térreo na Av. Barbacena, n°. 1200 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG - Pregoeira Elizabete Ribeiro Bibiano de Magalhães - n° Pessoal 36.418-2, podendo atuar como substituta Marcilene Salomão Ramos - n° Pessoal 55599, tendo como Equipe de Apoio; Thiago de Queiroz Mesquita - n°. Pessoal 056325, Arlindo Almeida da Silva - n°. Pessoal 021185, Eleni Aparecida Paiva - n° Pessoal 027031. O Edital poderá ser obtido pelos interessados na Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida. Barbacena n° 1.200 - Bairro Santo Agostinho - 30190-131 - Belo Horizonte - MG - nos horários das 09 horas às 11 boras e das 14 horas às 17 horas, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.cemig.com.br até a data de realização do Pregão Presencial.

Pregão Presencial para Serviço - 510-N70120

Objeto: contratação dos serviços de vigia para a sede da Gerência de Transmissão Triângulo - AT/TA, em Uberaba e para a Subestação SE São Gotardo 2, conforme descritos no anexo V (Escopo dos Serviços) da Minuta de Contrato.
Data/Horário/Local da Realização: 12/11/2007, 09 Horas, Miniauditório- Térreo, Av. Barbacena, 1200 - Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG.
Pregoeira: Andréa Chierici Avelar n° Pessoal 41483, podendo atuar como substituto Célio Rodrigues Pacheco n° Pessoal 45827.
Equipe de Apoio: Adeailson Nogueira Commam - n° Pessoal 45318, Eleni Aparecida Paiva - n° Pessoal 27031 e Jadir Pinheiro Lopes - n° Pessoal 56180.
O Edital poderá ser obtido pelos interessados na Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida. Barbacena n° 1.200 - Bairro Santo Agostinho - 30190-131 - Belo Horizonte - MG - nos horários das 09 horas às 11 horas e das 14 horas às 17 hnras, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.cemig.com.br até a data de realização do Pregão Presencial.

Aviso de Edital - Aquisição de Material

Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16
Pregão Eletrônico: 530-G70403. Objeto: Medidor Trifasico de Energia Eletrica, para Aquisição Imediata, do tipo menor preço por item equalizado, regime de contratação empreitada por preço unitário. Envio das propostas: Por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 12/11/07, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pelo pregoeiro Welsnn de Souza Soares - n° de pessoal 43015, tendo como equipe de apoio: Carlos Alberto Monteiro Leitão - n° pessoal 45463, Sebastião Antônio S. Bicalho - n° de pessoal 45559 (que poderá atuar como pregoeiro substituto), Andréa Cássia Costa - n° de pessoal 51682 e Anderson Batista de Sales - n° de pessoal 53707. Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, na Superintendência de Material e Serviços - MS, à Avenida Barbacena, 1200 - bairro Santo Agostinho - CEP: 30190-131 - Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte, 24/10/07. Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Pregão Eletrônico Para Serviço MS/AS 510-H70017

Objeto: Serviço de transporte de empregados da Cemig ou pessoas por ela indicada, entre a cidade de Araçuaí - MG e a Usina Hidrelétrica de Irapé e vice - versa, em um veículo com capacidade mínima para 18 (dezoito) passageiros sentados, mais o motorista, com modelo e ano de fabricação a partir de 2005, com ar condicionado, bancos individuais com encostos reclináveis, em plenas condições de uso e dentro das condições exigidas na legislação de trânsito vigente, conforme Escopo de Serviço - Anexo 1.
Data / Horário: 13/11/07, 09 horas. Envio das Propostas: As propostas deverão ser enviadas por meio do site www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, até às 7h30min da data de realização da sessão. Pregoeira: Fany Júlia de Carvalho Siqueira - n°. Pessoal 036440 ; podendo atuar como Pregoeira substituta Marcilene Salomão Ramos - n°. Pessoal 055599 , tendo como Equipe de Apoio Thiago de Queiroz Mesquita - n° Pessoal 056325, Adenilson Nogueira Commam - n° Pessoal 045318, Fabrícia Brites Leite- n° Pessoal 056253, Márcio Gomes de Campos - n°. Pessoal 030922 e Ana Fátima dos Santos Alves- n° Pessoal 030946.
O Edital poderá ser obtido pelos interessados na Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida. Barbacena n°. 1200, Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG, nos horários das 09 horas às 11 horas e das 14 horas às 17 horas, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.cemig.com.br até a data de realização do Pregão Eletrônico.

Pregão Presencial MS/AS-530-N70135

Objeto: serviços de Leitura de Medidores de energia elétrica de Consumo em KWh do Grupo "B", através de Microcoletores de Dados, no âmbito de atuação da Gerência de Relacionamento Comercial e Serviços de Governador Valadares - DL/GV, abrangendo os municípios Antônio Dias, Boachá do Bagre, Bruúnas, Ipaba, Ipatinga, Mesquita, Joanésia, Coronel Fabriciano, Timóteo, Açucena, Naque, Jaguaraçú, Periquito, Santana do Paraíso, Revés do Belém, Marliéria, Belo Oriente, Boachá, Ilha do Rio Doce e São Lourenço do Escuro. Data/horário/local da Realização: 12/11/2007, 14:00 horas no minauditorio - Térreo na Av. Barbacena, n°. 1200 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG - Pregoeira Elizabete Ribeiro Bibiano de Magalhães - n° Pessoal 36.418-2, podendo atuar como substituta Marcilene Salomão Ramos - n° Pessoal 55599, tendo como Equipe de Apoio; Thiago de Queiroz Mesquita - n°. Pessoal 056325, Arlindo Almeida da Silva - n°. Pessoal 021185, Eleni Aparecida Paiva - n° Pessoal 027031. O Edital poderá ser obtido pelos interessados na Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida. Barbacena n° 1.200 - Bairro Santo Agostinho - 30190-131 - Belo Horizonte - MG - nos horários das 09 horas às 11 horas e das 14 horas às 17 horas, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.cemig.com.br até a data de realização do Pregão Presencial.

Pregão Presencial MS/AS-500-N70129

Objeto: Serviços de elaboração de laudo atuarial para assessoramento da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT e Empresa de Infovias S. A. no processo de elaboração das demonstrações financeiras, conforme descritos no Anexo II - Escopo dos Serviços da Minuta de Contrato.
Data/horário/local da Realização: 13/11/2007, 09 horas no mini-auditorio - Térreo na Av. Barbacena, n°. 1200 - Bairro Santa Agostinho - Belo Horizonte/MG. Pregoeiro: Célio Rodrigues Pacheco - n° Pessoal 45827, podendo atuar como Pregoeira Substituta Cláudia Márcia Leite Ferreira - n° Pessoal 50241, tendo como Equipe de Apoio: Jadir Pinheiro Lopes - n° Pessoal 56180, Andrea Chierici Avelar - n° Pessoal 41483, Álvaro Parisi Dutra - n° Pessoal 41038, Marcílio Ferreira Delázari - n° Pessoal 43451, Adenilson Nogueira Cammam - n° Pessoal 45318, Eleni Aparecida Paiva - n° Pessoal 27.031 e Kilder Eustáquio Araújo - n° Pessoal 51.584.
O Edital poderá ser obtido pelos interessados na Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida. Barbacena n° 1.200 - Bairro Santo Agostinho - 30190-131 - Belo Horizonte - MG - nos horários das 09 horus às 11 horas e das 14 horas às 17 horas, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). O Edital poderá ser retirada gratuitamente através do site www.cemig.com.br até a data de realização do Pregão Presencial.

Aviso de Edital - Aquisição de Material

Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16
Pregão Eletrônico: 530-G70408. Objeto: Medidor de Energia Ativa, para Contrato de Fornecimento, do tipo menor preço por item equalizado, regime de contratação empreitada por preço unitária. Envio das propostas: Por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 19/11/07, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pelo pregoeiro Welson de Souza Soares - n° de pessoal 43015, tendo como equipe de apoio: Sebastião Antônio S. Bicalho - n° de pessoal 45559 (que poderá atuar como pregoeiro substituto), Andréa Cássia Costa - n° de pessoal 51682 e Anderson Batista de Sales - n° de pessoal 53707. Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, na Superintendência de Material e Serviços - MS, à Avenida Barbacena, 1200 - bairro Santo Agostinho - CEP: 30190-131 - Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte, 29/10/07. Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Aviso de Edital - Aquisição de Material

Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16 - Cemig Geração e Transmissão S.A. - CNPJ n° 06.981.176/0001-58 - Pregão Eletrônico: 500-G70404 Objeto: Servidores e Processador para Aquisição ImediatA, do tipo menor preço por lote equalizado, regime de contratação empreitada por preço unitário. Envio das propostas: Por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 08/11/2007, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pelo pregoeiro Alexandre A. M. Barbosa - n° pessoal 51889, tendo como equipe de apoio Ivna de Sá Machado - n° pessoal 56269, Reginaldo Schumann Ferreira - n° pessoal 37574 e Sebastião A. S. Bicalho - n° pessoal 45559, que poderá atuar como pregoeiro substituto. Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, na Superintendência de Material e Serviços - MS, à Avenida Barbacena, 1200 - bairro Santo Agostinho - CEP: 30190-131 - Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte, 24/10/2007 - Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Aquisição de Material

Pregão Eletrônico - MS/MT 530-G70390 - Cemig Distribuição S.A - Cemig D - CNPJ/MF.: 06.981.180/0001-16 - Adendo n° 1 alterando o edital publicado no Portal de Compras da Cemig no dia 19/10/07. - Belo Horizonte, 26 de outubro de 2007. - Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Aviso de Edital - Aquisição de Material

Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16 - Pregão Eletrônico: 530-G70312. Objeto: Transceptor Digital Teleproteção., para Aquisição Imediata, do tipo menor preço por lote equalizado, regime de contratação empreitada por preço unitário. Envio das propostas: Por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 13/11/07, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pelo pregoeiro Ivan Moyses Figueiredo Marques - n° de pessoal 40978, tendo como equipe de apoio: Mario Fernando Nunes Brandão - 033117, Alexandre A. Medeiros Barbosa - n° de pessoal 51889 (que poderá atuar como pregoeiro substituto), Juliana Moreira Rodrigues - n° de pessoal 50134, Clarice Nogueira G. A. Pimenta - n° de pessoal 51707 e Ivna de Sá Machado - n° de pessoal 56269. Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, na Superintendência de Material e Serviços - MS, à Avenida Barbacena, 1200 - bairro Santo Agostinho - CEP: 30190-131 - Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte, 25/10/07. Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Aquisição de Material

Cemig Distribuição S.A. - CNPJ n° 06.981.180/0001-16
Pregão Eletrônico: 530-G70388. Objeto: Autotransformador, Transformador e Regulador, para Contrato de Fornecimento, do tipo menor preço por lote equalizado, regime de contratação empreitada por preço unitário. Envio das propostas: Por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 13/11/07, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pelo pregoeiro Aguimar de Jesus Vieira - n° de pessoal - 32612, tendo como equipe de apoio: Eduardo Nunes e Carvalho - n° pessoal 053448, Iacky Robert Yves Deligne - n° pessoal -042079 e Leandro Corrêa de Castro - n° de pessoal 56279 (que poderá atuar como pregoeiro substituto). Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, na Superintendência de Material e Serviços - MS, à Avenida Barbacena, 1200 - bairro Santo Agostinho - CEP: 30190-131 - Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte, 26/10/07. Wagner Delgado Costa Reis - Gerente de Planejamento e Aquisição de Material - Cemig.

Pregão Eletrônico MS/AS 510-H70018

Objeto: contratação dos serviços de implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gerenciamento da Operação de Usinas da Cemig (SIGO), do tipo Menor Preço e regime de contratação empreitada por preço global. Envio das propostas: por meio do sítio www.cemig.com.br - Portal de Compras da Cemig, no período compreendido entre 0h01 da data desta publicação e 7h30 de 13/11/07, data da realização do pregão. Abertura da sessão pública: 9h. O pregão será realizado pela pregoeira Marcilene Salomão Ramos - n°. Pessoal 55599, podendo atuar como Pregoeira Substituta Elizabete Ribeiro Bibiano Magalhães - n°. Pessoal 36418, tendo como equipe de apoio: Fernanda Cameiro Quintão - n°. Pessoal 56165, Thiago de Queiroz Mesquita - n°. Pessoal 56325, Adenilson Nogueira Commam - n°. Pessoal 45318 e Marcos Antonio F. Melo - n° Pessoal 32747. Edital disponível a partir da data desta publicação no Portal de Compras da Cemig, ou, de 2ª a 6ª feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, junto à Gerência de Aquisição de Serviços - MS/AS, localizada na Avenida Barbacena n° 1.200 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG.

Comunicado

Tomada de Preços para Serviço - 510-B70315
Objeto: Serviços de elaboração dos estudos de pré-viabilidade ambiental (1ª etapa) das UHE's Angueretá, Choro, Doresópolis e Pompeu.

Empresas Inabilitadas:

Amplo Treinamento e Consultoria S/C Ltda
Motivo: Proponente não possui Certificado de Registro Cadastral CRC. Portanto, impossibilitada de participar desta licitação. Sua proposta será devolvida lacrada, via correio, conforme resultado da Reunião de Abertura, datada de 25/10/2007.

Habtec Eng. Sanitária e Ambiental

Motivo: Proponente com Certificado de Registro Cadastral - CRC em vigência, cadastrada no Grupo de Mercadorias 0946, com todos os documentos atualizados junto ao setor de cadastro da Cemig, declaração de cumprimento do inc. V do art. 27 da Lei 8.666/93, porém não possui o Capital Circulante mínimo exigido pelo edital. Portanto, impossibilitada de participar desta licitação. Sua proposta será devolvida lacrada, via correio, conforme resultado da Reunião de Abertura, datada de 25/10/2007.A nova data para abertura das propostas comerciais, dar-se-á no primeiro dia útil findo o prazo recursal.

Comunicado

Tomada de Preços para Serviço - 510-B70318
Objeto: Serviços de elaboração dos estudos de pré-viabilidade ambiental (1ª etapa) das UHE's Resplendor, Crenaque, Galileia e Biboca.
Empresa Inabilitada: Amplo Treinamento e Consultoria S/C Ltda
Motivo: Proponente não possui Certificado de Registro Cadastral CRC. Portanto, impossibilitada de participar desta licitação. Sua proposta será devolvida lacrada, via correio, conforme resultado da Reunião de Abertura, datada de 25/10/2007.A nova data para abertura das propostas comerciais, dar-se-á no primeiro dia útil findo o prazo recursal.

62cm 29 741.487 -X

CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.155.730/0001-64

CONTRATOS

DL/SJ-CT-4680003620. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Garra Telecomunicações e Eletricidade Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 07 Objeto: Obras e Serviços em RDA
Prazo: 06 meses. Valor: R$3.250.096,00. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
DL/LF-CT-4680003621. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Garra Telecomunicações e Eletricidade Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 09. Objeto: Obras e Serviços em RDA
Prazo: 06 meses. Valor: R$4.583.779,20. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
DL/IP-CT-4680003623. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Engepol Engenharia Pontenovense Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 17. Objeto: Obras e Serviços em RDA
Prazo: 06 meses. Valor: R$3.309.696,00. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
DC/SE-CT-4680003615. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Selt Engenharia Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 01. Objeto: Obras e Serviços em RDA. Prazo: 06 meses. Valor: R$5.811.824,00. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
DL/GV-CT-4680003627. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Construtora Remo Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 08. Objeto: Obras e Serviços em RDA. Prazo: 06 meses. Valor: R$2.724.045,44. Ass: 17/09/2007. Homologada em: 17/09/2007.
DL/TO-CT-4680003628. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Projecel Engenharia Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 14. Objeto: Obras e Serviços em RDA. Prazo: 06 meses.
Valor: R$2.809.183,19. Ass: 17/09/2007. Homologada em: 17/09/2007.
DL/JF-CT-4680003624. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Garra Telecomunicações e Eletricidade Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 18. Objeto: Obras e Serviços em RDA
Prazo: 06 meses. Valor: R$3.770.776,80. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
DC/SE-CT-4680003616. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Selt Engenharia Ltda. Fundamento: Concorrência MS/AS-530-R70107. Lote 02. Objeto: Obras e Serviços em RDA . Prazo: 06 meses. Valor: R$5.811.824,00. Ass: 27/08/2007. Homologada em: 27/08/2007.
TR/LE-Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A x CLM Serviços e Comércio Ltda. Objeto: acréscimo de US no CT-4570010356 e prazo. Valor: De: R$241.110,00. Para: R$295.535,00. Prazo 06 meses.
Ass: 08/10/2007.
TR/SO-CT-4570010576. Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A. x Módulus Informática Ltda. Fundamento: Pregão Eletrônico MS/AS-510-H70015. Objeto: Serviços de manutenção dos StorageWorks do SSCD. Prazo: 12 meses. Valor: R$23.500,00. Ass: 26/10/07. Homologada
em: 19/10/07.
GN-CT-4570010595-510. Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A.x Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI Fundamento: Dispensa MS/AS 510-A70278. Objeto: cursos de capacitação para a população atingida pela UHE Irapé, residente nos municípios de Cristália, Grão Mogol, Josenópolis, Botumirim e Leme do Prado Prazo: 7 meses Valor: R$74.450,00. Ass: 29/10/07. Ratificada em: 29/10/07.

Aditivos

DL/EL-Partes: Cemig Distribuição S.A. x Protop Construções e Projetos Ltda Objeto: Acréscimo
de serviço ao CT-4680003557. Valor: de: R$124.900,00 para: R$156.125,00. Ass: 18/10/2007.
RH/DH-Partes: Cemig Distribuição S.A, Cemig Geração e Transmissão S.A. x Suarez Furst Business Ltda. Objeto: serviços adicionais ao CT-4570010149 e 4570010150. Valor de R$39.774,00 para: R$40516,00. Ass: 26/10/2007.
DL/JF-Partes: Cemig Distribuição S.A. x Colabores Administração e Serviços Ltda. Objeto: prorrogação do CT-4570009661. Prazo: 06 meses. Valor de: R$410.348,88 para: R$550.439,22.
Ass: 18/10/2007.

Homologação

TR/SO-Pregão Eletrônico MS/AS-510-H70015. Objeto: Serviços de manutenção dos StorageWorks do SSCD. Prazo: 12 meses. Valor: R$23.500,00. Homologado em: 19/10/07 e adjudicados para a Módulus Informática Ltda.

Rutificação de Dispensa

GN-Processo: MS/AS 510-A70278. Fundamento: Art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, para a contratação direta do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai para cursos de capacitação para a população atingida pela UHE Irapé, residente nos municípios de Cristália, Grão Mogol, Josenópolis, Botumirim e Leme do Prado Prazo: 7 meses Valor: R$74.450,00 Ratificada em: 29/10/07.

18cm 29 741.488 - X

CODEMIG

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
CODEMIG

DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Concorrência 05/2007 - Processo Interno 265/07
Objeto - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A - Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07

Objeto - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007

Comissão Especial de Licitação

9cm 29 741.604 -X

CODEMIG

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Extrato de Contratos

1. Termo aditivo n° 2081.3 - entre COPASA MG / COPASA AGUAS MINERAIS DE MINAS S/A - MPM X CODEMIG - Arrendamento dos direitos minerarios, equipamentos e instalações de evasamento das aguas minerais de Caxambú, Cambuquira, Lambari e Araxá / Alteração da cláusula 1ª - valor inicial de R$12.636.000,00 - assinado em 23/10/2007.
2. Contrato n° 2241 - entre RENATO LUCIO LOPES MARTINS X CODEMIG - Objeto: Compra de 02 lotes no bairro Frimisa em Santa Luzia - valor de R$25.150,00 - assinado em 18/10/2007.
3. Contrato n° 2242 - entre LUCAS TAVARES DE CARVALHO X CODEMIG - Objeto: Compra de 0 lote no bairro Frimisa em Santa Luzia no prazo de 12 meses - valor de R$15.500,00 - assinado em 18/10/2007.

contados a partir de 26/10/2007 para, querendo, purgar(em) o débito e evitar(em) a execução, o que poderá ser feito, preferivelmente, na Agência da Caixa Econômica Federal onde se efetuava o pagamento das prestações.
SED: 0344/07 – Contrato: 800810804283-8 - Mutuário: **DALVA MARIA MOREIRA PAIVA**, brasileira, solteira, assistente administrativo, CPF 904.882.266-20. IMÓVEL: Rua Cata Preta; nº. 459, Apto 402, 4º pavimento do Bloco 01 do Residencial Senna, Bairro João Pinheiro – Belo Horizonte – MG.
SED: 0355/07 – Contrato: 800810803747-8 - Mutuário: **RENATO LUIZ DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, soldador, CPF 915.632.916-49. IMÓVEL: Rua Christina Maria Assis, nº. 431, Apto 30, Bloco 08 do Residencial Vista Alegre, Bairro Califórnia – Belo Horizonte – MG
BELO HORIZONTE, 25 de outubro de 2007.
INTERMEDIUM, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

CONTAGEM – MG
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL, por estar(em) em luger incerto e não sabido e/ou presumivelmente se ocultando de receber a notificação, fica(m) notificado(s) o(s) mutuário(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº. 8004 de 14/03/1990 do Decreto-Lei nº. 70, de 21/11/1966 e regulamentação complementar do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que onera(m) o(s) imóvel(eis) de que é (são) proprietário(s) e é credor o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fica(m) cientificado(s), outrossim, de que tem 20 (vinte) dias, contados a partir de 26/10/2007 para, querendo, purgar(em) o débito e evitar(em) a execução, o que poderá ser feito, preferivelmente, na Agência da Caixa Econômica Federal onde se efetuava o pegamento das prastações.
SED: 0327/07 – Contrato: 815290000468-4 - Mutuário: **ARNALDO DE FREITAS FERREIRA**, brasileiro, casado, motorista, CI M-3.100.118 SSP/MG, CPF 584.551.246-87 e s/m MARIA ELOISA RODRIGUES DE FREITAS, brasileira, do lar, CI MG-3.619.561 SSP/MG, CPF 636.004.806-00.
IMÓVEL: Rua Rio Sacramento, nº 76, Apto.305 do Edifício João Paulo II, Bairro Parque Riacho das Pedras – Contagem - MG.
SED: 0261/07 – Contrato: 808930803672-2 - Mutuário: **IRACI DE LAIA SILVA PEREIRA**, brasileira, casade, empresária, CI M-7.550.228 SSP/MG, CPF 545.966.026-20 e s/m LUIZ MANOEL PEREIRA, brasileiro, comerciante, CI MG - 3.264.997 SSP/MG, CPF 331.971.056-72.
IMÓVEL: Rua Rio Xingu, nº. 2105, Apto. 218, Bloco 06 do Edifício Via Piemonte no Condomínio Citta Di Roma, Bairro Parque Riacho das Pedras – Contagem - MG.
Contagam, 25 de outubro de 2007
INTERMEDIUM, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

AVISO DE EXCLUSÃO PARCIAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2007. O Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal da Sete Lagoas/ MG, através do seu Consultor de Licitações e Compras e de sau Pregoeiro, designado pela Portaria nº 2.277 de 20 de abril de 2007, torna público para conhecimento dos interessados, relativo ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2007, com abertura no dia 31/10/2007 às 09:00 horas e com o seguinte objeto: Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, atendendo solicitação do Consultor de Licitações e Compras do Município de Sete Lagoas, a EXCLUSÃO do item 3.9 do lote III - GELATINA, CAIXA DE 85 GRAMAS, ENRIQUECIDA COM VITAMINA C, D e E.; tendo em vista que todas as amostras apresentadas foram reprovadas pelas nutricionistas do SED/DAA. O laudo técnico de análise das amostras e o termo de exclusão do item encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, endereço: rua Cônego Raimundo, nº 32 – Centro – Sete Lagoas/ MG, José Antônio Capanema Filho – Consultor de Licitações e Compras e Augusto Carlos Mendes – Pregoeiro.

Termo de Revogação Pregão Presencial nº 034/2007 - O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/ MG tornamos público, para conhecimento dos interessados, que o Consultor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Sete Lagoss REVOGOU o Pregão Presencial nº 034/2007, cujo Objeto: Registro de Preços para locação de veículos e máquinas, incluindo operadores, alimentação, transporte e abastecimento dos mesmos, atendendo a requisição nº SMOP 240/2007 emitida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, conforme relação e especificações constantes no anexo III deste edital, com valor total estimado em R$ 1.380.300,00 (um milhão trezentos e oitenta mil e trezentos reais). Declaro REVOGADO o Pregão Presencial nº 034/2007, nos termos art. 49 da Lei nº 8.666/93, pelas razões constantes nos autos do Processo Licitatório nº 203/2007. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste ato, nos termos do artigo 109, I, "c", da Lei nº 8.666/1993, para interposição de recurso administrativo - José Antônio Capanema Filho - Consultor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e Augusto Carlos Mendes - Pregoeiro.

UBERABA/ MG
EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

DIA: 30/10/2007
LOCAL: DIANTE DA AGÊNCIA DA CAIXA – AVENIDA LEOPOLDINO DE OLIVEIRA, N.º 3661 – BAIRRO CENTRO – UBERABA/MG - HORÁRIO: 15:00 hs
Flávio Duarte Ceruli, Leiloeiro Oficial, com escritório na Rua Major Gote, n.º 1901, loja 235, 2º piso,1º Via Shopping – Bairro Centro – Patos de Minas/MG, Tel.: (31) 9128-8192, 9229-1869, (34) 3814-2286, faz saber que devidamente autorizado por INTERMEDIUM CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, Tel. (31) 3528-6418, Agente Fiduciário do S.F.H., designado para o caso, venderá na forma da lei (Decreto-lei nº 70 de 21.11.66, Lei 8.004 de 14/03/90 e regulamentação complementar, especialmente, as RC-58/67, RC-24/68, RD-08/70 e CFG-10/77 do extinto BNH, sucedido pela CEF, nos termos do Decreto-lei nº 2.291, de 21.11.86), no dia, hora e local neste indicados, o(s) imóvel(is) adiante relacionado(s) e descrito(s) para pagamento de dívida hipotecária que seu(s) proprietário(s) mantém com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL .
A venda será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço da arrematação, além da comissão legal do Leiloeiro, e o saldo restante no prazo impreterível de 8 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado. A venda com financiamento pela Caixa, será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto a Agência da Caixa Econômica Federal , após a análise cadastral e comprovação de renda. Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição do(s) imóvel(is) constante(s) deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar a agência da CEF com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência à data de realização do leilão. O lance mínimo para venda, será no valor dos créditos hipotecários e acessórios ou a avaliação do imóvel nos termos do Art. 1.484 do C.C.; destes o menor , sujeitos porém, a atualização até o dia da realização da praça. As despesas relativas à comissão de leiloeiro, registro, impostos e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente de que será responsável pelas providências de desocupação do mesmo. O arrematante do imóvel com financiamento pela CAIXA ECONÔMICA FEOERAL, terá o prazo máximo de 30 dias, para o registro da Carta de Arrematação e registro do contrato e/ou escritura junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Caso o(s) executado(s) não seja(m) encontrado(s) fica(m) cientificado(s) desde já da presente praça. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer maiores informações sobre a(s) praça(s) e o(s) imóvel(is).
1 - Sed.: 0163/07 Contrato 801600005872-6 Caixa Econômica Federal, prop. **LUCIENE GONÇALVES**, brasileira, solteira, maior, autônoma, CI M-12.876:585 SSP/MG, CPF 012.648.926-24; Ref. IMÓVEL: CASA RESIDENCIAL, situada na Rua Dona Cecília Borges Pauluk, n.º 180, Bairro Residencial Anita, nesta cidade de Uberaba/MG; composta de garagem, sala de estar, 2 quartos, banheiro, cozinha e lavanderia, com área total construída de 67,47m²; que se constitui de um terreno, sem benfeitorias, formado pelo lote 02 da quadra 01, medindo dez metros de frente pela citada via pública, 25,00m pela lateral direita, confrontando com o lote n.º 03, 25,00m pela lateral esquerda, confrontando com o lote 01 e dez metros de largura nos fundos, confrontando com o lote 26, perfazendo a área de 250,00m², distante 115,70m do início do chanfro existente na esquina da Rua Dona Cecília Borges Pauluk com a Rua P; com demais áreas, limites e confrontações de acordo com a planta cadastral respectiva. Vlr lance mínimo: R$ 27.985,45.
Belo Horizonte, 15 de outubro de 2007.
Flávio Duarte Ceruli
Leiloeiro Público Oficial – nº 496

RIODOC

ENCOMENDAS URGENTES

DIARIAMENTE DE BELO HORIZONTE PARA:

MINAS GERAIS
- JUIZ DE FORA
- GOVERNADOR VALADARES
- TEÓFILO OTONI
- CORONEL FABRICIANO
- IPATINGA
- MURIAÉ
- ALÉM PARAÍBA
- LEOPOLDINA
- CATAGUASES
- CARATINGA
- MANHUAÇU
- NANUQUE
- ARAÇUAÍ
- CARANGOLA
- ESPERA FELIZ
- ALMENADA
- UBÁ
- ITAOBIM
- BARBACENA
- JEQUITINHONHA
- TIMÓTEO
- TOCANTINS
- ITAMBACURI
- IPANEMA
- LAJINHA
- MALACACHETA
- MEDINA
- NOVO CRUZEIRO
- PALMOPÓLIS
- RUBIM
- VIRGEM DA LAPA
- RIO DO PRADO
- TARUMIRIM
- SOBRÁLIA
- ÁGUAS FORMOSAS
- INHAPIM
- IPANEMA
- PADRE PARAÍSO
- PAVÃO
- PEDRA AZUL
- POTE
- PALMA
- RECREIO
- VARGEM ALEGRE
- ITAIPE

RIO DE JANEIRO
- RIO DE JANEIRO
- CAMPOS
- PETRÓPOLIS
- NITERÓI
- ITAPERUNA
- BOM JESUS DO ITABAPOANA
- CARMO

BAHIA
- ILHÉUS
- ITABUNA
- VITÓRIA DA CONQUISTA
- EUNÁPOLIS
- TEIXEIRA DE FREITAS
- ITAMARAJU
- POSTO DA MATA
- CAMACÃ
- CÂNDIDO SALES

ESPÍRITO SANTO
- VITÓRIA
- VILA VELHA
- SERRA
- GUARAPARI
- CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM
- PIÚMA
- IUNA
- IBATIBA

TRANSPORTE COM SEGURANÇA

do, 307 - centro, maiores informações (038)3251-8157.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A **UNIÃO DE ARTEFATOS INDUSTRIAIS LTDA. (UAI)**, torna público que obteve do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem – COMAC – através do processo Nº 1791/01-04, Licença de Operação Corretiva para atividade de fabricação de latas, localizada a Via Sócrates Mariani Bittencourt, nº 1139, Bairro Cinco, Contagem/MG válida por 6 anos.

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais CODEMIG
REAVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 30/2007, tipo menor preço, Processo Interno nº 419/07 , a ser realizado no dia 13 de novembro de 2007. Objeto: Aquisição de imagens de satélite geo-referenciadas para os projetos do Pólo de Microeletrônica no Município de Vespasiano - MG e para os projetos do Distrito Industrial de Ribeirão das Neves - MG.
Sessão de Pregão: Rua Aimorés, 1697, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte-MG, às 10:00 horas do dia 13 de novembro de 2007.
Obtenção do edital: no endereço supra das 9 às 12 e de 14 às 17 horas, ou pelo site http://www.codemig.com.br/pregao.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2007.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais CODEMIG
DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007 - Processo Interno 265/07

Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07

Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 008/2007 - O Município de Sete Lagoas/MG torna público, em cumprimento a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que realizará Licitação Pública, tipo "MENOR PREÇO TOTAL" para contratação de empresa de engenharia especializada na execução de serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico com aplicação de CBUQ, em diversas vias urbanas do município de Sete Lagoas (MG) e continuação das obras da Av. das Nações, atendendo a requisição nº SMOP 293/2007 e seus anexos, emitida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas. Entrega dos envelopes contendo a documentação e as propostas comerciais dia 07/12/2007, até às 08:45 horas. Abertura dos envelopes dia 07/12/2007, às 09:00 horas. O Edital na íntegra estará à disposição para análise ou aquisição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, situado a rua Cônego Raimundo, 32, Centro. Dot. Orç.: 2.06.1.15.451.0010.1054 – 4490.5100 – 0100000. Informações: (31) 3773-2740. Victor Cordeiro Rodrigues. Presidente da CPL.

FUNDAÇÃO HEMOMINAS
AVISO DE PREGÃO

A Fundação Hemominas comunica aos interessados que realizará através do site www.licitanet.mg.gov.br, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 200/2007** "Cartucho Original de Toner para impressora Lexmark/ E352H11L.", às 13:00 horas do dia 13 de novembro de 2.007. Os editais completo encontram-se no Serviço de Compras, no endereço supra, ao custo de R$5,00 (DAE) ou pelo site www.hemominas.mg.gov.br ou www.licitanet.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007. (a) CPL

WAY TV BELO HORIZONTE S.A
CNPJ Nº 04.603.960/0001-05
NIRE Nº 3130001577-7
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08/10/2007

Em 8/10/2007, às 8:30, na sede social, reuniu-se o seu Conselho de Administração, com a presença da totalidade de seus membros, sob a presidência do Sr. Cristiano Corrêa de Barros, servindo como secretário o Sr.Sergio Roberto Belisário. Ordem do Dia/ Deliberações. Passando as deliberações, o Presidente colocou em discussão o único item da ordem do dia, tendo o Conselho de Administração deliberado aprovar a recondução dos atuais membros da Diretoria Executiva, Srs. Sérgio Roberto Belisário e Eduardo Penna de Sá, para o cargo de Diretores, sem designação especifica, com mandato de 3 anos, ou seja, ate posse dos diretores eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembléia Geral Ordinária de 2010. Na oportunidade, o Presidente esclareceu que os Diretores eleitos declaram, antecipadamente, que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil e teceu comentários de interesse da sociedade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos enquanto foi lavrada a respectiva ata. Conforme ata original arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3794747, em 15/10/2007.

EMPRESA DE INFOVIAS S.A.
CNPJ/MF 02.983.428/0001-27
NIRE Nº 3130001352-9
Companhia Aberta
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31/07/2007

Em 31/07/2007, às 14:30 horas, na sede social, reuniu-se, o seu conselho de Administração, com a presença de três dos seus cinco membros, e, em face da existência do quorum legal, instalou-se a reunião, sob a Presidência do Sr. Djalma Bastos de Morais, servindo como secretário o Sr. João Batista Zolini Carneiro. Ordem do dia e Deliberações: O Conselho de administração deliberou (A) aprovar a proposta de Revisão Orçamentária da Empresa de Infovias S.A. para o ano de 2007, no montante de R$ 175.414.227,78; (B) aprovar a Proposta de Revisão do Plano de Negócios da Empresa de Infovias S.A.; (C) ratificar a cessão de empregado da companhia para a CEMIG e para a GASMIG, a partir de 1/7/2007; (D) aprovar a proposta de rerratificação da PRCA 05/2006 relativa à implementação do Sistema Integrado Multisserviços – SIM, no prazo estimado de 36 meses e valor total estimado de R$ 38.049.000,00 para alterar os valores orçados por subsistema, sem contudo alterar o valor total do Projeto, autorizando, por conseqüência, a instauração de Processos Administrativos de Licitação para aquisição de bens e serviços correlatos ao Projeto; (E) aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato CT-INFO-028/05, firmado entre a Empresa de Infovias S.A. e Nokia Siemens Networks; (F) autorizar a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicação e Outras Avenças CT-INFO 016/05 celebrado em 30 de setembro de 2005 entre a Empresa de Infovias S.A. e a Way TV Belo Horizonte S/A. Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos enquanto era lavrado a presente ata. Conforme ata Original arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 3792774 em 09/10/2007.

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

N°	83.611

Sempre Editora Ltda.
CNPJ: 26.198.515/0004-84
I.E.: 186.669.993.0209
Fone: 3369-3000

O TEMPO	X	Pampulha		SUPER	4

RAZÃO SOCIAL		
CODEMIG		
NOME FANTASIA	CNPJ/CPF	INSC. ESTADUAL
COMIG	**19.791.581/0001-55**	
ENDEREÇO		
RUA AIMORES, 1697		
CIDADE	BAIRRO	
BELO HORIZONTE	**LOURDES**	

ESTADO	CEP	TELEFONE	FAX
MG	**30180-120**	**(31) 3213-8959**	**(31) 3213-8909**

EDIÇÃO / DATA DE VEICULAÇÃO	COR	P&B	COL	CM	TOTAL	ENCARTES
30.10.07			**01x12**	**01x25**	**37 cm**	

TÍTULO DO ANÚNCIO	N° DE EDIÇÕES
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL NO. 030/07 E DESPACHO JULGAMENTO CONC. 005/07 E CONVOCAÇÃO CONC. 005/07	**03**

CADERNO	PAG	MATERIAL	ANEXO	SERÁ ENTREGUE	A SER COMPOSTO
PRIMEIRO			**X**		

CUSTO CM/COL	CUSTO P/ED. TAB.	CUSTO TOTAL BRUTO	CUSTO TOTAL LÍQUIDO
R$13,00	**156,00 + 325,00**	**R$481,00**	**R$481,00**

PERMUTA	CHEQUE	CARTEIRA	BANCO	INSTRUÇÕES PARA FATURAMENTO		BRUTO	LÍQUIDO
				VENCTO.	**CONF. CONTRATO**		

AUTORIZO A SEMPRE EDITORA Ltda, A INSERÇÃO DA PUBLICIDADE NO JORNAL :

O TEMPO	X	SUPER NOTÍCIAS		PAMPULHA	

NAS CONDIÇÕES ACIMA, QUE SERÁ PAGA DE ACORDO COM O PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE AS PARTES, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA FATURA E RESPECTIVOS COMPROVANTES.

NOME	ASSINATURA	
SUELY IZABEL CORRÊA LIMA		
AGENDA/CORRETOR	CONTATO	DATA
IVONÉRIA RODRIGUES	**9978.8977**	**31.10.07**

OBS

VISTO DIRETORIA/GERÊNCIA

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO INTERNA

DATA
29/10/2007

DE	UNIDADE	PARA	UNIDADE	PROTOCOLO
SUELY IZABEL CORREA LIMA	SAJUC	DR. OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO	PRES	1110/07

ASSUNTO/REFERÊNCIA

SESSÃO PÚBLICA ABERTURA PROPOSTAS PREÇOS

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para publicaçao nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO do convocação para sessão pública de abertura de propostas de preços da Concorrência 05/07, nos seguintes termos:

CONVOCAÇÃO
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
A Comissão Especial de Licitação torna público que fará realizar sessão pública para abertura dos Envelopes B -Proposta de Preços, que fica designada para as 9 horas do dia 31 de outubro de 2007 na sede da CODEMIG à Rua Aimorés, 1697, bairro Lourdes, BH/MG.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Comissão Especial de Licitação

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente Comissão Especial de Licitação

Da Suely,
Autorizo a
publicação conforme solicitado.
29/10/07

C P E
14128
CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COMUNICAÇÃO INTERNA

DATA
29/10/2007

DE	UNIDADE	PARA	UNIDADE	PROTOCOLO
SUELY IZABEL CORREA LIMA	SAJUC	DR. OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO	PRES	1106/07

ASSUNTO/REFERÊNCIA

JULGAMENTO RECURSOS CONCORRÊNCIA 05/07

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para publicaçao nos jornais MINAS GERAIS e O TEMPO do resultado do julgamento dos recursos em habilitação da Concorrência 05/07, nos seguintes termos:

DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Concorrência 05/2007
Processo Interno 265/07
Objeto – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.
À vista das informações e parecer da Comissão Especial de Licitação que acolho, ratifico a decisão proferida que MANTÉM o julgamento da inabilitação das licitantes: 1. Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda, 2. Consórcio Schahin Engenharia S/A - Constran S/A – Construções e Comércio e 3. Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A, indeferindo os recursos administrativos interpostos, mantendo o julgamento publicado em 11.10.2007.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2007
Oswaldo Borges da Costa Filho
Diretor Presidente da CODEMIG

Atenciosamente,

SUELY IZABEL CORREA LIMA
Presidente Comissão Especial de Licitação

CPE 14129 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico do Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias para LOTE 1 - item 6.1.4, b.2 e do item 6.1.4, c., 1 , para o LOTE 2 - item 6.1.4, b.2, do item 6.1.4, c. 1,.e item 6.1.4, c.2 subitens 2.7 e 2.11 e para o LOTE 3 - item 6.1.4, b, 2 e do item 6.1.4, c,1. e item 6.1.4, c, 2 subitens 2.7 e 2.11., indeferindo o recurso interposto pelo CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A, e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CPE 14130 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias para LOTE 1 - item 6.1.4, b.2 e do item 6.1.4, c., 1 , para o LOTE 2 - item 6.1.4, b.2, do item 6.1.4, c. 1,.e item 6.1.4, c.2 subitens 2.7 e 2.11 e para o LOTE 3 - item 6.1.4, b, 2 e do item 6.1.4, c,1. e item 6.1.4, c, 2 subitens 2.7 e 2.11., indeferindo o recurso interposto pelo CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A, e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

CPEL 1413 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RAZÕES DE INDEFERIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA 05/2007

Processo Interno 265/07

OBJETO – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

No processo licitatório CONCORRÊNCIA 05/2007 que objetiva a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, em julgamento da HABILITAÇÃO, publicado em 11.10.2007, o **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A** foi inabilitado por não atender as seguintes exigências editalícias pela motivação apresentada em resumo:

Inabilitada para os Lotes 1, 2 e 3

Não atendimento do item 6.1.4, b.2 para os lotes 1, 2 e 3

Em razão da apresentação de dois atestados que não cumprem as exigências, uma vez que as obras de eletrificação do Trecho Campos Elíseos – Saraiva, integrantes do atestado emitido pela CBTU, engloba remodelação de estações ferroviárias e indica no texto que a referida obra foi executada no trecho da ferrovia Campos Elíseos/Saracuruna, em localidades distintas, compreendendo obras de remodelação das estações ferroviárias consistentes de serviços que não apresentam similaridade com as características do objeto da licitação, apresentando quantitativos não significativos e o segundo atestado apresentado emitido pela NATURA informa a condição de gerenciadora e não de executora das obras.

CPL CODEMIG 14132

Não atendimento do item 6.1.4, c., 1 para os lotes 1, 2 e 3

O atestado apresentado não atende por consistir de contratação como gerenciadora e não de executora.

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Não atendimento do item 6.1.4, c.2 subitens 2.7 e 2.11 para os lotes 2 e 3

Os atestados referentes a obras do novo espaço da NATURA, obras de construção da loja do HIPER EXTRA ARARAQUARA e construção do ginásio MINEIRINHO, apresentados para atendimento, mesmo somados em seus itens não atendem aos quantitativos dos subitens 2.7 e 2.11.

DO RECURSO

Inconformada com o resultado da habilitação, a licitante **CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A** recorre, tempestivamente, em 19.10.2007 para reivindicar a reforma da decisão da Comissão Especial de Licitação, dizendo em síntese:

Que relativamente à qualificação técnico profissional, foram desconsiderados dados expressos nos atestados e entendida como necessária a comprovação de exigências que não foram feitas pelo edital no que se refere à qualificação técnico-profissional.

Motiva as razões da reforma:

1. que as obras executadas para a CBTU são absolutamente similares em diversos pontos e não diz respeito exclusivamente a plataformas, embarque, passarelas e mezaninos, posto que demonstra outras prestações como um prédio administrativo e um conjunto de 29 lojas integrando um mini –shopping de dois pavimentos que comparada a exigência operacional, apresenta quantitativo muito superior, até mesmo porque não pode estar condicionada a quantitativos.

Que o atestado atende por ter construção predial com sistema de detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e cabeamento estruturado, concluindo que o edital não exige comprovação de obras com grandes vãos de concreto armado, não veda apresentação de atestados que contemplem execução em locais distintos e não exige quantitativos, sendo que tais exigências somente poderiam ser cobradas se integrante do edital, sendo certo que a lei somente autoriza quantitativos a propósito da qualificação técnico operacional.

Reputa existente contradição no julgamento posto que quanto às exigências de qualificação operacional que são mais detalhadas e amplas, restou informado o desatendimento de apenas dois subitens por suposto gerenciamento, sendo que os atestados de qualificação profissional, que são os mesmos apresentados para qualificação operacional, foi entendido não se tratar de execução de obras similares, e assim se admitidos para qualificação operacional devem ser aceitos para qualificação profissional. Assevera que o atestado relativo às obras do Hiper

CPEL 1433 CODEMIG

Extra Araraquara e da construção do ginásio Mineirinho devem ser considerados para fins do presente item.

2. assevera a impossibilidade de desconsiderar os dados constantes do atestado da Natura em face da justificativa de comprovar somente gerenciamento inclusive de serviços executados por terceirizada. Isto porque a Construcap foi a responsável por toda a obra do complexo, porque sua obrigação era o de entrega pronta em regime turn-key. Nestas situações é muito comum e também aconselhável a terceirização a exemplo de elevadores.

Firma entendimento de que "nos sistemas de ar condicionado, detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas e cabeamento estruturado, normalmente são executados por terceirizados" bastando, no seu entendimento, comprovar experiência no gerenciamento.

Registra que a vedação do edital não se refere a gerenciamento e sim a fiscalização ou supervisão e tece considerações acerca da diferenciação entre gerenciamento e fiscalização ou supervisão, onde a empresa participa da prestação realizada pelo terceiro.

Se o edital admite e até exige o regime de contratação turn–key necessariamente admite o gerenciamento de atividades específicas. Reporta-se à minuta do contrato em seu item 8.1 como permissiva do gerenciamento ao admitir o chamado de terceiros para execução e evidencia que o contrato admite o gerenciamento e os serviços em questão são normalmente terceirizados, pelo que se a vencedora poderá contratar terceiros, não havendo razão para exigir que tenha executado. Ademais o artigo 72 da Lei de Licitações estabelece que a contratada permanece responsável pelo serviço que for subcontratado.

Quanto à qualificação técnico operacional, também a desconstituição do atestado apresentado e firmado pela Natura pelas mesmas razões expostas não podem ser acatadas posto que o edital não veda gerenciamento e sim fiscalização e supervisão, registrando que foi gerenciado de modo a assegurar ao contratante a compatibilizaçao dessas atividades com a obra.

Assevera que a vedação aos atestados de fiscalização e supervisão só existe no tocante à qualificação técnica profissional e não quanto à operacional.

3. quanto ao quantitativo dos subitens 2.7 e 2.11 do item 6.1.4. c.2 também não assiste razão porque foram plenamente comprovados eis que só o atestado da Natura comprova a execução, conforme tabela que apresenta pelo que em uma única obra ficou atestado quase o dobro do exigido. Indica que não há uma norma que defina pisos de alta resistência e há variações de classes. Registra que os pisos executados no atestado da Natura são pisos de alta resistência e de execução mais complexas dos que os previstos para a obra licitada e ainda que o edital não definiu os tipos de pisos que seriam aceitos como de alta resistência.

4. quanto ao item das subestações entende plenamente atendido por ter sido comprovada a execução de um conjunto de subestações que totaliza a potência de 10.500KVA.

CPEL 14134 CODEMIG

Consigna ao final que foram preenchidos todos os requisitos habilitatórios e que deve ser afastada sua exclusão por razões meramente formais porquanto restritiva ao número de concorrente e prejudicial a escolha da melhor proposta.

Recebido o recurso em seus efeitos devolutivo e suspensivo, nos termos do § 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, foi oferecido à apreciação das demais participantes para os fins de impugnação, com registro de impugnação no prazo legal pelas licitantes interessadas:

1 - Consórcio Andrade Gutierrez S/A, Via Engenharia S/A e Construtora Barbosa Mello S/A

2 – Consórcio Construtora Norberto Odebrecht S/A, Construtora OAS Ltda e Construtora Queiroz Galvão S/A.

NO MÉRITO

Inicialmente,

A Legislação aplicável à matéria prevê que "*A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos*", inteligência do artigo 3o da Lei 8.666/93.

Acresce, ainda, como restrição, no parágrafo primeiro do artigo retro-mencionado, "*É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstancia impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.*"

Ainda na Lei de Licitações é que encontramos, no entendimento do artigo 41, que "*A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".*

É sabido que o edital é o regramento interno do procedimento licitatório, e por isto, faz lei entre o Poder Público e a parte licitante.

Ora nesse entendimento, a Comissão Especial de Licitação, vinculada está ao cumprimento das determinações previstas em edital, eis que este, aceito pelas partes, não impugnado nos termos da lei, obriga à sua estrita observância, não cabendo à Comissão, em vista dos princípios a que está subordinada, tolerar situações que comprometam o caráter competitivo do certame.

Não impugnado o edital na forma da lei pelas licitantes participantes, resulta a

CPE 14135 CODEMIG

anuência destas às cláusulas do instrumento convocatório, porque impositiva, no processo licitatório, a obediência estrita ao comando emergente da Lei 8.666/93, uma vez facultado às partes a manifestação de inconformismo quanto ao edital convocatório, exsurge a decadência do direito contra a parte que não o exercitou, ex vi do art. 41, § 2º, da predita lei das licitações públicas.

A formalidade da licitação e dos instrumentos jurídicos que garantem os interessados são basilares da própria regularidade do ato administrativo.

"A fonte que condiciona o julgamento deve ser, sempre, o ato convocatório; (..). (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1994, pág. 276)

A vinculação ao edital é princípio basilar de toda licitação. É através do edital que a administração pública fixa os requisitos para participação no certame, define o objeto e as condições básicas do contrato.

Feitas estas considerações adentraremos ao mérito das razões recursais, apresentadas em três abordagens do presente recurso relativamente aos Lotes 1, 2 e 3, em consonância com as razões que ensejaram a sua inabilitação no certame:

Não atendimento do item 6.1.4, b.2 para os lotes 1, 2 e 3

Aqui a Recorrente foi inabilitada por não terem sido considerados os seus atestados emitidos pela CBTU por ser referente a remodelação de estações ferroviárias em localidades distintas, e pela Natura por informar a condição de gerenciadora e não executora dos serviços de sistemas. Referidas constatações ensejaram sua inabilitação por não terem sido atendida a exigência de atestação de execução de obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não admitido atestado de fiscalização ou supervisão, para os itens significativos de construção predial, acabamentos e de instalação/montagem de equipamentos compreendendo sistema de ar condicionado central tipo água gelada, sistema de detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e cabeamento estruturado.

No concernente às razões de inabilitação a Recorrente trabalhou com duas abordagens diferenciadas sob o tópico de habilitação técnico profissional, indicando que a inabilitação desconsiderou dados expressos nos atestados e exigiu comprovação de exigências.

Aqui abordaremos relativamente aos atestados:

1° Atestado emitido pela CBTU

O atestado emitido pela CBTU engloba remodelação de estações ferroviárias e indica no texto que a referida obra foi executada no trecho da ferrovia Campos Elíseos/Saracuruna, em localidades distintas compreendendo obras de remodelação das estações ferroviárias.

CPEL 14136 CODEMIG

A conclusão de que as obras e serviços executados não apresentam similaridade com as características do objeto da licitação, resulta cristalina das constatações extraídas da própria atestação, por englobar obras de remodelação de estações ferroviárias no trecho da ferrovia Campos Elíseos/Saracuruna, em localidades distintas, ou seja Campos Elíseos; Jardim Primavera; Saracuruna e Duque de Caxias.

No rol dos serviços listados no atestado, resulta cristalina que estes não apresentam similaridade com o objeto da licitação, tanto nas características do objeto da licitação: obra de grandes vãos em concreto armado e protendido, quanto nas quantidades, pois as obras de reforma foram realizadas em localidades distintas e distantes uma das outras, e por fim, os quantitativos das obras realizadas não são significativos, sendo estas as razões que ensejaram a inabilitação da Recorrente.

O Edital exige, na forma da Lei, apresentação de atestado de capacidade técnica, acompanhado da respectiva certidão emitida pelo CREA em nome da Empresa ou de seu responsável técnico, comprovando ter executado serviços de características semelhantes às do objeto da licitação.

Referida exigência, coaduna com a exigibilidade determinada pela Lei de Licitações, conquanto o que cabe apreciar é se a proponente, tecnicamente, está habilitada a atender ao objeto licitado, com base em comprovação de serviços de características semelhantes às da licitação, o que, data máxima vênia, não restou atendido pela Recorrente.

A Lei de Licitações, dando cumprimento aos ditames constitucionais concernentes à Administração Pública, expressou, no artigo 30, inciso II, **a exigência da comprovação de aptidão para desempenho pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.**

O § 1º desse artigo 30 da Lei n. 8.666/93, manifestando a preocupação de afastar exigências que pudessem suprimir a situação de isonomia entre os licitantes, assim dispõe:

A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica ***por execução de obra ou serviço de características semelhantes,*** limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

A licitação, não se pode olvidar, é o instituto destinado à escolha da melhor

CPEL 1413 CODEMIG

proposta a ser contratada, sem perder de vista seus princípios constitucionais atinentes a legalidade, a isonomia, a moralidade e a eficiência, entre outros.

Por ser meritório o processo de licitação, merece destaque as regras atinentes a exigências de qualificação técnica que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações quando celebrado o contrato.

A medição da qualificação técnica objetiva conferir à Administração, contratar de modo mais seguro e eficiente possível.

Quem faz uma pequena obra demonstra capacidade para fazer pequenas obras, não para executar obras de porte, pelo que sua eliminação do certame envolvendo uma grande obra é logicamente coerente com o grau de sua capacidade.

Isto porque, quando o artigo 30, *caput*, II, da Lei de Licitações, mencionou a **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, o fez exatamente para conferir à Administração Pública não só o poder mas o **dever** de impor aos licitantes a comprovação de sua aptidão técnica.

É certo e louvável a preocupação em ampliar o universo de proponentes facilitando a habilitação, o que não pode comprometer, entretanto, a garantia de boa execução do futuro contrato.

Nada existe de ilegal ou despropositado na exigência de capacitação para obras semelhantes para as empresas a serem executantes de obras de grande vulto e considerável complexidade tecnológica como as objeto do presente certame, para as quais é insuficiente a simples capacitação profissional em muitas pequenas obras.

Ora, cioso considerar que as obras ora licitadas não representam um serviço puramente técnico, antes pelo contrário, constituem serviços técnicos altamente complexos, exigindo mão de obra de diversas qualificações, da mais simples à mais elevada e envolve aplicação de materiais e uso de sofisticadas tecnologias e equipamentos.

A Comissão Especial de Licitação, durante o exame dos documentos de habilitação e analisando o conteúdo do atestado apresentado para o presente item, pronunciou-se quanto à insuficiência do mesmo, no entendimento de que o somatório das áreas construídas em diversas localidades não comprova a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

A formação do convencimento, conforme registrado na ata de julgamento, resultou da ausência de similaridade com a obra licitada por se apresentar em construções pequenas pulverizadas em várias cidades.

Ora, as obras licitadas contemplam construção de prédios de sete e quinze pavimentos e forçoso concluir, por evidente, que quem construiu pequenos prédios, de no máximo dois andares (construções de vãos modestos com

CPEL 14138 CODEMIG

estruturas em alvenaria, concreto armado convencional e/ou estrutura metálica), não comprova capacidade técnica para construir prédios maiores e com demandas de métodos construtivos complexos, como por exemplo, sistemas estruturais protendidos e concretos de alto desempenho.

Certo é que, a exigência visa aferir a qualificação técnica necessária ao cumprimento das obrigações a serem contratadas e a apreciação e julgamento da Comissão Especial de Licitação não constitui nenhuma novidade às licitantes participantes, conquanto foi objeto de prestação de esclarecimentos oferecidos ao Escritório Caio Brandão Advogados Associados, bem como foi ofertada em resposta à impugnação da lavra da Construtora Celi Ltda, com resposta oferecida ao conhecimento de todas as potenciais interessadas, conforme especifica:

"Assim é que a habilitação técnica da licitante a ser contratada deverá restar consubstanciada em comprovação de experiência anterior ***na execução de serviços similares****, que envolvam riscos, especialidades e domínio da técnica.*

A habilitação técnica tem por objeto demonstrar para a Administração que a licitante é possuidora de conhecimento capaz de dar cumprimento às obrigações assumidas no contrato decorrente da licitação, na medida da necessidade de melhor qualificar os interessados em participar das licitações de obras complexas aferindo a capacidade para realização do objeto a ser contratado.

O objeto da presente licitação reveste-se de uma ordem de complexidade tal que a qualificação técnica deverá demonstrar a habilidade da licitante/contratada em agrupar pessoas, bens e recursos e imprimir a esse conjunto a organização necessária ao desempenho satisfatório: esta a razão de exigência de experiência em número de atestados limitados, porquanto não estará apta a realizar a obra a proponente que não esteja preparada para aqueles quantitativos em conjunto.

Porque, há que se considerar que o desempenho profissional e permanente da atividade empresarial conduz ao desenvolvimento de atributos próprios da empresa, dentre eles a capacidade de executar satisfatoriamente encargos complexos e difíceis.

Certo que o artigo 30 estabelece que a documentação relativa a qualificação técnica limitar-se-á à capacitação técnico profissional por execução de obra ou de serviço e características semelhantes, por expressa previsão do seu parágrafo §3º : "§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de ***complexidade tecnológica e operacional*** *equivalente ou superior."*

Como se obteria obras e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior se fosse ilimitado o número de atestados?

Convém observarmos que as exigências relativas à habilitação técnica visam assegurar a boa execução do objeto a ser contratado.

Assim é que a Constituição da República, em seu art. 37, XXI, parte final, permite exigências de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações nos procedimentos licitatórios.

CPE 4139 CODEMIG

Cioso considerar que as exigências de ordem técnica buscam identificar, com certa margem de precisão, a capacidade técnica do licitante para a execução da obra ou prestação do serviço, no que tange à experiência anterior, qualificação dos profissionais, equipamento, maquinário, etc., à vista do objeto da licitação.

Conforme assevera Marçal Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Comentada, Dialética, 5ª ed., 1998, p. 300:

"É evidente ser impossível eliminar o risco de a pessoa contratada revelar-se incapaz tecnicamente de executar a prestação devida. Ao estabelecer certas exigências, a Administração busca reduzir esse risco".

Para tanto, para os fins de comprovação de aptidão técnica, a Lei de Licitações prevê a possibilidade da exigência de "atestados", com o escopo de possibilitar a demonstração de experiência acerca do objeto que será executado.

Com efeito, a exigência de atestados visa demonstrar que os interessados já executaram, anteriormente, obras ou serviços compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação. E a finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração, ou seja, a perfeita execução do objeto da licitação, porquanto o que se está em exame é a aptidão da licitante em executar objeto semelhante ao da licitação.

Casos há em que o somatório de muitos atestados se mostra tecnicamente inviável, como no caso presente, daí a necessidade do limite.

Tomemos um exemplo: em uma licitação em que se exige que o licitante comprove ter construído um edifício de no mínimo vinte andares é evidente que não estará comprovada a capacidade técnica exigida se forem apresentados cinco atestados, cada um deles demonstrando a experiência anterior na construção de edifícios de quatro pavimentos. Construir cinco prédios de quatro pavimentos é muito diferente de construir um de vinte.

A complexidade da presente obra em licitação é que determinou a inviabilidade do somatório dos conteúdos dos atestados a serem apresentados. Da especificação técnica do objeto contratual, ressalta evidente o prejuízo da avaliação técnica com ausência de limite do número de atestados.

No caso presente, se ilimitado o número de atestados, não se estaria comprovando experiência anterior semelhante e compatível com o objeto da licitação, e se perderia o objetivo da capacitação técnica em empreendimento de natureza semelhante.

Assim é que, sendo a obra ou serviço de engenharia uma atividade complexa, a CODEMIG buscou definir no edital, para fins de demonstração de aptidão técnica, as parcelas de maior relevância e valor significativo do seu objeto, sendo certo, outrossim, que as indicações das parcelas estão muito aquém do volume do objeto licitado, conforme se afere com facilidade.

Neste sentido, previamente definidas as exigências de qualificação técnica e decorrendo elas exclusivamente de questões técnicas, não há que se questionar

CPE 14140 CODEMIG

a existência de restrição à participação no certame, uma vez que todos os que atenderem essas condições, consideradas como essenciais à boa execução do objeto, poderão ser admitidos à licitação.

Não se pode olvidar que de limitação do número de atestados é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações que vão ser contratadas, ou seja, a CODEMIG pretende aferir a capacitação técnico-operacional da licitante para a grandiosidade da obra licitada de modo que possa contratar de modo mais seguro e eficiente possível.

Há que se perquirir, outrossim, o verdadeiro sentido do princípio isonômico da Constituição e da Lei. Referido princípio não impõe que todos indistintamente sejam tratados de modo rigorosamente igual, porque isso seria, sem dúvida, uma desigualdade.

O princípio da isonomia impõe que os iguais sejam tratados igualmente. E em princípio é preciso definir os iguais pelas exigências de qualificação técnica e operacional, assim considerados os iguais para serem contratados para a obra em questão. Nesta esteira, as empresas que não detenham a necessária capacitação técnica (definida no edital) não podem merecer o mesmo tratamento dispensado às que se igualam na capacidade mínima exigida.

Não pode representar ofensa à isonomia exigir em edital a demonstração de experiência na execução de obra de dimensão da do objeto licitado, porque quem faz muitas pequenas obras não demonstra capacidade para executar uma obra de grande porte.

*Concordamos que a "a lei não utiliza palavras inúteis", pelo que o inciso II do artigo 30, quando disse que "**comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**," o fez exatamente para conferir à Administração Pública não só o poder, mas o **dever** de impor aos licitantes a comprovação de sua aptidão técnico-operacional.*

Assim a Lei muito sabiamente, deixou ao Administrador uma margem de liberdade e discricionariedade para fixação, no edital, em cada caso, do que deve ou não ser comprovado para a qualificação. Se assim não fosse, não haveria sequer razão para constar do edital condições para participação na licitação.

As exigências estatuídas pela CODEMIG, além de não serem proibidas legalmente, ao contrário do asseverado, representam uma clara autorização que lhe foi conferida pelo dito artigo 30, caput, inciso II da Lei de Licitações, porquanto ao inserir as exigências de capacidade técnico operacional compatíveis com o objeto da licitação, está a demonstrar seu cuidado na eleição do contratado, evitando a contratação de quem não está capacitado a executar o contrato.

Nesta esteira, entende a CODEMIG que as exigências de capacitação técnico-operacional declinadas são indispensáveis para salvaguardar os seus interesses na contratação.

A Constituição Federal e a Lei de Licitações autorizam e determinam que sejam

CPEL 14141 CODEMIG

estabelecidas condições voltadas a garantir a efetiva e integral execução do contrato, não se falando em ilegal a exigência de capacitação técnico operacional para a contratada que irá executar uma obra de grande vulto e considerável complexidade.

Não se pode perder de vista, de igual modo, que os dispositivos visam resguardar a CODEMIG de empresas que não tenham condições de arcar com a consecução do objeto da licitação.

.....

É escorreito dizer que as empresas que executaram obras nos quantitativos exigidos para as parcelas relevantes e no número de contratos indicados estão aptas a habilitar-se para executar o objeto licitado. É desse universo que detém capacitação técnica é que a CODEMIG pretende extrair sua(s) contratada(s). "

Em face do exposto, o julgamento prolatado no entendimento de que o atestado não compreendeu serviços de características similares às do objeto da licitação não pode ser modificado.

Isto porque, conforme textualmente indicado nas razões recursais, foi executado um prédio administrativo de 903,23 m2 e um conjunto de 29 lojas que integram um mini-shopping de dois pavimentos com área de 552,90m2, construções estas que somadas às demais resultam área total construída de 14.405,27 m2. Das razões recursais resulta cristalina a indicação de que a atestação diz respeito a um conjunto de pequenas obras.

À guisa de elucidação das próprias razões recursais, a própria Recorrente informa que as construções pulverizadas somam 14.405,27 m2 e que tal quantitativo atenderia as exigências de qualificação técnico operacional, o que não corresponde, eis que os quantitativos, se fossem ser considerados, ficariam aquém, por exemplo, dos quantitativos exigidos para os lotes 2 e 3 (58.000 e 61.000 m2).

Combatendo as assertivas acerca das exigências habilitatórias de que o edital não exige comprovação de execução de obras com grandes vãos de concreto armado, não veda a apresentação de atestados que contemplem a execução de obras em locais distintos e distantes e não exige quantitativos mínimos, temos a indicar:

- o edital exige a execução de obras de características técnicas similares às do objeto da licitação e o objeto da licitação, contempla sistemas estruturais protendidos e concretos de alto desempenho e as obras, objeto da atestação, constituem construções de vãos modestos com estruturas em alvenaria, concreto armado convencional e/ou estrutura metálica.
- O edital não veda a execução de obras em locais distintos e distantes, desde que as obras tenham similaridade com as do objeto licitado, o que não é o caso presente.

CPEL 1414 CODEMIG

- O edital não exige quantitativos mínimos, sendo que a similaridade resulta em apreciação dos quantitativos atestados, ainda que genericamente, porque uma grande obra não guarda qualquer semelhança com pequenas obras. A não exigência de quantitativos resulta da aplicação do dispositivo legal mencionado, artigo 30, §1º , inciso I da Lei 8.666/93 mas a vedação não permite que a similaridade seja desconsiderada e o volume é, sem dúvida, um dos aspectos a ser considerado em sede de similaridade. Pequenas construções não comprovam capacidade técnica para construir prédios maiores e com demandas de métodos construtivos complexos.

O requisito da similaridade em características técnicas está consignado na letra do edital e a sua observância é dever da Comissão Especial de Licitação, pelo que não se fala em ausência do requisito que ensejou a inabilitação da Recorrente. Inexistente a subjetividade da decisão prolatada porque em expressa consonância com as regras editalícias.

Cioso considerar que as exigências de qualificação técnico-profissional, que as parcelas relevantes seriam serviços de construção predial e acabamentos e prédio com sistema de ar condicionado, detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e cabeamento estruturado, conforme item 6.1.4 letra 'b", mediante a execução de "**obras e serviços de características técnica similares às do objeto da presente licitação**". Esta é a exigência do edital. Onde na atestação da Recorrente a similaridade? A exigência não é nova, está textualmente prevista.

Assim, sendo o edital o regramento interno do processo licitatório e fez lei entre a CODEMIG e a Recorrente, a sua inabilitação resulta do não atendimento à exigência estabelecida no certame.

Quanto aos outros atestados integrantes da documentação habilitatória – um emitido pela Companhia Brasileira de Distribuição das obras do Hiper Extra Araraquara e outro emitido pelo Governo do Estado de Minas Gerais das obras do Mineirinho – e à assertiva de que esses dois atestados atendem integralmente as exigências do item 6.1.4,b.2, constitui entendimento que não pode prevalecer.

A uma porque referidos atestados não foram indicados pela Recorrente para habilitação quanto ao item presente. Do edital consta a seguinte previsão com nossos destaques:

"Item 6.1.4, letra i. **Cada atestado** deverá vir acompanhado por um espelho/resumo **onde a licitante destacará qual o subitem do Edital que o mesmo atenderá**; a descrição das obras e serviços executados com as quantidades; o nome do RT e o nº do registro do atestado no CREA; sua situação funcional na empresa licitante; o local das obras e serviços e qual(ais) a(s) obra(s)/serviço(s) cuja execução o atestado comprova (Anexo III); bem como deverá ser destacado com marcador de texto, preferencialmente na cor amarela, no correspondente atestado, **a(s) obra(s)/serviço(s) que se presta(m) para comprovação de atendimento da(s) exigência(s);"**

CPEL 14143 CODEMIG

Os atestados que a Recorrente aponta para atender a exigência, em conjunto com o da CBTU, e no seu entendimento conduzem a "mais inequívoca demonstração da qualificação técnico-profissional do Recorrente" não podem ser considerados, porquanto não indicados para a comprovação do referido item.

A duas porque os atestados – Hiper Extra Araraquara e Mineirinho – não representam obras e serviços executados em regime de empreitada por preço global ou EPC ou TURN-KEY, o que justifica, inclusive, suas não indicação para atendimento ao item 6.1.4.b..

A três porque, se admissível fosse, a atestação da Companhia Brasileira de Distribuição das obras do Hiper Extra Araraquara, não se prestaria a atender a exigência, porquanto não comprova execução dos serviços indicados como parcela relevante e sim gerenciamento, o que não é permitido por expressa previsão editalícia.

2° Atestado emitido pela NATURA

A exigência editalícia é de atestado que comprove ter o profissional executado obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da licitação, das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo - serviços de construção predial e acabamentos e prédio com sistema de ar condicionado, detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e cabeamento estruturado – não se admitindo atestado de fiscalização ou supervisão.

Ora, o atestado apresentado fala textualmente que para alguns serviços que lista a Recorrente foi gerenciadora e não executora, razões pelas quais a decisão foi prolatada nos termos seguintes:

O atestado e sua CAT, não atende a exigência por informar que a empresa CONSTRUCAP-CCPS Engenharia e Comércio S/A foi **gerenciadora e não executora** das obras de instalações dos seguintes sistemas.

"Tal informação fica confirmada no texto do atestado demonstrado através dos seguintes itens:

- item "3 – Principais serviços do Gerenciamento de Instalações" (pág. 31 do atestado de 21/05/02):

  -"3.1 - Instalações elétricas – sistema média e baixa tensão até quadros gerais";

  -"3.2 - Instalações hidráulicas";

  -"3.3 - Ar condicionado";

  -" 3.4 - Telefonia e dados";

  -" 3.5 - Sistema de Controle de acesso, monitoração de alarmes, etc";

- item "2 – Gerenciamento das Instalações" (pág 2 do complemento do atestado de 07/11/02);

CPE 14144 CODEMIG

- sistema de cabeamento estruturado, telemática destinado aos sistemas de telefonia e dados;
- sistema geral de supervisão predial;
- sistema de controle de acesso;
- sistema de ar condicionado central;
- sistema de rede de telemática (telefonia e dados);
- sistema de circuito de televisão de vigilância – CFTV;
- sistema de detecção e alarme de incêndio.

Destaca-se que do item "3.5 - Sistema de Controle de Acesso, Monitoramento de Alarmes e CFTV" do Atestado de Capacidade Técnica, pág. 57, consta que a empresa ANSETT Tecnologia é responsável pelos projetos, instalação e montagem dos referidos sistemas. "

Assevera a Recorrente que a Construcap foi a responsável por toda a obra do complexo industrial, acrescendo "o escopo de sua contratação era o de entregar um complexo industrial totalmente pronto para imediata utilização, no regime turn-key", o que não confere com a atestação, eis que o atestado somente indica a modalidade de contratação no complemento datado de Julho/07 e que informa que a contratação é por preço global.

Em face do exposto, as assertivas de recurso referentes a turn-key não têm como ser consideradas, porquanto, ao contrário do entendimento adotado, a atestação em referência não foi de uma contratação "virar a chave".

Em suas razões a Recorrente aduz que a obra realizada em regime turn-key ou EPC "acaba por admitir o gerenciamento", eis que em ditos regimes o "contratado é um verdadeiro integrador de diversos prestadores que detêm variadas experiências", desconsiderando que sua atestação não refere-se a nenhum dos regimes que indica na sua argumentação e que poderiam vir a ensejar a admissão de gerenciamento.

Lado outro, a própria Recorrente em suas razões não cuida de dizer que executou as obras, antes pelo contrário, CONFESSA que somente gerenciou.

A exigência editalícia é de execução de obras e serviços de características técnicas similares às dos objeto da licitação. Nem precisava registrar que não se aceitaria fiscalização ou supervisão. Pediu-se execução, pelo que, quaisquer serviços outros que não sejam execução não cumprem a exigência.

O edital é claro, exige comprovação de experiência em EXECUÇÃO e veda fiscalização ou supervisão de obras ou serviços, bem como quaisquer outros serviços de engenharia que não correspondam à execução, por linha lógica.

Ao contrário das razões postas, a Lei de Licitações, em dois momentos em que trata da fiscalização, supervisão ou gerenciamento, equipara os referidos serviços para os fins de sua aplicação, senão vejamos:

CPE 1415 CODEMIG

Primeiro momento:

No artigo 9º, ao fazer as previsões e listar as pessoas físicas e jurídicas que não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra ou serviço e do fornecimento a eles necessários, em seu §1º, permite a participação do autor ou da empresa responsável pela elaboração do projeto, na licitação como consultor técnico nas funções de **fiscalização, supervisão ou gerenciamento.**

Segundo momento:

No artigo 46 prevê que os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados, exclusivamente, **para serviços de natureza predominantemente intelectual**, em especial na elaboração de projetos, cálculos, **fiscalização, supervisão e gerenciamento** e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos e projetos básicos e executivos." A Lei equipara gerenciamento a fiscalização e supervisão dizendo consistirem serviços de engenharia de cunho intelectual.

Assim é que a lei não autoriza que o gerenciamento seja feito pelo contratado da execução da obra e ainda diz que referidas atividades de gerenciamento tem natureza predominantemente intelectual.

Em sendo assim, o simples fato de o gerenciamento se equiparar a fiscalização e supervisão seria bastante para não acatamento da atestação, porque a previsão editalícia veda referidos tipos de atestados. Soma-se ao fato de não ser execução e a inabilitação demanda ser confirmada.

As assertivas que a minuta contratual prevê a possibilidade de atividades de gerenciamento o que determina o aceite do atestado não pode prevalecer, porquanto é por demais lógico que na contratação por preço global, conforme previsto, haja atividades de gerenciamento da própria atividade de execução da obras, quais sejam: compra, entrega logística/armazenamento, aplicação e suas interfaces com a execução das obras civis.

Por demais lógico que referidas atividades sejam realizadas pela empresa contratada para execução das obras e fornecimento dos equipamentos, que tem o controle e a responsabilidade de sincronizar a aquisição e montagem dos mesmos e cuja aquisição e instalação fazem parte do escopo do objeto contratual, competindo-lhe a coordenação dos vários intervenientes na implantação do empreendimento, principalmente as atividades de interface.

DO GERENCIAMENTO

Não atendimento do item 6.1.4, c., 1 para os lotes 1, 2 e 3

Pelas mesmas razões que a atestação conferida pela NATURA não atende o item 6.1.4, b.2 para os lotes 1, 2 e 3 em face de a Recorrente ter sido gerenciadora e não executora das obras de instalações de sistemas, também não atende o item 6.1.4,c.1 para todos os lotes.

CPE 14146 CODEMIG

A exigência editalícia é de atestado de capacitação técnico operacional, "que comprove que a licitante, tenha executado como contratada principal... obras e serviços de características similares às do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são; " para todos os lotes " ter executado em 1(um) Contrato de Empreitada por Preço Global ou EPC ou TURN-KEY, os serviços de construção predial e acabamentos, fornecimento, instalação/montagem dos equipamentos, compreendendo sistema de ar condicionado com capacidade superior a 500TR, sistema de detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas, hidráulicas e cabeamento estruturado".

Aqui, repetimos o atestado apresentado fala textualmente que para alguns serviços que lista a Recorrente foi gerenciadora e não executora, razões pelas quais a decisão foi prolatada nos termos seguintes:

O atestado e sua CAT, não atende a exigência por informar que a empresa CONSTRUCAP-CCPS Engenharia e Comércio S/A foi **gerenciadora e não executora** das obras de instalações dos seguintes sistemas.

"Tal informação fica confirmada no texto do atestado demonstrado através dos seguintes itens:

- item "3 – Principais serviços do Gerenciamento de Instalações" (pág. 31 do atestado de 21/05/02):

  -"3.1 - Instalações elétricas – sistema média e baixa tensão até quadros gerais";

  -"3.2 - Instalações hidráulicas";

  -"3.3 - Ar condicionado";

  -" 3.4 - Telefonia e dados";

  -" 3.5 - Sistema de Controle de acesso, monitoração de alarmes, etc";

- item "2 – Gerenciamento das Instalações" (pág 2 do complemento do atestado de 07/11/02);
  - sistema de cabeamento estruturado, telemática destinado aos sistemas de telefonia e dados;
  - sistema geral de supervisão predial;
  - sistema de controle de acesso;
  - sistema de ar condicionado central;
  - sistema de rede de telemática (telefonia e dados);
  - sistema de circuito de televisão de vigilância – CFTV;
  - sistema de detecção e alarme de incêndio.

CPEL 4147 CODEMIG

Destaca-se que do item "3.5 - Sistema de Controle de Acesso, Monitoramento de Alarmes e CFTV" do Atestado de Capacidade Técnica, pág. 57, consta que a empresa ANSETT Tecnologia é responsável pelos projetos, instalação e montagem dos referidos sistemas. "

A própria Recorrente em suas razões não cuida de dizer que executou as obras, antes pelo contrário, CONFESSA que somente gerenciou.

A exigência editalícia é de execução de obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da licitação, pelo que, a Recorrente conclui que aqui não há nenhuma vedação a atestados de fiscalização e supervisão, porquanto tal vedação é só para qualificação técnica profissional e não atinge a operacional.

Ora, de fato, o edital não registrou a vedação quanto a supervisão e fiscalização ou gerenciamento, até mesmo porque nem precisava registrar posto que foi pedido execução, pelo que, quaisquer serviços outros que não sejam execução não cumprem a exigência, estejam expressamente vedados ou não.

O edital é claro, exige comprovação de experiência em EXECUÇÃO, estando vedados quaisquer serviços de engenharia que não compreendam expertise em execução.

As assertivas de que o gerenciamento é algo mais complexo do que mera execução e fiscalização não merece guarida, porquanto por ausência da expressa vedação, não há comparação a fazer entre referidos serviços de engenharia.

Por mera argumentação, a equiparação entre os serviços, conforme já explicitado, decorre de previsão da própria Lei de Licitações, conforme se depreende da leitura do artigo 9º, que em seu §1º permite a participação do autor ou da empresa responsável pela elaboração do projeto, na licitação como consultor técnico nas funções de **fiscalização, supervisão ou gerenciamento** e no artigo 46 que prevê que os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados, exclusivamente, **para serviços de natureza predominantemente intelectual**, em especial na elaboração de projetos, cálculos, **fiscalização, supervisão e gerenciamento** e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos e projetos básicos e executivos."

Ora, a lei equipara gerenciamento a fiscalização e supervisão conforme decorre cristalino, não lhe imputando condição diferenciada como serviço de engenharia que é, de natureza intelectual.

Gerenciamento não se compara a execução.

Mantida a decisão no presente item.

Não atendimento do item 6.1.4, c.2 subitens 2.7 e 2.11 para os lotes 2 e 3

Aqui a inabilitação decorre do fato de que os atestados referentes a obras do novo espaço da NATURA, obras de construção da loja do HIPER EXTRA

CPE 14148 CODEMIG

ARARAQUARA e construção do ginásio MINEIRINHO, apresentados para atendimento, mesmo somados em seus itens não atendem aos quantitativos dos subitens 2.7 e 2.11.

Item 2.7 – Piso de alta resistência e/ou granito e /ou elevado

As assertivas recursais, ao contrário do que pretendem, em nada socorrem a Recorrente, posto que aponta os quantitativos de pisos que apresenta como de alta resistência e mesmo assim, "apesar de desnecessário, o Recorrente pede licença para demonstrar que os pisos mencionados no atestado da NATURA correspondem aos pisos exigidos pelo edital."

De pronto, cabe considerar que, se decorre cristalino dos quantitativos indicados tratar-se de piso de alta resistência, não há razão para demonstração.

Assevera, ainda que "não há uma norma brasileira que 'defina pisos de alta resistência'. Trata-se de termo genérico, comumente empregado no meio técnico para designar pisos monolíticos, cujo acabamento e resistência mecânica atendem aos requisitos de operações indústrias e áreas de depósito."

Conclui, em face de suas considerações que "os pisos executados pelo Recorrente devem ser admitidos já que o edital não exige nenhum padrão específico de resistência. Como o instrumento convocatório não exigiu padrões mínimos, qualquer piso de alta resistência deve ser admitido."

As argumentações recursais são conflitantes, sem fundamento e apresenta incorreções, senão vejamos:

Primeiro – Ao contrário do asseverado há uma norma brasileira para definição de piso de alta resistência - NBR 12.260, que traz em seu texto a definição de "piso de alta resistência" de pleno entendimento no meio técnico. Registra-se que a par de negar a existência da norma a Recorrente faz expressa menção a ela.

Há que se considerar, conforme *concepção conceitual, os 'pisos de alta resistência' não são usados somente em áreas industriais e de depósito, também são utilizados em projetos de edificações comerciais e de uso institucional ou público (caso da obra em licitação), sobretudo em áreas destinadas a elevado tráfego de pedestres.*

O 'piso de alta resistência' é a denominação do sistema de piso constituído de um substrato e um revestimento. O substrato é constituído de uma placa em concreto armado, dimensionada dentro da norma brasileira NBR 6118:2003 – Projeto e Execução de Obras de Concreto Armado, para resistir a esforços solicitantes provenientes de cargas móveis e/ou estacionárias em sua superfície.

Devido à baixa resistibilidade do concreto aos esforços de: abrasão, decorrentes do arraste de cargas móveis sobre a superfície; extremo impacto, decorrente de queda de produtos transportados; ação de agentes agressivos, decorrente de

CPE 14149 CODEMIG

produtos químicos e até mesmo da limpeza superficial, faz-se necessária a execução de um revestimento de proteção para o substrato, que é denominado RAD (revestimento de alto desempenho para pisos).

No RAD, assim como o substrato, sua espessura e tipo deverão ser dimensionados para resistir a esforços em sua superfície (abrasão, impacto, ataques químicos, vibração, etc) e transferir de forma reduzida certas tensões para o substrato, bem como promover a facilidade de limpeza, elevada durabilidade e baixo custo de manutenção.

Atualmente, são utilizados RAD: a base de cimento (tipo Korodur), dimensionado com base na norma brasileira NBR 12041 – "Argamassa de alta resistência à compressão simples e tração por compressão diametral"; e a base de polímeros (tipo revestimento em epóxi – como utilizado pela licitante), dimensionado com base na norma brasileira NBR 14050 (em revisão) – "Sistema de Alto Desempenho a Base de Resinas Epóxidicas e Agregados Minerais". Tais normas trazem critérios de desempenho e métodos de ensaios para cada tipo de RAD. As espessuras do RAD variam de 2 a 150 mm para base cimentícia e de 0,1 a 40 mm para base de polímeros.

Segundo – Está incorreta pela definição da norma, a caracterização, por parte do licitante do piso em concreto armado (item 7.2.4 ao item 7.2.16) como piso de alta resistência, levando-se em conta apenas as resistências do concreto (resistência característica do concreto à compressão simples – fck $\geq$ 30 Mpa e resistência à tração por compressão diametral – MRTF $\geq$ 4,5 Mpa).

Estas resistências foram determinadas pelo cálculo estrutural da placa de piso, levando em consideração seu carregamento, nada tendo haver com a resistência do piso a esforços de abrasão, impacto ou ataques químicos.

Como se pode observar, a definição, a aplicabilidade e a determinação de um 'piso de alta resistência' estão muito bem embasadas em critérios e normas, sendo de amplo conhecimento no meio técnico, inclusive demonstrada pelo licitante em seu recurso.

Na análise do atestado da obra do Espaço Natura, verifica-se que foi executado sobre piso de concreto armado, devido a maiores agressões nas superfícies, o RAD a base de polímeros (Stonclad PT e Stonlux SI, ambos da fabricante Stonhard, o primeiro com resistência superior a impacto e a abrasão e o segundo com resistência superior a impacto).

Terceiro – É inócua a assertiva de que os pisos de concreto armado (item 7.2.4 ao item 7.2.16), executados na obra do Espaço Natura, são de resistência superior aos exigidos no Edital, porquanto não está sendo exigido comparação ou parâmetros de resistência, mas sim e simplesmente a comprovação de execução de piso de alta resistência e/ou granito e/ou elevado.

Desnecessária, em face de tanto, as comparações de resistências entre pisos elevados, piso de granito e pisos de concreto armado por ela executados.

CPE 14150 CODEMIG

A solicitação do Edital para atendimento do item é clara ao pedir a comprovação através da execução de qualquer um dos tipos de pisos, ou seja, a obtenção da habilitação neste item é obtida através da comprovação de execução dos tipos de pisos indicados, que exclui, automaticamente, a comprovação dos demais.

A diversidade dos tipos de piso indicada no Edital é devido à parcela significativa destes itens no escopo da obra licitada.

Quarto - Não é correto afirmar que o nivelamento a laser e o acabamento vítreo proporciona ao piso uma complexidade maior que os demais, pois o processo de nivelamento a laser pode ser utilizado para qualquer nivelamento de piso (piso elevado, por exemplo), inclusive para execução de estruturas (laje nível 0). Tal procedimento apenas incorpora à execução uma precisão mais acurada de níveis, nada mais.

Quinto - Com relação aos quantitativos apresentados, há incorreções matemáticas, a saber:

- Os pisos assinalados nos itens 8.1.9 e 8.1.10, Revestimentos de Alto Desempenho (RAD) a base de polímeros, foram contabilizados erroneamente. Tratou-se de maneira distintas: piso de alta resistência (itens 7.2.4 a 7.2.16) e piso revestido com epóxi (itens 8.1.9 a 8.1.10). Como explicado anteriormente, tais revestimentos (RAD) são executados sobre piso em concreto (itens 7.2.4 a 7.2.16). Na soma aritmética dos pisos houve a sobreposição dos pisos, ou seja, na área considerada para 'piso de alta resistência' somou-se o revestimento com seu respectivo substrato.

- O certo seria levar em consideração apenas a área do Revestimento de Alto Desempenho (RAD) – itens (8.1.9 e 8.1.10). Fato este comprovado pelo descritivo dos itens, transcritos abaixo:

. "8.1.9 – Revestimento de piso com epóxi raspado pelo sistema Stonhard, incluso juntas, sobre contra-piso de concreto";

. "8.1.10 – Revestimento de piso com epóxi autonivelante pelo sistema Stonhard, incluso juntas, sobre contra-piso de concreto";;

- A área total de pisos que atendem ao Edital anotada pela licitante é de 81.237,65 m², distribuída da seguinte maneira:

  - pisos de alta resistência: 44.938,48 m² (item 7.2.4 ao item 7.2.16);

  - piso elevado: 8.731,54 m² (item 8.1.4 ao item 8.1.7)

- piso revestido com epóxi: 27.567,63 m² (item 8.1.9 ao item 8.1.10)

- A área total construída do Espaço Natura, indicada no Atestado de Capacidade Técnica (pág.1) (datado de 21/05/2002), no seu complemento de 07/11/2002 (página 1) e também complemento de 20/05/2003 (pág. 1), é igual a **77.114,85 m².**

Como pode a área de piso ultrapassar a área total construída?

CPE 1415T CODEMIG

No atestado também são apresentados pisos vinílicos, pisos em pedrisco branco, pisos em carpete e outros, com suas respectivas quantidades. Se somássemos estas áreas à apresentada pela licitante, teríamos um montante maior ainda e mais distante da área construída. Isto mostra que há uma sobreposição de pisos, ou seja, os pisos relacionados foram executados sobre os pisos de concreto, listados de maneira à parte e tratados de maneira distinta dos demais. Isto não é correto, pois estes são substratos dos outros. Com isto, justifica-se a discrepância entre as áreas totais assinalada anteriormente. Os pisos citados acima, também apresentam em suas descrições no atestado a execução sobre substrato em concreto armado, comprovando a sobreposição os revestimentos dos pisos sobre lastro de concreto.

Diante do exposto, os pisos em concreto armado **NÃO** poderão ser considerados como pisos de alta resistência, uma vez que os mesmos se apresentam como substrato para 'pisos de alta resistência' e também, por não apresentarem características suficientes para serem tratados como tal, conforme demonstrado.

Considerou-se para comprovação do item "2.7 – Piso de alta resistência e/ou granito e/ou elevado", as seguintes quantidades:

- pisos de concreto armado revestidos com epóxi (itens 8.1.9 a 8.1.10) 27.567,63 m²;
- piso elevado (item 8.1.4 ao item 8.1.7): 8.731,54 m²

Total **36.299,17 m²**

Como é de conhecimento, o edital preconiza que a comprovação pode ser feita através da execução de qualquer um tipo de piso, entretanto nos outros atestados apresentados pela licitante **NÃO** foram encontradas quantidades complementares para este item, pelo que não comprovado o cumprimento da exigência para o item 2.7 dos Lotes 2 e 3.

Item 2.11 – Conjunto de subestações

As razões já expostas no que se refere a gerenciamento do contrato da Natura também se aplicam à presente situação.

Isto porque, conforme razões recursais, o somatório das subestações para pretender alcançar e até superar as exigências, estão todas indicadas no atestado da Natura, que no pertinente a referidos serviços é claro que não houve execução e sim gerenciamento.

DA DECISÃO

Por todo o exposto, não pode a Comissão de Licitação retratar a decisão recorrida, sob pena de, o fazendo, estar laborando em sentido contrário aos interesses da administração, mormente os relativos à seleção da proposta mais

CPE 14152 CODEMIG

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

vantajosa, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, dentro dos princípios que regem a licitação, já enumerados.

No uso da faculdade que lhe atribui o §4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS**, no prazo legal, **MANTÉM** o seu julgamento e a inabilitação do licitante CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A e opina pelo indeferimento do recurso interposto, submetendo a decisão ao Diretor Presidente da CODEMIG, para sua ratificação ou reconsideração.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SUELY IZABEL CORREA LIMA – Presidente

ANA LÚCIA GONDIM DA COSTA

EDVALDO FLÁVIO DÂMASO

LUDMAR RODRIGUES

MARCELO MAGNO SOARES

CPE 14153 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias para o LOTE 1 - itens: 6.1.4, b.1, 6.1.4, c,2, e c,4, subitens 4.1 e 4.3, para o LOTE 2 - itens: 6.1.4 , b.1 e 6.1.4, c, 3 subitem 3.3 e para o LOTE 3 - itens: 6.1.4, b.1 e 6.1.4, c,3 subitem 3.3., indeferindo o recurso interposto pelo **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO** e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

CPE 14159 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias para o LOTE 1 - itens: 6.1.4, b.1, 6.1.4, c,2, e c,4, subitens 4.1 e 4.3, para o LOTE 2 - itens: 6.1.4 , b.1 e 6.1.4, c, 3 subitem 3.3 e para o LOTE 3 - itens: 6.1.4, b.1 e 6.1.4, c,3 subitem 3.3., indeferindo o recurso interposto pelo **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO** e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

CPE 14155 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RAZÕES DE INDEFERIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA 05/2007

Processo Interno 265/07

OBJETO – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

No processo licitatório CONCORRÊNCIA 05/2007 que objetiva a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais em julgamento da HABILITAÇÃO, publicado em 11.10.2007, o **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO** foi inabilitado **para os lotes 1, 2 e 3** por não atender as seguintes exigências editalícias pela motivação apresentada em resumo:

Inabilitada para o LOTE 1

Motivos:

Não atendimento do item 6.1.4, b.1 para os lotes 1, 2 e 3

A exigência de execução de contrato de empreitada por preço global ou EPC ou TURN-KEY de serviços de construção predial e acabamentos, em características similares às do objeto da licitação, não foi atendido por ter sido apresentado atestado do Projeto SIVAM que foi implantado em 35 cidades, distribuídas em 8 Estados da Federação, comprovando edificações de no máximo 2 pavimentos e estruturas metálicas conforme exemplificado, não apresenta similaridade com a obra licitada tanto nas características construtivas quanto nas quantificações dos serviços executados.

Não atendimento do item 6.1.4, c,2 para o lote 1

Não atendida a exigência de estrutura em concreto armado e/ou protendido com altura mínima de 35m e vão livre de 80m, por ter apresentado estrutura principal metálica. As parcelas dos sub-itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 não foram avaliados pela mesma razão.

Não atendimento do item 6.1.4, c, 3 subitem 3.3 para os lotes 2 e 3

Não atendida a exigência do subitem 3.3 por não conter referida especificação nas obras do Shopping Guarulhos.

Não atendimento do item 6.1.4, c,4, em seus subitens 4.1 e 4.3 para o lote 1

Não atendida a exigência dos itens 4.1 e 4.3 por não estar especificada no atestado relativo ao Projeto SIVAM.

C P E 14156 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

DO RECURSO

Inconformada com o resultado da habilitação, a licitante **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO** recorre, tempestivamente, em 18.10.2007, para reivindicar a reforma da decisão da Comissão Especial de Licitação para reconhecer sua habilitação, dizendo em síntese:

- Que a inabilitação resta atribuída a quatro principais exigências:1ª - item 6.1.4.b.1 para os lotes 1, 2 e 3. 2ª - Item 6.1.4.c.2 para o lote 1, 3ª - item 6.1.4.c.4.1 para o lote 1 e 4ª - item 6.1.4.c.4.3 do lote 1 que se equivale ao item 6.1.4.c.3.3 dos lotes 2 e 3.
- Relativamente ao item 6.1.4.b.1 para os lotes 1, 2 e 3, assevera que apresentou um único atestado do Projeto SIVAM que atende a exigência do edital referente a execução dos serviços de construção predial e acabamentos, o que foi atendido por ser um contrato de empreitada global e dizer respeito a construção de edificações de diversos órgãos funcionais correspondendo a construção predial.
- Relativamente ao item 6.1.4.c.2 para o lote 1, assevera que apresentou atestado referente a construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e acessos rodoviários e ferroviários, obra que foi executada em concreto armado e concreto protendido, indicando com relação a altura mínima exigida de 35 m e seu atendimento em 40,00m e ainda que a ponte de sua atestação tem vão entre pilares de 100 m, sendo portanto superior a 80m exigido no edital. Assevera que as parcelas relevantes e referentes a concreto estrutural, formas, aço e protensão foram comprovadas com as indicações especificadas.
- Relativamente ao item 6.1.4.c.4.3 – sistema "structural glazing" e/ou pele de vidro, assevera que apresentou o atestado de construção do Condomínio Civil do Internacional Guarulhos Shopping Center, com julgamento equivocado por não restar registrada a exata grafia do edital, sem verificar se houve a real comprovação da atividade descrita e não somente a correspondência ortográfica. Ressalta que o que se entende por pele de vidro não se restringe à expressão nominal, eis que trata de colocação dos vidros colados em estrutura auxiliar, sem utilização de caixilhos, nos quais não se vê qualquer perfil, sendo esta a metodologia conhecida por pele de vidro que foi aplicada à fachada externa do Shopping e consta especificamente "laminado reflexivo azul 8 mm – 3.981 m2", integrante do tópico esquadrias, pelo que entende ter comprovado o atendimento ao item conforme esclarecido na declaração da empresa Engevidros que anexa.

Recebido o recurso em seus efeitos devolutivo e suspensivo, nos termos do §3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, foi oferecido à apreciação das demais participantes para os fins de impugnação, com registro de impugnação no prazo legal, pelas licitantes participantes e interessadas:

1. CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A,

2. CONSÓRCIO ANDRADE GUTIERREZ S/A, VIA ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A.

C P E 1415 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

3. CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA, CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.

Preliminarmente,

Fica registrado que a Recorrente declinou a existência de quatro razões motivadoras de sua inabilitação para os Lotes 1, 2 e 3, mas recorreu apenas de três das razões, não tecendo quaisquer considerações quanto à sua inabilitação para o Lote 1 por não atendimento ao item 6.1.4.c.4.1 do Edital.

Diante de tanto, a inabilitação da Recorrente para o Lote 1 transitou em julgado e o presente recurso será apreciado somente quanto às motivações correspondentes aos lotes 2 e 3.

Resta registrado no Recurso em apreço que a inabilitação da Recorrente, resta atribuída a quatro principais exigências:

1ª - item 6.1.4.b.1 para os lotes 1, 2 e 3.

2ª - Item 6.1.4.c.2 para o lote 1,

3ª - item 6.1.4.c.4.- 4.1 para o lote 1 e

4ª - item 6.1.4.c.4 - 4.3 para o lote 1 que se equivale ao item 6.1.4.c.3 – 3.3 dos lotes 2 e 3.

A Recorrente não apresentou motivações contrárias ao item indicado como 3°, ou seja, item 6.1.4.c.4.- 4.1.

A inabilitação para o lote 1 decorre do não atendimento do item que exige a atestação em "sistema de irrigação de parques e ou jardins", não foi objeto do atestado e CATs de fls. 204 a 525 e não conta com razões recursais contrárias à inabilitação.

NO MÉRITO

Inicialmente,

A Legislação aplicável à matéria prevê que "*A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos*", inteligência do artigo 3o da Lei 8.666/93.

Acresce, ainda, como restrição, no parágrafo primeiro do artigo retro-mencionado, "*É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstancia impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.*"

CPE 14158 CODEMIG

Ainda na Lei de Licitações é que encontramos, no entendimento do artigo 41, que *"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".*

É sabido que o edital é o regramento interno do procedimento licitatório, e por isto, faz lei entre o Poder Público e a parte licitante.

Ora nesse entendimento, a Comissão Especial de Licitação, vinculada está ao cumprimento das determinações previstas em edital, eis que este, aceito pelas partes, não impugnado nos termos da lei, obriga à sua estrita observância, não cabendo à Comissão, em vista dos princípios a que está subordinada, tolerar situações que comprometam o caráter competitivo do certame.

Não impugnado o edital na forma da lei pelas licitantes participantes, resulta a anuência destas às cláusulas do instrumento convocatório, porque impositiva, no processo licitatório, a obediência estrita ao comando emergente da Lei 8.666/93, uma vez facultado às partes a manifestação de inconformismo quanto ao edital convocatório, exsurge a decadência do direito contra a parte que não o exercitou, ex vi do art. 41, § 2º, da predita lei das licitações públicas.

A formalidade da licitação e dos instrumentos jurídicos que garantem os interessados, são basilares da própria regularidade do ato administrativo.

"A fonte que condiciona o julgamento deve ser, sempre, o ato convocatório; (..). (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1994, pág. 276)

A vinculação ao edital é princípio basilar de toda licitação. É através do edital que a administração pública fixa os requisitos para participação no certame, define o objeto e as condições básicas do contrato.

Feitas estas considerações adentraremos ao mérito das razões recursais, apresentadas em três abordagens do presente recurso relativamente aos Lotes 2 e 3, em consonância com as razões que ensejaram a sua inabilitação no certame:

1ª - item 6.1.4.b.1 para os lotes 1, 2 e 3.

A decisão Recorrida considerou que a exigência editalícia não restou atendida, por ter sido requerida a comprovação em contrato de empreitada por preço global ou EPC ou TURN-KEY de serviços de construção predial e acabamentos em características similares às do objeto da licitação.

Entendeu a Comissão Especial de Licitação que o Atestado apresentado e correspondente ao Projeto SIVAM, por ter sido implantado em 35 cidades distribuídas em 8 Estados, não resultou a similaridade com a obra licitada em suas características construtivas por consistir várias construções de dimensões modestas, pulverizadas em várias cidades em grande extensão territorial.

Em suas razões a Recorrente transcreve indicações do atestado e assevera que o mesmo atende a exigência, pois foram construídas 176 edificações com respectivos revestimentos, acabamentos, arremates e instalações prediais traduzido num contrato de empreitada global.

O edital licitatório no seu item 6.1.4, b, diz " *atestado.....que comprove ter .... executado .....obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e*

CPE 1415 CODEMIG

de valor significativo são as seguintes..... LOTES 1, 2 e 3 ....1.....serviços de construção predial e acabamentos."

O Edital exige, na forma da Lei, apresentação de atestado de capacidade técnica, acompanhado da respectiva certidão emitida pelo CREA em nome da Empresa ou de seu responsável técnico, comprovando ter executado serviços de características semelhantes às do objeto da licitação.

Referida exigência, coaduna com a exigibilidade determinada pela Lei de Licitações, conquanto o que cabe apreciar é se a proponente, tecnicamente, está habilitada a atender ao objeto licitado, com base em comprovação de serviços de características semelhantes às da licitação, o que, data máxima vênia, não restou atendido pela Recorrente.

Isto porque, não se pode perder de vista, a documentação relativa à qualificação técnica limita-se ao registro na entidade profissional e comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível.

A Lei de Licitações, dando cumprimento aos ditames constitucionais concernentes à Administração Pública, expressou, no artigo 30, inciso II, **a exigência da comprovação de aptidão para desempenho pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.**

O § 1º desse artigo 30 da Lei n. 8.666/93, manifestando a preocupação de afastar exigências que pudessem suprimir a situação de isonomia entre os licitantes, assim dispõe:

A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica ***por execução de obra ou serviço de características semelhantes,*** limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

A licitação, não se pode olvidar, é o instituto destinado à escolha da melhor proposta a ser contratada, sem perder de vista seus princípios constitucionais atinentes a legalidade, a isonomia, a moralidade e a eficiência, entre outros.

Por ser meritório o processo de licitação, merece destaque as regras atinentes a exigências de qualificação técnica que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações quando celebrado o contrato.

CPEL 14160 CODEMIG

A medição da qualificação técnica objetiva conferir à Administração contratar de modo mais seguro e eficiente possível.

Quem faz uma pequena obra demonstra capacidade para fazer pequenas obras, não para executar obras de porte, pelo que sua eliminação do certame

envolvendo uma grande obra é logicamente coerente com o grau de sua capacidade.

Isto porque, quando o artigo 30, *caput*, II, da Lei de Licitações, mencionou a **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, o fez exatamente para conferir à Administração Pública não só o poder mas o **dever** de impor aos licitantes a comprovação de sua aptidão técnica.

Certo e louvável a preocupação em ampliar o universo de proponentes, facilitando a habilitação, o que não pode comprometer, entretanto, a garantia de boa execução do futuro contrato.

Nada existe de ilegal ou despropositado na exigência de capacitação para obras semelhantes para as empresas a serem executantes de obras de grande vulto e considerável complexidade tecnológica como as objeto do presente certame, para as quais é insuficiente a simples capacitação profissional em muitas pequenas obras.

Ora, cioso considerar que as obras ora licitadas não representam um serviço puramente técnico, antes pelo contrário, constituem serviços técnicos altamente complexos, exigindo mão de obra de diversas qualificações, da mais simples à mais elevada e envolve aplicação de materiais e uso de sofisticadas tecnologias e equipamentos.

A Comissão Especial de Licitação, durante o exame dos documentos de habilitação e analisando o conteúdo do atestado apresentado para o presente item, pronunciou-se quanto à insuficiência do mesmo, no entendimento de que o somatório das áreas construídas em diversas localidades não comprova a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

A formação do convencimento, conforme registrado na ata de julgamento, resultou da ausência de similaridade com a obra licitada por se apresentar em construções pequenas pulverizadas em várias cidades.

Ora, as obras licitadas contemplam construção de prédios de sete e quinze pavimentos e forçoso concluir, por evidente, que quem construiu pequenos prédios, de no máximo dois andares (construções de vãos modestos com estruturas em alvenaria, concreto armado convencional e/ou estrutura metálica), não comprova capacidade técnica para construir prédios maiores e com demandas de métodos construtivos complexos, como por exemplo, sistemas estruturais protendidos e concretos de alto desempenho.

Certo é que a exigência visa aferir a qualificação técnica necessária ao cumprimento das obrigações a serem contratadas, e a apreciação e julgamento da Comissão Especial de Licitação não constitui nenhuma novidade às licitantes participantes, conquanto foi objeto de prestação de esclarecimentos oferecidos ao Escritório Caio Brandão Advogados Associados, bem como foi ofertada em resposta à impugnação da lavra da Construtora Celi Ltda, com resposta oferecida ao conhecimento de todas as potenciais interessadas, conforme especifica:

CPE 14161 CODEMIG

"Assim é que a habilitação técnica da licitante a ser contratada deverá restar consubstanciada em comprovação de experiência

anterior **na execução de serviços similares**, que envolvam riscos, especialidades e domínio da técnica.

A habilitação técnica tem por objeto demonstrar para a Administração que a licitante é possuidora de conhecimento capaz de dar cumprimento às obrigações assumidas no contrato decorrente da licitação, na medida da necessidade de melhor qualificar os interessados em participar das licitações de obras complexas aferindo a capacidade para realização do objeto a ser contratado.

O objeto da presente licitação reveste-se de uma ordem de complexidade tal que a qualificação técnica deverá demonstrar a habilidade da licitante/contratada em agrupar pessoas, bens e recursos e imprimir a esse conjunto a organização necessária ao desempenho satisfatório: esta a razão de exigência de experiência em número de atestados limitados, porquanto não estará apta a realizar a obra a proponente que não esteja preparada para aqueles quantitativos em conjunto.

Porque, há que se considerar que o desempenho profissional e permanente da atividade empresarial conduz ao desenvolvimento de atributos próprios da empresa, dentre eles a capacidade de executar satisfatoriamente encargos complexos e difíceis.

Certo que o artigo 30 estabelece que a documentação relativa a qualificação técnica limitar-se-á à capacitação técnico profissional por execução de obra ou de serviço e características semelhantes, por expressa previsão do seu parágrafo §3º : "§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de **complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior."

Como se obteria obras e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior se fosse ilimitado o número de atestados?

Convém observarmos que as exigências relativas à habilitação técnica visam assegurar a boa execução do objeto a ser contratado.

Assim é que a Constituição da República, em seu art. 37, XXI, parte final, permite exigências de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações nos procedimentos licitatórios.

Cioso considerar que as exigências de ordem técnica buscam identificar, com certa margem de precisão, a capacidade técnica do licitante para a execução da obra ou prestação do serviço, no que tange à experiência anterior, qualificação dos profissionais, equipamento, maquinário, etc., à vista do objeto da licitação.

Conforme assevera Marçal Justen Filho em *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Comentada,* Dialética, 5ª ed., 1998, p. 300:

CPEL 14162 CODEMIG

"É evidente ser impossível eliminar o risco de a pessoa contratada revelar-se incapaz tecnicamente de executar a prestação devida. Ao estabelecer certas exigências, a Administração busca reduzir esse risco".

Para tanto, para os fins de comprovação de aptidão técnica, a Lei de Licitações prevê a possibilidade da exigência de "atestados", com o escopo de possibilitar a demonstração de experiência acerca do objeto que será executado.

Com efeito, a exigência de atestados visa demonstrar que os interessados já executaram, anteriormente, obras ou serviços compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação. E a finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração, ou seja, a perfeita execução do objeto da licitação, porquanto o que se está em exame é a aptidão da licitante em executar objeto semelhante ao da licitação.

Casos há em que o somatório de muitos atestados se mostra tecnicamente inviável, como no caso presente, daí a necessidade do limite.

Tomemos um exemplo: em uma licitação em que se exige que o licitante comprove ter construído um edifício de no mínimo vinte andares é evidente que não estará comprovada a capacidade técnica exigida se forem apresentados cinco atestados, cada um deles demonstrando a experiência anterior na construção de edifícios de quatro pavimentos. Construir cinco prédios de quatro pavimentos é muito diferente de construir um de vinte.

A complexidade da presente obra em licitação é que determinou a inviabilidade do somatório dos conteúdos dos atestados a serem apresentados. Da especificação técnica do objeto contratual, ressalta evidente o prejuízo da avaliação técnica com ausência de limite do número de atestados.

No caso presente, se ilimitado o número de atestados, não se estaria comprovando experiência anterior semelhante e compatível com o objeto da licitação, e se perderia o objetivo da capacitação técnica em empreendimento de natureza semelhante.

Assim é que, sendo a obra ou serviço de engenharia uma atividade complexa, a CODEMIG buscou definir no edital, para fins de demonstração de aptidão técnica, as parcelas de maior relevância e valor significativo do seu objeto, sendo certo, outrossim, que as indicações das parcelas estão muito aquém do volume do objeto licitado, conforme se afere com facilidade.

Neste sentido, previamente definidas as exigências de qualificação técnica e decorrendo elas exclusivamente de questões técnicas, não há que se questionar a existência de restrição à participação no certame, uma vez que todos os que atenderem essas condições, consideradas como essenciais à boa execução do objeto, poderão ser admitidos à licitação.

CPEL 141/63 CODEMIG

Não se pode olvidar que de limitação do número de atestados é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações que vão ser contratadas, ou seja, a CODEMIG pretende aferir a capacitação técnico-operacional da licitante para a grandiosidade da obra licitada de modo que possa contratar de modo mais seguro e eficiente possível.

Há que se perquirir, outrossim, o verdadeiro sentido do princípio isonômico da Constituição e da Lei. Referido princípio não impõe que todos indistintamente sejam tratados de modo rigorosamente igual, porque isso seria, sem dúvida, uma desigualdade.

O princípio da isonomia impõe que os iguais sejam tratados igualmente. E em princípio é preciso definir os iguais pelas exigências de qualificação técnica e operacional, assim considerados os iguais para serem contratados para a obra em questão. Nesta esteira, as empresas que não detenham a necessária capacitação técnica (definida no edital) não podem merecer o mesmo tratamento dispensado às que se igualam na capacidade mínima exigida.

Não pode representar ofensa à isonomia exigir em edital a demonstração de experiência na execução de obra de dimensão da do objeto licitado, porque quem faz muitas pequenas obras não demonstra capacidade para executar uma obra de grande porte.

Concordamos que a "a lei não utiliza palavras inúteis", pelo que o inciso II do artigo 30, quando disse que "**comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**," o fez exatamente para conferir à Administração Pública não só o poder, mas o **dever** de impor aos licitantes a comprovação de sua aptidão técnico-operacional.

Assim a Lei muito sabiamente, deixou ao Administrador uma margem de liberdade e discricionariedade para fixação, no edital, em cada caso, do que deve ou não ser comprovado para a qualificação. Se assim não fosse, não haveria sequer razão para constar do edital condições para participação na licitação.

As exigências estatuídas pela CODEMIG, além de não serem proibidas legalmente, ao contrário do asseverado, representam uma clara autorização que lhe foi conferida pelo dito artigo 30, caput, inciso II da Lei de Licitações, porquanto ao inserir as exigências de capacidade técnico operacional compatíveis com o objeto da licitação, está a demonstrar seu cuidado na eleição do contratado, evitando a contratação de quem não está capacitado a executar o contrato.

CPE 14169 CODEMIG

Nesta esteira, entende a CODEMIG que as exigências de capacitação técnico-operacional declinadas são indispensáveis para salvaguardar os seus interesses na contratação.

A Constituição Federal e a Lei de Licitações autorizam e determinam que sejam estabelecidas condições voltadas a garantir

> a efetiva e integral execução do contrato, não se falando em ilegal a exigência de capacitação técnico operacional para a contratada que irá executar uma obra de grande vulto e considerável complexidade.
>
> Não se pode perder de vista, de igual modo, que os dispositivos visam resguardar a CODEMIG de empresas que não tenham condições de arcar com a consecução do objeto da licitação.
>
> .....
>
> É escorreito dizer que as empresas que executaram obras nos quantitativos exigidos para as parcelas relevantes e no número de contratos indicados estão aptas a habilitar-se para executar o objeto licitado. É desse universo que detém capacitação técnica que a CODEMIG pretende extrair sua(s) contratada(s). "

Em face do exposto, o julgamento prolatado no entendimento de que o atestado não compreendeu serviços de construção predial e acabamentos em características similares às do objeto da licitação não pode ser modificado.

2ª - Item 6.1.4.c.2 para o lote 1

O presente item diz respeito exclusivamente à inabilitação para o Lote 1 e seria desnecessária quaisquer considerações relativamente à ele, porquanto inviabilizada a reconsideração da inabilitação da Recorrente para o Lote 1, em razão da ausência de impugnação em razões recursais contra a motivação de inabilitação relativa ao item 6.1.4.c.4 – 4.1, que conduz ao trânsito em julgado da decisão inabilitatória, pelo instituto da preclusão.

A despeito de tanto, a Comissão Especial de Licitação em homenagem ao debate e em respeito aos princípios legais e constitucionais que regem a administração pública, faz questão de analisar as razões que integram o recurso, por não fugir à responsabilidade de justificar suas decisões.

No presente tópico a Recorrente foi inabilitada pela razão do atestado apresentado, de fls. 658 a 699 da sua documentação de habilitação, não apresentar estrutura em concreto armado e/ou protendido com altura mínima de 35m e vão livre de 80m, eis que a estrutura principal apresentada é metálica.

A Recorrente combate a decisão dizendo que o atestado referente a construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná e acessos rodoviários e ferroviários, foi executada em concreto armado e concreto protendido, com altura mínima de 40,00 m, registrando que a ponte tem vão entre pilares de 100 m.

Não assiste razão à Recorrente, senão vejamos:

Conforme exposto nas razões de decisão da inabilitação, o atestado e a CAT de fls. 658 a 699 não atendem ao item referido por não apresentar a estrutura em concreto armado e/ou protendido com altura mínima de 35m e vão livre de 80m, eis que a estrutura principal apresentada é metálica, conforme se extrai do atestado.

CPEL 14165 CODEMIG

O convencimento da Comissão resulta cristalino na transcrição de trechos do atestado que indicam que a ponte foi realizada em estrutura metálica:

"*Características principais da obra:*

1. .Ponte Rodoferroviária: Extensão da ponte: 2.600 m; **Vão entre pilares: 100,0 m**

2..Viadutos de acesso rodoviário: 1.170,0 m.... ***Vão entre pilares: 30 m*** *Infra-estrutura : tubulões de ar comprimido D=1,40m; Superestrutura: Viga protendida....*

"PROJETO

O projeto executivo da ponte foi detalhado de acordo com ***variante em estrutura metálica****, com dimensionamento estrutural para tráfego de veículos trem tipo TB 360,...*

O projeto da ponte detalhou a infra-estrutura (blocos e pilares) em concreto armado, sendo a ***superestrutura em estrutura metálica*** *e a grade da via permanente fixada diretamente na estrutura metálica. ..."*

"SUPERESTRUTURA

Treliça metálica em aço estrutural SAC-50*. A ferrovia foi construída e fixada em cima das longarinas da* ***estrutura metálica*** *e a plataforma rodoviária fica num nível acima da linha férrea, sobre a estrutura de concreto armado na parte superior da treliça...*

As treliças metálicas *foram montadas na obra e tinham comprimento de ...., lançadas em vãos de 100m cada, ..."*

A ponte que tem vão de 100m e altura de 40m tem a sua superestrutura em estrutura metálica, o que é inquestionável na identificação do atestado, conforme consta na ata, com nossos destaques.

As vigas protendidas dizem respeito aos viadutos de acesso rodoviário que têm vão entre pilares de 30m, inferior portanto à exigência de 80m.

As assertivas lançadas, em face das constatações identificadas, não conferem à Comissão Especial de Licitação elementos de convicção bastantes para mudança da sua decisão, antes pelo contrário, só as afirmam.

3ª - item 6.1.4.c.4.- 4.1 para o lote 1

Não foram apresentadas razões recursais para manifestação.

4ª - item 6.1.4.c.4-4.3 para o lote 1 que se equivale ao item 6.1.4.c.3 – 3.-3 dos lotes 2 e 3.

Relativamente ao item 6.1.4.c.4.3 a exigência diz respeito ao sistema "structural glazing" e/ou pele de vidro que foi considerada não atendida pelo atestado e CATs de fls. 526 a 630 da documentação de habilitação da Recorrente, em face de ausência.

Em razões recursais, a Recorrente considera que o atestado de construção do Condomínio Civil do Internacional Guarulhos Shopping Center, contou com julgamento equivocado por não restar registrada a exata grafia do edital no texto da atestação.

CPEL 14166 CODEMIG

Informa em sede recursal que se entende por pele de vidro a colocação dos vidros colados em estrutura auxiliar, sem utilização de caixilhos, nos quais não se vê qualquer perfil, aplicada à fachada externa do Shopping pelo que

entende comprovado o atendimento ao item conforme esclarecido na declaração da empresa Engevidros que anexa.

À Recorrente não socorrem seus argumentos, porquanto não se extrai do atestado que o vidro laminado reflexivo azul 8mm tenha sido colocado com tecnologia similar aos sistemas "structural galzing" e/ou pele de vidro.

O simples fato de constar vidro laminado no atestado não basta para se entender que sua colocação se deu no sistema requerido, porquanto do atestado também consta às suas fls. 530 que a obra contou com esquadrias em alumínio, ferro e madeira e foram colocados vidros plano incolor, cristal incolor, espelho de cristal, transparente e laminado reflexivo azul. Que vidros foram colocados, onde e como não resulta da simples leitura do atestado.

A informação de que a "montagem do vidro laminado reflexivo obedeceu metodologia de aplicação deste vidro em estrutura auxiliar" é uma informação que não tem como ser aferida pela Comissão Especial de Licitação, porquanto não integra as informações do atestado apresentado.

Dizer, simplesmente que a utilização do sistema em estrutura auxiliar está comprovada pela ausência de indicação de qualquer outro material utilizado para sua fixação, representa um jogo de adivinhas que a Comissão deveria ter trilhado, porquanto há informações de colocação de vidros e há informações de esquadrias.

Como adivinhar que determinado vidro utilizou determinado sistema de esquadria? Em sede de processo licitatório e especialmente em julgamento de qualificação técnica, não é possível se trabalhar com hipóteses: o vidro foi instalado assim ou assado por não ter esta ou aquela base de fixação. Não é e não pode ser assim. As informações devem estar textualmente indicadas na atestação para simplesmente serem aferidas em sua conformidade.

Caberia à Recorrente, quando da elaboração de sua proposta cuidar para que o entendimento e aceitação da exigência resultasse de especificação claramente indicada no atestado, de modo a não haver dúvida de que sua atestação confirmava a expertise para o item solicitado, ou seja, deveria ter diligenciado a inclusão da referência em seu atestado e em sua certidão de acervo técnico pelos meios legais próprios junto à entidade fiscalizadora.

A diligência ora efetivada para apresentação de recurso pela Recorrente deveria ter integrado a documentação habilitatória, na forma própria, ou seja, integrando o atestado e a certificação.

E nem se diga que caberia à Comissão Especial de Licitação usar da faculdade legal que lhe confere o artigo 43, §3º da Lei de Licitações e da faculdade editalícia de item 20.6, porquanto, a mesma diligência autorizada para esclarecer ou complementar a instrução do processo veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

CPE 14167 CODEMIG

Ora, há que se considerar que a atestação de cumprimento a determinado item deve constar originariamente da documentação de hablitação, não podendo ser objeto de instrução para sua indicação, menos ainda no caso presente que a Recorrente pretende que a Comissão conclua pela utilização de determinada técnica por ausência de determinada informação na atestação.

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Ademais, insta observar que a diligência é faculdade para o caso de dúvida. Na espécie não houve dúvida da Comissão quanto ao não atendimento da exigência.

DA DECISÃO

Por todo o exposto, não pode a Comissão de Licitação retratar a decisão recorrida, sob pena de, o fazendo, estar laborando em sentido contrário aos interesses da administração, mormente os relativos à seleção da proposta mais vantajosa, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, dentro dos princípios que regem a licitação, já enumerados.

No uso da faculdade que lhe atribui o §4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**, no prazo legal, **MANTÉM** o seu julgamento e a inabilitação do licitante **CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A e CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO** para os Lotes 1, 2 e 3, e opina pelo indeferimento do recurso interposto, submetendo a decisão ao Diretor Presidente da CODEMIG, para sua ratificação ou reconsideração.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SUELY IZABEL CORREA LIMA – Presidente

ANA LÚCIA GONDIM DA COSTA

EDVALDO FLÁVIO DÂMASO

LUDMAR RODRIGUES

MARCELO MAGNO SOARES

CPEL 14168 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias LOTE 2 - itens: 6.1.3 – a.2; 6.1.4, c, 2 e seus subitens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 e 6.1.4, c, 3, subitem 3.2 e LOTE 3 - itens: 6.1.3 – a.2 e 6.1.4,c, 2, e seus subitens 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, e 2.11 e 6.1.4, subitem 3, indeferindo o recurso interposto pelo CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

CPE 1416 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

CONCORRÊNCIA 05/2006

PROCESSO INTERNO 265/07

OBJETO - Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais

RECORRENTE: **CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA**

RECORRIDA: **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**

O Diretor Presidente da CODEMIG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, ratifica a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação da CODEMIG, que mantém o julgamento proferido da habilitação da licitação em referência, publicado em 11.10.2007, para manter inabilitada a Recorrente por não atendimento às exigências editalícias LOTE 2 - itens: 6.1.3 – a.2; 6.1.4, c, 2 e seus subitens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 e 6.1.4, c, 3, subitem 3.2 e LOTE 3 - itens: 6.1.3 – a.2 e 6.1.4,c, 2, e seus subitens 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, e 2.11 e 6.1.4, subitem 3, indeferindo o recurso interposto pelo CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA e homologando pela presente ratificação o resultado da habilitação do certame.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

OSWALDO BORGES DA COSTA FILHO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG

CPE 14170 CODEMIG

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

CODEMIG
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RAZÕES DE INDEFERIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO

CONCORRÊNCIA 05/2007

Processo Interno 265/07

OBJETO – Contratação em regime de empreitada por preço global da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

No processo licitatório CONCORRÊNCIA 05/2007 que objetiva a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais em julgamento da HABILITAÇÃO, publicado em 11.10.2007, o **CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA** foi inabilitado **para os lotes 2 e 3** por não atender as seguintes exigências editalícias pelas motivações apresentadas em resumo:

Inabilitada para os LOTES 2 e 3 pelos seguintes motivos

Não atendimento do item: 6.1.3 – a.2

Por apresentar carta de apresentação constando expressamente prazo de validade da proposta de 60 dias contrariando a exigência de validade não inferior a 120 dias.

Não atendimento do item 6.1.4, c, 2 em seus subitens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11

Em razão de não acatamento de um dos atestados apresentados para atendimento do item referido, por não estar acompanhado da certidão de acervo técnico e sim de registro, com diligência efetivada junto ao CREA-ES que encaminhou expediente dizendo que a documentação correta para comprovação de capacitação técnica profissional é apresentação de certidão de acervo técnico dos profissionais habilitados.

CPEL 1417 CODEMIG

Com a exclusão do referido atestado da contagem de quantitativos do item 2 e seus subitens , os quantitativos dos itens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 para o Lote 2 não foram atendidos.

Rua Aimorés, 1.697 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30140-071 - Tel.: (31) 3213-8880
Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Para o lote 3, pelas mesmas razões não foram atendidos os subitens 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11.

Não atendimento do item 6.1.4, c, 3, subitem 3.2

Em razão de o atestado apresentado ser relativo a obras e serviços de recuperação de estações de esgoto e não de construção.

DO RECURSO

Inconformada com o resultado da habilitação, a licitante recorre, tempestivamente, em 18.10.2007 para reivindicar a reforma da decisão da Comissão Especial de Licitação com o processamento da sua habilitação, dizendo em síntese:

- Que em que pese a exigência do item 6.1.3 – a.2 do edital estabelecer que a proposta deva ter validade de 120 dias, a sua carta de apresentação seguiu fielmente o modelo do edital, onde também consta declaração de "plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos". Em face de tanto, se declarou que concorda com os termos do edital, logo o prazo de sua proposta é de 120(cento e vinte) dias, registrando que na prestação de esclarecimentos não restou determinada alteração do modelo, concluindo ter atendido ao item por não poder alterar o conteúdo do modelo sem expressa determinação.
- Que da análise do atestado da consorciada BloKos, emitido pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, resultou incorreções porquanto o edital solicita a comprovação da capacidade técnica do licitante através de apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnico-operacional registrado no CREA e em nenhum momento exigiu apresentação de CAT pelo que não lhe é permitido exigir de uma forma e julgar de outra, consignando existir diferença entre capacidade técnico operacional e capacidade técnico profissional e que a exigência de capacidade técnico operacional foi estabelecida como atestado registrado no CREA não havendo motivo para questionamento quanto à certidão de acervo técnico e quanto ao registro do atestado. Aduz que o esclarecimento prestado pelo CREA-ES trata de capacidade técnica profissional que não é objeto do item exigido que trata da capacidade técnica operacional. Acresce que o atestado está registrado, conforme consta expressamente em suas folhas, para os fins de atender o dispositivo legal – artigo 30, §1° inciso I da Lei de Licitações. Com a validação do atestado, no seu entendimento, excluído erroneamente, atenderia todos os subitens do item 2 para os lotes 2 e 3.

CPE 14/12 CODEMIG

- Que da análise do atestado da consorciada Estacon, emitido pela Companhia de Saneamento do Pará referente a obras de estações de esgotos sanitários, assevera que do atestado consta descrição detalhada dos serviços de construção, fornecimento de equipamentos e montagem eletromecânica de duas estações de tratamento de esgotos, sendo que o erro de avaliação resulta da tomada apenas de itens de serviços executados nas estações elevatórias sem atentar para os itens de serviço referentes à construção e montagem eletromecânica das ETEs, informando que os serviços de revestimento e tratamento de superfície são normalmente executados em diversos tipos de obras. Informa que o atestado complementar esclarece tratar de construção e montagem eletromecânica .

Recebido o recurso em seus efeitos devolutivo e suspensivo, nos termos do §3º do artigo 109 da Lei 8.666/93, foi oferecido à apreciação das demais participantes para os fins de impugnação, com registro de impugnação no prazo legal, pelas licitantes participantes e interessadas:

1 - CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A, CONVAP ENGENHARIA S/A e CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A

2 - CONSÓRCIO ANDRADE GUTIERREZ S/A, VIA ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A.

3 - CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.

NO MÉRITO

Inicialmente,

A Legislação aplicável à matéria prevê que "*A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos*", inteligência do artigo 3o da Lei 8.666/93.

Acresce, ainda, como restrição, no parágrafo primeiro do artigo retro-mencionado, "*É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da*

CPE 14173 CODEMIG

sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstancia impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

Ainda na Lei de Licitações é que encontramos, no entendimento do artigo 41, que *"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".*

É sabido que o edital é o regramento interno do procedimento licitatório, e por isto, faz lei entre o Poder Público e a parte licitante.

Ora nesse entendimento, a Comissão Especial de Licitação, vinculada está ao cumprimento das determinações previstas em edital, eis que este, aceito pelas partes, não impugnado nos termos da lei, obriga à sua estrita observância, não cabendo à Comissão, em vista dos princípios a que está subordinada, tolerar situações que comprometam o caráter competitivo do certame.

Não impugnado o edital na forma da lei pelas licitantes participantes, resulta a anuência destas às cláusulas do instrumento convocatório, porque impositiva, no processo licitatório, a obediência estrita ao comando emergente da Lei 8.666/93, uma vez facultado às partes a manifestação de inconformismo quanto ao edital convocatório, exsurge a decadência do direito contra a parte que não o exercitou, ex vi do art. 41, § 2º, da predita lei das licitações públicas.

A formalidade da licitação e dos instrumentos jurídicos que garantem os interessados são basilares da própria regularidade do ato administrativo.

"A fonte que condiciona o julgamento deve ser, sempre, o ato convocatório; (..). (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1994, pág. 276)

A vinculação ao edital é princípio basilar de toda licitação. É através do edital que a administração pública fixa os requisitos para participação no certame, define o objeto e as condições básicas do contrato.

Feitas estas considerações adentraremos ao mérito das razoes recursais, apresentadas em três abordagens do presente recurso em consonância com as razões que ensejaram a sua inabilitação no certame:

1° - PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA

A licitante atribuiu à sua proposta prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

CPE 14174 CODEMIG

Referido prazo não atende a exigência editalícia de item 6.1.3 que previa a apresentação dos documentos com expressa indicação de prazo de validade da proposta não inferior a 120(cento e vinte) dias.

Ainda em fase de esclarecimentos, registra-se, o prazo a ser atribuído à proposta foi confirmado à vista da confrontação de informação conflitante entre o edital e o modelo ofertado, com indicação da prevalência da previsão do edital em razão de expressa previsão editalícia em tal sentido, conforme item 20.4.

Das alegações de recurso trazidas pela Recorrente, esta assevera que ao ensejo de sua participação no certame, expressamente declinou plena concordância com as condições constantes do Edital, razão pela qual o prazo de validade de sua proposta é de 120(cento e vinte) dias e ainda que os esclarecimentos prestados não determinaram alteração do modelo do edital.

Razão não assiste ao Recorrente: A uma porque do edital consta expressamente em seu item 20.4 que "No caso de eventual divergência entre o Edital de licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro", e a duas porque, ainda que não houvesse tal disposição, o conflito de informação entre edital e anexo foi resolvido com os esclarecimentos prestados, que não só autorizaram como determinaram que o modelo fosse adequado às disposições editalícias.

Dizer, de maneira simplista que a participação e plena concordância com as condições constantes do edital e seus anexos bastariam para alterar a data expressa na proposta, é completamente inadequado aos propósitos do certame.

Se assim fosse permitido, não haveria necessidade de julgamento da habilitação e das propostas, porquanto o simples atendimento ao chamado constituiria pressuposto de que a participante estaria apta a participar do certame, e pressuposto de que todas as suas informações e documentos foram apresentados em estrita conformidade com o edital. Mais ainda, se assim não fosse, que restariam modificados pela simples declaração de conformidade para participação.

O prazo de validade da proposta é de substancial importância para o procedimento licitatório pois é ele que vincula a participante ao certame e obriga ao cumprimento da sua oferta em caso de adjudicação do objeto contratual.

Por esta razão a Administração Pública deverá estar sempre atenta para a vigência do prazo de validade das propostas.

Isto porque, caso o prazo não esteja vigente, o detentor da proposta não estará obrigado a cumpri-la, sendo defeso à Administração exigir seu cumprimento, ou seja, não contará com meios para obrigá-la a cumprir sua oferta, porque, findo o prazo de validade da proposta, nos

CPE 14175 CODEMIG

termos da Lei, os proponentes estão liberados dos compromissos assumidos.

Assim, prosseguindo o certame e adjudicado o objeto à Recorrente, não sendo do seu interesse manter a proposta e não tendo a Recorrida como obriga-la, o certame licitatório para a contratação terá fracassado.

Ao promover o presente certame licitatório, a CODEMIG incluiu no instrumento convocatório cláusula estabelecendo prazo mínimo de validade das propostas a serem apresentadas pelos licitantes, de 120 (cento e vinte), prazo este que considerou o objeto da licitação e os possíveis recursos a serem interpostos.

O prazo foi estabelecido em edital e reiterado em esclarecimentos prestados, conforme razões de decidir da inabilitação, e em detrimento de tanto a Recorrente validou a sua proposta por apenas 60(sessenta) dias.

Inserindo prazo diferente do estabelecido a proponente, ao cabo do prazo por ela assinalado, não estará obrigada a aceitar eventual dilação proposta e com tal procedimento frustrará o certame realizado se for sagrada vencedora.

Não pode a Recorrida deixar permanecer no certame uma licitante cuja proposta não obrigará sua contratação, em prazo hábil à conclusão do processo licitatório.

Isto porque, escoado o prazo de validade da proposta no decorrer do procedimento e não aceitando a prorrogação do prazo, estará a Recorrente liberada do compromisso assumido perante a Recorrida em relação a sua oferta.

O prazo exigido de 120 (cento e vinte) dias é para vincular as licitantes às suas propostas, de sorte que eventual recusa na formalização da contratação tenha o condão de caracterizar inadimplemento e sujeitar a participante às penalidades legais cabíveis.

Pelas razões expostas, a Recorrida não pode deixar prosseguir no certame a Recorrente que concedeu à sua proposta validade inferior à exigida no edital, porque constituindo direito disponível, estaria mantendo no certame uma proposta cuja contratação não se viabilizaria, senão por vontade da proponente aqui Recorrente .

2° DA VALIDADE DO ATESTADO APRESENTADO SEM CERTIDÂO DE ACERVO TÉCNICO

CPE 14176 CODEMIG

Para atendimento do item 6.1.4, c.2 e seus subitens a Recorrente apresentou dois atestados, sendo que o atestado da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo conferido à Blokos Engenharia

Ltda, registro CREA 1080-RF foi desconsiderado pela Comissão de Licitação.

Em face de tal desconsideração a Recorrente foi inabilitada para o Lote 2 por não atender aos quantitativos dos subitens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 e para o Lote 3 por não atender aos quantitativos dos subitens 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 , 2.10 e 2.11.

O atestado foi excluído por não estar acompanhado da Certidão de Acervo Técnico e sim de um registro em atestado que não foi validado pelo emitente CREA-ES.

Insta observar que a Comissão Especial de Licitação, para firmar o convencimento exarado na decisão, conforme registrado, na forma autorizada pela Lei de Licitações em seu artigo 43, § 3° e pelo edital em seu item 8.9 baixou diligência junto ao CREA-ES, com o objetivo de validar como CAT o "registro em atestado", encaminhando expediente requerendo tal confirmação.

Pela resposta obtida e encaminhada através do ofício OPER PF nº. 1617, de 09/10/2007 do CREA – ES, emitida pelo Gerente Operacional – Engº Civil Marcos Motta Ferreira, que também havia assinado pelo CREA – ES o "registro em atestado", ficou registrada a seguinte informação: "... afirmamos que a documentação correta para comprovação de capacitação técnica profissional é a apresentação de Certidão de Acervo Técnico dos profissionais habilitados, ...", o que não validou o registro do atestado com CAT.

No que diz respeito às razões recursais de que a exigência de que a comprovação da capacidade técnica do licitante se dê através de apresentação de atestado ou certidão de capacidade técnico-operacional registrado no CREA, não exigindo em nenhum momento a apresentação de CAT, sendo-lhe defeso exigir de uma forma e julgar de outra, vale registrar que razão não assiste à Recorrente, porquanto a validação de qualquer atestado demanda o cumprimento das exigências da entidade profissional competente.

A letra da Lei, diz do registro do atestado na entidade profissional competente posto que a Lei é norma geral e a qualificação técnica há que ser exigida para todos os objetos licitatórios possíveis, não somente para obras e serviços de engenharia.

Para as obras e serviços de engenharia, o registro na entidade profissional competente será efetivado como determinado na legislação profissional, ou seja, através de certidão de acervo técnico, cumprindo preceito expressamente declinado na Resolução CONFEA 317/86. Tanto é verdade que, à exceção do atestado ora objeto de recurso, todos os atestados apresentados pelas quinze empresas consorciadas participantes do presente certame, vieram acompanhados das correspondentes CATs.

CPEL 1417 CODEMIG

Outrossim, inexiste a alegada diferença entre a forma de comprovação da capacidade técnico operacional e capacidade técnico profissional da licitante, no que diz respeito à necessidade do competente registro do acervo técnico no CREA. A legislação profissional é que determina como o acervo técnico se compõe: seja ele profissional ou operacional.

Isto porque, não se pode deixar de esclarecer, ambas capacitações são comprovadas por atestados e os atestados têm que estar registrados na conformidade da legislação que regula os pertinentes registros nas entidades profissionais competentes. Não há como se entender diferente.

A lei não distingue capacitação técnico profissional de capacitação técnico operacional. Resta estabelecido na Lei de Licitações em seu artigo 30 as exigências possíveis de serem feitas e que dizem respeito a qualificação técnica das licitantes.

A Lei trata a mesma capacitação, qual seja, a qualificação técnica, pelos dois nomes: no inciso I do §1° do artigo 30 diz "capacitação técnico profissional"... e mais adiante, no §10 do mesmo artigo , diz que "fins de comprovação da capacidade técnico operacional de que trata o inc. I do §1° deste artigo", assim ora chama de capacitação de técnico profissional ora de operacional – para a mesma possibilidade do §1° do inciso I do artigo 30.

O Edital também não o faz: nas letras b do item 6.1.4 fala em atestado ou certidão de capacidade técnica e na letra c do mesmo item fala em atestado ou certidão de capacidade técnico operacional, sendo que ambas as exigências estão estritamente vinculadas à exigência de qualificação técnica da licitante e restam amparadas nas previsões do artigo 30 do diploma legal aplicável.

A indicação de capacitação técnico operacional do edital resta amparada e prevista pelas disposições do §3° do artigo 30 da Lei 8.666/93 que admite a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A Lei não distingue capacidade técnico profissional da operacional como pretende a Recorrente ao dizer que a exigência de item 6.1.4.c é operacional e não profissional e por tal razão não se vincularia à certidão de acerto técnico. Para a Lei, todas as disposições do artigo 30, tem por objeto a qualificação técnica da licitante e todos os atestados se sujeitam aos registros próprios das entidade profissionais competentes.

Isto porque, em ambos os casos a certidão do CREA deverá estar vinculada ao profissional, ainda que emitida em face de um atestado apresentado a pessoa jurídica, porquanto o acervo técnico é do profissional .

CPEL 14/17 CODEMIG

A Resolução nº 317, de 31.10.86, do CONFEA, que "dispõe sobre Registro de Acervo Técnico dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e expedição de certidão", em seu art. 1º, assim define acervo técnico do profissional:

> "Art. 1º. Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por **ele adquirida ao longo de sua vida profissional**, compatível com as suas atribuições desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia".

E, ainda, seu art. 4º assim assevera:

> "Art. 4º. O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados."
>
> Parágrafo único. O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica **variará em função da alteração do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores**".

Pelo exposto, forçoso concluir que o acervo técnico tem caráter personalíssimo, ou seja, ele acompanha o profissional ao longo de sua carreira, e comporá o acervo técnico de uma determinada pessoa jurídica enquanto este pertencer ao quadro permanente e atuando profissionalmente para ela.

Isto acontece porque o registro de acervo técnico de cada profissional é composto por todas as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), anotadas no Conselho Regional, onde o profissional estiver registrado ou exercendo suas atividades.

Ao dizer que o atestado deverá estar registrado no CREA o registro deverá ser efetivado na conformidade da legislação aplicável, ou seja, a expedição da CAT para o atestado com expressa referência aos profissionais que registraram as ARTs das obras e serviços relativas àquele contrato.

O acervo técnico da pessoa jurídica não é próprio dela, mas permanece na titularidade das pessoas físicas responsáveis pelas obras e serviços de engenharia.

CPE 14179 CODEMIG

Cumpre consignar que a diligência efetivada pela Comissão Especial de Licitação tinha o objetivo de validar o registro em atestado com equivalência de Certidão de Acervo Técnico e o CREA-ES em resposta,

além de não validar o atestado como certidão, afirmou textualmente que "a documentação correta para comprovação da capacitação técnico-profissional é a apresentação da Certidão de Acerto Técnico dos profissionais habilitados", não conferindo ao atestado de sua expedição a valia requerida.

Registra-se que o signatário do referido ofício foi também o emissor do "registro em atestado" integrante às fls. 376 da documentação habilitatória ofertada pela Recorrente e que também vistou o carimbo do atestado que consigna que o atestado foi registrado para os fins do artigo 30§1° inciso I da Lei de Licitações.

Considerando que o ofício expedido pelo CREA-ES assinado pelo emitente do atestado não lhe conferiu validade de certidão de acervo técnico, a Comissão Especial de Licitação não pode acatar o ofício CR/DCR.263 de 07.11.2001 que não faz qualquer referência ao atestado em análise, e que foi expedido por outro profissional do CREA que desconhece o conteúdo do atestado registrado em 2007, sendo ainda um expediente com quase seis anos de emissão.

Assim, combatendo os subitens do item 2.3.15 das razões recursais, consignamos:

a) o item 6.1.4. do edital estabelece exigências de qualificação técnica em estrita conformidade com o artigo 30 da Lei de Licitações, não se falando que as exigências de registro de acervo técnico na capacitação profissional são diferentes da capacitação operacional;

b) a certidão de acervo técnico é o documento comprobatório da validação técnica do atestado, na forma da legislação regulatória do exercício profissional, e consistiu o documento apresentado por todas as 15(quinze) empresas participantes para validação de todos os atestados apresentados no certame, inclusive os apresentados pela consorciada Estacon, sendo o único atestado sem CAT o atestado registrado sob nº 2007.052676 no CREA-ES, registro este que não contou com a validação do próprio CREAES;

c) o registro efetivado pelo CREA-ES não foi validado por ele, conforme Ofício.OPER.PF.n° 1.617 de 09.10.07;

d) a Comissão usou da faculdade legal que lhe confere o artigo 43, §3º da Lei de Licitações e da faculdade editalícia de item 20.6, e teve por objetivo, por ser o único atestado sem CAT do certame, buscar sua validação como certidão de acervo técnico, não se falando em questionamento indevido;

e) o ofício do CREA-ES em resposta à diligência é claro no sentido de que o documento hábil para qualificação técnica em processo licitatório é a Certidão de Acervo Técnico;

CPE 14180 CODEMIG

f) não há distinção entre capacitação técnico profissional e operacional para os fins de certificação pelo CREA posto que todos os acervos são do profissional;

g) a Comissão Especial de Licitação, diante do não reconhecimento pelo próprio CREA-ES da validação como acervo técnico do atestado que registrou, não tinha outra alternativa senão a desconsideração do atestado;

h) o registro no atestado não lhe confere a força de certidão de acervo técnico exigida pela Resolução CONFEA 317/86 e o documento emitido em 07.11.2001, não pode ter seu conteúdo acatado porque contradiz a informação atual obtida pela Comissão junto ao emissor do registro do atestado no CREA-ES .

Por todas as razões expendidas, não pode a Comissão Especial de Licitação reconsiderar sua decisão e validar o atestado expedido pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo em nome da Blokos Engenharia Ltda à falta da competente certidão de acervo técnico exigida pela legislação profissional, documento apto a cumprir a exigência licitatória e legal de habilitação em qualificação técnica.

Não validado o atestado a Recorrente não cumpre as exigências de quantitativos dos subitens 2.2, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 para o Lote 2 e subitens 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 . 2.10 e 2.11 para o Lote 3.

De qualquer sorte, o subitem 2.11 dos Lotes 2 e 3, ainda que validado o atestado não acatado pela Comissão Especial de Licitação expedido pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo em nome da Blokos Engenharia Ltda, não resta atendida a exigência editalícia prevista de "conjunto de subestações com potencia de transformação de 3.500 KVA (lote 2) e 3.750 KVA (lote 3) ".

Isto porque, do atestado de fls. 376 a 409, consta às fls. 377 que o Engenheiro "Olavo Botelho Almeida, Engenheiro Eletricista.... foi Responsável Técnico **pela Supervisão dos Serviços** de Instalações Elétricas, Central de Iluminação de Emergência, Pára-raios, **Subestação Transformadora**, Cabeamento Estruturado.... e demais serviços afins" (grifos nossos)

Relativamente a "Subestação Transformadora" a atestação diz respeito a serviços de supervisão e não de execução, pelo que o atestado não acatado, ainda que validado, não permitiria à Recorrente a habilitação para o subitem 2.11 de ambos os Lotes. Vale registrar que a comprovação objeto do atestado de fls. 243 a 254 emitido pela NOVACAP em favor da Estacon Engenharia, não alcança os quantitativos exigidos, por apresentar instalação de uma subestação de potência de 3.000 KVA, conforme expressamente indicado às fls. 245 da documentação habilitatória e expressa menção no recurso.

CPE 14181 CODEMIG

3° DA CONSTRUÇÃO E NÃO REFORMA DA ETE

A Comissão Especial de Licitação considerou desatendido o item 6.1.4, c, 3, subitem 3.2 em razão de o atestado apresentado, de fls. 275 a 334, emitido pela Companhia de Saneamento do Pará em favor da Estacon Engenharia S.A, ser relativo a obras e serviços de recuperação de estações de esgoto e não de construção, conforme requerido na exigência.

Nas razões recursais a Recorrente aduz que houve erro de avaliação por terem sido tomados apenas os itens de serviços executados nas estações elevatórias sem atentar para os itens de serviço referentes à construção e montagem eletromecânica das ETEs, registrando que serviços de revestimento e tratamento de superfície são normalmente executados em diversos tipos de obras e ainda que o atestado complementar esclarece tratar de construção e montagem eletromecânica.

Razão não assiste à Recorrente. A leitura dos atestados apresentados conduz à conclusão de que se trataram a espécie, sem dúvida, de obras e serviços de recuperação de ETEs existentes, senão vejamos:

No Edital é exigido tanto para o lote 2 quanto para o Lote 3, no item 6.1.4 c., subitem:

"3- Ter executado contrato(s) de obra(s) compreendendo os seguintes serviços:

(...)

3.2- Sistema de esgoto a vácuo ou estação de tratamento de esgotos;

Foram transcritos alguns itens executados nas diversas unidades do Sistema de Esgotos Sanitários, listados nas planilhas de serviços e quantidades, a fim de demonstrar a existência das duas Estações de Tratamento de Esgotos Sanitários apresentadas, a saber:

- ETE-01 (Rua da Mata);
- ETE-02 (Av. Tavares Bastos).

A estação de tratamento ETE-01 possui, de acordo com o atestado, as seguintes unidades:

- Gradeamento primário (grade grossa);
- Calha Parshall (medidor de vazão do esgoto bruto);
- **EEE-1 (elevatória de esgoto bruto);**
- Gradeamento secundário (grade fina);
- **Caixa retentora de areia;**
- Leito de drenagem de areia;
- **Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA);**

CPE 14182 CODEMIG

- **Reator Aerado (Lodos Ativados);**
- **Elevatória de Lodo do Decantador Secundário para os Reatores Anaeróbios;**
- **Elevatória de recirculação do lodo aeróbio;**
- **Leito de Secagem;**
- **Elevatória do Líquido drenado nos Leitos de Secagem;**
- Calha Parshall (medidor de vazão final);
- **Bloco Administrativo.**

Nas unidades em **negrito** por nós destacadas, foram executados apenas serviços de reforma/manutenção e não construção da Estação de Tratamento de Esgoto de forma completa, sendo que nas outras unidades não houve, conforme o atestado, qualquer intervenção.

Esta afirmação provém das descrições dos serviços listados na "Planilha de Serviços e Quantidades" do atestado, sendo transcritos alguns deles para Ata de Julgamento, justificando a não construção de Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários por parte do licitante:

"1.5.1 – Prédio da Administração

1.5.1.3 – Revestimento e Tratamento de Superfície

1.5.2 - EEE 01

1.5.2.3 - Revestimento e Tratamento de Superfície

1.5.4 - Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA)

1.5.4.3 – Revestimento e Tratamento de Superfície

1.5.5 – Tanque de Aeração, Decantador Secundário e Elevatória de Retirada de Lodo

1.5.5.7 – Tratamento de fissuras com abertura inferior 0,3mm do tanque de aeração.

1.5.5.8 – Recuperação de paredes de tanque de aeração que apresentam segregações, com armadura exposta e infiltração."

A Estação de Tratamento ETE-02 possui, de acordo com o atestado, as seguintes unidades:

- Gradeamento primário (grade grossa);
- Calha Parshall (medidor de vazão do esgoto bruto);
- EEE-1 (elevatória de esgoto bruto);
- Gradeamento secundário (grade fina);
- **Caixa retentora de areia;**

CPEL 14183 CODEMIG

- **Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA);**
- Casa de Química;
- Calha Parshall (mistura de coagulante);
- **Câmaras de floculação;**
- **Câmaras de flotação;**
- Poço de Acumulação de Lodo;
- Elevatória do Lodo do Sistema de Flotação;
- **Prédio da Administração.**

Nas unidades em **negrito** por nós destacadas, foram executados apenas serviços de reforma, manutenção e ampliação de algumas unidades e não construção da Estação de Tratamento de Esgoto de forma completa, sendo que nas unidades não assinaladas não houve, conforme o atestado, qualquer intervenção.

Esta afirmação provém das descrições dos serviços listados na "Planilha de Serviços e Quantidades" do atestado, sendo transcritos alguns deles para Ata de Julgamento, justificando a não construção de Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários por parte do licitante:

"2 – ETE 02 (Av. Tavares Bastos)

2.4 – Caixa Retentora de areia / Caixa de drenagem

2.4.7 – Recuperação das paredes de células que apresentam segregações, com armaduras expostas.

2.5 – Reator Anaeróbio

2.5.7 – Recuperação de paredes de células que apresentam fissuras

2.5.8 – Recuperação de paredes de células que apresentam segregações com armaduras expostas

2.6 – Floculação e Flotação/câmaras de saturação e elevatória E-02

2.6.3 – Recuperação e adequação estrutural dos filtros existentes

2.8 – Urbanização

2.8.7 – Pavimentação

2.11 – Reforma do Prédio da Administração."

CPEL 94189 CODEMIG

Vale registrar que o atestado que pretende qualificar a Recorrente para o presente item, a par de constar em seu texto quando referente ao contrato tratar-se de obras das estações de esgotos sanitários, da análise de suas planilhas de itens e quantitativos, especialmente as montagens eletromecânicas, conforme retratado, conduzem ao entendimento prolatado pela Comissão Especial de Licitação, de tratar

a espécie de ampliação, reforma e manutenção de algumas unidades das ETEs, não indicativas de construção.

A construção ou ampliação de unidades com acréscimos de células não indicam a qualificação técnica da Recorrente em atendimento à exigência do edital, razão pela qual a Comissão Especial de Licitação não pode reconsiderar sua decisão e mantém a inabilitação reiterando as razões da decisão recorrida.

DA DECISÃO

Por todo o exposto, não pode a Comissão de Licitação retratar a decisão recorrida, sob pena de, o fazendo, estar laborando em sentido contrário aos interesses da administração, mormente os relativos à seleção da proposta mais vantajosa, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, dentro dos princípios que regem a licitação.

No uso da faculdade que lhe atribui o §4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS-CODEMIG**, no prazo legal, **MANTÉM** o seu julgamento e a inabilitação do licitante CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A e BLOKOS ENGENHARIA LTDA para os Lotes 2 e 3 da Concorrência 05/2007 e opina pelo indeferimento do recurso interposto, submetendo a decisão ao Diretor Presidente da CODEMIG, para sua ratificação ou reconsideração.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SUELY IZABEL CORREA LIMA – Presidente

ANA LÚCIA GONDIM DA COSTA

EDVALDO FLÁVIO DÂMASO

LUDMAR RODRIGUES

MARCELO MAGNO SOARES

CPEL 1418 CODEMIG

ODEBRECHT
Engenharia e Construção

oas

queiroz galvão
construção

À Comissão Especial de Licitação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Ref.: Concorrência 05/2007

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, qualificado nos autos do processo licitatório **Concorrência Publica 05/2007**, vem, nos termos do item 11.3 do Edital de Licitação e do art. 109, I, "a" e "c", e §§ 3º e 4º da Lei Federal n. 8.666/93, apresentar sua impugnação ao Recurso Administrativo interposto pelo **CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN,** nos termos e pelos fundamentos das razões em anexo.

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CODEMIG - PROTOCOLO 29-Out-2007-17:30-01070-1/2

CPE 14186 CODEMIG

I. UMA QUESTÃO RELEVANTE QUANTO AO ÂMBITO DO JULGAMENTO PROFERIDO EM RECURSOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES A PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Antes do exame do recurso apresentado, convém lembrar aqui um aspecto relevante do regime jurídico dos recursos administrativos apresentados por licitantes em procedimentos licitatórios.

Como cediço, a Administração Pública é jungida ao princípio da legalidade (CF/88, art. 37, *caput*), daí resultando seu dever-poder de controle *ex officio* da legalidade dos atos por ela praticados (autotutela – Súmula 473/STF).

Não por acaso, a Lei Federal n. 8.666/93 prevê expressamente este controle de ofício ao final do procedimento (art. 49), quando a autoridade superior deverá examinar a regularidade de todos os atos praticados no certame, tenham ou não sido impugnados pelos interessados por quaisquer dos meios previstos no art. 109 do mesmo diploma.

O dever de auto-tutela da Administração não se limita, contudo, a este controle final de legitimidade do procedimento. Mesmo no julgamento dos recursos contemplados no art. 109 da Lei 8.666/93, este dever se manifesta, neste caso para fazer com que a Administração não esteja restrita exclusivamente ao âmbito das questões suscitadas pelos recorrentes e seus fundamentos recursais, devendo proceder ao reexame amplo de todas as questões pertinentes à adequada aplicação do Direito aos fatos do procedimento.

Não se aplica a tais recursos, portanto, o princípio do dispositivo; ao revés, aplicam-se os princípios do impulso oficial do processo administrativo, da legalidade e da verdade material.

Precisas, neste sentido, as considerações de **MARÇAL JUSTEN FILHO:**

> **"O exame das circunstâncias pode conduzir a autoridade superior a invalidar o procedimento desenvolvido perante a autoridade inferior. Tendo em vista o poder-dever de revisar os próprios atos, a verificação de algum vício tem de acarretar a pronúncia dos vícios descobertos. ASSIM, A AUTORIDADE NÃO ESTÁ VINCULADA AOS TERMOS DO RECURSO. PODE, INCLUSIVE, *AGRAVAR A SITUAÇÃO DO RECORRENTE.* O princípio *tantum devolutum quantum apellatum* tem aplicação limitada no âmbito administrativo. Somente pode ser invocado no tocante a aspectos discricionários da atividade administrativa. A Administração pode (e deve) pronunciar os vícios sempre que deles tiver conhecimento."[8]**

---

[8] **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005, p. 649.**

CPEL 24187 CODEMIG

Assim sendo, no exame do recurso apresentados pela recorrente a Autoridade Superior não pode se limitar apenas à apreciação das questões e fundamentos por eles especificamente argüidos. Ao revés, deve a Autoridade Superior examinar, *na integralidade,* todas e quaisquer questões relevantes para o juízo acerca do atendimento ou não, pelos licitantes, a todas as exigências de habilitação deste certame, ainda que tais questões não tenham sido expressamente abordadas na decisão recorrida ou nas manifestações recursais.

Relembrada este traço relevante do regime jurídico do julgamento a ser proferido acerca dos recursos, passa-se ao exame da pretensão da recorrente quanto à sua habilitação no certame.

II. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO SCHAHIN-CONSTRAN. DESATENDIMENTO A INÚMERAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL.

Entende a impugnante que o consórcio recorrente tem razão num único ponto, a saber: a afirmação de que teria destadendido ao item 6.1.4.B.1 (idêntico para todos os lotes). Realmente, ali não se exige mais do que a comprovação da execução de obras de construção predial e acabamentos, não havendo especificação no sentido de que tais obras teriam que ter características qualitativas ou quantitativas específicas que não estas, tendo havido excesso de zelo da Comissão neste ponto.

De toda forma, existem outras razões autônomas e suficientes para a inabilitação do consórcio recorrente que as razões recursais não conseguiram suplantar.

II.1. ITEM 6.1.4.C.2 – LOTE 1.

Com todo o respeito, é manifesta a improcedência da argumentação apresentada pela recorrente para infirmar sua inabilitação no tocante ao desatendimento deste item.

A leitura do atestado apresentado deixa evidente que **A PONTE FERROVIÁRIA TINHA SUPERESTRUTURA METÁLICA, DE AÇO. O trecho do atestado destacado pela recorrente, que menciona superestrutura com viga protendida, refere-se ao viaduto, não à ponte.**

Ora, o item 6.1.4.C.2 exige que as quatro parcelas ali especificadas tenham sido executadas num único contrato, sendo evidente que a altura e o vão mínimos especificados devem se fazer presentes na estrutura de concreto:

> 2- Ter executado em 1(um) Contrato, estrutura(s) em concreto armado e/ou protendido com altura mínima de 35m e vão livre mínimo de 80m, inclusive vigas pré-moldadas ou moldadas in loco e com as seguintes parcelas significativas:

GPE 14188 CODEMIG

Assim sendo, é manifesto o caráter falacioso da argumentação da recorrente, pois o vão de 100 metros e a altura de 40 metros mencionadas no atestado não se referem ao viaduto, mas sim à ponte ferroviária feita com estrutura metálica, não estrutura de concreto armado, o que joga por terra toda a argumentação da recorrente.

Evidente, portanto, o acerto da decisão recorrida neste ponto, a desmerecer reforma.

II.2. ITEM 6.1.4.C.4.1, LOTE 1.

Tampouco merece reforma a decisão recorrida quanto à falta de comprovação, pelo recorrente, do atendimento à exigência do item em tela.

Observe-se que **o recurso SEQUER IMPUGNOU A DECISÃO RECORRIDA QUANTO A ESTE FUNDAMENTO, denotando que o próprio consórcio recorrido reconheceu seu acerto, tanto que não logrou apresentar contra ela qualquer argumentação neste ponto.**

Aqui se tem, portanto, mais uma causa autônoma e suficiente para a inabilitação do recorrente em relação ao Lote 1.

II.3. ITEM 6.1.4.C.4.3, LOTE 1, E ITENS 6.1.4.C.3.3, LOTES 2 E 3.

Tampouco procede a argumentação do recorrente quanto ao referido item.

Com efeito, **O ATESTADO DO SHOPPING GUARULHOS *NÃO ESPECIFICA, EM MOMENTO ALGUM,* QUE ALI TERIA SIDO EXECUTADO O TIPO DE ATIVIDADE EXECUTADO SISTEMA DE 'STRUCTURAL GLAZING' OU PELE DE VIDRO.**

Pelo contrário, **o atestado em questão discrimina as atividades executadas para FACHADA EXTERNA, ali não se vendo QUALQUER MENÇÃO a fachada do tipo pele de vidro. Da mesma forma, O ATESTADO DESCREVE AS FACHADAS E REVESTIMENTOS EXTERNOS, EM NENHUM MOMENTO FAZENDO ALUSÃO A ESTE TIPO DE FACHADA.**

Absolutamente inadmissível, portanto, é a pretensão da recorrente de ter o atestado aceito quanto a este ponto com base em especulações *a contrario sensu* ou declaração firmada por terceiros.

A Lei 8.666/93 é claríssima: o documento comprobatório da qualificação técnica é o **ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA,** emitido pelo cliente. A declaração da empresa ENGEVIDROS não tem, portanto, qualquer eficácia jurídica enquanto suposta comprovação de qualificação técnico-operacional da SCHAHIN para a execução deste tipo de atividade, pois **ela não supre nem substituiu o obrigatório atestado de responsabilidade técnica emitido pelo cliente, que, neste caso, não menciona fachada em pele de vidro ou structural glazing.**

CPE 14189 CODEMIG

Observa-se, neste particular, que bastaria à SCHAHIN, caso realmente tivesse executado fachadas em pele de vidro naquela obra, solicitar ao cliente a emissão de um atestado complementar mencionando tal item. **CAUSA ESPÉCIE, PORTANTO, QUE NÃO O TENHA FEITO E TENHA PREFERIDO TENTAR SUPRIR A SUPOSTA "OMISSÃO" DO ATESTADO POR MEIO NÃO ADMITIDO NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, SOBRETUDO QUANDO SE SABE QUE A SCHAHIN FOI INABILITADA NA RECENTE LICITAÇÃO PARA A NOVA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS PELO MESMO FUNDAMENTO (vide decisão em anexo).**

Pelo exposto, aqui também o recurso desmerece provimento.

III. CONCLUSÃO E PEDIDO.

Por todo o exposto, pede a impugnante seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso, confirmando-se a inabilitação do Consórcio SCHAHIN/CONSTRAN.

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CPEL 14190 CODEMIG

À Comissão Especial de Licitação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Ref.: Concorrência 05/2007

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, qualificado nos autos do processo licitatório **Concorrência Publica 05/2007**, vem, nos termos do item 11.3 do Edital de Licitação e do art. 109, I, "a" e "c", e §§ 3º e 4º da Lei Federal n. 8.666/93, apresentar sua impugnação ao Recurso Administrativo interposto pelo **CONSÓRCIO ESTACON – BLOKOS,** nos termos e pelos fundamentos das razões em anexo.

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A,
CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CODEMIG - PROTOCOLO 29-Out-2007-17:20-01071-1/2

CPEL 1419 CODEMIG

I. UMA QUESTÃO RELEVANTE QUANTO AO ÂMBITO DO JULGAMENTO PROFERIDO EM RECURSOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES A PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Antes do exame do recurso apresentado, convém lembrar aqui um aspecto relevante do regime jurídico dos recursos administrativos apresentados por licitantes em procedimentos licitatórios.

Como cediço, a Administração Pública é jungida ao princípio da legalidade (CF/88, art. 37, *caput*), daí resultando seu dever-poder de controle *ex officio* da legalidade dos atos por ela praticados (autotutela – Súmula 473/STF).

Não por acaso, a Lei Federal n. 8.666/93 prevê expressamente este controle de ofício ao final do procedimento (art. 49), quando a autoridade superior deverá examinar a regularidade de todos os atos praticados no certame, tenham ou não sido impugnados pelos interessados por quaisquer dos meios previstos no art. 109 do mesmo diploma.

O dever de auto-tutela da Administração não se limita, contudo, a este controle final de legitimidade do procedimento. Mesmo no julgamento dos recursos contemplados no art. 109 da Lei 8.666/93, este dever se manifesta, neste caso para fazer com que a Administração não esteja restrita exclusivamente ao âmbito das questões suscitadas pelos recorrentes e seus fundamentos recursais, devendo proceder ao reexame amplo de todas as questões pertinentes à adequada aplicação do Direito aos fatos do procedimento.

Não se aplica a tais recursos, portanto, o princípio do dispositivo; ao revés, aplicam-se os princípios do impulso oficial do processo administrativo, da legalidade e da verdade material.

Precisas, neste sentido, as considerações de **MARÇAL JUSTEN FILHO:**

> **"O exame das circunstâncias pode conduzir a autoridade superior a invalidar o procedimento desenvolvido perante a autoridade inferior. Tendo em vista o poder-dever de revisar os próprios atos, a verificação de algum vício tem de acarretar a pronúncia dos vícios descobertos. ASSIM, A AUTORIDADE NÃO ESTÁ VINCULADA AOS TERMOS DO RECURSO. PODE, INCLUSIVE, *AGRAVAR A SITUAÇÃO DO RECORRENTE.* O princípio *tantum devolutum quantum apellatum* tem aplicação limitada no âmbito administrativo. Somente pode ser invocado no tocante a aspectos discricionários da atividade administrativa. A Administração pode (e deve) pronunciar os vícios sempre que deles tiver conhecimento."[9]**

---

[9] **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005, p. 649.**

PE 14/192 CODEMIG

Assim sendo, no exame do recurso apresentados pela recorrente a Autoridade Superior não pode se limitar apenas à apreciação das questões e fundamentos por eles especificamente argüidos. Ao revés, deve a Autoridade Superior examinar, *na integralidade,* todas e quaisquer questões relevantes para o juízo acerca do atendimento ou não, pelos licitantes, a todas as exigências de habilitação deste certame, ainda que tais questões não tenham sido expressamente abordadas na decisão recorrida ou nas manifestações recursais.

Relembrada este traço relevante do regime jurídico do julgamento a ser proferido acerca dos recursos, passa-se ao exame da pretensão da recorrente quanto à sua habilitação no certame.

II. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO ESTACON-BLOKOS. DESATENDIMENTO A INÚMERAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL.

II.1. QUANTO AO ITEM 6.1.3.A.2 DOS LOTES 2 E 3.

Sem razão a recorrente, *data venia,* quanto à irresignação acerca da correta decisão da Comissão que entendeu desatendido o item em questão.

Com efeito, a partir do momento em que a Comissão, mediante resposta a pedido de esclarecimentos, corrigiu a ambigüidade até então verificada no Edital, cujo modelo do Anexo I conflitava com o disposto no item 20.4 acerca do prazo para as propostas, tal manifestação **passou a integrar o Edital, tendo força vinculante tanto para a Administração quanto para os licitantes.**

Neste sentido o entendimento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

> **"ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CONSULTA. A RESPOSTA DE CONSULTA A RESPEITO DE CLÁUSULA DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA É VINCULANTE; DESDE QUE A REGRA ASSIM EXPLICITADA TENHA SIDO COMUNICADA A TODOS OS INTERESSADOS, ELA ADERE AO EDITAL. Hipótese em que, havendo dissídio coletivo pendente de julgamento, a resposta à consulta deu conta a todos os licitantes de que os reajustes salariais dele decorrentes seriam repassados para o preço-base; irrelevante o argumento de que o dissídio coletivo assegurou reajuste salarial não previsto em lei, porque prevalece, no particular, a decisão do Superior Tribunal do Trabalho, que se presume conheça e aplique a lei, de que é o intérprete definitivo no seu âmbito de competência. Recurso especial não conhecido." (REsp 198.665/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 23.03.1999, DJ 03.05.1999 p. 137)**

CPE 14193 CODEMIG

Neste contexto, não cabe alegar que a referida resposta da Comissão, esclarecendo que o prazo da proposta deveria ser de 120 (cento e vinte) dias, não teria promovido alteração no Anexo I. Ora, se a Comissão afirmou que o prazo deveria ser de 120 (cento e vinte) dias e não de 60 (sessenta) dias, como constante do modelo original do Anexo I, **a conclusão óbvia era a de que os licitantes deveriam fazer a necessária adaptação na carta a que se referia aquele modelo, pois aquele seria o único documento constante do envelope dos documentos de habilitação a informar o prazo de validade da proposta.**

Esta era realmente a única interpretação possível da resposta da Comissão, sob pena do esclarecimento ali prestado tornar-se inócuo.

Tampouco cabe cogitar – e aqui a impugnante se antecipa a eventual cogitação neste sentido, malgrado alegação deste jaez não ter sido deduzida no recurso – que a inabilitação da recorrente pelo fato desta haver afirmado que o prazo de validade de sua proposta seria de 60 (sessenta) dias, e não de 120 (cento e vinte) dias, como exigido no Edital devidamente esclarecido pela Comissão, seria "excesso de formalismo" incompatível com o regime jurídico das licitações públicas.

No que talvez seja o melhor trabalho acerca da mitigação do formalismo nas licitações públicas da literatura jurídica nacional, **FÁBIO BARBALHO LEITE** bem adverte que:

> **"Não podem, portanto, ser relativizados ou relevados ou de qualquer forma perdoados aqueles vícios presentes nas propostas cujo conteúdo corresponda à DECISÃO *EXCLUSIVA* do licitante (...).**
>
> **Nesses casos (...), entende-se bem porque que os aludidos vícios não podem ser retificados ou relevados:**
>
> **a) que pela Comissão de Julgamento de licitação, se isso corresponder ao absurdo da mesma substituir-se, com escolhas subjetivas e arbitrárias, ao proponente, alterando dados da proposta e assim tomando decisões que só ao proponente foi deixado tomar;**
>
> **b) quer pelo proponente, pois isso significaria a possibilidade – que deveria ser estendida a todos – de retificarem dados relativos à econômica da proposta comercial após descerradas e públicas ditas propostas."**

A definição do prazo de validade da proposta constitui **manifestação de vontade** por parte dos licitantes. A Administração não pode, juridicamente, alterar o conteúdo desta manifestação de vontade, que é privativa do proponente, nem permitir-lhe que a altere no curso do procedimento, em afronta à isonomia.

C P E 14/199 CODEMG

Correta, portanto, a inabilitação do Consórcio ESTACON – BLOKOS quanto a este primeiro fundamento contido na decisão recorrida.

II.2. INADMISSIBILIDADE DO ATESTADO APRESENTADO SEM A CORRESPONDENTE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.1.4.C.2, SUB-ITENS 2.2, 2.4, 2.6, 2.7 E 2.8, DO LOTE 2, E SUB-ITENS 2.2, 2.3, 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10 E 2.11 DO LOTE 3.

Tampouco procede a irresignação da recorrente quanto à decisão da Comissão que corretamente considerou inadmissível o atestado apresentado às fls. 231-254 e 376-409.

Sustenta a recorrente, com base em Ofício expedido pelo CREA/ES em Novembro de **2001**, que aquela autarquia adotaria como procedimentos alternativos e supostamente "equivalentes" o registro de atestado por meio da Certidão de Acervo Técnico dos profissionais nele mencionados e também por meio de inusitado "registro de atestado" consistente em chancela nas páginas do próprio documento. Com base neste documento e na premissa de que o Edital limita-se a exigir que o atestado seja registrado no CREA, não exigindo apresentação da CAT, entende a recorrente que a decisão da Comissão teria se desviado dos parâmetros de julgamento da habilitação previstos no Edital (*"não é permitido à Administração exigir de uma forma e julgar de outra"*).

No entanto, *rogata maxima venia,* não foi isso o que ocorreu. **Quando o Edital exigiu atestado registrado no CREA, exigiu, *ipso facto,* a apresentação da Certidão de Acervo Técnico respectiva, pois É ESTA A FORMA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE REGULA O EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA PARA O REGISTRO DE ATESTADOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**

Com efeito, a Lei Federal n. 6.496/77 estabelece:

> **"Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).**
>
> **Art. 2º - A ART DEFINE PARA OS EFEITOS LEGAIS OS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELO EMPREENDIMENTO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA."**

Esta Lei foi regulamentada pela **RESOLUÇÃO CONFEA n. 425/98,** que dispôs:

> **"Art. 1º - Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)",**

CPEL 14195 CODEMIG

no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade.

§1º - A prorrogação, o aditamento, a modificação de objetivo ou qualquer outra alteração contratual, que envolva obras ou prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, gerará a obrigatoriedade de ART complementar, vinculada à ART original.

(...)

Art. 2º - A ART DEFINE, PARA OS EFEITOS LEGAIS, OS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS OU PRESTAÇÃO DE QUAISQUER SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, OBJETO DO CONTRATO.

§1º - Quando o contrato englobar atividades diversas no campo da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia e no caso de co-autoria ou co-responsabilidade, A ART DEVERÁ SER DESDOBRADA, ATRAVÉS DE TANTOS FORMULÁRIOS QUANTOS FOREM OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA OBRA OU SERVIÇO.

§2º - A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pelas obras ou serviços previstos no contrato, obrigará à nova ART vinculada à ART original.

Art. 3º - Nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem a competente Anotação de Responsabilidade Técnica, nos termos desta Resolução.

§1º - Excetuam-se os casos em que for utilizada a ART múltipla para as obras e serviços de duração de 30 (trinta) dias rotineiros ou de emergência, quando o recolhimento será mensal.

§2º - O disposto neste artigo aplica-se igualmente a todo empreendimento de propriedade do seu executor.

Art. 4º - O preenchimento do formulário de ART pela obra ou serviço é de responsabilidade do profissional, o qual, quando for contratado, recolherá, também, a taxa respectiva.

Parágrafo único - Quando a obra ou serviço for objeto de contrato com pessoa jurídica, a esta cabe a responsabilidade pelo recolhimento da taxa de ART e o registro de ART, devidamente preenchida pelo profissional responsável.

CPE CODEMG

(...)".

A leitura dos dispositivos legais e regulamentares acima transcritos revela, portanto, que, para os fins do disposto no art. 30, § 1º, **só será admissível o atestado quando houver anotação de responsabilidade técnica por parte do profissional nele indicado quanto às obras ou serviços descritos no atestado.** Com efeito, dispõe o referido dispositivo legal:

> **"Art. 30. (...).**
>
> **§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES, limitadas as exigências a:**
>
> **I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado *DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA* por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos".**

Como se vê, a Lei não se limita a exigir "atestado de boa execução" de atividades compatíveis com o objeto licitado; exige **atestado "DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA".**

Ora bem, **responsabilidade técnica é, no tocante a atividades de engenharia, conceito preciso, definido na Lei 6.496/77 e na Resolução 425/98: RESPONSÁVEL TÉCNICO É O PROFISSIONAL INDICADO COMO TAL NA *ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA* REFERENTE À OBRA OU SERVIÇO.**

Pede-se vênia para novamente invocar as lições do Prof. **MARÇAL JUSTEN FILHO:**

> **"O registro dos atestados, quanto a serviços e obras de engenharia, faz-se em face do CREA. A legislação própria (Leis Federais ns. 5.194 e 6.496, complementadas por inúmeras resoluções do CONFEA) prevê exclusivamente o registro de documentos relacionados à pessoa física dos profissionais. A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em face do CREA é obrigatória para cada prestação**

CPE CODEMIG

de serviço de engenharia. Foi disciplinada a figura do Registro de Acervo Técnico (RAT)[10], que constitui em uma espécie de arquivo geral e abrangente de toda a atividade desempenhada pelo profissional ao longo de sua vida profissional. PREVIU-SE A EMISSÃO DE UMA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) PARA FAZER PROVA EM FACE DE TERCEIROS DO CONTEÚDO DO REGISTRO.

EM PRINCÍPIO, A CAT É O DOCUMENTO ADEQUADO PARA COMPROVAR A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL. NADA IMPEDIRIA QUE O SUJEITO PUDESSE FAZER PROVA ATRAVÉS DA EXIBIÇÃO DAS VIAS DE ART CORRESPONDENTES ÀS DIVERSAS ATUAÇÕES."[11]

Assim sendo, a afirmação contida no Ofício CR/DCR.263 do CREA/ES, de 07 de Novembro de 2001, no sentido de que o CREA expede "dois documentos de valores equivalentes", é, *data maxima venia,* absurda e flagrantemente contrária à legislação de regência, não tendo efeito vinculante para o julgamento da presente licitação. Em vão se buscará na Lei Federal ou nas resoluções do CONFEA previsão de mero "registro de atestado" como ato equivalente à Anotação de Responsabilidade Técnica e à expedição da respectiva Certidão de Acerto Técnico.

De mais a mais, se o CREA/ES adotou aquela equivocada orientação no passado, o fato é que **hoje não mais a adota, como se vê da resposta prestada pela mesma autarquia à consulta específica feita pela Comissão de Licitação nestes autos.**

Neste contexto, cabe afastar igualmente a tentativa da recorrente de criar distinção artificiosa e inexistente entre a sistemática de registro de atestados **de responsabilidade técnica** exigidos para comprovação da qualificação técnico-profissional e do registro de atestados de responsabilidade técnica para comprovação de qualificação técnico-operacional. **Não existe distinção no procedimento de registro de atestados para um fim ou outro.**

Com efeito, a exigência legal é a mesma num e outro caso, pois a Lei 8.666/93 exige atestado **DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA,** o que, como visto, a Lei 6.496/77 e as Resoluções CONFEA 425/98 e 317/86, somente se caracteriza mediante a realização das Anotações de Responsabilidade Técnica pertinentes e a expedição da Certidão de Acervo Técnico correspondente.

A diferença da forma de comprovação das duas modalidades de qualificação técnica não está, portanto, na forma de registro do atestado. Em ambos os casos, o procedimento de registro é o mesmo. O que diferencia a qualificação técnico-profissional da qualificação técnico-operacional é o fato de que, no primeiro caso, será admitido o atestado do profissional integrante do quadro

---

[10] **Resolução CONFEA n. 317/86.**

[11] ***Comentários...*, op. cit., p. 333.**

CPE 14198 CODEMIG

permamente do licitante ainda que as atividades atestadas tenham sido por executadas quando este integrava o quadro permanente de outra empresa, ao passo que para a qualificação técnico-operacional exige-se atestado de obra ou serviço realizada pela empresa licitante, admitindo-se o atestado mesmo que o profissional ali indicado como responsável técnico não faça mais parte do seu quadro permanente.

Em síntese:

a) a Lei 8.666/93 exige "atestado de responsabilidade técnica" para comprovação tanto da qualificação técnico-profissional quanto da qualificação técnico-operacional;

b) quando o Edital exigiu "atestado registrado", exigiu, por óbvio, que o registro em questão se fizesse segundo a forma prevista na legislação, de forma a que o atestado pudesse ser qualificado juridicamente como atestado "de responsabilidade técnica";

c) o inusitado "registro" constante do atestado polemizado não atende às normas da legislação de regência, a saber, Lei 6.496/77 e Resoluções CONFEA 425/98 e 317/86;

d) o próprio CREA/ES confirmou, em sua manifestação mais recente acerca do problema e apresentada em face de questionamento específico formulado pela Comissão de Licitação, tal entendimento.

Por conseguinte, não merece reforma a decisão recorrida, que em nada desviou-se das exigências objetivas do Edital e da legislação aplicável ao declarar inabilitado o recorrente também por este fundamento, tornando-se desnecessário o exame, um a um, dos itens desatendidos.

II.3. ITEM 6.1.4.C.3, LOTES 2 E 3.

Tampouco merece reforma a decisão recorrida no tocante à correta afirmação de que o consórcio recorrente não comprovou o atendimento à exigência de comprovação de execução de sistema de esgoto a vácuo ou estação de tratamento de esgotos contida nos itens 6.1.4.C.3.2 dos Lotes 2 e 3.

Em que pese o esforço argumentativo desenvolvido pela recorrente, a decisão da Comissão demonstrou de forma inacatável que o atestado em questão realmente não se refere à integral execução, pela empresa Estacon, das Estações de Tratamento de Esgotos ali descritas, mas sim de obras de reforma e urbanização de estações preexistentes.

Ainda, portanto, que tenha havido fornecimento e montagem de alguns equipamentos utilizados em estações de esgotos naquele caso, **o atestado não contempla a execução integral, completa, de uma estação de tratamento de esgoto, ao passo que é isso que o Edital exige.**

CPE 1499 CODEMIG

Assim sendo, correta, também sob este fundamento, a inabilitação do recorrente.

III. CONCLUSÃO E PEDIDO.

Por todo o exposto, pede a impugnante seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso, confirmando-se a inabilitação do Consórcio ESTACON/BLOKOS

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CPE 14200 CODEMIG

ODEBRECHT
Engenharia e Construção

oas

queiroz galvão
CONSTRUÇÃO

À Comissão Especial de Licitação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Ref.: Concorrência 05/2007

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, qualificado nos autos do processo licitatório **Concorrência Publica 05/2007**, vem, nos termos do item 11.3 do Edital de Licitação e do art. 109, I, "a" e "c", e §§ 3º e 4º da Lei Federal n. 8.666/93, apresentar sua impugnação ao Recurso Administrativo interposto por **CONSTRUCAP-CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A,** nos termos e pelos fundamentos das razões em anexo.

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A.
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CODEMIG - PROTOCOLO 29-10-2007-17:21-010072-1/2

CPEL 14201 CODEMIG

I. UMA QUESTÃO RELEVANTE QUANTO AO ÂMBITO DO JULGAMENTO PROFERIDO EM RECURSOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES A PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Antes do exame do recurso apresentado, convém lembrar aqui um aspecto relevante do regime jurídico dos recursos administrativos apresentados por licitantes em procedimentos licitatórios.

Como cediço, a Administração Pública é jungida ao princípio da legalidade (CF/88, art. 37, *caput*), daí resultando seu dever-poder de controle *ex officio* da legalidade dos atos por ela praticados (autotutela – Súmula 473/STF).

Não por acaso, a Lei Federal n. 8.666/93 prevê expressamente este controle de ofício ao final do procedimento (art. 49), quando a autoridade superior deverá examinar a regularidade de todos os atos praticados no certame, tenham ou não sido impugnados pelos interessados por quaisquer dos meios previstos no art. 109 do mesmo diploma.

O dever de auto-tutela da Administração não se limita, contudo, a este controle final de legitimidade do procedimento. Mesmo no julgamento dos recursos contemplados no art. 109 da Lei 8.666/93, este dever se manifesta, neste caso para fazer com que a Administração não esteja restrita exclusivamente ao âmbito das questões suscitadas pelos recorrentes e seus fundamentos recursais, devendo proceder ao reexame amplo de todas as questões pertinentes à adequada aplicação do Direito aos fatos do procedimento.

Não se aplica a tais recursos, portanto, o princípio do dispositivo; ao revés, aplicam-se os princípios do impulso oficial do processo administrativo, da legalidade e da verdade material.

Precisas, neste sentido, as considerações de **MARÇAL JUSTEN FILHO:**

> **"O exame das circunstâncias pode conduzir a autoridade superior a invalidar o procedimento desenvolvido perante a autoridade inferior. Tendo em vista o poder-dever de revisar os próprios atos, a verificação de algum vício tem de acarretar a pronúncia dos vícios descobertos. ASSIM, A AUTORIDADE NÃO ESTÁ VINCULADA AOS TERMOS DO RECURSO. PODE, INCLUSIVE, *AGRAVAR A SITUAÇÃO DO RECORRENTE.* O princípio *tantum devolutum quantum apellatum* tem aplicação limitada no âmbito administrativo. Somente pode ser invocado no tocante a aspectos discricionários da atividade administrativa. A Administração pode (e deve) pronunciar os vícios sempre que deles tiver conhecimento."[1]**

CPE 1400 CODEMIG

[1] ***Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 11ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005, p. 649.**

Assim sendo, no exame do recurso apresentados pela recorrente a Autoridade Superior não pode se limitar apenas à apreciação das questões e fundamentos por eles especificamente argüidos. Ao revés, deve a Autoridade Superior examinar, *na integralidade,* todas e quaisquer questões relevantes para o juízo acerca do atendimento ou não, pelos licitantes, a todas as exigências de habilitação deste certame, ainda que tais questões não tenham sido expressamente abordadas na decisão recorrida ou nas manifestações recursais.

Relembrada este traço relevante do regime jurídico do julgamento a ser proferido acerca dos recursos, passa-se ao exame da pretensão da recorrente quanto à sua habilitação no certame.

II. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES. DESATENDIMENTO A INÚMERAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL.

II.1. QUANTO AO ITEM 6.1.4.B.2 – LOTES 1, 2 E 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL.

A decisão recorrida entendeu que o Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES deixou de atender às exigências de qualificação técnico-profissional contidas no item em tela, ficando sua análise essencialmente em dois atestados apresentados pelo Consórcio recorrente, a saber, Atestado CBTU - CAT nº 13777/2003 e o Atestado emitido pela empresa Natura, com suas diversas "complementações".

Em seu recurso, a recorrente questiona os fundamentos invocados pela Comissão para a análise da admissibilidade destes dois atestados e agrega, ainda, a alegação de que, independentemente do acerto ou não de tal análise, a Comissão teria se omitido na apreciação de dois outros atestados que atenderiam às referidas exigências, a saber: atestado da Central Brasileira de Distribuição relativo a obra do Hiper Extra Araraquara (CAT nº 53.350) e atestado referente à construção do Mineirinho (CAT n. 005.139/07).

No entanto, *data maxima venia,* nenhum dos atestados apresentados pela recorrente – sejam aqueles acima mencionados, seja o quinto atestado pelo Consórcio, vinculado à CAT n. SZN 01964 – atende às exigências do item 6.1.4.b.2.

É o que se passa a demonstrar.

II.1.2. ATESTADO EMITIDO PELA CBTU – CAT N. 13777/2003. INEXISTÊNCIA DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA QUANTO ÀS ATIVIDADES EXIGIDAS PELO ITEM 6.1.4.B.2, ESTRANHAS À PROFISSÃO DE ENGENHEIRO CIVIL.

CPEL 14/03 CODEMIG

A recorrente tece longas considerações críticas acerca dos fundamentos invocados pela Comissão para afirmar inadmissível tal atestado para atendimento às exigências do item 6.1.4.B.2.

No entanto, para a análise definitiva e segura acerca da habilitação ou não do Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES **sequer é necessário adentrar na discussão suscitada pela recorrente**, relembrando-se aqui o que foi exposto no item I desta impugnação recursal acerca da inaplicabilidade do princípio do dispositivo ao julgamento dos recursos administrativos em procedimentos licitatórios. Independentemente do acerto ou não dos fundamentos da decisão recorrida e da procedência ou não dos argumentos expedidos pela recorrente, **o fato objetivo, verificável de forma bastante singela, aliás, é o de que tal atestado não comprovou a qualificação técnico-profissional da licitante nos termos exigidos pelo Edital.**

Com efeito, a Lei 5.194/66 prevê:

> **"Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: (...)**
>
> **b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro."**

O art. 7º da mesma Lei somente tratou genericamente das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sem disciplinar de forma discriminada as atribuições de cada qual. Tal discriminação é feita por normas regulamentares, sob a forma de Resoluções emitidas pelo CONFEA. Neste contexto, a norma fundamental sobre a matéria é a **RESOLUÇÃO CONFEA n. 218/73,** que *"discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia."*

Tal resolução principia pela discriminação de "atividades", genericamente consideradas, relacionando 18 (dezoito) tipos distintos de atividades profissionais em seu art. 1º.[2] Os artigos seguintes vincularão os 18 grupos de

---

[2] ***"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:***
Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

CPEL 1420 CODEMIG

atividades relacionadas no art. 1º aos **campos específicos de atuação de cada profissão específica do campo da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.** Transcrevemos, aqui, os dispositivos que interessam de imediato à discussão do atestado em exame:

> **"Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:**
>
> **I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.**
>
> **Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:**
>
> **I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.**
>
> **(...)**
>
> **Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:**
>
> **I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.**
>
> **(...)**

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
Atividade 18 - Execução de desenho técnico."

CPEL 1420 CODEMIG

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

(...)

Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução."

Esta Resolução foi complementada por normas posteriores, que visaram adequá-la a novas especialidades e sobretudo a novas denominações de cursos superiores admitidos pelo MEC. Neste contexto, a Resolução n. 473, de 2002, estabeleceu Tabela relacionando os diversos títulos de cursos superiores das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia às profissões a que se vinculam, estabelecendo a obrigatoriedade de que todos os documentos e registros dos CREAS utilizem tais títulos e suas respectivas nomenclaturas.

Pois bem: observa-se que os Engenheiros **Sílvio Navarro Guedes** e **Samuel Duque Leite** são identificados na CAT vinculada ao atestado emitido pela CBTU são ali identificados como **ENGENHEIROS CIVIS.**

Assim sendo, **nem mesmo se quisessem poderiam ter feito Anotação de Responsabilidade Técnica quanto às atividades mencionadas no item 6.1.4.B.2 estranhas às atribuições próprias dos Engenheiros Civis, a saber:**

a) sistema de ar-condicionado central tipo água gelada (Engenheiro Mecânico);

b) sistema de Detecção e Alarme contra incêndio (Engenheiro Eletricista);

CPEL 14206

c) Instalações Elétricas (Engenheiro Eletricista);

d) Instalação de Cabeamento Estruturado (Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Eletrônico).

Vale dizer: DAS ATIVIDADES RELACIONADAS NO ITEM 6.1.4.B.2, APENAS A DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS ESTÁ COMPREENDIDA NAS ATRIBUIÇÕES DO ENGENHEIRO CIVIL; TODAS AS DEMAIS CONSTITUEM ATRIBUIÇÃO DE OUTRAS PROFISSÕES DE ENGENHARIA (MECÂNICA OU ELÉTRICA/ELETRÔNICA), RAZÃO PELA QUAL SOMENTE PROFISSIONAIS COM ESTA FORMAÇÃO PODEM SER SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.

A execução destas atividades por Engenheiro Civil caracterizaria, como previsto no art. 6º da Lei 5.194/66 e no art. 25 da Resolução CONFEA n. 218/73. É justamente por isso que a Resolução CONFEA n. 425/98 exige o desdobramento da ART em "tantos quantos sejam os profissionais" que participam da execução da obra (art. 2º, § 1º).

Ora, o art. 30, § 1º, I, fala em ***"ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA".*** **Evidente, portanto, que o atestado só será legítimo, para habilitação em licitçaões, quando a atividade nele mencionada corresponda às atribuições profissionais do Engenheiro ali apontado como responsável técnico. Ninguém pode ser responsável técnico por atividade estranha à sua esfera de atribuições profissionais, nem seria cogitável que o Direito legitimasse o exercício ilegal de profissão admitindo atestados de atividades estranhas às atribuições do profissional para comprovação de qualificação técnico-profissional. O pressuposto primeiro da qualificação técnico-profissional é a HABILITAÇÃO jurídica do profissional para exercer a atividade.**

Pelo exposto, percebe-se que a discussão intentada pela recorrente em seu recurso, conquanto interessante academicamente, é inócua e irrelevante para o julgamento definitivo da habilitação do Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES. O atestado emitido pela CBTU, vinculado à CAT 13777/2003, **não atende às exigências do item 6.1.4.B.2 simplesmente porque não é atestado de Responsabilidade Técnica dos Engenheiros Civis nele mencionados quanto às atividades previstas neste item que constituem atribuição de outras profissões de Engenharia – tanto que a CAT a ele vinculada não menciona tais atividades.**

Definitivamente eliminada a hipótese deste atestado ser considerado para atendimento, pelo Consórcio em questão, às exigências do item 6.1.4.B.2 do Edital, resta examinar os demais atestados apresentados pelo mesmo Consórcio.



II.1.3. ATESTADO EMITIDO PELA EMPRESA NATURA (E SUAS INÚMERAS "COMPLEMENTAÇÕES") – CATs SZN n. 00666/00702/01930.

A recorrente apresentou um segundo atestado (com diversas complementações) emitido pela empresa NATURA, referente a ***"OBRAS CIVIS E GERENCIAMENTO DO NOVO ESPAÇO NATURA".***

Tal atestado foi considerado inadmissível pela decisão para atendimento ao item 6.1.4.B.2, tendo em vista que as instalações elétricas, hidráulicas, de ar condicionado, de incêndio e cabeamento estruturado ali mencionadas não foram executadas pela empresa CONSTRUCAP, ali se mencionando apenas que se trata de itens de "Gerenciamento de Instalações" – ou seja, mero acomopanhamento de obra executada por terceiros.

Em que pese a evidente impossibilidade de confusão de *gerenciamento* e *execução de obra,* a recorrente apresenta um extenso arrazoado para tentar contornar o inescondível acerto da decisão recorrida.

Tal argumentação adota como **premissa fática** a alegação de que a CONSTRUCAP **teria *sub-contratado* as referidas instalações, sendo, contudo, a responsável primeira e última pelos serviços sub-contratados, de cuja execução teria participado juntamente com estes.**

Com base nesta premissa, diversos argumentos são apresentados, de forma bastante hábil, para tentar justificar uma equiparação entre atestados de gerenciamento e atestados de execução de obra.

No entanto, *concessa maxima venia,* a argumentação da recorrente não se sustenta, nem quanto aos fatos, nem quanto ao Direito. É o que se passa a demonstrar.

II.1.3.1. A PREMISSA FÁTICA EM QUE SE ASSENTA TODA A ARGUMENTAÇÃO DA RECORRENTE É FALSA. NÃO HOUVE, NO CASO, APENAS SUB-CONTRATAÇÃO DAS INSTALAÇÕES POLEMIZADAS, COM PARTICIPAÇÃO ATIVA DA RECORRENTE EM SUA EXECUÇÃO. PELO CONTRÁRIO, UMA PARTE SUBSTANCIAL DESTAS INSTALAÇÕES FOI, COM CERTEZA ABSOLUTA, CONTRATADA DIRETAMENTE PELA NATURA COM TERCEIROS.

Como visto acima, o recurso afirma de forma categórica que a obra a que se refere o atestado em questão teria sido executada em regime de *"turn key".* Segue-se exposição acerca de quais seriam, no entender da recorrente, as características peculiares do regime de *turn key,* destacando-se as seguintes afirmações:

> **"Naquele caso, a Construcap foi a responsável por toda a obra do complexo industrial. O escopo de sua contratação era o de entregar um complexo industrial pronto para imediata utilização, no regime de *turn-key.***

CPEL 14208 CONTENCIOSO

(...)

> **Nestas situações, em que são executadas prestações de diversas naturezas, é muito comum que se utilize dos serviços de empresas especializadas. Dessa forma, a contratada continua responsável pela entrega da obra pronta para utilização, e o terceiro executa, com a cooperação do contratado, as prestações em que é especializado."**

Afirma-se, portanto, que a obra teria sido contratada na sua integralidade, em regime de *turn key,* e que a Construcap teria simplesmente sub-contratado empresas especializadas para execução, **sob a responsabilidade primeira e última da própria Construcap e mediante sua cooperação, das instalações indicadas no atestado como objeto de mero "Gerenciamento".**

No entanto, **esta afirmação não é verdadeira.**

Em primeiro lugar, observa-se que **nem o atestado "principal" nem sua quase dezena de complementações informam, em lugar algum, que a obra teria sido realizada em regime de *turn key***, como afirmado pela recorrente, ou que as atividades "Gerenciadas" teriam sido sub-contratadas pela CONSTRUCAP e executadas sob responsabilidade técnica e econômica primeira e última da própria CONSTRUCAP perante a NATURA.

O máximo que se afirma é que a obra foi "realizada em regime de **empreitada por preço global" ("complemento" de 31 de Julho de 2007), o que, como é cediço, não se confunde com *turn key***, como se infere do disposto no art. 6º, inciso VIII, alíneas "a" e "e", da Lei 8.666/93, que distingue a empreitada por preço global (regime de execução caracterizado apenas pela forma de pagamento) e a "empreitada integral", esta sim identificada a *turn key*.[3]

Neste contexto, calha transcrever a pertinente observação do Prof. **MARÇAL JUSTEN FILHO** acerca do tema:

> **"A empreitada integral é uma variação da empreitada por preço global. O que a peculiariza é a abrangência da prestação imposta ao contratado, que tem o dever de EXEXCUTAR e entregar um 'empreendimento' em sua integralidade, pronto, acabado e em condições de**

---

[3] **Entenda-se: não se está sustentando, com isso, que o só fato do atestado referir-se a obra em regime em empreitada por preço global, e não turn key, seria causa de sua inadmissibilidade. Não. O Edital admite expressamente atestados destes dois regimes de execução. O que se quer salientar é que a afirmação de que a obra da Natura teria sido realizada em regime de turn key é o único fundamento invocado pela recorrente para sustentar que o "Gerenciamento" mencionado no atestado não seria gerenciamento *stricto sensu*, mas verdadeira "integração" de empresas especializadas por ela sub-contratadas, o que não é verdade. Para demonstrá-lo, portanto, é preciso afastar este fundamento inicial, evidenciando que o atestado não se refere a obra em regime de *turn key*, mas a simples empreitada por preço global, figuras distintas e inconfudíveis.**

CPEL 14209 CODEMIG

> **funcionamento (...). A diferença entre os conceitos de empreitada por preço global e de empreitada integral fica evidente no caso de FRACIONAMENTO de obra. Nesse caso, NÃO HAVERÁ EMPREITADA INTEGRAL, pois O CONTRATADO EXECUTARÁ APENAS UMA PARTE DO EMPREENDIMENTO. No entanto, poderá existir empreitada por preço global. Basta que a fração da obra seja contratada por um preço que abranja todas as prestações do particular".**[4]

Esclareça-se que quando o autor cogita de "fracionamento de obra" ele não está se referindo à realização de **obra incompleta,** mas sim à **realização de contratos distintos, com empresas diferentes, para a execução de partes específicas da obra que, todavia, será executada na sua integralidade pelo conjunto destes contratados.** A expressão "fracionamento" foi por ele utilizada no sentido próprio com que o termo é utilizado no art. 23, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93, como se infere dos comentários do Professor a este dispositivo e também ao art. 8º da mesma Lei.

Assim sendo, **não é possível afirmar, com base no atestado e suas complementações, que a obra teria sido contratada em regime de *turn key*. Muito antes pelo contrário: ao afirmar que o contrato com a Construcap envolveu *"obras civis E GERENCIAMENTO DAS OBRAS"*, o atestado já indica que houve FRACIONAMENTO da execução das obra considerada em sua integralidade: apenas uma parte dela foi EXECUTADA pela Construcap, que se limitou a gerenciar outras parcelas da obra executadas por terceiros.**

Se a forma redacional do Edital já indica tal conclusão, os documentos ora anexados à presente impugnação confirmam-na definitivamente, afastando qualquer dúvida possível a respeito.

Com efeito, os anexos atestados de capacidade técnica outorgados pela NATURA à empresa **TEMON – TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA.,** devidamente registrados no CREA/SP e vinculados às **CATs n. SZC-01590 e FL-25261,** demonstram que **esta empresa – TEMON – foi CONTRATADA DIRETAMENTE PELA NATURA para a execução, nas obras do NEN – Novo Espaço Natura, dos seguintes serviços, indicados no atestado da Construcap como por esta simplesmente "Gerenciados":**

a) **Instalações Elétricas, compreendendo todas as atividades mencionadas no item 3.1 e sub-itens do atestado da Construcap, páginas 31 a 36, conforme se infere do atestado da TEMON vinculado à CAT n. SZC-01590;**

b) **Instalações Hidráulicas, conforme se verifica pelo cotejo entre as atividades "Gerenciadas" pela Construcap e listadas no seu atestado,**

---

[4] ***Comentários...*, op. cit., p. 100.**

CPEL 14210 CODEMIG

itens 3.2 a 3.2.9.4.2 (páginas 36 a 44) e dos itens 1 a 9.4 atestado da TEMON referente às instalações hidráulicas.

Ora bem, uma vez demonstrado que **NÃO HOUVE, NESTE CASO, SUB-CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA CONSTRUCAP, QUE TERIA PERMANECIDO RESPONSÁVEL, TÉCNICA E ECONOMICAMENTE, PERANTE O CLIENTE, POR SUA PERFEITA EXECUÇÃO, CAI POR TERRA TODA A ARGUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA RECORRENTE ACERCA DESTE ATESTADO.**

Com efeito, todas as considerações teóricas sobre o regime de *turn key* e o esforço desenvolvido no sentido de dar ao termo "gerenciamento" contido no atestado sentido de "integração tecnológica, logística e operacional das atividades de sub-contratados", para tentar uma forçada e inadmissível equiparação deste suposto gerenciamento à **execução** de obra, deixam de ter qualquer relevância quanto se consta que **a premissa fática em que se assentam é falsa. PELO MENOS QUANTO ÀS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS – exigidas no item 6.1.4.B.2 -, É POSSÍVEL AFIRMAR COM CERTEZA QUE NÃO FOI ISSO O QUE OCORREU; QUE, AO REVÉS, ELAS FORAM *EXECUTADAS DIRETAMENTE PARA A NATURA* POR OUTRA EMPRESA, tendo a Construcap se limitado ao "gerenciamento" de tais atividades no sentido próprio com que este termo é empregado pela Lei 8.666/93.**

Aqui já se tem, portanto, um **primeiro fundamento, autônomo e suficiente, para não se admitir tal atestado como comprovação da qualificação técnico-profissional exigida no item 6.1.4.B.2 do Edital.**

No entanto, inúmeros outros fundamentos levam à primeira conclusão. Cabe examiná-los todos, para afastar qualquer possível dúvida ou tergiversação retórica em torno do tema.

I.3.1.1. AINDA ACERCA DA PREMISSA FÁTICA: O CASO ESPECÍFICO DO CFTV.

Ainda no plano estrito dos fatos, cabem observações específicas acerca do sistema de CTFV mencionado no atestado apresentado pela Construcap.

A Comissão afirmou, na decisão recorrida, que do item 3.5 *"consta que a empresa ANSETT Tecnologia é responsável pelos projetos, instalação e montagem dos referidos sistemas".*

A recorrente se insurge contra tal afirmação, sustentando que, ao contrário, a ANSETT foi ali indicada como mera *fabricante* de *parte* dos equipamentos integrantes do sistema. Leia-se o trecho:

> **"Segundo a decisão recorrida, a referida empresa teria sido a responsável pelos projetos, instalação e montagem dos sistemas de alarme e CFTV.**

CPEL 1421 CONDEMIG

> **No entanto, e sempre respeitosamente, uma leitura mais atenta do atestado emitido pela NATURA comprova o equívoco dessa afirmação.**
>
> **Os sistemas de alarme e CFTV executados no espaço natura são descritos fundamentalmente nas fls. 253 a 268 do referido atestado.**
>
> **A ANSETT não é responsável pelos projetos, instalação e montagem dos sistemas. Ela nada mais é do que a fabricante de alguns itens que compõem estes sistemas. É nessa condição que foi mencionada no atestado, ao lado de tantos outros fabricantes (...).**
>
> **Na fls. 264, afirma-se que a ANSETT pode realizar estudo técnico para substituição da fibra ótica por cabos convencionais. Trata-se, contudo, de questão absolutamente específica e delimitada. Isso não significa que a referida empresa tenha sido a responsável pelos projetos, instalação e montagem do sistema de alarme e CFTV do Espaço Natura.**
>
> **De todo modo, como restou demonstrado acima, o edital acaba por admitir o gerenciamento, seja pela exigência de atestados de obras executadas no regime de *turn key,* seja em virtude da cláusula 8.1 da minuta do contrato. Assim, a afirmação relativa à ANSETT, além de incompatível com os termos específicos da Natura, fica totalmente superada"**

Vê-se, contudo, que a questão central – que é saber, afinal, *quem executou efetivamente, e em que condições, o sistema* – é evitada. **Diz-se que não foi a ANSETT, mas não se diz *quem foi.*** No final das contas, o que se afirma é que isso seria irrelevante, com base na premissa – já demonstrada como falsa – de que a obra teria sido realizada em regime de *turn key*, gerenciamento e execução seriam equivalentes técnico-jurídicos para fins de habilitação.

No entanto, uma *"atenta leitura"* revela não apenas o indiscutível acerto da decisão recorrida neste particular.

Com efeito, fica evidente que o trecho do atestado que trata deste sistema (item 3.5 e sub-itens) consiste numa **adaptação de uma proposta técnico-comercial de futura prestação de serviços.**

Veja-se que o item 3.5 principia por uma "Introdução", do seguinte teor (3.5.1):

> **"Apresentaremos a seguir os sistemas de controle de acesso, monitoramento de alarme e CFTV PROPOSTOS para o gerenciamento das instalações do Novo Espaço Natura – NEM".**

CPEL 14212 CODEMIG

Como se vê, trata-se indiscutivelmente de um texto que constava originariamente de uma proposta comercial e que foi simplesmente copiado e colado para o bojo do atestado. Inúmeros outros trechos o confirmam, pois tratam dos serviços **no tempo futuro, como se ainda pendessem de execução,** o que só se explica, num **atestado de boa execução,** como fruto de uma adaptação descuidada e apressada, por parte de quem redigiu o atestado, de um texto de proposta comercial adotado como base para que todos os itens afinal executados constassem do Edital, sem risco de esquecimento de algum detalhe.

Assim, na página 47, item 3.5.1.2, último parágrafo, lê-se:

> **"Para as portas ESTAMOS COTANDO leitores de 10 cm (...). As cancelas da Portaria principal SERÃO UNIDIRECIONAIS, enquanto as outras são bidirecionais...".**

Página 48, mesmo item, quarto parágrafo:

> **"Destacamos que a planilha pede mini-bloqueios bidirecionais no restaurante, mas a entrada pode ser feita com mini-bloqueios unidirecionais".**

Página 51, item 3.5.3.8: ***"as fechaduras eletrônicas A SEREM FORNECIDAS...".***

Página 52, item 3.5.3.11: ***"Para a instalação SERÃO UTILIZADOS suportes de teto ou parede apropriados...".*** Esta frase é particularmente interessante porque contrasta com frase idêntica constante do item seguinte, no qual, contudo, o verbo "ser" é posto no presente. Certamente quem adaptou o texto da proposta para incluí-lo no atestado desatentou para o item 3.5.3.11, que continuou sendo descrito no futuro do indicativo.

Página 53, item 3.5.3.18: ***"A central matricial SERÁ DO TIPO crosspoint...".***

Página 54, item 3.5.3.28. ***"Esta central SERÁ RESPONSÁVEL por todo o processamento (...). SERÁ UM SISTEMA AUTÔNOMO e microprocessado...".***

Página 55, mesmo item, penúltimo parágrafo: ***"O software PROPOSTO está disponível em vários módulos...".***

Em alguns outros trechos, contudo, a adaptação leva a resultados bizarros. Assim, por exemplo, o seguinte trecho, página 57 do atestado:

> **"Todos os serviços de enfiação, montagem e instalação dos componentes são executados SOMENTE APÓS APROVAÇÃO DO RESPECTIVO PROJETO EXECUTIVO.**

CPE 14213 CODEMIG

> **A locação definitiva de todos os componentes do sistema, são indicadas pela Natura, NO PROJETO EXECUTIVO A SER SUBMETIDO À APROVAÇÃO".**

Na mesma página, depois de ***"é prevista proteção contra estática",*** chega-se ao trecho que a recorrente tentou minimizar:

> **"Destacamos que, CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL, CONSIDERANDO A UTILIZAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA COMO PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS E A CENTRAL DE CONTROLE. Apenas para os equipamentos mais próximos da central de monitoramento são utilizados cabos metálicos. Todavia, as distâncias envolvidas permitem o uso de cabos de cobre convencionais, o que TORNARIA O PROJETO MAIS ECONÔMICO COMO UM TODO. A ANSETT PODE, A QUALQUER MOMENTO, REALIZAR ESTUDO TÉCNICO PARA A SUBSTITUIÇÃO DA FIBRA ÓPTICA POR CABOS CONVENCIONAIS".**

Fica evidente que se trata de adaptação mal feita do trecho da proposta comercial apresentada pela ANSETT em concorrência privada (daí a referência ao "Edital", que especificava fibra ótica). Evidente, também, que foi a ANSETT quem executou o sistema, não como mera "fabricante", como sustenta a recorrente, mas como a empresa responsável pela execução do sistema.

Tanto assim que, logo no item seguinte, vê-se:

> **"Características Técnicas dos Pontos de Alimentação fornecidos pelo cliente PARA OS SISTEMAS ANSETT (...).**
>
> **3.5.2.1.1.2 – Fornecimento de Ponto de Alimentação.**
> **Todo ponto de alimentação fornecido para os SISTEMAS ANSETT, obedecem as características descritas abaixo (...).**
>
> **O SISTEMA ANSETT necessita que o cliente fornça o ponto de alimientação no esquema Fase + Neturo (...).**
>
> **3.5.2.1.1.5 – Aterramento**
> **A resistência de aterramento fornecida para o SISTEMA ANSETT...".**

Segue-se, no item 3.5.3, a planilha com especificação quantitativa do **"FORNECIMENTO DO SISTEMA",** incluindo todos os equipamentos, materiais de instalação e serviços (mão-de-obra) necessários à elaboração do projeto executivo, instalação, comissionamento e treinamento.

De nada adianta, portanto, afirmar, de forma vaga, que a previsão da revisão do projeto seria "questão absolutamente específica e delimitada" – menos sem

CPE 1424 CODEMIG

explicar o que isso quereria dizer realmente, note-se. *Rogata maxima venia,* é indiscutível que foi realmente a ANSETT quem projetou, forneceu e instalou – ou seja, **executou** – estas instalações para a Natura.

É verdade que o recurso termina por afirmar que tal questão seria irrelevante porque, sendo a obra em *turn key,* bastaria de qualquer forma mero atestado de gerenciamento.No entanto, justifica-se a análise do atestado acima empreendida, seja porque ela demonstra o acerto da decisão recorrida neste particular, seja porque ela evidencia adicionalmente a inanição da pretensão da recorrente.

II.1.3.2. AS QUESTÕES JURÍDICAS PROPOSTAS PELO RECURSO.

Como exposto acima, a demonstração de que a premissa fundamental da argumentação da recorrente é falsa, já que não houve contratação em regime de *turn key* com mera "sub-contratação cooperativa" de empresas especializadas pela CONSTRUCAP, mas sim contratação direta, pela NATURA, de partes da obra, neste caso apenas gerenciadas, em sentido estrito, pela CONSTRUCAP, é fundamento autônomo e suficiente para a rejeição do atestado. Seria desnecessário, portanto e a rigor, prosseguir no exame dos demais argumentos de ordem jurídica apresentados no recurso, pois todos eles se assentam naquela falsa premissa.

De toda forma, convém, por amor à verdade, ir além e esgotar a discussão, para que não remanesça dúvida possível acerca deste tema, invocado também na discussão da qualificação técnico-operacional.

II.1.3.2.1. PRELIMINARMENTE: INADMISSIBILIDADE DA PRETENSÃO DA RECORRENTE DE DISCUTIR A VALIDADE DO EDITAL.

A recorrente tenta caracterizar como "interpretação" do Edital sua pretensão de, na verdade, *alterá-lo no curso do procedimento,* discutir a razoabilidade de sua claríssima dicção e ver-se habilitada com base em critério estranho ao instrumento convocatório.

O fato objetivo, contudo, é que, não tendo a recorrente impugnado o Edital (art. 41, § 2º), não pode, em sede recursal, pretender discutir sua razoabilidade ou validade, de forma a ter o julgamento de sua habilitação regido por critério nele não previsto, em afronta aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, arts. 3º e 41, *caput*).

Assim sendo, não pode ser sequer conhecida a argumentação – de resto, improcedente – no sentido de que ***"se a futura contratada poderá contratar terceiros para a realização desses serviços, não há motivo para se exigir do próprio licitante a comprovação da execução direta dessas prestações".***

Com todo o respeito, trata-se de inescondível **pretensão de questionar a própria validade da exigência, contida no Edital, de EXECUÇÃO de obras, e não mero gerenciamento.**

COPEL 1425 CODEMIG

De toda forma, o argumento é de flagrante inanição. A uma, porque, conforme se demonstrará no item seguinte, não se confundem gerenciamento de obras e serviços com **execução** de obras e serviços, seja ela direta ou indireta. A duas, porque **o só fato do Edital admitir, em tese, sub-contratações parciais da obra não significa que o contratado terá direito subjetivo à sub-contratação. As sub-contratações serão ou não admitidas conforme a avaliação discricionária que a Administração vier a realizar quanto à sua conveniência e oportunidade.**

Logo, é evidente que a mera admissão da possibilidade (sujeita a prévia aprovação pela Administração) da sub-contratação não leva à conclusão da prescindibilidade de comprovação, pelos licitantes, de sua capacidade de EXECUTAR efetivamente o objeto licitado.

Pelo contrário, a comprovação desta capacidade de execução é imprescindível e verdadeiro pressuposto lógico da previsão hipotética de sub-contratação, **sob pena de suberverter-se uma mera possibilidade contemplada no Edital em necessidade para a Administração, que se tornaria refém da incapacidade do contratado de executar integralmente a obra, ainda que tal solução se afigurasse a mais conveniente para o interesse público.**

II.1.3.2.2. IMPOSSIBILIDADE DE CONFUSÃO ENTRE "GERENCIAMENTO" E "EXECUÇÃO INDIRETA" DE OBRA.

Como já exposto, o recurso assenta-se numa premissa fática de base, segundo a qual o "gerenciamento" seria algo distinto da mera fiscalização e supervisão de obras e serviços, consistindo, nos contratos sujeitos ao regime de *turn key,* na **sub-contratação, pela empresa contratada para a execução de obra, de certas partes do escopo contratual, normalmente atividades especializadas, que seriam executadas diretamente por terceiros, mediante a "cooperação" e a participação do contratado principal.**

Seria, portanto, uma forma de execução indireta da obra, mantendo-se o contratado principal, contudo, como primeiro e último responsável, sob todos os aspectos (técnico, econômico, jurídico) pela execução das atividades terceirizadas.

Ora bem, já foi demonstrado que, independentemente da procedência teórico-doutrinária desta afirmação, **ELA EM NADA SERVE À PRETENSÃO DA RECORRENTE, POSTO NÃO TER SIDO ISSO O QUE *DE FATO* OCORREU NA OBRA DO NOVO ESPAÇO NATURA, cuja execução foi fracionada pelo cliente, que contratou diretamente outras empresas para a execução de parcelas da obra.** Assim sendo, ainda que "gerenciamento" fosse expressão normalmente utilizada para designar sub-contratação de serviços em contratos de *turn key,* como sustenta a recorrente, no caso concreto não foi este o sentido com que ela foi utilizada no atestado, já que, **de fato,** a obra não foi contratada em regime de *turn key* nem houve simples sub-contratação de suas partes com terceiros pela CONSTRUCAP.

COPEL 1426 CODEMIG

De toda forma, o fato é que **mesmo no plano puramente teórico-doutrinário a afirmação não se sustenta, uma vez que a expressão "gerenciamento" denota um SERVIÇO DE ENGENHARIA CONSULTIVA, inconfundível com a execução, direta ou indireta, de obra.**

Com efeito, a Lei Federal n. 8.666/93 estabelece o seguinte:

> **"Art. 9o Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:**
>
> **I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;**
>
> **II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;**
>
> **III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**
>
> **§ 1o É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, COMO CONSULTOR OU TÉCNICO, NAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO OU GERENCIAMENTO, exclusivamente a serviço da Administração interessada."**

Como se vê, este dispositivo já deixa claríssimo que **as atividades de fiscalização, supervisão e gerenciamento são espécies de um gênero, qual seja, a CONSULTORIA em engeharia ou ENGENHARIA CONSULTIVA, atividade esta RADICALMENTE DISTINTA da atividade de EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia, distinção esta que constitui o próprio fundamento para que se admita a participação do autor do projeto como consultor (e não executor), a serviço da Administração-cliente, na fase de execução das obras.**

Este, precisamente, o comentário de **MARÇAL JUSTEN FILHO** acerca do dispositivo:

> **"O §1° permite ao autor do projeto ou à empresa a que se vincule participar em fases posteriores na condição de consultores ou assessores, em uma função acessória (sob certo ângulo). NÃO LHES É PERMITIDO PARTICIPAR DIRETAMENTE DA EXECUÇÃO DA OBRA E DO SERVIÇO. Poderão, no interesse coletivo, ser chamados por terceiros (ou pela própria Administração) a**

CPEL 1421 CODEMIG

> **ACOMPANHAR as tarefas desenvolvidas (...) Em tal hipótese, esse autor poderia participar de licitação especificamente destinada à contratação de consultores (se não fosse o caso de contratação direta, com fulcro no art. 25).”**[5]

Justamente por se tratar de **ENGENHARIA CONSULTIVA**, e não de execução de obras, o **art. 13, IV, da mesma Lei 8.666/93** qualifica os serviços de ***“fiscalização, supervisão e gerenciamento”*** como serviços **técnico-especializados, eminentemente intelectuais.** Na mesma linha, o art. 46 da Lei 8.666/93 estabelece que:

> **“Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e GERENCIAMENTO E DE ENGENHARIA CONSULTIVA EM GERAL e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (...)”.**

Tratam-se, portanto, de atividades **diversas e inconfundíveis, tanto do ponto de vista puramente técnico quanto jurídico. Gerenciamento é CONSULTORIA; execução, com o perdão da redundância, inevitável diante da obviedade da questão, é... execução.**

Falaciosa, portanto, é a tentativa do recorrente de atribuir ao termo “Gerenciamento” um sentido específico e totalmente diverso daquele com que é empregado na Lei, no mercado e na praxe administrativa, tentando artificialmente extremá-lo dos seus gêmeos siameses, que são a fiscalização e a supervisão.

Na verdade, contudo, tais termos – *“fiscalização, supervisão e gerenciamento”* –, justamente pela forma como redigida a Lei 8.666/93, que sempre os cita em conjunto, **são comumente utilizados como um plexo típico de atividades de engenharia consultiva, englobando, no seu conjunto, as atividades de acompanhamento de obras contratadas pela Administração, a verificação de sua adequação técnica (o que envolve, inclusive, a emissão de orientações ao executor pela empresa responsável pela fiscalização, supervisão e gerenciamento) e a elaboração e conferência de medições.**

Confira-se, neste sentido, os seguintes acórdãos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:**

- **Acórdão TCU 90/2001 – 1ª Câmara:**

[5] ***Comentários...*, op. cit., p. 123.**

CPE 1428 CODEMIG

"A Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: (...)

8.2.1 - ao contratar serviços de supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias incluídas nas metas do Plano Plurianual, segundo o artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93, ajuste a duração desses contratos ao tempo previsto para a construção das respectivas rodovias, a não ser que outra opção, no sentido da descompatibilização de prazos, mostre-se comprovadamente mais vantajosa para a entidade;

8.2.2 - abstenha-se de prorrogar os contratos de supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias, salvo, eventualmente, se as condições do artigo 57, inciso I e § 2º, da Lei nº 8.666/93, forem rigorosamente cumpridas, e se justificada a vantagem da prorrogação em contraste com a possibilidade de uma nova contratação, conforme parecer referendado pela autoridade máxima da entidade;

8.2.3 - faça inserir nos próximos contratos de supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias cláusulas que prevejam a diminuição ou supressão da remuneração da contratada, nos casos, ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente;

8.2.4 - adote providências para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias em vigência, durante todo o prazo de execução, principalmente nas situações em que sobrevier paralisação ou diminuição de ritmo das obras correspondentes que onere em demasia os encargos da entidade, tendo em consideração o que dispõe o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93;

- Acórdão-TCU 127/1999 – Plenário:

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, (...); 8.3. determinar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, que:

8.3.1. na execução de obras, seja observado o disposto em suas normas regulamentares internas, em especial as "Normas e Procedimentos Administrativos sobre Contratação de Obras e Serviços de Engenharia" mantendo sempre atualizado o "Diário de Obras";

CPE 1429 ODEBRECHT

8.3.2. proceda o competente certame licitatório nas contratações de EMPRESAS DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS, SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO DE OBRAS; (...).

- **Acórdão 1136/2004 – Plenário:**

"(ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária) 9.1. determinar à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS que:

9.1.1. NOS CONTRATOS DE SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE OBRAS financiadas com recursos federais por meio de convênios ou outro instrumento congênere, faça inserir cláusulas que prevejam a diminuição ou supressão da remuneração da contratada, nos casos, ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente, de forma a se manter o equilíbrio econômico-financeiro dos referidos contratos durante todo o período de execução do empreendimento;

9.1.2. na execução de contratos de execução de obras civis e serviços de supervisão, atente para a necessidade do cumprimento da legislação da Previdência Social, em especial o art. 219, §§ 5º e 6º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99, em que está disposto que o contratado deverá elaborar folha de pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social distintas para cada obra de construção civil do contratante do serviço (§ 5º), devendo, a Prefeitura Municipal, manter em boa guarda, em ordem cronológica e por contratada, as correspondentes notas fiscais, faturas ou recibos de prestação de serviços, Guias da Previdência Social, Guias de Recolhimento do FGTS e Informações da Previdência Social com comprovantes de entrega correspondentes a cada medição (§ 6º)"

- **Acórdão 2115/2006 - Plenário**

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

CPE 14/2010 CODEMIG

> **9.2.7. observe a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de supervisão, fiscalização e gerenciamento de obras rodoviárias em vigência, durante todo o prazo de execução, principalmente nas situações em que sobrevier paralisação ou diminuição de ritmo das obras correspondentes que onere em demasia os encargos da entidade, tendo em consideração o que dispõe o artigo 65, inciso II, alínea, da Lei 8.666/93".**

Além de evidenciarem que a fiscalização, a supervisão e o gerenciamento constituem um **conjunto típico de atividades consultivas,** tais decisões confirmam, adicionalmente, o entendimento pacífico no sentido de que **GERENCIAMENTO NÃO É, REPITA-SE, FORMA DE *EXECUÇÃO INDIRETA* DE OBRA PELO GERENCIADOR.**

Absolutamente impossível, portanto, é equiparar esta situação com aquela outra prevista no art. 72 da mesma Lei 8.666/93:

> **"Art. 72. O CONTRATADO, NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."**

Com efeito, a execução indireta, mediante sub-contratação, pressupõe uma relação jurídica derivada entre o empreiteiro, "contratado principal", e o sub-contratado. Em que pese tratar-se de questão elementar e cediça, não custa invocar, a título de mero exemplo, as lições de **SÍLVIO DE SALVO VENOSA**:

> **"Há um contrato derivado quando sua existência decorre exclusivamente de um outro contrato. Existe, pois, um contrato-base, ou contrato principal, do qual exsurge o contrato derivado ou subcontrato. A existência do contrato-base é causa geradora do subcontrato.**
>
> **Entre esses dois contratos, posta-se uma ligação toda peculiar, que regulará sua coexistência. No subcontrato, uma das partes do contrato-base participa do outro, tendo em vista sua posição originária na primeira avença. No dizer de MESSINEO, esse contratante dispõe, para com um terceiro, integral ou parcialmente, de sua posição patrimonial no contrato-base.."[6]**

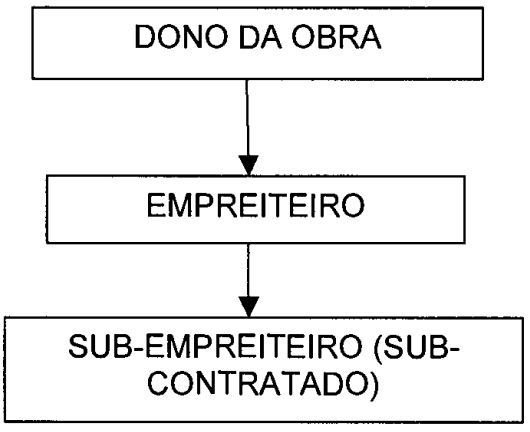
Vale dizer: na sub-contratação, **o cliente, dono da obra, só mantém relação jurídica perante o empreiteiro principal. Os sub-contratados são terceiros com os quais o dono da obra não tem qualquer relação jurídica.**

---

[6] ***Direito Civil.*** **São Paulo: Atlas, 2001, v. 4 (Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos).**

CPE 14/22 CODEMIG

Representando graficamente este instituto, temos:



Nesta situação, não havendo relação jurídica entre o dono da obra e o sub-contratado, verificam-se as seguintes peculiaridades:

a) **a responsabilidade jurídica pelo cumprimento do contrato principal é integral e exclusiva do empreiteiro**; logo, eventual rescisão do sub-contrato ou qualquer outro fato relativo à atuação do sub-contratado, ainda que alheio à esfera de vontade do empreiteiro, não o desonerará de suas obrigações para com o dono da obra;

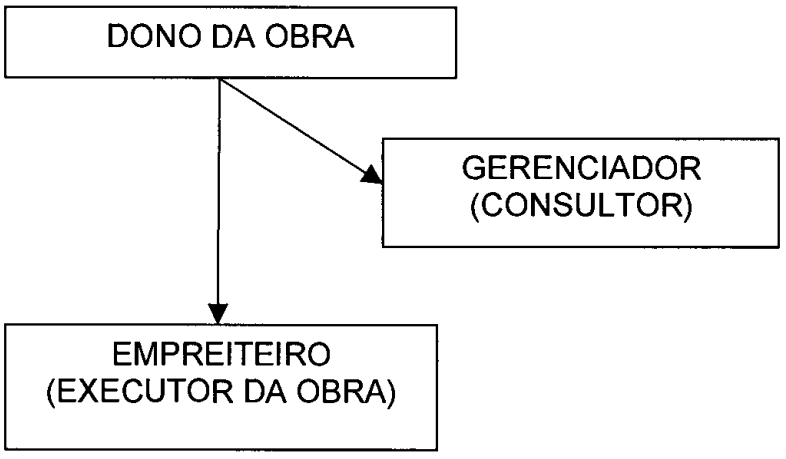
b) **o empreiteiro assume, portanto, a integralidade dos riscos técnicos, logísticos e econômicos do empreendimento perante o dono da obra**; não é necessária a prova da culpa *in eligendo* ou *in vigilando* de sua parte para sua integral responsabilização por quaisquer ações ou omissões dos sub-contratados em prejuízo do dono da obra;

c) as obrigações do empreiteiro quanto à adequada execução de todas as atividades necessárias para a realização da obra são **obrigações de resultado**, não meras obrigações de meio; não basta ao empreiteiro envidar os "melhores esforços possíveis" para que a obra seja executada perfeitamente; ele é obrigado a **garantir este resultado**, ressalvadas apenas hipóteses excepcionais como de caso fortuito ou força maior;

d) finalmente, e feita a óbvia ressalva de que contratos de empreitada e sub-empreitada normalmente envolvem um certo grau, maior ou menor conforme os termos de cada avença, de autonomia técnica para o contratado ou sub-contratado, na hipótese de sub-contratação **o empreiteiro sub-contratante tem poder jurídico de mando sobre o sub-contratado, poder jurídico que se expressa não apenas pelo seu direito de lhe impor ordens quanto à forma de prestação dos serviços (nos termos do contrato) como, também, de sancioná-lo, exigindo dele as reparações devidas, na hipótese de descumprimento.**

TOTALMENTE DISTINTA, insista-se, é a estrutura jurídica dos contratos de gerenciamento de obras, que podem ser assim representados:

CPEI 14/2007 CODEMIG



Nesta situação, teremos as seguintes circunstâncias relevantes:

a) **não existe relação jurídica entre o gerenciador e o executor da obra**, que responde juridicamente apenas perante o dono da obra, seu contratante;

b) o gerenciador não tem, portanto, poder jurídico algum sobre o empreiteiro; ainda que no contrato do empreiteiro se preveja que este tem que acatar "ordens" da fiscalização e esta fiscalização venha a ser atribuída ao gerenciador para tal fim contratado, as "ordens" que este vier a emitir não serão emitidas em nome próprio, mas sim enquanto **preposto do dono da obra;**

c) justamente por isso, **o gerenciador não tem poderes jurídicos para constranger o executor** a acatar suas orientações e determinações; não pode aplicar-lhe sanções por descumprimento de seus "comandos"; pode, no máximo, informar tais fatos ao dono da obra para que este tome as providências que entender cabíveis, nos termos do contrato firmado entre este e o empreiteiro;

d) pelas mesmas razões acima expostas, **o gerenciador não assume os riscos quanto à qualidade da execução do empreendimento; SUA OBRIGAÇÃO É DE MEIOS, não de resultados; caso haja alguma falha técnica na execução das obras, o dono da obra não poderá responsabilizar automaticamente o gerenciador; terá que comprovar que houve, de sua parte, *negligência ou imperícia* no acompanhamento e nas orientações prestadas ao empreiteiro/executor; vale dizer, o gerenciador só responde por suas próprias falhas, nunca pelas falhas de terceiros para as quais não tenha contribuído culposamente, DIFERENTEMENTE DO QUE OCORRE COM O EMPREITEIRO PRINCIPAL, QUE RESPONDE OBJETIVAMENTE POR QUAISQUER FALHAS COMETIDAS PELOS SUB-CONTRATADOS;**

e) finalmente, **o gerenciador NÃO ASSUME RISCOS ECONÔMICOS quanto à execução das obras.**

Por todo o exposto, resta cabalmente demonstrado que a tese jurídica criada no recurso para tentar qualificar a expressão "Gerenciamento" como sinônimo

CPEL 14223 CODEMIG

de sub-contratação parcial de atividades de obra contratada com a CONSTRUCAP em regime de *turn key* não tem, *rogata maxima venia,* **nenhuma sustentação jurídica.**

O **gerenciamento** de obras é uma atividade de **engenharia consultiva** que, em conjunto com as atividades gêmeas de fiscalização e supervisão, consiste numa prestação de serviços, pelo gerenciador, ao dono da obra, para auxiliá-lo a acompanhar e controlar a qualidade e a economicidade da execução da obra por um terceiro. Não há, portanto, a mais remota possibilidade de confundir-se este instituto com a figura da execução indireta de obra.

Não por acaso, o correto sentido do termo "gerenciamento" acima exposto coincide exatamente com os FATOS verificados naquela obra, na qual, como foi comprovado, não houve contratação em regime de *turn key,* mas mera empreitada global para que a CONSTRUCAP executasse parte das obras civis e gerenciasse – acompanhasse, fiscalizasse, supervisionasse – as demais parcelas das obras contratadas pelo cliente diretamente com terceiros.

II.1.3.2.3. SÍNTESE PARCIAL ACERCA DO ATESTADO DA NATURA.

Sintetizando o que foi exposto até o presente momento, conclui-se que:

a) no plano **fático,** a obra não foi contratada exclusivamente com a CONSTRUCAP, em regime de *turn key;* o máximo que se pode inferir do atestado é que parte da execução das obras foi confiada a esta empresa, sendo que outras parcelas foram contratadas diretamente com terceiros;

b) quanto a estas parcelas, portanto, o "Gerenciamento" desenvolvido pela CONSTRUCAP e mencionado no atestado não caracterizou-se, como equivocadamente afirmado em seu recurso, como sub-contratação de terceiros sob sua responsabilidade técnica, econômica e jurídica, mas sim o típico "gerenciamento" previsto na Lei 8.666/93 e consagrado no mercado e na praxe administrativa como atividade de engenharia consultiva integrante do trinômio fiscalização-supervisão-gerenciamento.

Em que pese já haver aí **dois fundamentos** autônomos e suficientes para a inadmissão do referido atestado como comprovação de sua responsabilidade técnica, cumpre enfrentar ainda uma derradeira tese jurídica sustentada no recurso.

II.1.3.2.4. O EDITAL SOMENTE ADMITE ATESTADOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS, O QUE AFASTA QUALQUER ATESTADO DE SERVIÇOS DE MERA ENGENHARIA CONSULTIVA.

A derradeira questão a ser espancada consiste no sofisma, *rogata venia,* construído no recurso para tentar sustentar a legitimidade da apresentação de atestados de "gerenciamento" para comprovação da qualificação técnico-profissional.

CPE 14229 CODEMIG

Para tanto, o recurso se finca na parte final da redação do item 6.1.4.B.2, que veda expressamente, para comprovação da qualificação técnico-profissional, a apresentação de atestados de "fiscalização ou supervisão", sem fazer menção a gerenciamento.

Segue-se o raciocínio:

a) o Edital veda atestados de fiscalização e supervisão, mas não faz referência expressa a atestados de gerenciamento;

b) *ergo,* ele admite atestados de gerenciamento.

No entanto, a **premissa oculta** do raciocínio (razão pela qual ele foi intencionalmente exposto acima apenas com uma premissa e sua conclusão, quando se sabe que o silogismo tem necessariamente duas premissas), quando trazida à luz, evidencia sua falácia:

a) premissa maior: em licitações, **o licitante pode apresentar, para comprovação de sua qualificação técnica, qualquer atestado que não seja expressamente vedado pelo Edital;**

b) o Edital veda atestados de fiscalização e supervisão, mas não faz referência expressa a atestados de gerenciamento;

c) *ergo,* ele admite atestados de gerenciamento.

Assim decomposto o entimema, constata-se a total incosistência do argumento. Com efeito, a premissa maior é falsa. **A falta de proibição, no Edital, do emprego de certo atestado para fins de qualificação técnica numa licitação não importa *ipso facto* na aceitabilidade do atestado não vedado; pelo contrário, somente serão aceitos os atestados que correspondam àqueles ESPECIFICADOS, previstos "positivamente", no Edital, como se infere da claríssima leitura do art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93. O Edital especifica as parcelas de maior relevância que serão considerados os parâmetros objetivos para avaliação da compatibilidade da experiência prévia do profissional com o objeto a executar. Serão aceitos os atestados que correspondam àquelas especificações. QUAISQUER OUTROS SERÃO REJEITADOS. Esta é a sistemática da Lei.**

Assim não fosse, a Administração teria que relacionar todos os tipos de atestado que não seriam aceitáveis para que, por exclusão, fossem definidos os aceitáveis. Evidente o absurdo, prático e lógico, da hipótese.

Pois bem: o item 6.1.4 é claríssimo, tanto no seu item 6.1.4.A quanto no seu item 6.1.4.B, no sentido de que todos os atestados devem comprar:

"TER EXECUTADO...".

Vale dizer: **o Edital só admite ATESTADOS DE EXECUÇÃO de obras e serviços, não de ENGENHARIA CONSULTIVA prestada para o dono da**

PEL 1425 CODEMIG

obra quanto à EXECUÇÃO de obras e serviços realizados por TERCEIROS.

Ora bem, viu-se que "gerenciamento" é engenharia consultiva, não execução de obras; viu-se que, coerentemente com este conceito, no caso da obra da Natura o "gerenciamento" prestado pela CONSTRUCAP limitou-se àquela consultoria acerca da execução, por terceiros contratados diretamente pela NATURA, dona da obra, de parcelas desta.

Assim sendo, o sofisma ora refutado em nada beneficia a recorrente. Pelo contrário, evidencia-se, inclusive, que a discussão por ela intentada quanto à aceitação de atestados de execução direta x execução direta é ociosa e constitui apenas uma manobra diversionista, exercício de prestidigitação jurídica para desviar a discussão do seu foco principal. O Edital realmente admite atestado de execução indireta (= mediante sub-contratação), já que exige, em seu item 6.1.4.c, que os atestados se refiram a obra executada pela licitante na condição de "contratada principal" (o que exclui apenas atestados em que ela tenha atuado na condição de sub-contratada, mas não atestados em que ela tenha porventura atuado como sub-contratante). No entanto, **isso é irrelevante para a avaliação da habilitação da recorrente, pois nem mesmo execução indireta, mediante sub-contratação, das atividades mencionadas no item 6.1.4.B.2. ela logrou comprovar.**

II.1.3.4. CONCLUSÃO QUANTO AO ATESTADO DA NATURA.

De todo o exposto, conclui-se que, qualquer que seja o ângulo de exame, o atestado da Natura não comprovou a qualificação técnico-profissional exigida pelo Edital para o Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES.

II.1.4. CONCLUSÃO QUANTO À "GRAVE CONTRADIÇÃO" APONTADA NO RECURSO ACERCA DA RECUSA DOS ATESTADOS DA CBTU E DA NATURA PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E SUA SUPOSTA ACEITAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL.

O exposto nos itens anteriores evidencia, igualmente, que, se houve "grave contradição" na decisão recorrida, a correção desta contradição jamais poderá beneficiar a recorrente. Pelo contrário, só poderá agravar sua situação.

A rigor, entende a ora impugnante que não houve propriamente tal contradição. Numa licitação deste porte, com tamanho volume de documentos e diante da pletora de causas autônomas e suficientes para a inabilitação do Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES, a Comissão não entendeu necessário explicitar mais um fundamento para uma inabilitação já justificada de forma hiperabundante.

De toda forma, ainda que não tenha sido isso o ocorrido, o certo é que eventual aceitação destes atestados para comprovação da qualificação técnico-operacional da recorrente teria sido equivocada, pois, como anteriormente demonstrado: a) gerenciamento não se confunde com execução direta ou

CPEL 14226 CODEMIG

indireta; b) a recorrente não comprovou execução, nem direta, nem indireta, de todas as atividades exigidas no atestado, e c) o item 6.1.4.C e seus sub-itens exigem, tal como o item 6.1.4.B, atestados de **EXECUÇÃO** de obras e serviços, não de engenharia consultiva quanto à execução feita por terceiros.

Logo, se tal contradição houve, sua correção forçosamente deverá ser feita *in pejus* quanto aos interesses da recorrente, o que, como exposto na introdução desta impugnação, não é apenas possível juridicamente como, no presente caso, obrigatório.

II.1.5. QUANTO AOS DEMAIS ATESTADOS.

Quanto aos outros três atestados apresentados pelo Consórcio, a própria recorrente já reconhece que nenhum deles atende às exigências do item 6.1.4.B.2, o que de resto é óbvio e se infere de sua mera leitura.

II.1.6. CONCLUSÃO: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. CONSEQUÊNCIA: INABILITAÇÃO.

De todo o exposto, tendo sido demonstrado que o recorrente **não comprovou,** nos termos exigidos pelo Edital, sua qualificação técnico-profissional, não há alternativa, em respeito aos princípios da legalidade, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e da isonomia, que não a de se **negar provimento** a seu recurso, confirmando-se sua **inabilitação** para o certame.

II.2. AD ARGUMENTANDUM: QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL.

Muito embora a falta de atendimento às exigências de qualificação técnico-profissional seja suficiente para a inabilitação do Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES, cumpre, em atendimento ao princípio da eventualidade, demonstrar igualmente os diversos fundamentos autônomos e suficientes para sua inabilitação em virtude da falta de atendimento aos requisitos de qualificação técnico-operacional.

II.2.1. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.1.4.C.1. DO EDITAL – LOTES 1, 2 E 3.

Estabelece o referido item do Edital:

CPEL 1422 CODEMIG

c)Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional registrado no CREA da respectiva região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que a licitante, tenha executado como contratada principal ou membro de consórcio para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras e serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

LOTE - 1

1- Ter executado em 1(um) Contrato de Empreitada por Preço Global ou EPC ou TURN-KEY, os serviços de construção predial e acabamentos, fornecimento, instalação/montagem dos equipamentos, compreendendo sistema de ar condicionado com capacidade superior a 500TR, sistema de detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas e hidráulicas e cabeamento estruturado.

LOTE – 2

1- Ter executado em 1(um) Contrato de Empreitada por Preço Global ou EPC ou TURN-KEY, os serviços de construção predial e acabamentos, fornecimento, instalação/montagem dos equipamentos, compreendendo sistema de ar condicionado com capacidade superior a 750TR, sistema de detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas e hidráulicas e cabeamento estruturado.

LOTE - 3

1- Ter executado em 1(um) Contrato de Empreitada por Preço Global ou EPC ou TURN-KEY, os serviços de construção predial e acabamentos, fornecimento, instalação/montagem dos equipamentos, compreendendo sistema de ar condicionado com capacidade superior a 750TR, sistema de detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas e hidráulicas e cabeamento estruturado.

No entanto, **nenhum** dos atestados apresentados pelo Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES atendeu a tais exigências.

Com efeito, **<u>o atestado da CBTU, CAT 13777/2003</u>, não é admissível quanto à comprovação de responsabilidade técnica referente às atividades de instalação de sistemas de ar condicionado, detecção e alarme contra incêndio, instalações elétricas e cabeamento estruturado**, atividades estas **estranhas às atribuições do Engenheiro Civil, sendo certo que a CAT vinculada ao atestado não menciona Anotação de Responsabilidade Técnica de tais atividades e nem poderia fazê-lo, já que os únicos profissionais indicados nos atestados como "responsáveis técnicos" são Engenheiros Civis.**

CPE 1428 CODEMIG

Entenda-se que não se está sustentando, aqui, uma equiparação entre a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional. Não se alega que para a comprovação técnico-operacional só seriam admissíveis

atestados de profissionais *ainda* integrantes do quadro permanente da empresa. Nada disso.

O que se sustenta apenas e com possível pecado de obviedade é que mesmo o atestado de qualificação técnico-operacional pressupõe, para sua aceitabilidade, a devida anotação de responsabilidade técnica pelo profissional competente. **Ainda que se trate de atestado analisado já sob a ótica da experiência da *pessoa jurídica*, da qualificação da organização como um todo, é evidente que esta experiência, para ser juridicamente reconhecida, pressupõe que a pessoa jurídica tenha atuado em conformidade com a Lei.**

Ora bem, a legislação específica que regula as atividades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia prevê que estas somente podem ser exercidas, seja por pessoa física, seja por pessoa jurídica, através de profissionais que assumam a condição de Responsáveis Técnicos, promovendo as Anotações de Responsabilidade Técnica respectivas, dentro de suas esferas de atribuição (vide, a respeito, o exposto no item II.1.2 desta impugnação), sob pena de qualificação de seu **exercício ilegal**. Logo, mesmo quando se cuide da avaliação da experiência da empresa, é necessária a obediência das referidas normas, pois seria um contra-senso que o Direito admitisse, para habilitação em licitações, comprovação de experiência prévia no exercício **ilegal** das atividades compatíveis com o objeto licitado.

Da mesma forma, **o atestado da NATURA** é inadmissível para atendimento ao item 6.1.4.C.1 do Edital, uma vez que, como também já extensamente demonstrado nos itens II.1.3 e sub-itens desta impugnação, ele **não comprova a EXECUÇÃO**, seja ela direta, seja indireta, das atividades exigidas no item 6.1.4.C.1.

O atestado referente ao **Mineirinho – CAT 005.139/07** não atende ao item 6.1.4.C.1, por duas razões:

a) **não explicita que o regime de execução da obra seria o de empreitada por preço global, EPC ou Turn Key**;

b) **não menciona as atividades de sistema de detecção e alarme contra incêndio, sistema de ar-condicionado e cabeamento estruturado.**

O atestado referente às obras civis de melhoramentos e ampliação da **Rodovia BR-040 – CAT 2467/2006** tampouco atende às exigências do item 6.1.4.C.1, porque:

a) o atestado **não se refere a obra em regime de empreitada por preço global, EPC ou Turn Key**; muito embora o regime não seja nele explicitado, a forma como apresentada a planilha evidencia tratar-se de preços unitários;

b) não se trata de serviços de **construção predial,** mas sim de obras rodoviárias, razão pela qual **nenhuma das atividades** previstas no item 6.1.4.C.1 é mencionada no atestado.

CPE 1429 CODEMIG

O atestado referente à obra do **Hiper Extra Araraquara, CAT-FL 53350** não atende às exigências do item 6.1.4.C.1, porque:

a) não se trata de obra de empreitada por preço global, EPC ou turn key;

b) o sistema de ar-condicionado nele mencionado tem capacidade de 460 TR, quando a capacidade mínima exigida para o Lote 1 é de 500 TR e para os Lotes 2 e 3 de 750 TR.

Finalmente, o atestado **Santana Park Shopping – CAT n. SNZ 01964** também não atendeu às exigências do item 6.1.4.C.1 do Edital, uma vez que se refere apenas a obras de fundação e estrutura de concreto, não contemplando as instalações exigidas no referido item do Edital.

Constata-se, assim, que o Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES **também não atendeu ao item 6.1.4.C.1 do Edital, o que constitui MAIS UMA RAZÃO AUTÔNOMA E SUFICIENTE PARA SUA INABILITAÇÃO QUANTO AOS TRÊS LOTES.**

I.2.2. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.1.4.C.2 DO EDITAL .

Finalmente, o Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES também não atendeu às exigências do item 6.1.4.C.2 quanto aos Lotes 2 e 3 – observando-se, aqui, que o recurso discute, certamente por equívoco, *decisão inexistente* a respeito deste item no tocante ao Lote 1, cujo item 6.1.4.C.2 sequer exigia piso de alta resistência.

II.2.2.2. LOTE 2.

II.2.2.2.1. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.4.1.C.2.11. CONJUNTO DE SUBESTAÇÕES COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 3.500 KVA.

O Edital exigiu a comprovação de execução de "1 Conjunto" de subestações com potência de transformação mínima de 3.500 KVA.

Fica claro, portanto, que quanto a este item não se admite o somatório das potências de conjuntos distintos de subestações referentes a obras distintas.

Ora bem, **excluído desde logo o atestado do Novo Espaço Natura,** posto que as subestações nele mencionadas foram, como já demonstrado, **EXECUTADAS** por outra empresa que não a CONSTRUCAP, conclui-se com facilidade que nenhum dos outros atestados apresentados pelo Consórcio comprovou a execução de conjunto de subestações com aquela potência mínima.

CPE 14230 CODEMIG

Aqui se tem, portanto, mais uma causa autônoma e suficiente para inabilitação do Consórcio quanto ao Lote 2.

II.2.2.2.2. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.4.1.C.2.7. PISO DE ALTA RESISTÊNCIA.

Tampouco procede a irresignação da recorrente no tocante ao item em tela.

Com efeito, equivoca-se a recorrente ao afirmar que não existiria conceito técnico normatizado do que seria "piso de alta resistência". Senão, vejamos.

A **NBR 637** define "piso" como o ***"revestimento de superfícies de pavimentos que serve como proteção, decoração e acabamento das mesmas."*** **(item 2.1).**

O piso, portanto, é o **revestimento superficial** de um pavimento e com este não se confunde.

A **NB-1343,** posteriormente renumerada para **NBR-12260,** de seu turno, define o seguinte, *verbis:*

> **"3.2 Piso de alta resistência**
>
> **Revestimento de superfície de pisos, constituído por uma argamassa de alta resistência mecânica, que tem a finalidade principal de uniformizar a dureza superficial do piso, atribuindo-lhe propriedades que garantam sua resistência a esforços mecânicos de abrasão e impacto".**

Prossegue a mesma norma explicitando, em seu item **6.3.1.1.**, que **"o piso de alta resistência é aceito, quanto à resistência da argamassa",** quando sua resistência à compressão simples seja **superior a 40,0 MPa** e quando sua resistência à tração por compressão diametral seja **superior a 4,0 PMa.**

Posteriormente, a NBR 14050, mencionada pela recorrente no seu recurso, regulamentou os *"sistemas de revestimentos de alto desempenho, à base de resinas epoxídicas e agregados minerais".* Não se confundem as duas coisas, saliente-se. Os revestimentos tratados naquela norma não têm necessariamente as características dos pisos de alta resistência. Apenas os pisos dos grupos 1 e 2 previstos naquela norma apresentam limites de resistência à pressão e à compressão equivalentes aos dos pisos de alta resistência previstos na NBR 637. Assim sendo, é incorreto pretender equiparar uma coisa e outra. Um revestimento de "alto desempenho" pode ou não ter as características equivalentes às de um piso de alta resistência, a depender do seu enquadramento, ou não , nos grupos 1 e 2 da NBR 14050.

Assim exposto o quadro das normas técnicas aplicáveis, constata-se, pela análise do atestado da NATURA apresentado pela recorrente, que ele não atende às exigências do item 6.4.1.C.2.7.

Com efeito, observa-se que os "pisos" de concreto com revestimento vítreo relacionados no atestado **não são *pisos*, mas sim *pavimentos* – tanto que relacionados, no atestado, corretissimamente, como "SUB-PISO" e**

CPE 1423 CODEMIG

"PAVIMENTAÇÃO RÍGIDA".Viu-se acima que o PISO é o revestimento superficial do pavimento, e não a mera superfície deste.

Ora, no caso, os supostos "pisos" em concreto não são pisos, mas simples pavimentos. Piso, no rigor da norma, é o revestimento superficial sobre eles aplicado.

Tanto é assim que aos 44.938,48 m2 de **pavimento** (sub-pisos e pavimentos rígidos) indicados no atestado correspondem **44.382,20 m2 de revestimentos de pisos relacionados no item 8 do atestado ("pisos"),** somatório dos valores dos itens 8.1.2 a 8.1.19. **A área total dos pisos indicados no item 8 do atestado corresponde a exatos 98,76% da área total dos sub-pisos (item 7) e pavimento rígido (item 28) indicados no atestado.**

Assim sendo, não é possível considerar quaisquer dos "pisos" relacionados no item 7 daquele atestado, **porque não são, tecnicamente, pisos, mas sim pavimentos sobre os quais, aí sim, foram aplicados revestimentos que constituem pisos. É isso, registre-se, o que consta do próprio atestado da recorrente.**

Ad argumentandum tantum, ainda que se quisesse desprezar a informação contida no próprio atestado e considerar os **pavimentos** de concreto – **sub-pisos** – relacionados no seu item 7 como pisos, observa-se que **ali se informa que aqueles pavimentos têm resistência à compressão maior ou igual a 30MPa, QUANDO A NORMA DA ABNT ACIMA TRANSCRITA EXIGE, PARA QUE UM PISO SEJA QUALIFICADO COMO DE ALTA RESISTÊNCIA, FCK SUPERIOR A 40 MPa.**

Assim sendo, ainda que se admitisse – o que o atestado também não permite concluir, mas que se torna irrelevante neste caso – que os pisos vinílicos indicados nos itens 8.1.9 e 8.1.10 seriam pisos de alto desempenho incluídos nos grupos 1 ou 2 da NBR 14050 e, como tal, equiparáveis a pisos de alta resistência, o somatório destes pisos com os pisos elevados resultaria numa área de **36.308,17 m2, ao passo que o Edital exige, para o Lote 2, área de 42.000 m2.**

Também quanto a este item, portanto, justifica-se a inabilitação da recorrente.

II.2.2.3. LOTE 3.

II.2.2.2.1. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.4.1.C.2.11. CONJUNTO DE SUBESTAÇÕES COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 3.500 KVA.

CPEL 14232 ODEMIG

O Edital exigiu a comprovação, para o Lote 3 de execução de "1 Conjunto" de subestações com potência de transformação mínima de 3.750 KVA.

Aplicam-se aqui, portanto, as mesmas razões já expostas acerca deste sub-item quanto ao Lote 2.

II.2.2.2.2. DESATENDIMENTO AO ITEM 6.4.1.C.2.7. PISO DE ALTA RESISTÊNCIA.

Pelas mesmas razões expostas acerca deste sub-item do Edital quanto ao Lote 2, conclui-se mais uma vez não ter a recorrente atendido às exigências do Edital, já que, no Lote 3, exigiu-se área mínima para pisos de alta resistência de 43.000 m2.

II.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO RECURSO DO CONSÓRCIO CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES.

Uma vez comprovadas as inúmeras causas autônomas e suficientes para a inabilitação do Consórcio, cabe apenas tecer algumas considerações finais sobre as testes jurídicas lançadas ao final de seu recurso.

II.3.1. IMPOSSIBILIDADE DE CONFUSÃO ENTRE A FALTA DE CORRESPONDÊNCIA OBJETIVA ENTRE O CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA E AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS E MERAS IRREGULARIDADES FORMAIS DE DOCUMENTAÇÃO.

Afirmando que as exigências da fase de habilitação têm sentido instrumental, o que é perfeitamente correto, a recorrente traz à colação inúmeros precedentes acerca da necessidade de preterição do formalismo excessivo em licitações.

No entanto, observa-se, com todo o respeito, que **tais precedentes são inaplicáveis à espécie, pois não se cuida, no presente caso, de meros defeitos formais na documentação apresentada, mas sim da OBJETIVA AUSÊNCIA, NESTES DOCUMENTOS, DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONSÓRCIO SEGUNDO OS CRITÉRIOS PREVISTOS NO EDITAL.**

Não se pode, portanto, confundir **forma** com **conteúdo.** A forma é o mero meio específico de exteriorização de um ato ou de uma declaração. O **conteúdo** é o objeto mesmo do ato ou declaração, sua essência e seu sentido inteligível.

Todos os precedentes citados no recurso referem-se exclusivamente a vícios **formais,** ou seja, irregularidades quanto ao meio específico adotado para a confecção de apresentação de documentos, sua organização gráfica etc. São desta natureza os vícios, por exemplo, de falta de autenticação de dado documento, a falta de grafia de um número por extenso e em algarismos, a falta de tradução juramentada do documento e congêneres.

No presente caso, **não há falha formal na documentação apresentada pela recorrente. O que ocorre, simplesmente, é que o AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DOCUMENTOS NÃO COMPROVAM O ATENDIMENTO, PELA RECORRENTE, ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – NÃO EM VIRTUDE DA *FORMA* COM QUE SÃO APRESENTADAS, MAS PELO PRÓPRIO CONTEÚDO DESTAS INFORMAÇÕES.**

CPE 14233 CODEMIG

Assim sendo, **o que o recurso pretende é que, por vias transversas, a Administração flexibilize, para o Consórcio CONNSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES, AS EXIGÊNCIAS LEGÍTIMAS (TANTO QUE *NÃO* IMPUGNADAS) DE HABILITAÇÃO CONTIDAS NO EDITAL, PERMITINDO SUA HABILITAÇÃO COM BASE EM TRATAMENTO PRIVILEGIADO E DIVERGENTE DAS REGRAS GERAIS DEFINIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO.**

Tal conduta, evidentemente, é inadmissível. A jurisprudência aplicável, aqui, não é aquela que veda o formalismo excessivo – pois, insista-se, aqui não se discutem as formas dos documentos apresentados pela recorrente, mas o conteúdo material da qualificação técnica neles espelhada.

Pelo contrário, os precedentes adequados ao caso são aqueles que reconhecem a importância da exigência de comprovação da adequada qualificação técnica dos licitantes em licitações, que vedam ao licitante questionar, no curso da licitação, os itens que não tenha impugnado em tempo próprio, bem como aqueles que reconhecem o dever da Administração de proceder a todos os julgamentos do procedimento licitatório em estrita observância aos princípios do **JULGAMENTO OBJETIVO, DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.**

Neste sentido os seguintes precedentes do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS:**

> **"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, II, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. (...). "O exame do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, em sua parte final, referente a "exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, NÃO A TODO E QUALQUER INTERESSADO, INDISCRIMINADAMENTE, MAS, SIM, APENAS A QUEM POSSA EVIDENCIAR QUE EFETIVAMENTE DISPÕE DE CONDIÇÕES PARA EXECUTAR AQUILO A QUE SE PROPÕE" (RESP 172232/SP, 1ª. Turma, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJU 21.09.98, p. 89)**
>
> **"É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade eficiência, objetivando, não só garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo - a lei -, mas com dispositivos que busquem RESGUARDAR A ADMINISTRAÇÃO DE AVENTUREIROS OU DE LICITANTES DE COMPETÊNCIA**

C P E 14234 CODEMIG

ESTRUTURAL, ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DUVIDOSA." (1ª Turma, RESP 144750/SP, DJU 25/09/2000, p. 68)

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS - EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ARTIGO 30, § 1º, I, E § 5º DA LEI N. 8.666/93 - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.
É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, DESDE QUE TENHAM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. DESSARTE, INEXISTE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE AS PARTES SE OS REQUISITOS DO EDITAL, QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA, SÃO COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA CONCORRÊNCIA. In casu, A EXIGÊNCIA, PREVISTA NO EDITAL, DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS QUE COMPROVEM A EXPERIÊNCIA ANTERIOR DOS PARTICIPANTES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DE LICITAÇÃO NÃO É ABUSIVA OU ILEGAL, POIS É UMA FORMA DE DEMONSTRAR SUA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL SEGUNDO OS CRITÉRIOS DISCRICIONARIAMENTE ESTABELECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO para a execução a contento dos serviços." (2ª. Turma, RESP 361736/SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJU 31.03.2003, p. 196)

"LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA CONFORME DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS - SENTENÇA CONFIRMADA. ASSISTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O DEVER-PODER DE EXIGIR DOCUMENTOS HÁBEIS PARA A COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES, DE FORMA A PRESERVAR OS PRINCÍPIOS BASILARES DA LICITAÇÃO: competitividade, isonomia, publicidade, respeito às condições estabelecidas previamente no edital e possibilidade de se fiscalizar o cumprimento do contrato" (Ap. Civ. 1.0479.06.106437-0/001(1), Rel. Des. EDUARDO ANDRADE, DJMG 01/12/2006)



"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - DECADÊNCIA -

COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS E COM O VALOR GLOBAL.

1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma - ROMS 10.847/MA).

2. A licitação da modalidade menor preço compatibiliza-se com a exigência de preços unitários em sintonia com o valor global - arts. 40, 44, 45 e 48 da Lei 8.666/93.

3. Previsão legal de segurança para a Administração quanto à especificação dos preços unitários, que devem ser exeqüíveis com os valores de mercado, tendo como limite o valor global.

4. Recurso improvido." (ROMS 15051 / RS. DJ DATA:18/11/2002 PG:00166, LEXSTJ VOL.:00159 PG:00050 Relator Min. ELIANA CALMON)

"ROMS. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO iNSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO EDITAL PELA EMPRESA RECORRENTE. DECISÃO ADMINISTRATIVA PROFERIDA SOB O CRIVO DA LEGALIDADE.

I - O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

II - Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las incorreu no risco e na possibilidade de sua desclassificação, como de fato aconteceu.

III - Recurso desprovido." (ROMS 10.847/MG, 2ª. Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 18/02/2002, p. 279)

"LICITAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OPORTUNA - ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL - IMPOSSIBILIDADE DE SE PLEITEAR POSTERIORMENTE PONTOS NÃO OBTIDOS SE HOUVE ESTRITA OBEDIÊNCIA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 40, § 3º DA LEI 8.666/93. Licitante que deixou de impugnar o edital, no prazo previsto pelo aludido dispositivo, aceita seus termos. Se, posteriormente, resolve se insurgir contra alguma cláusula do instrumento, alegando sua invalidade, não pode pretender se beneficiar com base nela." (Ap. Cív. 000233764-0/00(1), Relator: DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA Data do acordão: 18/03/2002 Data da publicação: 26/04/2002)

CPE - 14236 CODEMIG

"EMENTA: DECADÊNCIA - IMPUGNAÇÃO DO EDITALI -

INTELIGÊNCIA DO § 2º DO ART. 41 DA LEI DE LICITAÇÕES.
Decai do direito de impugnar o edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes com as propostas, conforme o disposto no § 2º do art. 41 da Lei de Licitações." (Ap. Cív. 1.0000.00.221800-6/000(1), Relator: ANTÔNIO HÉLIO SILVA Data do acordão: 27/03/2001 Data da publicação: 06/04/2001)

"LICITAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OPORTUNA - ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL - IMPOSSIBILIDADE DE SE PLEITEAR POSTERIORMENTE PONTOS NÃO OBTIDOS SE HOUVE ESTRITA OBEDIÊNCIA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - INTELIGÊNCIA DO ART. 40, § 3º DA LEI 8.666/93. Licitante que deixou de impugnar o edital, no prazo previsto pelo aludido dispositivo, aceita seus termos. Se, posteriormente, resolve se insurgir contra alguma cláusula do instrumento, alegando sua invalidade, não pode pretender se beneficiar com base nela" (Número do processo: 1.0000.00.233764-0/000(1), Rel. Des. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA Data do acordão: 18/03/2002 Data da publicação: 26/04/2002)

"Administrativo - Licitação - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO EVITA A ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO PROPORCIONANDO AOS INTERESSADOS A CERTEZA DO QUE PRETENDE A ADMINISTRAÇÃO". (Apelação Cível n. 1.0024.02.844438-8/002 - Comarca de Belo Horizonte - 4ª Câmara Cível do TJMG - Relator: DES. CARREIRA MACHADO - Data do Julgamento: 23/06/2005).

"MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. O PROCESSO LICITATÓRIO É UMA DECORRÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E IMPLICA EM UMA RESTRIÇÃO À VONTADE DE ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CONTRATANTES. SENDO ASSIM, SÓ PODERÃO SER PRATICADOS ATOS DISCRICIONÁRIOS QUANDO ASSIM A LEI AUTORIZAR. NÃO PODE A ADMINISTRAÇÃO E OS LICITANTES DESCUMPRIREM OS REQUISITOS DO EDITAL TENDO EM VISTA A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO". (Apelação Cível n. 000.326.014-8/00 - Comarca de Frutal - 7ª Câmara Cível do TJMG - Relator: DES. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS - Data do Julgamento: 02/06/2003).

CPE 1423 CODEMIG

II.3.2. DESNECESSIDADE E IMPERTINÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE "DILIGÊNCIA".

Pelo exposto anteriormente, constata-se também a total impertinência de realização de "diligências" para "investigação" adicional acerca das condições de habilitação da recorrente.

Com efeito, **a obrigatoriedade da inabilitação da recorrente não se baseia em qualquer fato duvidoso. Baseia-se rigorosamente na análise objetiva de seus documentos de habilitação, cujo conteúdo, isento de dúvidas, revela a falta de atendimento a inúmeras exigências de qualificação técnica contidas no Edital.**

Não se há que falar, portanto, em diligência, não sendo possível a perversão deste instituto para que se tragam aos autos documentos novos, não juntados pela recorrente em tempo oportuno, a fim de "aditar" sua documentação de habilitação, já que o art. 43, § 3º, é expresso ao vedar a utilização da diligência para juntada aos autos de **informação ou documento** que devesse constar da documentação ou da proposta apresentadas pelos licitantes.

Não custa relembrar, com o Prof. **MARÇAL JUSTEN FILHO,** que

> **"INEXISTIRÁ A POSSIBILIDADE DE SUPRIR DEFEITOS IMPUTÁVEIS AOS LICITANTES. O ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS NÃO SIGNIFICA ELIMINAR A OMISSÃO DOS LICITANTES. SE O LICITANTE DISPUNHA DE DETERMINADO DOCUMENTO, MAS ESQUECEU DE APRESENTÁ-LO, ARCARÁ COM AS CONSEQÜÊNCIAS DE SUA PRÓPRIA CONDUTA.[7]"**

Na mesma toada a jurisprudência do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS:**

> **"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - NÃO- COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E DOS EXIGIDOS EM EDITAL. Não tendo a Impetrante feito a necessária e eficaz demonstração do cumprimento dos requisitos do Edital de Licitação, ou mesmo dos arts. 156 ou 151 do CTN, de modo a atestar a extinção, ou mesmo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, inquestionável estar inabilitada para o processo de licitação, carecendo de direito líquido e certo para o presente Mandado de Segurança." (Apelação Cível nº 322.307-0/00, Rel. Des. Eduardo Andrade, 1ª Câmara Cível, j. em 24/06/2003, pub. em 27/06/2003 - grifos nossos);**

CPE 1428 CODEMIG

[7] *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*; 7ª ed, São Paulo: Dialética, 2000. p. 429.

"MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - VINCULAÇÃO - SEGURANÇA DENEGADA. O EDITAL, COMO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, NÃO PODE, DE FORMA ALGUMA, SER DESCUMPRIDO. ÀS SUAS NORMAS E CONDIÇÕES ENCONTRA-SE ESTRITAMENTE VINCULADA A ADMINISTRAÇÃO E BEM ASSIM OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇão. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência." (Apelação Cível nº 299.821- 9/00, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Geraldo Augusto, j. em 11/03/2003, pub. em 21/03/03).

"EMENTA: Mandado de Segurança - Licitação - Fornecimento de serviços de gêneros alimentícios destinados ao programa de merenda escolar do Estado - Inabilitação - Certidão negativa da Dívida Ativa da União - Prazo validade vencido. Diante dos princípios que regem o processo de licitação, não se pode obrigar a Comissão de Licitação a aceitar certidão com prazo de validade vencido. É VEDADA À COMISSÃO A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA, CONSOANTE PREVISTO NA PARTE FINAL DO § 3º , DO ART. 43 DA LEI 8.666/93. A Administração Pública tem por obrigação observar o princípio da eficiência. A norma prevista no art. 29, III da Lei 8.666/93, exige a prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, para concorrer ao processo licitatório." (Apelação Cível n. 1.000.00.307413-5, Rel. Des. JARBAS LADEIRA, DJMG 19/09/2003)

Inviável, portanto, é a pretensão de realização de "diligências" manifestada no recurso, já que não há dúvidas a esclarecer acerca da documentação de habilitação da recorrente, que simplesmente não atendeu às exigências do Edital.

CPE 14239 CODEMIG

III. CONCLUSÃO QUANTO AO RECURSO DO CONSÓRCIO CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES.

Por todo o exposto, pede a impugnante seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso, confirmando-se a inabilitação do Consórcio CONSTRUCAP/CONVAP/FERREIRA GUEDES.

P. deferimento.
Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, CONSTRUTORA OAS LTDA. E CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A
SÉRGIO LUIZ NEVES
Representante Legal Consórcio

CPEL 14240 CODEMIG

CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT

Válida somente com a autenticação do CREA-SP

CERTIDÃO Nº: **SZC-01590** *SEGUNDA VIA DE CERTIDÃO* *Folha(s) nº:* 1 de 2

Referente à(s) ART(s) 0400084125/99-002, 104982204038571, 94282720012894004, 94282720020003914, 94282720020000677 e 94282720020000678.

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, de acordo com os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 317/86 do CONFEA, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo Técnico do profissional abaixo mencionado:

Profissional	**ALVARO JOSÉ RESENDE ASSUMPÇÃO**
Título(s)	Engenheiro Eletricista
CREASP Nº	0400084125
Atribuições	alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do artigo 33, do Decreto Federal 23.569/33.
Atividade(s) Técnica(s) Realizada(s)	Responsável Técnico por Execução de Instalação e Montagem na Área da Engenharia Elétrica - Serviços de Instalação e Montagem dos Sistemas de Média e Baixa Tensão, compreendendo: Cabine de Entrada e Medição ao Tempo, Subestações Transformadoras com Potência Total Instalada de 10,5 MVA, contendo Disjuntores, Transformadores, Painéis e Cabos Alimentadores, Subestações Geradoras com Potência Total de 5,85 MVA, Interligações em M.T. entre as S.E's, Sistema de Força, contendo Cabos, Calhas, Quadros, Sistema de Iluminação e Tomadas, Sistema de UPS's, Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, Monitoramento de Vazamento de Gás, Monitoramento de Vazamento de Álcool e Sistema de Instrumentação.
Quantificação	Especificadas conforme Atestado anexo, limitadas às atribuições acima.
Local da obra/serviço	Rodovia Anhanguera, km 30,5
Cidade	Cajamar *Estado* SP
Valor	Contratual: R$ 9.399.149,87, (fevereiro/99) Aditivo: R$ 13.802.293,02 (março/00)
Período	24.02.99 a novembro/2001
Contratante	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda
Contratada	TEMON - Técnica de Montagens e Construções Ltda
CREASP Nº	0232759

O profissional declarou que houve a participação de outro(s) profissional(is)

A primeira via da presente Certidão de Acervo Técnico foi emitida por este Conselho em 15/07/2002 sob nº FL-25260.

IMPORTANTE: A presente certidão é valida somente como acervo técnico do profissional certificado.

ALVARO JOSE RESENDE ASSUMPÇÃO

O Acervo Técnico é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade

Cód. 2.01.303

CREA-SP CODEMG

CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT

Válida somente com a autenticação do CREA-SP

CERTIDÃO Nº: **SZC-01590** *SEGUNDA VIA DE CERTIDÃO* *Folha(s) nº:* **2 de 2**

CERTIFICAMOS, finalmente, que faz(em) parte integrante da presente Certidão o(s) documento(s) emitido(s) pela contratante ou órgão público, a quem cabe a responsabilidade pela exatidão e veracidade do que nele(s) consta(m), cuja(s) cópia(s) encontra(m)-se arquivada(s) neste Conselho no processo A-000783/92VL05

São Paulo, quarta-feira, 13 de outubro de 2004

Conferido: *Maria das Dores Rodrigues*

Elza Arruda Neves Fagundes
Conforme Portaria 006/2004

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

15 de Novembro

IMPORTANTE: A presente certidão é válida somente como acervo técnico do profissional certificado.

ALVARO JOSÉ RESENDE ASSUMPÇÃO

O Acervo Técnico é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade.

Cód. 2.01.303

CPEL 1424 CODEMG

05
e

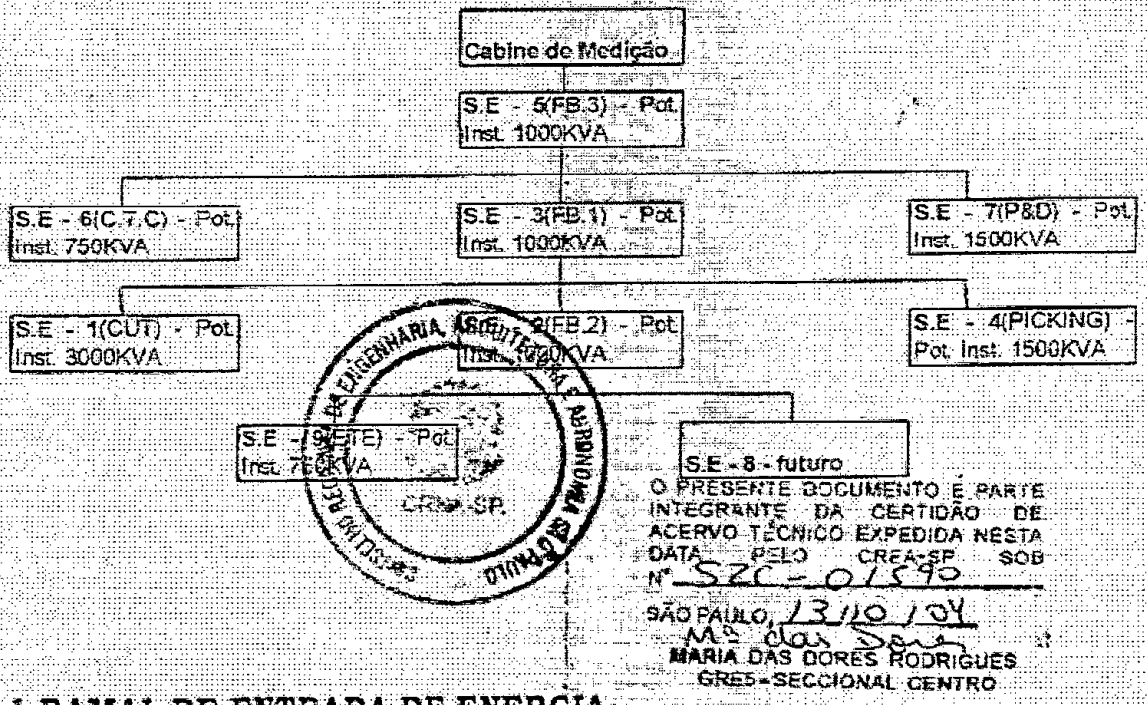
natura

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ 49.748.023/0001-78, forneceu satisfatoriamente em conformidade com o escopo, bem como nossas expectativas de custo, prazo e qualidade, o(s) seguinte(s) serviço(s) e materiais:

Sistema de Média e Baixa tensão até os quadros Gerais.

O sistema de média tensão foi concebido em um sistema radial, como segue:



O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 52C-01590

SÃO PAULO, 13/10/04

Mª das Dores

MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES-SECCIONAL CENTRO

1.RAMAL DE ENTRADA DE ENERGIA

Instalação de Terminal Classe 15KV, uso externo para cabo 240mm2 12/20KV;

Instalação de Cabo 240mm2, 12/20KV, com aproximadamente 70 metros.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, S/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)75981116

CPEL 14243 CODEMIG

06

natura

Instalação de Eletrodutos em aço galvanizado a fogo, Diâmetro 6", da caixa de passagem até 5 metros de altura, no poste.
Instalação de Eletrodutos de PVC flexível (KANAFLEX) de 6", da caixa de entrada até a cabine de entrada e medição de energia;

2.ENTRADA E MEDIÇÃO DE ENERGIA

Instalação de Cabine Blindada (ao tempo), para entrada e medição de energia com os seguintes equipamentos internos:
Terminal uso interno Classe 15KV para cabo 240mm2, 12/20KV, (entrada);
Para-Raios 15KV 10KA;
Seccionadora, abertura sob carga 630A, Classe 15K (Entrada);
Disjuntor Geral 630A, SF6, 350MVA, Classe 15KV;
Seccionadora, abertura sob carga 630 A, Classe 15KV (Saída);
Caixa para Medição da Concessionária, padrão Eletropaulo;
Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 240mm2 (Saída);
Relé de Proteção eletrônico, com funções 27,47,50 e 51.

3 SUBESTAÇÕES

3.1 Subestação 1 (Utilidades/CAG), 3,0MVA de potência instalada, com os seguintes equipamentos;
Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 70mm2, 12/20KV;
Para-raios 15KV-10KA;
Seccionadora Classe 15KV, 400 A com base para fusível limitador "HH". (Saída para Trafo 1);
Seccionadora Classe 15KV, 400 A com base para fusível limitador "HH". (Saída para Trafo 2);
2 x Transformador 1500KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalados em cubículos blindados acoplados ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão - QGBT com disjuntores abertos de entrada de 2500A/80KA, multimedidores eletrônicos de grandezas elétricas, transferências automáticas com disjuntores intertravados de 800A para 3 Grupos Geradores de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº SZC-01890
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
CREA-SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)78981116

07
e

natura

2 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros cada;

3.2 Subestação 2 (Fábrica 2), 1,0MVA de potência instalada com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV, para cabo 70mm2, 12/20KV;
Para-raios 15KV-10KA;
Chave Seccionadora, abertura sob carga, Classe 15KV, 630 A. (Saída para Subestação 8);
Chave Seccionadora, abertura sob carga, Classe 15KV, 630 A. (Saída para Subestação 9);
Chave Seccionadora Classe 15KV, 400 A com base para fusível limitador "HH". (Saída para Trafo);
1 x Transformador 1000KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 2000A/80KA, multimedidor eletrônico de grandezas elétricas, transferência automática com disjuntor intertravado de 800A, para 1 Grupo Gerador de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
1 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros.

3.3 Subestação 3 (Fábrica 1), 1MVA de potência instalada, com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 185mm2, 12/20KV;
Para-raios 15KV – 10KA;
Chave Seccionadora Classe 15KV – 630A;
Disjuntor a Vácuo 630A-350MVA (Saída para Subestação 1);
Para-raios 15KV-10KA (Saída para Subestação 1);
Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 70mm2, 12/20KV;
Disjuntor a Vácuo 630A-350MVA. (Saída para Subestação 4);
Para-raios 15KV-10KA. (Saída para Subestação 4);
Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 50mm2, 12/20KV;
Disjuntor a vácuo 630 A – 350MVA. (Saída para Subestação 2);
Para-raios 15KV-10KA. (Saída para Subestação 2);
Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 70mm2, 12/20KV;

CREA-SP CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

ESTE É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICA EMITIDA NESTA DATA E REGISTRADA SOB Nº 520-01590
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES - SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Caieiras, SP
Tel. (0011)7698-2010 Fax (0011)76981116

CPEL 14145 CODEMIG

natura

Chave Seccionadora Classe 15KV, 400 A com base para fusivel limitador "HH". (Saida para Trafo);
1 x Transformador 1000KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;

Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 2000A/80KA, multimedidores eletrônicos de grandezas elétricas, transferências automáticas com disjuntores intertravados de 800A para 2 Grupos Geradores de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
2 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros cada.

3.4 Subestação 4 (PICKING) 1,5MVA de potência instalada com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV, para cabo 50mm2, 12/20KV;
Para-raios 15KV-10KA;
Chave Seccionadora, Classe 15KV, 400 A com base para fusível limitador "H-H";
1 x Transformador 1500KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 2500A/80KA, multimedidores eletrônicos de grandezas elétricas, transferências automáticas com disjuntores intertravados de 800A para 2 Grupos Geradores de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
2 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros cada.

3.5 Subestação 5 (Fábrica 3) 1MVA de Potência instalada com os seguintes equipamentos:

Seccionadora, abertura sob carga 630 A, Classe 15KV;
Terminal uso interno, Classe 15KV, para cabo 240mm2, 12/20KV (Entrada);
Para-Raios 15KV-10KA;
Disjuntor a vácuo 630 A – 350MVA (Saida para Subestação 6);

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)70981116

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº SZC-01590
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES - SECCIONAL CENTRO
CREA 1424/6

09
L

natura

Para-Raios 15kV-10KA (Saida para Subestação 6);
Terminal uso interno Classe 15KV para cabo 35mm2, 12/20KV (Saida para Subestação 6);
Disjuntor a Vácuo 630 A – 350MVA. (Saida para Subestação 7);
Para-Raios 15KV-10 A (Saida para Subestação 7);
Terminal uso interno Classe 15KV para cabo 35mm2, 12/20KV. (Saida para Subestação 7);
Disjuntor a vácuo 630 A-350MVA, (Saida para Subestação 3);
Para-raios 15KV-10KA. (Saida para Subestação 3);

Terminal uso interno Classe 15KV para cabo 185mm2, 12/20. (Saida para Subestação 3);
Seccionadora, Classe 15KV 400 A, com base para fusível limitador HH (Saida para trafo);
1 x Transformador 1000KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 2000A/80KA, multimedidor eletrônico de grandezas elétricas, transferência automática com disjuntor intertravado de 800A, para 1 Grupo Gerador de 450KVA e saidas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
1 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros.

3.6 Subestação 6 (Prédio de Treinamento) 750KVA de potência instalada, com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 35mm2, 12/20KV;
Seccionadora Classe 15KV, 400 A;
Para-raios 15KV-10KA;
1 x Transformador 750KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 1500A/80KA, multimedidor eletrônico de grandezas elétricas, transferência automática com disjuntor intertravado de 800A, para 1 Grupo Gerador de 450KVA e saidas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
1 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros.

ARQUIVO REGIONAL CENTRO
O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 52C 0190
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES-GEOCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº, km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)78982116

PEL CODEMIG

natura

3.7 Subestação 7 (P&D) 1,5MVA de potência instalada com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV para cabo 35mm 12/20KV;
Cubículo compacto em SF6 – Fabr. Siemens, com entrada e seccionadora de saída para um trafo de 1500KVA;
1 x Transformador 1500KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 2500A/80KA, multimedidores eletrônicos de grandezas elétricas, transferências
automáticas com disjuntores intertravados de 800A para 2 Grupos Geradores de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
2 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros cada.

3.8 Subestação 9 (ETE) 750MVA de potência instalada, com os seguintes equipamentos:

Terminal uso interno, Classe 15KV, para cabo 35mm2, 12/20KV;
Para-raios 12KV-10KA;
Chave Seccionadora Classe 15KV-400 A;
1 x Transformador 750KVA, a seco, primário 13,8KV, secundário 380/220V, instalado em cubículo blindado acoplado ao QGBT;
Quadro Geral de Baixa Tensão N/E com disjuntor aberto de entrada de 1500A/80KA, multimedidor eletrônico de grandezas elétricas, transferência automática com disjuntor intertravado de 800A, para 1 Grupo Gerador de 450KVA e saídas com disjuntores em caixa moldada de 20A até 800A;
1 x Grupo Gerador 450KVA – 380V com tanque de uso diário de 250 Litros.

4 INTERLIGAÇÕES DE M.T. ENTRE AS SUBESTAÇÕES

4.1 INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA MÉDIA TENSÃO

Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 6" do poste de entrada até cabine de medição de energia.Lance aproximado de 2x70m.
Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 6" da cabine de entrada e medição de energia a Subestação 5. (Fábrica 3) Lance aproximado de 2x350m.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7698-2010 Fax (0011)78981116

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO
CREA-SP
O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO ACERVO TÉCNICO DESTA CREA-SP NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 520-01590
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES-SECCIONAL CENTRO
6
PEL 14648
CODEMIG

natura

Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 6" da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 3 (Fábrica 1). Lance aproximado de 2X130m.
Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 4" da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 6 (Treinamento). Lance aproximado de 2X480m.
Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 4" da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 7 (P&D). Lance aproximado de 2X230m.
Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 6" da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 1 (Utilidades/CAG). Lance aproximado de 2x350m.
Eletroduto de aço carbono galvanizado, Diam. 4" da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 4 (PICKING). Lance aproximado de 4x250m.
Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 4" da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 2 (Fábrica 2). Lance aproximado de 2x130m.

Eletroduto flexível (CANAFLEX) Diam. 4" da Subestação 2 (Fábrica 2) a Subestação 9 (ETE). Lance aproximado de 2x300m e aço carbono galvanizado. Lance aproximado de 2x100m.

4.2 Instalação de Cabos de Média Tensão

Cabo Classe 12/20KV, 240mm2 do poste a cabine de entrada e medição de energia. Lance aproximado de 70m.
Cabo Classe 12/20KV, 240mm2 da cabine de entrada e medição de energia a Subestação 5 (Fábrica 3) Lance aproximado de 350m.
Cabo Classe 12/20KV, 35mm2 da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 6 (CTC). Lance aproximado de 480m.
Cabo Classe 12/20KV, 35mm2 da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 7 (P & D). Lance aproximado de 230m.
Cabo Classe 12/20KV, 185mm2 da Subestação 5 (Fábrica 3) a Subestação 3 (Fábrica 1). Lance aproximadamente de 130m.
Cabo Classe 12/20KV, 70mm2 da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 2 (Fábrica 2). Lance aproximado de 130m.
Cabo Classe 12/20KV, 35mm2 da Subestação 2 (Fábrica 2) a Subestação 9 (ETE). Lance aproximado de 400m.
Cabo Classe 12/20KV, 70mm2 da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 1 (Utilidades/CAG). Lance aproximado de 350m.
Cabo Classe 12/20KV, 50mm2 da Subestação 3 (Fábrica 1) a Subestação 4 (PICKING). Lance aproximado de 250m.

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 520-0159
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
CREA - SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP.
Tel. (0011)7895-2010 Fax (0011)78981116

CPEL 14249 CODEMA

natura

INSTALAÇÕES EM GERAL

4 FÁBRICAS: PERFUMES/SHAMPOOS/CREMES/MAQUILAGEM, PRÉDIO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO, E.T.E, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, CENTRO DE TREINAMENTO E CONVENÇÕES, RESERVATÓRIO ELEVADO, PICKING, PORTARIAS E CENTRAL DE UTILIDADES.

5.1 Todos os sistemas de força oriundos das subestações das fábricas são transportados através de eletrocalhas galvanizadas a fogo ou aço inox, totalizando aproximadamente 15.000 metros. Todos os cabos alimentadores são de classe de isolação 1KV, uni ou multipolares, totalizando aproximadamente 90.000 metros de seções que variam de 4mm2 até 240mm2.

5.2 Montagem e instalação dos quadros de distribuição e quadros terminais de força e iluminação;

5.3 Instalação de tubulações em aço carbono com galvanização eletrolitica, aço inox e aluminio, com aproximadamente 30.000metros de extensão.

5.4 Montagem e Instalação de luminárias em diferentes áreas interiores e exteriores tais como acessos, entradas principais, circulações internas, halls de elevadores, passarelas e escadas, laboratórios, totalizando aproximadamente 12.000 luminárias;

5.5 Montagens e instalações de força e iluminação em laboratórios, salas de manutenção, salas administrativas, áreas para atividades, salas de testes, salas de reunião, escritórios, presidência, marketing, secretaria, operação e logistica.

5.6 Montagens e instalações elétricas nos auditórios do Centro de treinamento e Convenções (C.T.C);

DOCUMENTO ENTREGUE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 572-01590
SÃO PAULO, 23/10/09
MARIA DAS DORES RODRIGUES
CREA-SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº, km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7696-2010 Fax (0011)76961116

natura

5.7 Montagens e instalações elétricas nos laboratórios, planta piloto, salas limpas, microbiologia, preparação de culturas, lavagens/esterilização, salão de beleza, sala de conceitos, barbearia, sala de observação, imagens, assistencia médica, cabines olfativas, cabines sensoriais, sala de espera, pesquisadores, preparação;

5.8 Montagens e instalações elétricas nos sanitários, vestiários, áreas de apoio, xerox, arquivo geral, almoxarifado, depósitos de material de limpeza, Central de água gelada, subestações, áreas de circulação externa e ajardinadas.

5.9 Montagens e instalações elétricas de "No-Break's" de 2x250KVA-380V, 2x120KVA-380V e 4x80KVA – 380V.

5.10 Instalação de transformardores de 380V para 220/127V;

5.11 Instalação de tubulações, perfilados e eletrocalhas para sistemas especiais, tais como: Supervisão, Sonorização, Backbone, Alarme contra Incêndio e Intertravamento entre Subestações.

5.12 Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio, compreendendo de:

5.12.1 Fornecimento e instalação de 7 centrais de alarme e detecção de incêndio, para 378 endereços cada, com protocolo aberto;
2 detectores térmicos analógicos endereçáveis;
227 detectores iônicos analógicos endereçáveis;
206 acionadores manuais tipo quebra vidro
227 sirenes bitonais 05db.

5.12.2 Sistema de monitoramento e alarme de vazamento de gás, junto a caldeiras, consistindo em;
6 detectores de Gás GLP, interligados a central de alarme de incêndio.

5.12.3 Sistema de monitoramento e alarme de vazamento de álcool, próximo aos reservatórios e salas de álcool, consistindo em:
6 detectores de álcool, interligados a central de alarme de incêndio.

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 520-01595
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES-SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº, km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)76981116

natura

5.13 Instalação e montagem elétrica a prova de explosão, consistindo em tubulação, unidades seladoras, luminárias, cabos e demais nas salas de estocagem de matéria prima a granel, com área aproximada de 300m2.

5.14 Montagem elétrica de todas as instalações de processo, compreendendo:

5.15 Fornecimento e instalação de painéis e ilhas de controle de processo;

5.16 Fornecimento e instalação de eletrocalhas de aço inox para sistemas de força e iluminação nas áreas de fabricação;

5.17 Fornecimento e instalação de eletrodutos de alumínio para os sistemas de força e iluminação nas áreas de fabricação;

5.18 Fornecimento e instalação de painéis elétricos para acionamento de agitadores dos reatores;

5.19 Fornecimento e instalação de botoeiras de acionamento de agitadores;

5.20 Fornecimento e instalação de painéis para controle de Monta-cargas;

5.21 Fornecimento e instalação de painéis para o sistema de água desmineralizada (3 sistemas independentes);

5.22 Fornecimento de painéis para alimentação das bombas de recalque de Blend, Lauril, álcool e óleo da Tancagem de matéria prima;

5.23 Fornecimento e instalação de shaft's elétricos de aço inox (27 peças) para alimentação das linhas de envase;

5.24 Fornecimento e instalação de painéis para acionamento de chiller's, compressores, torres de resfriamento, no break's de processo;

6 Instrumentacão para o processo

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7698-2010 Fax (0011)78981116

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 52C-01550
SÃO PAULO, 13/10/04
MARIA DAS DORES RODRIGUES
CREA-SECCIONAL CENTRO

CREA 14252 CODEMA

15
L

natura

6.1 Fornecimento e instalação de infraestrutura para instrumentação dos processos das fábricas de hidroalcoolicos, tensoativos, cremes e maquilagem, consistindo na desmontagem, limpeza e identificação de equipamentos da fábrica em Itapecerica e remontagem e calibração na fábrica de Cajamar;

6.2 Fornecimento e instalação de válvulas, sensores, cabos de comando, mangueiras para ar comprimido e tagamento de todos os instrumentos;

6.3 Montagem de eletrocalhas de aço inox, bem como eletrodutos de aluminio, caixas de passagem de aluminio fundido;

6.4 Montagem de instrumentação a prova de explosão, com unidades seladoras, caixas e eletrodutos a prova de explosão;

6.5 Fornecimento e instalação de instrumentação e comando do sistema de água desmineralizada;

6.6 Fornecimento e instalação de materiais e equipamentos para montagem da E.T.E, consistindo em automação e controle.

Cajamar, 25 de Outubro de 2001.

Engº Luiz Antônio Carlos
Gerente de Engenharia do NEN - Novo Espaço Natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO Nº 522010590 SOB
SÃO PAULO 23/10/01
Mª das Dores Rodrigues
MARIA DAS DORES RODRIGUES
GRES-SECCIONAL CENTRO

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (011)7653-2010 Fax (011)7696.1116

11

CREA 1425
CODEN

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT

Válida somente com a autenticação do Crea-SP

CERTIDÃO Nº: **FL-25261** *Folha(s) nº: 1 de 2*

Referente à(s) ART(s) 104982204038574, 104982204038572, 5060330419/99-001, 5060330419/99-002, 94282720012894005, 94282720012894006 e 94282720020003915.

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, de acordo com os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 317/86 do CONFEA, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo Técnico do profissional abaixo mencionado:

Profissional	**GABRIEL TREGER**
Titulo(s)	Engenheiro Civil.
CREASP Nº	5060330419
Atribuições	do artigo 07, da Resolução 218/73, do CONFEA.
Atividade(s) Técnica(s) Realizada(s)	Responsável Técnico por Projeto e Execução de Instalação na área da Engenharia Civil - Instalações Hidráulicas, Sistema de Água Potável, Sistema de Água Fria, Sistema de Água Tratada, Sistema de Água Industrial, Reservatório Superior, Sistema de Óleo Diesel, Sistema de Água Quente, Sistema de Esgoto Normal/Vácuo, Sistema de Vapor Condensado, Sistema de Incêndio, Sprinklers, Hidrantes, Extintores e Sistema de Águas Pluviais e Água Industrial.
Quantificação	Especificadas conforme Atestados anexos, limitadas às atribuições acima.
Local da obra/serviço	Rodovia Anhanguera km 30,5.
Cidade	Cajamar *Estado* : SP
Valor	Contrato: R$ 9.399.149,87 (fevereiro/99) Aditamento: R$ 13.802.293,02 (março/00)
Período	24/02/1999 à outubro/2001
Contratante	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
Contratada	Temon - Técnica de Montagens e Construções Ltda.
CREASP Nº	0232759

O profissional declarou que houve a participação de outros profissionais

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

IMPORTANTE: A presente certidão é valida somente como acervo técnico do profissional certificado.

O Acervo Técnico é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade

GABRIEL TREGER

Cód. 2.01.303

IMPORTANTE • A apresente certidão é válida somente como acervo técnico do profissional certificado.
• Acervo Técinco é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade

CPEL 14254 CODEN

natura

Fornecimento e instalação de válvulas esfera tripartida, em aço carbono forjado e internos em aço inox, classe 150 lbs, extremidade com rosca. Ø 3/4" a 2". Totalizando aproximadamente: 100 peças.

10.3 Equipamento para geração de ar comprimido
Instalação de compressor de ar, com eixo rotativo, vazão de 24 m3/min e pressão de 9,5 kgf/cm2. Ref: 8-20A da Chigaco Pneumatic. Totalizando: 2 conjuntos.

Cajamar, 25 de Outubro de 2001.

Engº Luiz Antônio Carlos
Gerente de Engenharia do NEN – Novo Espaço Natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 25261.
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5574-0744
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz

RECONHECO por semelhança, e(s) firma(s):LUIZ ANTONIO CARLOS (133343) , a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 19 de dezembro de 2001. - N. 0961/19122001-3
Em testemunho da verdade.
Guia n. 236/01 Total R$ 1,83
HILTON YOSHIO SATO - ESCR. AUT. 1 DIG. FALCÃO

CARTÓRIO DO 11º TAB. NOTAS SÃO PAULO HILTON YOSHIO SATO Escrevente Autorizado

SP 1907AA 47446

ARRECADAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP CARTÓRIO DO 11

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14255 CODEMP

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT

Válida somente com a autenticação do Crea-SP

Folha(s) nº: 2 de 2

CERTIDÃO Nº: **FL-25261**

CERTIFICAMOS, finalmente, que faz(em) parte integrante da presente Certidão o(s) documento(s) emitido(s) pela contratante ou órgão público, a quem cabe a responsabilidade pela exatidão e veracidade do que nele(s) consta(m), cuja(s) cópia(s) encontra(m)-se arquivada(s) neste Conselho no processo A-000103/02

São Paulo, Quinta-feira, 1 de Agosto de 2002

Conferido: Marcia Aguiar Lopes - DRCA

Elza Arruda Novaes Fagundes - DRCA
Conforme Portaria 033/2000

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

IMPORTANTE: A presente certidão é valida somente como acervo técnico do profissional certificado.

O Acervo Técnico é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade

GABRIEL TREGER

Cód. 2.01.303

IMPORTANTE
- A apresente certidão é válida somente como acervo técnico do profissional certificado.
- Acervo Técnico é toda a experiência adquirida ao longo da vida do profissional, compatível com suas atribuições legais, não cabendo qualquer limitação temporal à sua validade

CPEL 94256 CODENSP

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 42025261
São Paulo 01 / 08 / 2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 49.748.023/0001-78, forneceu satisfatoriamente em conformidade com o escopo, bem como nossas expectativas de custo, prazo e qualidade, o(s) seguinte(s) serviço(s):

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

1 – TRANSFERÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS

Transferência de equipamentos das linhas de produção, da unidade de Itapecerica – SP, para o "NEN - Novo Espaço Natura", em Cajamar – SP.
Envolvendo serviços de identificação, desmobilização dos equipamentos, tagueamento, embalagem, remoção, carregamento, transporte, descarregamento, testes, reforma e instalação final conforme projeto.

2 - Fábrica 1 / Fábrica de Perfumes / Hidroalcoólicos

2.1 – Fabricação e estocagem

2.1.1 - Reator para colônias, com agitador de fundo de tanque. Capacidade de 5.000 litros. Total: 02 conjuntos.
2.1.2 - Reator para colônias, com agitador vertical. Capacidade de 3.000 litros. Total: 02 conjuntos.
2.1.3 - Reator para colônias, com agitador vertical. Capacidade de 1.500 litros. Total: 01 conjunto.
2.1.4 - Reator para óleos, com agitador vertical. Capacidade de 2.000 litros. Total: 02 conjuntos.
2.1.5 - Reator para desodorantes, com agitador vertical. Capacidade de 4.500 litros. Total: 02 conjuntos.
2.1.6 - Reator para desodorantes, com agitador vertical. Capacidade de 2.000 litros. Total: 01 conjunto.
2.1.7 - Tanque cilindrico vertical para colônias, AISI 304. Capacidade de 5.000 litros. Total: 20 conjuntos.
2.1.8 - Tanque cilíndrico vertical para colônias, AISI 304. Capacidade de 2.000 litros. Total: 03 conjuntos.
2.1.9 - Tanque cilíndrico vertical para colônias, (Charuto). Capacidade de 3.000 litros. Total: 02 conjuntos.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEA CODEMA 1457

natura

2.1.10 - Tanque cilíndrico vertical para colônias, (Charuto). Capacidade de 1.500 litros. Total: 01 conjunto.
2.1.11 - Tanque cilíndrico vertical para colônias, com fundo cônico. Capacidade de 2.000 litros. Total: 04 conjuntos.
2.1.12 - Tanque cilíndrico vertical para desodorantes, AISI 304. Capacidade de 5.000 litros. Total: 04 conjuntos.
2.1.13 - Tanque cilíndrico vertical para desodorantes, (Charuto). Capacidade de 1.500 litros. Total: 01 conjunto.
2.1.14 - Tanque cilíndrico vertical para desodorantes, com fundo cônico. Capacidade de 5.000 litros. Total: 04 conjuntos.
2.1.15 - Tanque cilíndrico vertical para desodorantes, com fundo cônico. Capacidade de 1.500 litros. Total: 06 conjuntos.
2.1.16 – Spray ball do reator. Total: 02 conjuntos.
2.1.17 – Agitador magnético do reator. Total: 10 conjuntos.
2.1.18 – Misturador Tri-blender. Total: 02 conjuntos.
2.1.19 – Resfriador a placas. Total: 02 conjuntos.
2.1.20 – Aquecedor a placas. Total: 02 conjuntos.
2.1.21 – Bomba do reator para colônia, bomba centrifuga sanitária. Total: 02 conjuntos.
2.1.22 – Bomba do reator para desodorantes, bomba centrifuga sanitária. Total: 03 conjuntos.
2.1.23 – Bomba diafragma para colônias. Total: 01 conjunto.
2.1.24 – Bomba diafragma para óleos. Total: 01 conjunto.
2.1.25 – Unidade móvel de filtração, tipo cuno nº 1 a 4. Total: 01 conjunto.
2.1.26 – Compressor de ar. Total: 02 conjuntos
2.1.27 – Chiller. Total: 02 conjuntos

2.2 – Linhas de envase e acondicionamento

2.2.1 – Máquina de envase, Wada. Total: 02 conjuntos.
2.2.2 – Máquina de envase, Groninger. Total: 03 conjuntos.
2.2.3 – Máquina de envase, Lawes. Total: 02 conjuntos.
2.2.4 – Máquina de envase, Kalish-matic. Total: 01 conjunto.
2.2.5 – Máquina de envase, Elecebe. Total: 01 conjunto.
2.2.6 – Esteiras transportadoras. Total: 12 conjuntos.
2.2.7 – Rosqueadeira, Wada. Total: 02 conjuntos.
2.2.8 - Rosqueadeira, Elecebe. Total: 02 conjuntos
2.2.9 – Rosqueadeira pneumática móvel. Total: 01 conjunto
2.2.10 – Alimentadora de frascos. Total: 02 conjuntos
2.2.11 – Recravadeira, Baush. Total: 01 conjunto
2.2.12 - Encartuchadeira, Kalix. Total: 02 conjuntos
2.2.13 - Empacotadeira, Kalix. Total: 02 conjuntos
2.2.14 - Empacotadeira, Great lakes. Total: 01 conjunto
2.2.15 - Empacotadeira, Kalix. Total: 02 conjuntos
2.2.16 – Máquina celofanizadora, PRB. Total: 07 conjuntos.
2.2.17 – Máquina rotuladeira. Total: 01 conjunto.
2.2.18 – Impressora ink-jet, Vídeo-jet. Total: 03 conjuntos.

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-25261
São Paulo 01/10/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14258 DOEMG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 2521

São Paulo, 01 / 08 / 2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

2.3 – Equipamentos para infra-estrutura

2.3.1 – Tanque de água quente, modificado. Total: 01 conjunto.
2.3.2 – Tanque pulmão de água gelada. Total: 01 conjunto.
2.3.3 – Monta carga existente. Total: 01 conjunto.

CREA-SP

3 - Fábrica 2 / Fábrica de Shampoos / Tensoativos

3.1 – Fabricação e estocagem

3.1.1 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 7.000 litros. Total: 02 conjuntos.
3.1.2 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 3.000 litros. Total: 03 conjuntos.
3.1.3 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 2.500 litros. Total: 03 conjuntos.
3.1.4 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 2.000 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.5 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 1.500 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.6 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 1.000 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.7 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 750 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.8 - Reator com sistema de aquecimento e resfriamento. Capacidade de 500 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.9 – Reservatório de transferência. Capacidade de 7.000 litros. Total: 05 conjuntos.
3.1.10 – Reservatório de transferência. Capacidade de 3.000 litros. Total: 15 conjuntos.
3.1.11 – Reservatório de transferência. Capacidade de 2.000 litros. Total: 04 conjuntos.
3.1.12 – Reservatório de transferência. Capacidade de 1.000 litros. Total: 03 conjuntos.
3.1.13 – Misturador Cepemix. Total: 01 conjunto.
3.1.14 – Dispersor ZC-1, unidade móvel. Total: 02 conjuntos.
3.1.15 – Fusor. Capacidade de 250 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.16 – Fusor. Capacidade de 150 litros. Total: 01 conjunto.
3.1.17 – Placa de distrubuição. Total: 05 conjuntos.
3.1.18 – Bomba de diafragma pneumática. Total: 03 conjuntos.

3.2 – Linhas de envase e acondicionamento

3.2.1 – Máquina de envase, Bausch. Total: 08 conjuntos.
3.2.2 – Esteiras transportadoras. Total: 08 conjuntos.
3.2.3 – Rosqueadeira. Total: 03 conjuntos.
3.2.4 - Empacotadeira, Zuchinni. Total: 02 conjuntos

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEA 1459 CODEVASF

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PA
INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACE
TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA P
CREA-SP SOB Nº FL-25261
São Paulo 01/09/2022
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDE
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

3.2.5 – Máquina celofanizadora, PRB. Total: 01 conjunto.
3.2.6 – Máquina rotuladeira. Total: 03 conjuntos.
3.2.7 – Tanque. Total: 03 conjuntos.
3.2.8 – Transportador. Total: 01 conjunto.

3.3 – Equipamentos para infra-estrutura

3.3.1 – Vaso de pressão para ar comprimido. Total: 02 conjuntos.
3.3.2 – Monta carga em aço inox, existente. Total: 01 conjunto.

4 - Fábrica 3 / Fábrica de Maquilagem

4.1 – Fabricação e estocagem

4.1.1 – Difusor helicoidal. Capacidade de 300 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.2 - Fusor. Capacidade de 300 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.3 – Fusor com agitador. Capacidade de 300 litros. Total: 02 conjuntos.
4.1.4 - Fusor com agitador. Capacidade de 150 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.5 – Fusor de envase. Capacidade de 1.000 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.6 – Fusor de envase. Capacidade de 750 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.7 – Fusor de envase. Capacidade de 500 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.8 – Fusor auxiliar de envase. Total: 02 conjuntos.
4.1.9 – Reator multiproposito. Total: 01 conjunto.
4.1.10 – Moinho de rolo mecânico. Capacidade de 1.000 litros. Total: 02 conjuntos.
4.1.11 – Moinho de rolo mecânico. Capacidade de 400 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.12 – Peneira vibratória. Total: 01 conjunto.
4.1.13 – Compactadora manual. Capacidade de 3.000 litros. Total: 02 conjuntos.
4.1.14 – Compactadora SAP-1. Capacidade de 3.000 litros. Total: 01 conjunto.
4.1.15 – Compactadora AP 3A. Capacidade de 200 litros. Total: 02 conjuntos.
4.1.16 – Máquina de demo batons. Capacidade de 1.000 unidades/hora. Total: 02 conjuntos.

4.2 – Linhas de envase e acondicionamento

4.2.1 – Módulo fixo. Dimensões 770 x 3.000 x 950 mm. Total: 04 conjuntos.
4.2.2 – Módulo com esteira. Dimensões 770 x 6.000 x 950 mm. Total: 09 conjuntos.
4.2.3 – Armario. Dimensões 1.000 x 650 x 860 mm. Total: 01 conjunto.
4.2.4 – Esteira transportadora. Total: 01 conjunto.

4.3 – Equipamentos para infra-estrutura

4.3.1 – Sistema de exaustão de pós, com filtro, dutos e ventilador, existente. Total: 01 conjunto.
4.3.2 – Misturador intensivo. Total: 01 conjunto.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 94260 CODEMIG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 25261

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

5 - Fábrica 4 / Fábrica de Cremes

5.1 – Fabricação e estocagem

5.1.1 – Reator Koruma. Capacidade de 1.000 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.2 – Reator Koruma. Capacidade de 200 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.3 – Reator Fryma. Capacidade de 400 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.4 – Reator multipropósito. Capacidade de 3.000 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.5 – Reator multipropósito. Capacidade de 1.000 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.6 – Reator multipropósito. Capacidade de 750 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.7 – Tanque de transferência. Capacidade de 3.000 litros. Total: 02 conjuntos.
5.1.8 – Tanque de transferência. Capacidade de 1.000 litros. Total: 08 conjuntos.
5.1.9 – Fusor. Capacidade de 300 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.10 – Fusor. Capacidade de 150 litros. Total: 01 conjunto.
5.1.11 – Misturador Tri-blender. Total: 01 conjunto.
5.1.12 – Moinho coloidal vertical. Total: 01 conjunto.
5.1.13 – Moinho coloidal horizontal. Total: 01 conjunto.
5.1.14 – Becomix. Total: 01 conjunto.
5.1.15 – Bomba diafragma pneumática. Total: 03 conjuntos.
5.1.16 – Filtro. Total: 03 conjuntos.
5.1.17 – Filtro, tipo Cuno. Total: 02 conjuntos.
5.1.18 – Balan;ca eletrônica. Total: 01 conjunto.

5.2 – Linhas de envase e acondicionamento

5.2.1 – Máquina de envase. Total: 06 conjuntos.
5.2.2 – Esteiras transportadoras. Total: 06 conjuntos.
5.2.3 – Máquina para enchimento de bisnagas. Total: 01 conjunto.
5.2.4 - Encartuchadeira. Total: 01 conjunto
5.2.5 – Máquina celofanizadora. Total: 03 conjuntos.
5.2.6 – Impressora ink-jet, Vídeo-jet. Total: 03 conjuntos.

5.3 – Equipamentos para infra-estrutura

5.3.1 – Monta carga, existente. Total: 01 conjunto.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEÍ 14261 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº EL-25261

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

Cajamar, 25 de Outubro de 2001.

Engº Luiz Antônio Carlos
Gerente de Engenharia do NEN – Novo Espaço Natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz

RECONHECO por semelhança, a(s) firma(s):LUIZ ANTONIO CARLOS (1333343) , a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 10 de Setembro de 2001. N. 0039/1612200l-0
Em Testemunho _____ da verdade.
Guia n. 236/01 Total R$ 1,85
HAMILTON YOSHIO SATO - ESCR.AUT. 4 DIG. VALCAO

CARTÓRIO DO 11º TAB. NOTAS SÃO PAULO
HAMILTON YOSHIO SATO
Escrevente Autorizado

ARCA-SP
RECONHECIMENTO DE FIRMA
1907AA14748

11º
CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL - SP

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPE 14261 CODEMIG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-2526.1

São Paulo, 07/05/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FIGUEIREDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

CREA-SP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 49.748.023/0001-78, forneceu satisfatoriamente em conformidade com o escopo, bem como nossas expectativas de custo, prazo e qualidade, o(s) seguinte(s) serviço(s) e materiais:

1 – LINHAS DE PROCESSO

1.1 - Sistema Blend (BLE)

1.1.1 - Fornecimento e instalação de tubulações, conexões, válvulas bloqueio, válvulas fim de curso, filtro microbiológico, controladores de nível, isolamento térmico e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 84 metros lineares na área MPT e 85 metros lineares na FB2.

1.1.2 - Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM A .312, Gr TP 304 L, S/C, SCH 10S, ST.
Conexões : ASTM A.403, Gr WP 304L, SCH 10.S, ST. ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A. 351, Gr . CF3M, sede EPDM, 150 # Wafer AISI 304, PTFE, FRL.
Isolamento Térmico : Calhas de lã de rocha com espessura de 20 a 50mm, revestido em alumínio liso.

1.1.3 - Ligações soldadas
As uniões, foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.

1.2 - Sistema Lauril (LAU)

1.2.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas fim de curso, filtro microbiológico , controladores de nível, isolamento térmico e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4".Totalizando aproximadamente 143 metros lineares na área M.P.T. e 85 metros lineares na FB2.

1.2.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox ASTM A .312, Gr. TP 304 – L S/C, SCH 10S, ST.
Conexões : ASTM A .403, Gr. WP 304 L SCH 10.S, ANSI B.16.9.
Válvulas : ASTM A-351, Gr.CF3M , sede EPDM, 150 # Wafer, AISI 304, PTFE, FRL.
Isolamento Térmico : Calhas de lã de rocha com espessura de 20 a 50 mm. Revestido em alumínio liso.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPE 14263 CODEMG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 2026061

São Paulo, 04/12/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

CREA-SP

1.2.3 - Ligações soldadas
As uniões, foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.0

1.3 - Sistema Álcool Etílico (ALC)

1.3.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas fim de curso, filtro microbiológico, controladores de nível, válvulas de alívio Sobrep e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 301 metros lineares na área M.P.T., 608 metros lineares no pipe-rack, 40 metros lineares na FB1, 18 metros lineares na FB2 e 85 metros lineares na FB3/4.

1.3.2 - Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM A-312, Gr. TP, 304 L, S/C SCH 10S, ST
Conexões : ASTM A-403, Gr WP 304.L SCH 10.S, ST, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A-351, Gr. CF8; 150#, FRL, AISI 304, PTFE.

1.3.3 - Ligações soldadas
As uniões foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.0

1.4 - Sistema Álcool Etílico Sujo (ALC) (p/ recuperação)

1.4.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas fim de curso, filtros, controladores de nível, válvulas de alivio Sobrep e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 108 metros lineares na área M.P.T. e 105 metros lineares no pipe-rack.

1.4.2 - Especificação de Materiais.
Tubos : Aço inox ASTM A-312, Gr. TP 304 L, S/C,SCH 10.S, ST
Conexões : ASTM A-403, Gr. WP 304 L SCH 10.S, ST, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A-351, Gr. CF8, 150#, FRL, AISI 304, FTFE.

1.4.3 - Ligações soldadas
As uniões foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.0.0

1.5 - Sistema Óleo Mineral (MOI)

1.5.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas fim de curso, filtro microbiológico, controladores de nível e suportes. Tubulações nos diâmetros de

CPE 1424 CODEMIC

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

natura

REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

1" a 4". Totalizando aproximadamente 122 metros lineares na área MPT, 195 metros lineares no pipe-rack e 46 metros lineares na FB1.

1.5.2 - Especificações de materiais.
Tubos: Aço inox ASTM A-312, Gr TP 304 L S/C SCH 10S, ST.
Conexões: ASTM A.403, Gr WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A.351, Gr. CF3M, sede EPDM, 150 # Wafer
ASTM A.182, Gr. CF8, 800 # PTFE, ES

1.5.3 - Ligações soldadas
As uniões foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.

1.6 - Sistema Óleo Mineral Sujo (MOI) (para recuperação)

1.6.1 – Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas, controladores de nível e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 138 metros lineares na área MPT e 105 metros no pipe-rack.

1.6.2 – Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM.A.312 Gr. TP 304 L S/C SCH 10S ST
Conexões: ASTM A.403, Gr WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A.351, Gr. CF3M, sede EPDM, 150 # Wafer

1.6.3 - Ligações soldadas
As uniões foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.

1.7 - Sistema de ar comprimido para instrumentação e PIG (CAI)

1.7.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, filtros e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 288 metros lineares na FB1, 1.023 metros lineares na FB2 e 558 metros lineares na FB3/4.

1.7.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox, ASTM A. 312, Gr. TP, 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A.403, Gr . WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B16.9.
Válvulas : ASTM A. 351, Gr. CF 8, 150 #, FRL, AISI 304, PTFE
ASTM A. 182, 800 #, ES.

1.7.3 - Ligações soldadas.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14265 CODEMIG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº [illegible]
São Paulo, 08/08/2002
ELZA [illegible] VAES FAGUNDES

A montagem de todo sistema, foi executado pelo, processo TIG, solda topo para fusão com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

1.8 - Sistema Ventilação de Processo (V)

1.8.1 - Fornecimento e instalações das tubulações, conexões, válvulas de alivio Sobrep, válvulas corta-chamas e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 302 metros lineares na FB1.

1.8.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox, ASTM A. 312, Gr. TP, 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A.403, Gr . WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B16.9.
Válvulas : ASTM A. 351, Gr. CF 8, 150 #, FRL, AISI 304, PTFE
ASTM A. 182, 800 #, ES.

1.8.3 - Ligações soldadas.
A montagem de todo sistema; foi executado pelo, processo TIG, solda topo para fusão com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

1.9 - Sistema Fluido Refrigerante (FCL)

1.9.1 - Fornecimento e instalações das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de controle, trocadores de calor, filtros, isolamento térmico e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 170 metros lineares na FB1.

1.9.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox, ASTM A. 312, Gr. TP, 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A.403, Gr . WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B16.9.
Válvulas : ASTM A. 351, Gr. CF 8, 150 #, FRL, AISI 304, PTFE
ASTM A. 182, 800 #, ES.
Isolamento térmico: Elumaflex, revestido em chapa de aço inox.

1.9.3 - Ligações soldadas.
A montagem de todo sistema; foi executado pelo, processo TIG, solda topo para fusão com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

1.10 - Sistema Desodorante / colônia (DEO/COL)

1.10.1 - Fornecimento e instalação das tubulações , conexões, válvulas de controle, válvulas de bloqueio, válvulas de alívio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 2". Totalizando aproximadamente 3.690 metros lineares na FB1.

CREA-SP CODEMIG 14266

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261
São Paulo, 21/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES SIQUEIRES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

1.10.2 - Especificações de materiais
Tubos : ASTM A-249, Gr. 316 L, OD, esp. 1,50mm, PL.
Conexões : ASTM A. 249 Gr. 316 L, esp. 1,50 mm, PL, RJT.
Válvulas : (VBO) ASTM A. 351, Gr. CF 3, sede EPDM, Extrem. RJT, ST, TC.

1.10.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo sistema, as uniões foram, executadas, pelo processo de solda automática por fusão, sem adição de metal, conforme norma ASME BPE, MJ-9.3

1.11 - Sistema Água Desmineralizada (DIW)

1.11.1 – Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de controle, válvulas de alívio, válvulas de retenção, válvulas de bloqueio, filtros e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 227 metros lineares na FB1, 260 metros lineares na FB2 e 135 metros lineares na FB3/4.

1.11.2 - Especificações de Materiais
Tubos : ASTM A . 249, Gr. 316 L, esp. 1,50 mm, PL.
Conexões : ASTM A. 249 Gr. 316 L, esp. 1,50 mm, PL, RJT.
Válvulas : (VBO) ASTM A. 351. Gr. CF3, sede EPDM, extrem. RJT, ST, TC.

1.11.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo sistema, as uniões foram, executadas pelo processo de solda automática por fusão, sem adição de metal, conforme norma ASME BPE, MJ-9.3.

1.12 - Sistema CIP Água Desmineralizada (Alta pressão – água quente)

1.12.1 - Fornecimento e instalações de tubulações , conexões, válvulas de: bloqueio, controle, serpentina de aquecimento, isolamento térmico. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 107 metros lineares na FB2 e 100 metros lineares na FB3/4.

1.12.2 - Especificações de Materiais
Tubos: Aço inox, ASTM A. 312, Gr. TP, 304 L, S/Cost. SCH 80. S, PL.
Conexões: ASTM A-403, Gr. WP 304 L, 3000 # E.S.
Válvulas: ASTM 182, Gr. F 304 L, 800 #, ES, HARI
Isolamento Térmico : Lã de rocha, revestido com chapa de aço inox.

1.12.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo sistema, as uniões foram executadas pelo processo TIG, encaixe p/ solda por fusão, com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society).

1.13 - Sistema CIP Koruma (água quente)

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº PE 23966 1
São Paulo 01/06/2022
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DOCA

1.13.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4".Totalizando aproximadamente 30 metros lineares na FB3/4.

1.13.2 - Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM A .312, Gr TP 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A.403, Gr WP 304L, SCH 10.S, ST. ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A. 182, Gr . CF8, 800 #, ES, AISI 304 PTFE.

1.13.3 - Ligações soldadas
Na montagem de todo sistema; as uniões foram executadas pelo processo TIG, solda de topo por fusão, com adição de metal (vareta), conforme normas A.W.S. (American Welding Society). ANSI / ASME B.31.

1.14 - Sistema Tubulações de Shampoos (TEM)

1.14.1 - Fornecimento e instalações das tubulações, conexões, válvulas de controle, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros. Tubulações nos diâmetros de 2" e 3". Totalizando aproximadamente 2.300 metros lineares na FB2.

1.14.2 - Especificações de Materiais
Tubos : ASTM A-249, Gr. 316 L, esp. 1,50 mm , PL.
Conexões : ASTM A-249 Gr. 316 L, esp. 1,50 mm, PL, RJT.
Válvulas : (VBO) ASTM A-351, Gr. CF3, sede EPDM , extrem. RJT, ST,TC.

1.14.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo o sistema, as uniões foram executadas pelo processo, solda automática, por fusão, sem adição de metal, conforme norma ASME BPE, MJ. 9.3

1.15 - Sistema de Tubulação de Cremes

1.15.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Tubulações nos diâmetros de 2" e 3". Totalizando aproximadamente 710 metros lineares na FB3/4.

1.15.2 - Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM A.249, Gr.316 L, esp. 1,50 mm, PL.
Conexões : ASTM A.249, Gr.316L, esp. 1.50 mm, PL, RJT.
Válvulas : (VBO) ASTM A.351, Gr. CF3, sede EPDM, ext. RJT, ST, TC.

1.15.3 - Ligações soldadas
Na montagem de todo sistema; as uniões foram executadas pelo processo, solda automática de topo por fusão, sem adição de metal, conforme norma ASME BPE, MJ 9-3.

1.16 - Sistema Drenagem Processo (DP)

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 4260
São Paulo 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

1.16.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio e suportes. Tubulações nos diâmetros de 2" a 4". Totalizando aproximadamente 291 metros lineares na FB1, 385 metros lineares na FB2 e 160 metros lineares na FB3/4.

1.16.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox, ASTM A-312, Gr. TP, 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM, A-403, Gr. WP 304 L, SCH 10.S, ST, ANSI B 16.9.

1.16.3 - Ligações soldadas.
A montagem de todo sistema, foi executado pelo, processo TIG, solda topo para fusão, com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

2 – LINHAS DE UTILIDADES

2.1 - Sistema Ar Comprimido (CAI)

2.1.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, reguladores e filtros. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 116 metros lineares na área M.P.T., 195 metros lineares no pipe-rack, e 290 metros lineares na FB1.

2.1.2 - Especificação de materiais
Tubos : Aço inox ASTM A-312, Gr.TP, 304 L, S/C , SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A-403, Gr WP 304L, SCH 10.S, ST, ANSI b 16.9.
Válvulas : ASTM A 182, Gr F 304, 800 #, ES, AISI 304, PTFE.

2.1.3 - Ligações Soldadas
As uniões foram executadas através de solda por fusão, com adição de material (vareta) pelo processo TIG, nos tipos solda de topo, conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.3.0.0

2.2 - Água Potável (POW)

2.2.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção e válvulas moduladoras. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 110 metros lineares na área M.P.T. e 84 metros lineares na FB1, 80 metros lineares na FB2 e 262 metros lineares na FB3/4.

2.2.2 - Especificação de materiais
Tubos : ASTM A-53, Gr. B s/ Cost., SCH 40, ER-NPT, Galv.
PVC rígido marrom, com ponta e bolsa, NBR 5647, classe 15.
Conexões : ASTM A-197, 150 #, ER-NPT, ANSI B 16.3, Galv.
PVC rígido marrom, com ponta e bolsa, NBR 5647, classe 15.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPE 14261 CODEMG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº Fl. 0026 1
São Paulo 21/07/2008
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

Válvulas : ASTM B-62, 200 #, ER-NPT, Int. BR CTU, HARI.

2.2.3 - Ligações com Rosca
Na montagem de todo o sistema foram executadas com uniões roscadas NPT -ANSI BI.20.1 e/ou executadas com solda por fusão sem adição de material

2.3 - Sistema de Água Quente (AQ)

2.3.1 - Geração
2.3.1.1 - Fornecimento e instalação das Tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, PI, TI e isolamento térmico. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4".Totalizando aproximadamente 113 metros lineares de tubulação.

2.3.1.2 - Especificação de Material
Tubos : ASTM A-53 Gr.B, s/costura, EP, SC
Conexões : ASTM A-105, 3000 #, ES, ANSI B 16.11
Válvulas : ASTM A-105, 800 #, ES, HARE.

2.3.1.3 - Ligações soldadas
As uniões foram executadas através de encaixe e solda, com solda por fusão, com adição de material (Eletrodo), conforme norma A .W.S.(American Welding Society).

2.3.2 - Distribuição
2.3.2.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio e isolamento térmico. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 43 metros lineares.

2.3.2.2 - Especificação de materiais
Tubos : ASTM A-53, Gr. B s/ Cost., SCH 40, ER-NPT, Galv.
Conexões : ASTM A-197, 150 #, ER-NPT, ANSI B 16.3, Galv.
Válvulas : ASTM B-62, 200 #, ER-NPT, Int. BR CTU, HARI.

3.3.2.3 - Ligações com Rosca
Na montagem de todo o sistema foram executados com uniões roscadas NPT -ANSI BI.20.1

2.3.2 – Traço
2.3.2.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio e Isolamento térmico. Tubulações nos diâmetros de 1/2" e 3/4". totalizando aproximadamente 85 metros.

2.3.2.2 - Especificação de materiais
Tubos: Cobre Classe I ABNT-NBR 13206
Conexões: Cobre / bronze, bolsa c/ anel de solda, ABNT-NBR 11720

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEI 14270 CODEMIG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº [illegible]
São Paulo 21/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

Isolamento Térmico: Calhas de lã de rocha c/ espessura de 20 as 50mm. Revestido em aluminio liso

2.3.2.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo sistema, as uniões foram executadas com solda estanho/chumbo 50/50%, tipo conexão ponta/solda.

2.4 - Sistema Vapor e Condensado de Baixa Pressão (LST/CON)

2.4.1 - Fornecimento e instalação das tubulações , conexões, válvulas de bloqueio,Válvulas moduladoras, filtro e isolamento térmico. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 46 metros lineares na área M.P.T., 308 metros lineares na FB1, 260 metros lineares na FB2 e 570 metros lineares na FB3/4.

2.4.2 - Especificação de materiais
Tubos : API 5 L, Gr. B, S/C, SCH 40, ST.
Conexões: ASTM A-234, Gr. WPB, ST, SCH 40, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A-216, Gr. WCB, CL. 150 #, FR , AISI 410 c/ STELLITE, HARE, CA, API.600
Isolamento Térmico: Calha de lã de rocha com espessura de 20 a 50 mm. Revestido em alumínio liso e/ou inox.

2.4.3 - Ligações soldadas.
As uniões foram executadas através de solda de topo por fusão, com adição de material (Eletrodo), conforme norma A .W.S.(American Welding Society).

2.5 - Sistema de Água Resfriamento (CWT / RWT) e Água Gelada (FCW/RCW)

2.5.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção e filtros. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4". Totalizando aproximadamente 298 metros lineares na FB1, 467 metros lineares na FB2 e 553 metros lineares na FB3/4.

2.5.2 - Especificação de Materiais
Tubos : API 5 L, Gr. B, S/C Cost. SCH 40 , ST.
Conexões: ASTM A.234, Gr. WPB, ST, SCH. 40, ANSI B 16.9.
Válvulas : (VBO) ASTM A 126, CL.B, 125 #, Wafer, int. FoFo, API 609
Isolamento Térmico : Elumaflex , revestido em chapa de aço inox.

2.5.3 - Ligações soldadas.
A montagem de todo sistema; foi executado pelo processo de solda de topo por fusão com adição de material (Eletrodo) conforme norma A W.S.(American Welding Society). ANSI / ASME B.31

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261
São Paulo 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ARCA

2.6 - Sistema Solução Ácido / Soda

2.6.1. – Fornecimento e instalação de tubulações, conexões, válvulas de bloqueio. Tubulações nos diâmetros de 1" a 4" Totalizando aproximadamente 680 metros lineares na FB1 e 185 metros lineares na FB3/4.

2.6.2. - Especificação de materiais
Tubos : Polipropileno PN-10
Conexões : Polipropileno PN-10
Válvulas : Polipropileno PN-10

2.6.3 - Ligações soldadas.
A montagem de todo sistema; foi executado pelo processo de solda por eletro-fusão com adição de material (PP)

2.7 Sistema de gás GLP (tubulação encamisada)

2.7.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, encamisamento e suportes. Tubulações nos diâmetros de 3/4" a 1.1/2".Totalizando aproximadamente 52 metros lineares na FB3

2.7.2 - Especificação de materiais
Tubos: Aço inox ASTM A.312, Gr TP 304 L, S/C Cost., SCH 10.S, ST.
Conexões : ASTM A.403,/Gr WP 304L, SCH 10.S, ST. ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A. 182, Gr . CF8, 800 #, ES, AISI 304 PTFE.

2.7.3. - Ligações soldadas
Na montagem de todo sistema; as uniões foram executadas pelo processo TIG, solda de topo por fusão, com adição de metal (vareta), conforme normas A.W.S. (American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

3 – TANCAGEM DE MATÉRIA PRIMA A GRANEL (T.M.G)

3.1 - Sistema Blend (BLE)

3.1.1 - Instalação fisica e interligação do tanque de armazenamento em fibra de vidro, com serpentina interna no fundo do tanque, para conservação de calor.
Cap.: 30.000 Litros
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.1.2 – Instalação fisica e interligação de bomba de Recalque
Total : 01 conjunto

CPEI 1427 CODEMIG

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº
São Paulo 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

Fornecimento: Natura

3.2 - Sistema Lauril (LAU)

3.2.1 - Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em fibra de vidro, com serpentina interna no fundo do tanque, para conservação de calor.
Cap.: 30.000 Litros
Total: 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.2.2 – Instalação física e interligação de bomba de recalque
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.3 - Sistema Álcool Etílico (ALC)

3.3.1 - Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em aço inox 316-L
Cap.: 30.000 Litros
Total : 02 conjuntos
Fornecimento: Natura

3.3.2 – Instalação física e interligação de bomba de recalque
Total : 02 conjuntos
Fornecimento: Natura

3.4 - Sistema Álcool Etílico (ALC) (pequenas dosagens)

3.4.1 - Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em aço inox 316L.(Pequenas dosagens)
Cap.: 250 Litros
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.4.2 – Instalação física e interligação de bomba de Recalque Pneumática "M2".
Total: 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.5 - Sistema Álcool Etílico Sujo (ALC) (p/ recuperação)

3.5.1 – Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em aço inox 316 L.
Cap.: 30.000 Litros
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14273 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 2526
São Paulo 21/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FIGUEIRÊDO
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

3.5.2 – Instalação física e interligação de bomba de Recalque
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.6 - Sistema Óleo Mineral (MOI)

3.6.1- Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em aço inox 316L
Cap : 30.000 Litros
Total: 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.6.2 - Instalação física e interligação de bomba de recalque
Total : 02 conjuntos
Fornecimento: Natura

3.7 - Sistema Óleo Mineral Sujo (MOI) (para recuperação)

3.7.1- Instalação física e interligação do tanque de armazenamento em aço carbono
Cap : 15.000 Litros
Total: 01 conjunto
Fornecimento: Temon

3.8 - Unidade geradora de água quente (p/ traço)

3.8.1 - Instalação física e interligação do tanque pulmão de água quente, em aço inox 304, com isolamento térmico.
Cap.: 1.000 Litros
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

3.8.2 – Instalação física e interligação de bomba de Recalque
Total : 01 conjunto
Fornecimento: Natura

4 – FÁBRICA 1 / FÁBRICA DE PERFUMES / HIDROALCOÓLICOS

4.1 – Equipamentos instalados

Tanques de fabricação "RE's"
Tanques de estocagem "RA's"
Tanques de água gelada (fluido)
Tanques de água desmineralizada
Tanques de água quente

CPEA 14274 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO CONJUNTO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDO NESTA DATA PELO CREA-SP COB Nº 92.25261
São Paulo 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRO

CREA-SP

Tanques pulmão ar
Filtros de areia
Filtros de carvão
Leito misto
Trocadores de calor
Sistema de tubulações de utilidades
Sistema de tubulações de processo
Sistema de tubulações OD sanitária
Sistema de tubulações de drenagem de efluentes industriais
Plataformas em aço inox
Elevador monta carga
Bombas centrífugas elétricas
Bombas pneumáticas M2 e M4
Chiller
Compressor de ar
Torre de resfriamento
Fusores de fabricação
Máquinas de envase
Acessórios : Filtros, válvulas disco de ruptura, painel de transferência, suportes e outros.

4.2 - Montagem e instalação nos seguintes setores de produção :

4.2.1 - Fabricação de Colônias (c/ álcool)

4.2.1.1- Tanques de fabricação (RE's) - Aço Inox
Instalação dos reatores e células de carga e interligação dos tanques
Total : 05 conjuntos com capacidade de 3.000 litros cada.
Fornecimento: Natura (Equipamentos procedentes de Itapecerica, transferidos e reformados pela Temon)

4.2.1.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcada, escada marinheiro, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 40 m2 de área útil (4.500 kg)

4.2.1.3 - Painel de transferência
Fornecimento e instalação de estrutura tubular e chapa, em aço inox 304, com acabamento escovado, conexões e 128 válvulas sanitárias, com diâmetros de 1" e 2". Medindo 1,25x4,50 metros

4.2.1.4 - Bombas de recalque
Instalação de bombas sanitárias centrífugas (elétricas) e bombas pneumáticas M4.

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº [illegible]
São Paulo, [illegible]
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

4.2.2 - Fabricação de Colônias (s/ álcool)

4.2.2.1- Tanques de fabricação (RE-s) - Aço Inox
Instalação dos reatores e células de carga e interligação dos tanques
Total : 07 conjuntos
Fornecimento: Natura (Equipamentos procedentes de Itapecerica, transferidos e reformados pela Temon)

4.2.2.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcada, escada em 45°, guarda-corpo, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 45 m2 de área útil (4.500 kg)

4.2.2.3 – Instalação física e interligação de Fusor
Cap: 250 Litros
Total : 01 Conjunto
Fornecimento: Natura (Equipamento procedente de Itapecerica, transferido pela Temon)

4.2.2.4 – Elevador Monta-carga
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, telas, perfis, cabos de aço e conjunto motriz. Estrutura e gaiola em aço inox 304. Conjunto motriz em aço carbono. A montagem do conjunto, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 01 conjunto

4.2.2.5 - Painel de transferência
Fornecimento e instalação de estrutura tubular e chapa, em aço inox 304, com acabamento escovado, conexões e válvulas sanitárias. Totalizando 02 painéis.

4.2.2.6 - Bombas de recalque
Instalação duas bombas pneumáticas M4.

4.2.3 - Fabricação de Óleos Trifásicos

4.2.3.1 - Instalação física e interligação dos tanques de fabricação (AG) – polipropileno
Total: 02 conjuntos
Fornecimento: Natura

4.2.3.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 10 m2 de área útil (1.300 kg)

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 94276 CODEMG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 2-252261
São Paulo 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

4.2.3.3 - Painel de transferência
Fornecimento e instalação de estrutura tubular e chapa, em aço inox 304, com acabamento escovado, conexões e válvulas sanitárias. Totalizando: dois painéis.

4.2.3.4 - Bombas de recalque
Instalação física e interligação de duas bombas pneumáticas M2

CREA-SP

4.2.4 - Estocagem de Produtos (RA's)

4.2.4.1 - Tanques de estocagem (Ra's) - Aço Inox
Instalação física e interligação dos tanques. Fornecimento e instalação de bocais para medição
Total : 64 conjuntos
Fornecimento: Natura, sendo: 13 conjuntos novos e 51 conjuntos procedentes de Itapecerica (transferidos e reformados pela Temon)

4.2.4.2 - Plataforma de estocagem
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 55 m2 de área útil (24.000 kg)

4.2.5 - Unidade de Água Desmineralizada (DIW)

4.2.5.1 – Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos:
- 01 Filtro de areia A/C
- 01 Filtro de carvão A/I
- 02 Leitos mistos A/C Enbonitado
- 01 Tanque de estocagem A/I
- 02 Estações redutoras de pressão
- 02 Lâmpadas U.V.
- 04 Tanques em polipropileno, para solução ácido/soda
- 02 Bombas pneumáticas M2
- 01 Bomba sánitária centrifuga elétrica.

4.2.6 - Envase de Produtos

4.2.6.1 - Instalação mecânica e interligação ao sistema, dos equipamentos da linha de envase.
Total : 64 conjuntos, distribuídos em 10 Linhas de Envase.
Fornecimento.: Natura, sendo: 1 linha nova e 9 linhas procedentes de Itapecerica. (transferidos pela Temon)

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-2550 91
São Paulo 01/08/2002
ELZA ABRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

natura

4.2.6.2 - Fornecimento e instalação dos shafts de utilidades. Estrutura em chapa de aço inox 304, dobrada, com acabamento escovado.
Total : 14 conjuntos.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

4.3 – Sistemas de Utilidades (pipe-rack)

4.3.1 - Equipamentos instalados

4.3.1.1 Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos:

02 Compressores de ar Atlas Copco
01 Tanque pulmão para ar comprimido
03 Chillers Sabroe
03 Torres de resfriamento
01 Tanque em aço inox, para fluido refrigerante, com isolamento térmico
01 Tanque em aço inox, para água quente, com isolamento térmico
11 Bombas centrifuga elétrica
01 Estação redutora de pressão para vapor

5 – FÁBRICA 2 / FÁBRICA DE SHAMPOOS / TENSOATIVOS

5.1 – Equipamentos instalados

Tanques de fabricação RE's
Tanques de estocagem RA's
Tanques de água gelada
Tanques de água desmineralizada
Filtros de areia
Filtros de carvão
Leito misto
Trocadores de calor
Sistema tubulações utilidades
Sistema tubulações processo
Sistema Tubulações OD sanitária
Sistema tubulações drenagem efluentes
Plataformas de fabricação em aço inox
Elevador monta-carga
Bombas centrifugas elétrica
Bombas pneumáticas M2, M4 e M15
Tanque pulmão de ar
Compressor de ar
Torre de resfriamento
Sistema de tubulação de água quente CIP
Fusores de fabricação
Máquinas de envase

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 9427 CODEMG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº PJ 25261
São Paulo 01/08/2003
ELZA ARRUDA NEVES AGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

CREA-SP

Acessórios : Filtros, válvulas, painel de transferência, válvulas especificas, lâmpadas UV., disco de ruptura, suportes e outros.

5.2 - Montagem e instalação nos seguintes setores de produção :

5.2.1 - Fabricação de Shampoos

5.2.1.1 - Tanques de Fabricação (RE's) - Aço inox
Instalação dos reatores, células de carga, fusores e interligação dos tanques.
Total : 15 conjuntos de reatores (RE) e 02 conjuntos de fusores (FU)
Fornecimento: Natura, sendo: 02 conjuntos (RE's) novos e 13 conjuntos (RE's) procedentes de Itapecerica. (transferidos e reformados, pela Temon)

5.2.1.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 240 m2 de área útil (22.500 kg)

5.2.1.3 – Elevador Monta-carga
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, telas, perfis, cabos de aço e conjunto motriz. Estrutura e gaiola em aço inox 304. Conjunto motriz em aço carbono. A montagem do conjunto, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 01 conjunto

5.2.1.4 - Painel de transferência
Fornecimento e instalação de estrutura tubular e chapa, em aço inox 304, com acabamento escovado, conexões e válvulas sanitárias. Medindo 1,70x7,40 metros e 1,40x3,90 metros

5.2.1.5 - Bombas de recalque
Instalação física e interligação de três bombas pneumáticas M15 e doze bombas pneumáticas M4.

5.2.1.6 – Instalação física e interligação de Fusor
Total : 02 Conjuntos
Fornecimento: Natura

5.2.2 - Estocagem de Shampoos (RA's)

5.2.2.1- Tanques de estocagem (Ra's) - Aço Inox
Instalação física e interligação dos tanques.
Total : 30 conjuntos
Fornecimento: Natura, sendo: 02 conjuntos novos e 28 conjuntos procedentes de Itapecerica. (transferidos e reformados pela Temon)

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 94279 CODEVI

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 2106200
São Paulo
ELZA ARRUDA NOVAES PINGES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

5.2.2.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação de estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado. A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S (American Welding Society). Total : 264 m2 de área útil (23.000 kg)

5.2.2.3 - Bombas de recalque
Instalação física e interligação de bombas pneumáticas M4.

5.2.3 - Unidade de Água Desmineralizada (DIW)

5.2.3.1 – Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos novos:
01 filtro de areia A/C
01 filtro de carvão AI
02 leitos mistos A/C
01 tanque água desmineralizada AI
04 tanques polipropileno PP
02 conjuntos lâmpadas U.V.
02 bombas pneumáticas M2
01 bomba centrifuga sanitária elétrica

5.2.3.2 –Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos procedentes de Itapecerica (transferidos pela Temon) ;
01 filtro de areia A/C
01 filtro de carvão AI
02 leitos mistos A/C

5.2.4 - Envase de Produtos

5.2.4.1 - Instalação mecânica e interligação ao sistema, dos equipamentos da linha de envase.
Total : 09 conjuntos.
Fornecimento.: Natura (Equipamentos procedentes de Itapecerica, transferidos pela Temon)

5.2.4.2 - Fornecimento e instalação dos shafts de utilidades. Estrutura em chapa de aço inox 304, dobrada, com acabamento escovado.
Total : 11 conjuntos.

5.3 – Sistemas de Utilidades (pipe-rack)

5.3.1 - Equipamentos instalados

5.3.1.1 - Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos:
02 compressores de ar Atlas Copco
01 Tanque pulmão ar comprimido
02 Chiller sabroe

CPEL 94280 CODEMEC

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 92261
São Paulo 13/10/2002
ELIZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO

02 Torres de resfriamento
01 Tanque de água gelada
01 Trocador de calor
03 Estações redutoras de pressão para vapor.
10 Bombas centrifuga elétrica

6 – FÁBRICA 3 e 4 / FÁBRICA DE CREMES e MAQUILAGEM

6.1 – Equipamentos instalados

Tanques de fabricação RE's
Tanques de estocagem RA's
Tanques de água gelada
Tanques de água desmineralizada
Tanques de água quente
Filtros de areia
Filtros de carvão
Leito misto
Trocadores de calor
Sistema tubulações utilidades
Sistema tubulações processo
Sistema Tubulações OD sanitária
Sistema tubulações drenagem efluentes
Plataformas de fabricação em aço inox
Elevador monta-carga
Bombas centrífugas elétrica
Bombas pneumáticas M2 e M4
Tanque pulmão de ar
Compressor de ar
Chiller seco
Torre de resfriamento
Sistema de tubulação de água quente CIP
Fusores de fabricação
Acessórios : Filtros, válvulas, painel de transferência, válvulas especificas, lâmpadas UV., transmissores de nível, suportes e outros.

6.2 - Montagem e instalação nos seguintes setores de produção :

6.2.1 - Fabricação de Cremes

6.2.1.1 - Tanques de Fabricação (RE's) - Aço inox
Instalação dos reatores, células de carga, fusores e interligação dos tanques.
Total : 08 conjuntos de reatores (RE), 02 conjuntos de fusores (FU), 02 conjuntos Koruma, 01 conjunto Frima.

natura

Fornecimento: Natura, sendo: 02 conjuntos (RE's) novos e 06 conjuntos (RE's) procedentes de Itapecerica. (transferidos e reformados, pela Temon)

6.2.1.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S (American Welding Society). Total : 70 m2 de área útil (6.450 kg)

6.2.1.3 – Elevador Monta-carga
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, telas, perfis, cabos de aço e conjunto motriz. Estrutura e gaiola em aço inox 304. Conjunto motriz em aço carbono. A montagem do conjunto, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 01 conjunto

6.2.1.4 - Painel de transferência
Fornecimento e instalação de estrutura tubular e chapa, em aço inox 304, com acabamento escovado, conexões e válvulas sanitárias. Totalizando 02 painéis.

6.2.1.5 - Bombas de recalque
Instalação física e interligação de 08 bombas pneumáticas M4.

6.2.1.6 – Instalação física e interligação de Fusor
Total : 02 Conjuntos
Fornecimento: Natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25264
São Paulo 04/06/2002
ELZA APARECIDA MOYSES FIGUEIREDO
CHEFE DE SETOR
CREA-SP

6.2.2 - Fabricação de Maquilagem - Batons

6.2.2.1 - Tanques de Fabricação (FU's) - Aço inox
Instalação dos fusores e Moinhos.
Total : 11 conjuntos de fusores (FU) e 02 conjuntos de Moinhos.
Fornecimento: Natura (procedentes de Itapecerica, transferidos pela Temon)

6.2.3 - Fabricação de Maquilagem - Pós

6.2.3.1 - Moinhos
Instalação dos Moinhos.
Total : 03 conjuntos de moinhos.
Fornecimento: Natura (procedentes de Itapecerica, transferidos, pela Temon)

6.2.4 - Estocagem de Cremes (RA's)

6.2.4.1- Tanques de estocagem (Ra's) - Aço Inox

PEL 14282 CODEMIC

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 2 0 0 2 2 6 1
São Paulo 0 1 0 4 2003
ELZA ARRUDA NOGUEIRA DE GUIMARÃES
CHEFE DE SEÇÃO
ARCA

natura

CREA-SP

Instalação física e interligação dos tanques.
Total : 14 conjuntos
Fornecimento: Natura (procedentes de Itapecerica, transferidos e reformados, pela Temon)

6.2.4.2 - Plataforma de fabricação
Fornecimento e instalação da estrutura tubular, perfis, chapas recalcadas, escada em 45°, guarda-corpo e pipe-rack, em aço inox 304 decapado, A montagem de toda a estrutura, foi executada pelo processo TIG, solda p/ fusão, com adição de material (vareta), conforme norma A.W.S. (American Welding Society). Total : 30 m2 de área útil (2.750 kg)

6.2.4.3 - Bombas de recalque
Instalação física e interligação de 14 bombas pneumáticas M4.

6.2.5 - Unidade de Água Desmineralizada (DIW)

6.2.5.1 – Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos novos:
01 filtro de areia A/C
02 filtroS de carvão AI
02 leitos mistos A/C
01 tanque água desmineralizada AI
04 tanques de polipropileno PP
02 conjuntos lâmpadas U.V.
02 bombas pneumáticas M2
01 bomba centrifuga sanitária elétrica
01 trocador de calor

6.2.5.2 –Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos procedentes de Itapecerica (transferidos pela Temon)
01 filtro de carvão AI
01 leito misto A/C
01 conjunto lâmpadas U.V.

6.2.6 - Envase de Cremes

6.2.6.1 - Instalação mecânica e interligação ao sistema, dos equipamentos da linha de envase.
Total : 07 conjuntos.
Fornecimento.: Natura (Equipamentos procedentes de Itapecerica, transferidos pela Temon)

6.2.6.2 - Fornecimento e instalação dos shafts de utilidades. Estrutura em chapa de aço inox 304, dobrada, com acabamento escovado.
Total : 07 conjuntos.

6.2.7 - Envase de Batons

6.2.7.1 - Instalação mecânica e interligação ao sistema, dos equipamentos da linha de envase.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEI 14283 CODEMIG

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 92261
São Paulo, 01/08/2002
FLÉA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

Total : 01 máquina "Weckerle".
Fornecimento.: Natura (Equipamento procedente de Itapecerica, transferido pela Temon)

6.2.8 – Acondicionamento manual de Produtos

5.2.4.1 - Instalação mecânica e interligação ao sistema, dos equipamentos das linhas de acondicionamento manual.
Total : 06 conjuntos.
Fornecimento.: Natura (Equipamentos procedentes de Itapecerica, transferidos pela Temon)

6.3 – Sistemas de Utilidades (pipe-rack)

5.3.1 - Equipamentos instalados

5.3.1.1 - Instalação física e interligação dos seguintes equipamentos:
02 compressores de ar Atlas Copco
01 Tanque pulmão ar comprimido
01 Chiller seco
01 Tanque de água gelada
01 Trocador de calor
01 Estação redutora de pressão para vapor
06 Bombas centrifuga elétrica

7 – Estação de Tratamento de Efluentes (E.T.E.)

7.1 – Equipamentos Instalados

Tanques de polietileno
Tanques de fibra
Tanque membrana
Tanque micro-floculador
Tanque pulmão de resíduos biológicos
Tanque pulmão de vácuo
Tanque pulmão de ar
Filtro prensa
Peneiras de retenção de sólidos
Compressores de ar
Sopradores de ar
Secadores de ar
Bombas centrífugas elétrica
Bombas parafuso elétrica
Bombas dosadoras elétrica
Bombas de vácuo elétrica
Tubulações em aço inox, aço carbono e PVC.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 1484 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA HOJE DATA PELO CREA-SP SOB Nº 2261
São Paulo 01/08/2022
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
SECAT

Acessórios : Filtros, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, transmissores de nivel, Transmissores de PH, suportes e outros.

7.2 - Montagem e instalação nas seguintes áreas:

7.2.1 – Sala de compressores

7.2.1.1.- Instalação física e montagem conforme projeto, dos seguintes equipamentos.
01 tanque pulmão de ar
03 compressores de ar
06 sopradores de ar
02 secadores de ar
Fornecimento: Natura

7.2.2 – Sala de reagentes

7.2.2.1.- Instalação física e montagem conforme projeto, dos seguintes equipamentos.
08 tanques de armazenamento de solução, com capacidade entre 1.000 a 5.000 litros.
04 bombas dosadoras pneumática
06 bombas dosadoras elétrica
Fornecimento: Natura

7.2.3 – Sala de tratamento de efluentes

7.2.3.1.- Instalação física e montagem conforme projeto, dos seguintes equipamentos.
02 tanques de efluentes físico-químico, com capacidade de 63.000 litros. (TR-01)
01 tanque de efluentes físico-químico, com capacidade de 52.000 litros. (TL-01)
01 tanque de efluentes biológico, com capacidade de 52.000 litros. (TL-02)
01 tanque de efluentes físico-químico, com capacidade de 43.000 litros. (TK-34)
01 tanque de efluentes físico-químico, com capacidade de 20.000 litros. (TQ-07)
01 tanque de efluentes físico-químico, com capacidade de 10.000 litros. (FL-01)
01 tanque de efluentes físico-químico, com capacidade de 2.700 litros. (TK-88)
20 bombas de recalque elétrica
02 peneiras de retenção de partículas sólidas (Q=120 m3/h)
Fornecimento: Natura

7.2.4 – Equipamentos do sistema de esgoto a vácuo

7.2.2.1.- Instalação física e montagem conforme projeto, dos seguintes equipamentos.
02 tanques de esgoto biológico, com capacidade de 1.700 litros.
01 tanque pulmão de vácuo, com capacidade de 400 litros.
02 bombas de recalque de esgoto biológico
04 bombas de vácuo
Fornecimento: Natura

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP.
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14285 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 252761
São Paulo 01/08/2022
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

7.3 – Linhas de utilidades

7.3.1 - Sistema de ar dos sopradores (Bioreator e TK-34)

7.3.1.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 60 metros lineares.

7.3.1.2 - Especificação de materiais
Tubos : API 5 L, Gr. B, S/C, SCH 40, ST.
Conexões: ASTM A-234, Gr. WPB, ST, SCH 40, ANSI B 16.9
Válvulas : ASTM A-216, CL. 125 #, Waffer, Int. FoFo, API.609

7.3.1.3 - Ligações soldadas.
As uniões foram executadas através de solda de topo por fusão, com adição de material (Eletrodo), conforme norma A .W.S.(American Welding Society), ANSI / ASME B.31.

7.3.2 - Sistema de ar dos sopradores (Tq equalizador e Tq lodo biológico)

7.3.2.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 55 metros lineares.

7.3.2.2 - Especificações de Materiais
Tubos: Aço inox, ASTM A. 312, Gr. TP, 304 L, S/Cost. SCH 10.S, ST.
Conexões: ASTM A-403, Gr. WP 304 L, S 10.S, ST. ANSI B 16.9.
Válvulas: ASTM A182, Gr. CF8, 800 #, ES.

7.3.2.3 - Ligações Soldadas
Na montagem de todo sistema, as uniões foram executadas pelo processo TIG, encaixe p/ solda por fusão, com adição de material (vareta), conforme norma AWS (American Welding Society), ANSI/ASME B.31.

7.3.3 - Sistema de ar comprimido (Instrumentação, Filtro prensa e Tq membrana)

7.3.3.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 105 metros lineares.

7.3.3.2 - Especificação de materiais
Tubos : ASTM A-53, Gr. B s/ Cost., SCH 40, ER-NPT, Galv.
Conexões : ASTM A-197, 300 #, NPT, ANSI B 16.3, Galv.
Válvulas : ASTM B-62, 300 #, ER-NPT, AISI 304, PTFE.

7.3.3.3 - Ligações com Rosca
Na montagem de todo o sistema, foi executado através de uniões com rosca, conforme normas ANSI/ASME B.I.20.1 API 5.B.

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº [illegible]

São Paulo 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FACHADAS

CREA-SP

7.3.4 - Sistema dos dosadores de solução química

7.3.4.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 350 metros lineares.

7.3.4.2 - Especificação de materiais
Tubos e conexões : PVC rígido marrom, CL.15, com ponta e bolsa, NBR 5647.

7.3.4.3 - Ligações soldadas
Na montagem de todo o sistema, foi executado através de uniões com solda por fusão, sem adição de material.

7.3.5 - Sistema de efluentes

7.3.5.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 450 metros lineares.

7.3.5.2 - Especificação de materiais
Tubos e conexões : PVC rígido marrom, CL.15, com ponta e bolsa, NBR 5647.

7.3.5.3 - Ligações soldadas
Na montagem de todo o sistema, foi executado através de uniões com solda por fusão, sem adição de material.

7.3.6 - Sistema de esgoto a vácuo

7.3.6.1 - Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas de bloqueio, válvulas de retenção, filtros e suportes. Totalizando aproximadamente 60 metros lineares.

7.3.6.2 - Especificação de materiais
Tubos e conexões : PVC rígido marrom, CL.15, com ponta e bolsa, NBR 5647.

7.3.4.3 - Ligações soldadas
Na montagem de todo o sistema, foi executado através de uniões com solda por fusão, sem adição de material.

Cajamar, 25 de Outubro de 2001.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 6428 CODEM

natura

Engº Luiz Antônio Carlos
Gerente de Engenharia do NEN – Novo Espaço Natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261

São Paulo 01/08/2002

ELZA ARRUDA HOLMES FAGUNDES
CHEFE DA SEÇÃO
ORTA

CREA-SP

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo

Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz

Reconheço por semelhança a(s) firma(s): LUIZ ANTONIO CARLOS (163343) , a qual confere com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 3 de dezembro de 2001 - M. 9038/10122001-7

Em testemunho da verdade.

Guia n. 238/01 Total R$ 1,83

HILTON YOSHIO SATO - ESCREVENTE - 1 916 - PAGO

CARTÓRIO DO 11º TAB. NOTAS SÃO PAULO HILTON YOSHIO SATO Escrevente Autorizado

1907AA14[illegible]7

CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL - SP 11º

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 9428 CODEMG

natura

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Declaramos, para os devidos fins, que a Empresa TEMON – Técnica de Montagens e Construções LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.748.023/0001-78, com sede a Rua Carlo Carra, 244 – Vila Santa Catarina – São Paulo – S.P., concluiu em conformidade com o escopo, bem como nossas expectativas de custos, prazos e qualidades, as obras do contrato firmado entre as partes em 24 de fevereiro de 1999.

Por ser verdade, firmamos a presente em 2 vias de igual valor.

São Paulo, 15 Março de 2002

11º

Engº Luiz Antônio Carlos
Gerente de Engenharia

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz

RECONHECO por semelhança a(s) firma(s): LUIZ ANTONIO CARLOS (133343) , a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 18 de março de 2002. S.N. 0483/18032002-0
Em testemunho da verdade.
Guia n. 051/02 Total R$ 1,83
HILTON YOSHIO SAITO - ESCR.AUT. 1 RIG. BALCÃO

SELO DE AUTENTICIDADE
1907AA192369

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda.
Rod. Anhanguera, s/nº, km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)78981116

CPE 14259 CODEMIG

natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 25261

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa TEMON TÉCNICA DE MONTAGENS E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 49.748.023/0001-78, forneceu satisfatoriamente em conformidade com o escopo, bem como nossas expectativas de custo, prazo e qualidade, o(s) seguinte(s) serviço(s) e materiais:

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

1. Instalações de Água Potável e Água Tratada.

1.1 Reservatório Elevado (possuindo 5 "células" de 250.000 litros cada, totalizando uma reserva de 1.2500.000 litros, e uma altura aproximada de 76 metros)
Fornecimento e instalação das tubulações, conexões, válvulas e controladores de nível, na distribuição dos sistemas de abastecimento, do reservatório elevado. Trechos internos e externos.

1.1.1 Tubulação e conexões
Fornecimento e instalação de tubulações e conexões, em aço carbono galvanizado, com solda helicoidal, extremidades para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, linha K10 standard, nos diâmetros: 2'' a 8''. Ref: ALVENIUS. Totalizando aproximadamente: 1.700 m.

1.1.2 Válvulas
Fornecimento e instalação de válvulas de gaveta e retenção, em aço carbono e ferro fundido, classe 125 Lbs, com extremidades para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, ref.: ALVENIUS, nos diâmetros: 2'' à 8''. Totalizando: 32 peças.

1.1.3 Sensores de nível
Fornecimento e instalação de sensores de nível, tipo ultra-sônico, para automatização do sistema. Ref: NIVETEC. Totalizando 5 conjuntos.

1.2 Distribuição externa (Pipe-Rack, Galerias e Canaletas)

1.2.1 Sistema de limpeza do reservatório elevado
Fornecimento e instalação de tubulações e conexões, em Polipropileno (PP), classe PN-10, termo-fundido, Ø3". Totalizando aproximadamente: 250 m.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14290 CODEMIG

natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº EL-25261.
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

1.2.2 Recalque de água tratada e água potável
Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de aço carbono galvanizado, com solda helicoidal, extremidade para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, linha K10 standard, no diâmetro: Ø 4''. Ref.: ALVENIUS. Totalizando aproximadamente: 1.300 m.

1.2.3 Sistema de água potável, água tratada e água industrial.
Fornecimento e instalação de tubulações e conexões, em PVC rígido com juntas soldáveis, classe 15 até Ø 4'' e classe 20 para Ø 6'', totalizando aproximadamente 6.500 m.

1.2.4 Válvulas
1.2.4.1 Fornecimento e instalação de válvulas de retenção, tipo portinhola, em bronze fundido, com rosca, classe 125 Lbs. Totalizando: 6 peças.

1.2.4.2 Fornecimento e instalação de válvulas de gaveta, em ferro fundido, com internos em bronze, extremidade roscada e flangeada, Classe 125lbs, Ø 2" a 4". Totalizando aproximadamente: 160 peças.

1.2.4.3 Fornecimento e instalação de válvulas borboleta, em ferro fundido, montada entre flanges, Classe 125lbs, Ø 2" a 4". Totalizando aproximadamente: 30 peças.

1.2.5 Estações Redutoras de Pressão
Fornecimento e instalação e fornecimento de estações redutoras de pressão, com filtro incorporado, em aço carbono fundido, flangeadas e roscadas, classe 150lbs.; vazão média de 15m3/h, totalizando 19 conjuntos.

1.2.6. Estação de tratamento de água
Instalação de Estação de tratamento de água, através de filtro de areia, com sistema analisador / dosador de hipoclorito, e hidrômetro. Vazão média de 25 m3/h. Totalizando 1 conjunto.

1.3 Bombas de Recalque

Fornecimento e instalação de bombas de recalque, com as seguintes características:
1.3.1 Sistema de água potável
Vazão: 84,00 m3/h
H.man: 78 mca
Potência: 40cv (380V)
Rotação: 3500 rpm
Modelo: Meganorm 50-200 (KSB)
Quant: 2 conjuntos

CPEL 1429 CODEMA

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-25261

São Paulo, 01 / 08 / 2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
CREA

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

1.3.2 Sistema de água tratada
Vazão: 42,00 m3/h
H.man: 95 mca
Potência: 30cv (380V)
Rotação: 3500 rpm
Modelo: Meganorm 40-250 (KSB)
Quant: 2 conjuntos

1.3.3 Sistema de limpeza
Vazão: 10,00 m3/h
H.man: 20 mca
Potência: 2v (380V)
Rotação: 1750 rpm
Modelo: Meganorm 32-200 (KSB)
Quant.: 1 conjunto

1.4 Distribuição interna

1.4.1 Tubulações e conexões.

1.4.1.1 Sanitários, vestiários e laboratórios

Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de PVC rígido, com juntas soldáveis; pressão de serviço 7,5 kgf/cm2. Ø 3/4" a 4". Totalizando aproximadamente: 8.900 m.

1.4.1.2 Cozinhas

Fornecimento e instalação de tubulações e conexões, em ferro maleável, classe 10, de 3/4" a 1.1/2"; ref. TUPY. Totalizando aproximadamente: 540 m.

1.4.2 Louças e Metais Sanitários

Instalação de louças e metais sanitários, modelo conforme especificado no projeto de arquitetura e quantidades descritas abaixo:

Bacias sanitárias a vácuo: 270 unidades
Lavatórios: 296 unidades
Mictórios com sensor de presença: 86 unidades
Pias: 174 unidades
Chuveiros: 68 unidades
Lava-olhos: 33 unidades
Bebedouros: 23 unidades
Tanques: 13 unidades
Temperfix: 20 unidades
Banheira de hidro-massagem: 1 unidade

natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

FL. 25261

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DA SEÇÃO
DRC

1.4.3 Registros de gaveta

Fornecimento e instalação de registros gaveta, em bronze, com acabamento, conforme projeto de arquitetura. Ø 3/4'' a 1.1/2". Totalizando aproximadamente: 420 peças.

1.4.4 Registros de pressão

Fornecimento e instalação de registros de pressão, em bronze, com acabamento conforme projeto de arquitetura. Ø 3/4". Totalizando aproximadamente: 120 peças.

1.5 Instalações de água quente

1.5.1 Tubos e Conexões

1.5.1.1 Vestiários e sanitários

Fornecimento e instalação de tubulações, conexões, luvas-guia e ponto-fixo, em cobre, classe E, Ø 3/4'' a 1.1/2"; tubos com pontas para solda e conexões com filete de soldas nas bolsas, ref. ELUMA. Totalizando aproximadamente: 1.250 m

1.5.1.2 Cozinhas

Fornecimento e instalação de tubulações, conexões, em ferro maleável, classe 10, de 3/4" a 1.1/2"; ref. TUPY. Totalizando aproximadamente: 430 m.

1.5.2 Isolamento térmico

Fornecimento e instalação de isolamento térmico nas tubulações aparentes de água quente, com Elumaflex. Totalizando aproximadamente: 430 m.

1.5.3 Sistema de aquecimento e recirculação.

1.5.3.1 Aquecimento a vapor

Fornecimento parcial e instalação do sistema gerador de água quente, para os vestiários e cozinhas, através de aquecedor de placas, a vapor, monitorado por válvula moduladora, elétrica e pneumática. Possuindo válvula solenóide na entrada do vapor. Dotado de sistema de recirculação através de bomba e sensores de temperatura. Ref: SPIRAX-SARCO. Totalizando: 8 conjuntos.

1.5.3.2 Aquecimento elétrico.

Fornecimento e instalação do sistema gerador de água quente, para os laboratórios. E como sistema alternativo, para os vestiários e cozinhas, através de aquecedor de acumulação elétrico, capacidade 500 litros. Totalizando: 6 conjuntos.

CPEL 14293 CODEMA

natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL. 25261.

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

2 Sistema de combate e prevenção de incêndio

2.1 Sistema de hidrantes

2.1.1 Tubulação e conexões

2.1.1.1 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de aço carbono com solda helicoidal, extremidades para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, linha K10 standard, Ø 4'' a 6''. Ref: ALVENIUS. Totalizando aproximadamente: 200 m.

2.1.1.2 Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, com costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com e sem costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 2.12" a 6''. Totalizando aproximadamente: 4.700 m.

2.1.2 Válvulas

2.1.2.1 Fornecimento e instalação de válvulas de gaveta, em aço carbono fundido e ferro fundido, com haste ascendente, roscadas e flangeadas, nas classes 125Lbs e 150Lbs. Totalizando aproximadamente: 20 peças.

2.1.2.2 Fornecimento e instalação de válvulas globo ''angular'' de 45º, para hidrante, em latão fundido, Classe 150 Lbs., roscadas, sendo a rosca fêmea padrão Whitwort-gás e a rosca macho padrão Whitwort-gás, 5 fios/polegada. Ø 2.12" x 1.1/2". Dotados de engate rápido tipo "Storz". Totalizando aproximadamente: 340 peças.

2.1.3 Estações Redutoras de Pressão

Fornecimento e instalação de estações redutoras de pressão, com filtro incorporado, em aço carbono fundido, flangeadas, classe 150lbs.; vazão média de 120m3/h, totalizando 15 conjuntos.

2.1.4 Mangueira para combate a incêndios

2.1.4.1. Hidrantes internos e externos

Fornecimento e instalação de mangueiras, fabricadas em fibra sintética pura , tipo 1, Grau D, nas dimensões Ø 1.1/2'' x 15m de lance cada. Dotadas de esguicho cônico, em latão de alta resistência, e engates rápidos tipo "Storz". Totalizando aproximadamente: 680 lances.

2.1.4.2 Hidrantes da tancagem

Fornecimento e instalação de mangueiras, fabricadas em fibra sintética pura , tipo "Sintex-plast", nas dimensões Ø 2.1/2'' x 15m de lance cada. Dotadas de esguicho cônico, em latão de alta resistência, e engates rápidos tipo "Storz". Totalizando: 12 lances.

CPEL 9494 CODEC

natura

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL - 25261

São Paulo, 01 / 08 / 2002

ELIZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CREA SECÃO
ORCA

2.1.5 Abrigos metálicos para hidrantes

2.1.5.1 Abrigos em aço inox.

Fornecimento e instalação de abrigos metálicos, em aço inox escovado, com porta de vidro temperado, dimensões conforme projeto. Com cesto porta-mangueira basculante, em aço inox. Totalizando aproximadamente: 145 conjuntos.

2.1.5.2 Abrigos em aço carbono.

Fornecimento e instalação de abrigos metálicos, em aço carbono, e acabamento em esmalte sintético vermelho, com porta de vidro temperado, dimensões conforme projeto. Com cesto porta-mangueira basculante, em aço carbono. Totalizando aproximadamente: 20 conjuntos.

2.2 Sistema de extintores de incêndio

2.2.1 Extintores de gás carbônico, de pó químico seco e água pressurizada.

Fornecimento e instalação de extintores de incêndio de gás carbônico (CO_2) com capacidade individual de 6kg, de pó químico seco (PQS), com capacidade individual de 4kg, e de água pressurizada, com capacidade individual de 10Lts. Com selo de conformidade ABNT. Totalizando aproximadamente: 410 peças.

2.2.2 Carretas de gás carbônico e de pó químico seco.

Fornecimento e instalação de carretas de gás carbônico (CO_2) e de pó químico seco (PQS), com capacidade individual de 50kg. Com selo de conformidade ABNT. Totalizando: 6 peças.

2.3 Sistema de líquido gerador de espuma (LGE)

2.3.1Canhão monitor fixo

Fornecimento e instalação de canhão monitor fixo, modelo 8393, dotado de válvula de controle Ø 4", mod.: 405. Com tubo laminador mod.: 282-A, e esguicho mod.: HF-500, acoplado sobre hidrante duplo. Ref.: Resmat-parsch. Totalizando 3 conjuntos.

2.3.2 Liquido gerador de espuma.

Fornecimento e acomodação de liquido gerador de espuma sintético, tipo "Sintex AFFF/ACR; concentração: 3% e 6% (polivalente). Acondicionadas em bombonas de 20 Lts cada. Totalizando: 560 Lts.

2.3.3Equipamentos adicionais.

Fornecimento e instalação de proporcionador de linha, mod.: PL-350 (Ø2.1/2") e esguicho lançador de espuma, mod.: R-350 (Ø 2.1/2"). Totalizando: 1 conjunto de cada.

PEL 94295 CODEMA

natura

CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 52526

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
ORCA

2.4 Sistema de chuveiros automáticos (sprinklers)

2.4.1 Distribuição externa (Pipe-Rack, Galerias e Canaletas)

2.4.1.1 Sistema de retorno do reservatório elevado (complemento de reserva)
Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de aço carbono com solda helicoidal, extremidades para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, linha K10 standard, Ø 8''. Ref: ALVENIUS. Totalizando aproximadamente: 650m.

2.4.1.2 Sistema de abastecimento (tubulação principal)
2.4.1.2.1 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de aço carbono com solda helicoidal, extremidades para acoplamento com abraçadeiras e anel de vedação, linha K10 standard, Ø 6 a 12''. Ref: ALVENIUS. Totalizando aproximadamente: 1.600 m.

2.4.1.2.2 Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, com costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com e sem costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 2.12" a 6''. Totalizando aproximadamente: 900 m.

2.4.2 Distribuição interna

2.4.2.1 Tubulação e conexões
2.4.2.1.1 Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, com costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com e sem costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 2.12" a 6''. Totalizando aproximadamente: 4.500 m.

2.4.2.1.2 Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, com costura, DIN 2440, classe média, extremidades rosqueadas. Conexões em ferro maleável preto, classe 10, com rosca BSP. Ø 1" a 2''. Totalizando aproximadamente: 16.500 m.

2.4.2.2 Chuveiros automáticos (Sprinklers)
Fornecimento e instalação de chuveiros automáticos, com elemento termo-sensível de ampola, pendente e up-right, cromado e natural, fabricados em latão forjado. Com canopla de acabamento, onde necessário. Temperaturas de disparo de 68° (Ø 15mm), 79° (Ø 15mm) e 141° (Ø 20mm). Totalizando aproximadamente: 6.350 peças.

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 1496 CODEMA

natura

2.4.3 Equipamentos de monitoramento

2.4.3.1 Válvulas de governo
Fornecimento e instalação de válvulas de governo, com e sem alarme hidráulico, com chaves de fluxo com retardo e sistemas de dreno e teste. Totalizando: 16 conjuntos.

2.4.3.2 Comandos setoriais.
Fornecimento e instalação de válvulas de controle seccional, para comando setorial, com chaves de fluxo com retardo e sistemas de dreno e teste. Totalizando: 16 conjuntos.

2.4.3.3 Medidor de vazão.
Fornecimento e instalação de indicador/transmissor e totalizador de vazão remoto, com sensor Metalex, Série NIVETEC 512+525. Totalizando: 1 conjunto.

2.4.3.4 Automação das bombas.
Fornecimento e instalação do sistema de automação das bombas de recalque de incêndio. Dotados de pressostatos para uso industrial, com faixa de pressão regulável. Totalizando: 3 conjuntos.

2.4.4 Bombas de recalque

Fornecimento e instalação de bombas de recalque, com as seguintes características:

2.4.4.1 Bomba principal elétrica.
Vazão: 568m3/h;
AMT: 130 m.c.a;
Potência: 450CV;
Rotação: 1790rpm;
Modelo: 8AE20G (Mark Peerlees)
Quantidade: 1 conjunto.

2.4.4.2 Bomba principal diesel.
Vazão: 568m3/h;
AMT: 130 m.c.a;
Motor: Cummins NT855-G6;
Rotação: 1790rpm;
Modelo: 8AE20G (Mark Peerlees)
Quantidade: 1 conjunto.

2.4.4.3 Bomba Auxiliar elétrica (JOCKEY)
Vazão: 20 l/min;
AMT: 130 m.c.a;
Potência: 5CV;
Rotação: 3500rpm;
Modelo: Hidroblock MA-505 (KSB)
Quantidade: 1 conjunto.

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DEAT
CREA-SP

3 Sistema de águas pluviais.

3.1 Tubulação e conexões

CPEL 9429 CODEMIG

natura

3.1.1 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de polipropileno (PP), classe PN-10, termo-fundido, até o diâmetro de 16". Totalizando aproximadamente: 1.900 m

3.1.2 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de PVC reforçado, tipo TCC e PVC-R, com juntas elásticas. Até o diâmetro de 12". Totalizando aproximadamente: 1.000m

3.1.3 Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono, com costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com e sem costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 4" e 6". Totalizando aproximadamente: 200m.

4. Sistema de esgoto a vácuo

4.1 Tubulação e conexões

4.1.1 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de PVC rígido, com juntas soldáveis: classe 15 até Ø 4" e classe 20 para Ø6". Totalizando aproximadamente: 7.600 m.

4.1.2 Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de PVC rígido, com ponta e bolsa para junta e anel de borracha. Ø 1.1/2" a 3". Totalizando aproximadamente: 3.600 m.

4.2 Válvulas e equipamentos

Fornecimento parcial e instalação do conjunto de interface, composto de: Válvulas de interface, válvulas de retenção e esfera, bolsas de reforma, atuadores e "buffer's" pneumáticos. Totalizando aproximadamente: 170 conjuntos

5 Sistema de esgoto gorduroso

5.1 Tubulação e conexões

Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de ferro fundido, com bolsa para anel de borracha, linha HL. Ø 2" a 6". Totalizando aproximadamente: 900 m.

6 Sistema de efluentes industriais

6.1 Tubulação e conexões

Fornecimento e instalação de tubulações e conexões de polipropileno (PP), classe PN-10, termo-fundido. Ø 4" a 8". Totalizando aproximadamente: 3.200 .

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO
CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-25261.

São Paulo, 01/08/2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRGA

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 - Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

APEL 14298 CODEMIG

natura

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261

São Paulo, 01 / 08 / 2002

ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

6.2 Tanques
Instalação de tanques em fibra para interface, com capacidade de 6.200 lts. Totalizando: 3 conjuntos.

6.3 Juntas de expansão
Fornecimento e instalação de juntas de expansão térmica, tipo fole metálico, dotado de revestimento interno liso em aço inox. Ø 8". Ref.: Dinatécnica. Totalizando: 12 conjuntos.

6.4 Válvulas
Fornecimento e instalação de válvulas de gaveta, em aço carbono fundido, com haste ascendente, flangeadas, Ø 8", classe 125Lbs. Totalizando: 16 peças.

7 Sistema de vapor e condensado

7.1 tubulações e conexões
Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono, sem costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 2" a 8''. Totalizando aproximadamente: 5.700 m.

7.2 Válvulas
7.2.1 Fornecimento e instalação de válvulas de gaveta, em aço carbono, classe 300 lbs, extremidade flangeada. Ø 2" a 8". Totalizando aproximadamente: 20 peças.

7.2.2 Fornecimento e instalação de válvulas globo, em aço carbono, classe 300 lbs, extremidade flangeada. Ø 2" a 8". Totalizando aproximadamente: 45 peças.

7.2.3 Fornecimento e instalação de válvulas esfera tripartida, em aço carbono forjado e internos em aço inox, classe 300 lbs, extremidade para encaixe e solda. Ø 2". Totalizando aproximadamente: 50 peças.

7.2.4 Fornecimento e instalação de válvulas de segurança, em ferro fundido, com regulagem na faixa de abertura. Ø 4". Totalizando: 4 peças.

7.3 Isolamento térmico
Fornecimento e instalação de isolamento térmico, em calhas de silicato de cálcio, com espessura entre 25 a 63mm. Cobertas com chapas de alumínio liso rebitado e corrugado com fita e fecho. Ø 2 a 8". Totalizando aproximadamente: 5.700 m.

7.4 Equipamentos para geração de vapor
7.4.1 Instalação de caldeira geradora de vapor a GLP, com capacidade de produção de vapor, de 3.250 kg/h a 10 kgf/cm2. Ref: TG-250 da Tenge. Totalizando: 1 conjunto.

7.4.2 Transferência da unidade de produção de Itapecirica da Serra – SP e instalação, de caldeira geradora de vapor a GLP, com capacidade de produção de vapor, de 325 kg/h a 10 kgf/cm2. Ref: TG-25 da Tenge. Totalizando: 1 conjunto.

7.4.3 Fornecimento e instalação de tanque de condensado, com capacidade de 15.000 lts. Ref.: Domel. Totalizando: 1 conjunto.

7.4.4 Fornecimento e instalação de tanque de descarga, com capacidade de 250 lts. Ref.: Domel. Totalizando: 1 conjunto.

7.5 Equipamentos complementares

7.5.1 Estação redutora de pressão

Fornecimento e instalação de estação redutora de pressão completa, com vazão de 580 kg/h. Ref: P25 da Spirax-Sarco. Totalizando: 1 conjunto.

7.5.2 Bomba de condensado

Fornecimento e instalação do conjunto para bombeamento de condensado completo. Ref: APT-14 e MPF-14 da Spirax-Sarco. Totalizando: 10 conjuntos.

7.5.3 Juntas de expansão

Fornecimento e instalação de juntas de expansão térmica, tipo axial com flanges. Ø 2" a 4". Ref: Dinatécnica. Totalizando: 17 conjuntos.

7.5.4 Estação de purga

Fornecimento e instalação da estação de purga completa, através de purgador termodinâmico. Ø 1/2". Ref: Spirax-Sarco. Totalizando: 39 conjuntos.

7.5.5 Misturador água-vapor

Instalação de misturador água-vapor, tipo dynafluid, Ø 1/2". Ref: Spirax-Sarco. Totalizando: 9 conjuntos.

8 Sistema de gás combustível (GLP)

8.1 tubulações e conexões

Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, sem costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.40, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.40, com costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 1" a 4''. Totalizando aproximadamente: 1.300 m.

8.2 Válvulas

Fornecimento e instalação de válvulas esfera tripartida, em aço carbono forjado e internos em aço inox, classe 150 lbs, extremidade para encaixe e solda e flangeada. Ø 1" a 4". Totalizando aproximadamente: 55 peças.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA SÃO PAULO CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº 25261.
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda
Rod. Anhanguera, s/nº , km 30,5 07750-000 – Cajamar, SP
Tel. (0011)7898-2010 Fax (0011)7898-1116

CPEL 14300 CODEMIG

natura

CREA-SP

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA NESTA DATA PELO CREA-SP SOB Nº FL-25261
São Paulo, 01/08/2002
ELZA ARRUDA NOVAES FAGUNDES
CHEFE DE SEÇÃO
DRCA

8.3 Estação redutora de pressão
Fornecimento e instalação de estações redutoras de pressão completa, pressão de saída: entre 700 a 300 mmca. Totalizando aproximadamente: 9 conjuntos.

9 Sistema de óleo diesel

9.1 Tanque de óleo diesel
9.1.1 Tanque de armazenamento geral
Instalação do tanque de óleo diesel, em aço inox, AISI 304-L. Com capacidade para 30.000 lts. Ref: Metalúrgica Cajamar. Totalizando: 1 conjunto.

9.1.2 Tanque de armazenamento diário
Fornecimento e instalação do tanque de óleo diesel, em polietileno de alta resistência. Com capacidade para 250 lts. Totalizando: 15 conjuntos.

9.2 Bombas de recalque
Fornecimento e instalação de bombas de recalque de óleo diesel, pneumáticas, com as seguintes características:

Vazão: 1.200 l/h;
AMT: 1,50 kgf/cm2;
Modelo: M-1 (Milden-USA)
Quantidade: 2 conjuntos.

9.3 Tubulações e conexões
Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, sem costura, ASTM A53 Gr. B, SCH.80, extremidades chanfradas para solda de topo. Conexões em aço carbono forjado ASTM A234 Gr. WPB, SCH.80, sem costura, extremidades chanfradas para solda de topo Ø 3/4" a 3''. Totalizando aproximadamente: 1.700 m.

9.4 Válvulas
9.4.1 Fornecimento e instalação de válvulas esfera tripartida, em aço carbono forjado e internos em aço inox, classe 150 lbs, extremidade para encaixe e solda e flangeada. Ø 3/4" a 3". Totalizando aproximadamente: 55 peças.

9.4.2 Fornecimento e instalação de válvula de fecho rápido, reta, com engate. Ø 4". Ref: Vladus. Totalizando: 1 peça.

10 Sistema de ar comprimido

10.1 tubulações e conexões
Fornecimento e instalação de tubulações, em aço carbono preto, com costura, DIN 2440, classe média, extremidades rosqueadas. Conexões em ferro maleável preto, classe 10, com rosca BSP. Ø 3/4" a 2''. Totalizando aproximadamente: 2.000 m.

10.2 Válvulas

CODEMIG - PROTOCOLO 29-Out-2007-16:47-010368-1/2

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA CODEMIG – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

Concorrência 05/2007

Processo Interno 265/07

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A, VIA ENGENHARIA S.A., CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A, compromissadas em consórcio, devidamente qualificadas no procedimento licitatório em epígrafe, vem, por seus representantes legais que esta subscrevem, respeitosamente à presença de V.S.a, com fulcro no parágrafo 3° do artigo 109 da Lei 8.666/93, apresentar suas CONTRA-RAZÕES aos recursos administrativos apresentados pelos consórcios (i) Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A; (ii) Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia S/A; (iii) Schahin Engenharia S/A e Constran S/A Construções e Comércio, consubstanciadas na IMPUGNAÇÃO anexa.

CPEL 14302 CODEMIG

Requer-se a manutenção da inabilitação dos consórcios recorridos e, de conseguinte, o envio à instância superior para que esta confirme o referido *decisum*.

Nesses Termos,

Pede e Aguarda Deferimento.

São Paulo, 26 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONST. ANDRADE GUTIERREZ S/A,
VIA ENGENHARIA S.A. E
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.

CPEL 14303 CODEMIG

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA CODEMIG – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

Razões de impugnação recursal

I DOS FATOS:

1.1 Trata-se de licitação pública na modalidade Concorrência promovida pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais ("Codemig") para a contratação da execução das obras e serviços de engenharia, inclusive fornecimento, montagem e instalação de equipamentos e sistemas necessários para a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais.

1.2 Atualmente a mencionada licitação encontra-se em fase de recurso do resultado da habilitação das concorrentes, tendo decidido a d. Comissão pela habilitação dos seguintes consórcios: (i) Consórcio Andrade Gutierrez S/A, Via Engenharia S/A e Construtora Barbosa Mello S/A; (ii) Consórcio Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A e Santa Bárbara Engenharia S/A; (iii) Consórcio Construtora Norberto Odebrecht S/A; Construtora OAS Ltda. e Construtora Queiroz Galvão S/A. Os demais concorrentes foram considerados inabilitados pelos motivos fundamentados pela d. Comissão.

1.3 Dos consórcios inabilitados, 03 deles, inconformados, recorreram da decisão: (i) Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A; (ii) Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia S/A; (iii) Schahin Engenharia S/A e Constran S/A Construções e Comércio. As razões de tais recursos são o objeto da presente IMPUGNAÇÃO.

1.4 Após a análise de tais contra-razões, ficará demonstrado que a d. Comissão, acertadamente, decidiu pela inabilitação de tais consórcios, e, portanto, a decisão deve ser mantida, devendo ser dado prosseguimento ao certame, na forma da lei.



II DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A, CONVAP ENGENHARIA S/A E CONSTRUTORA FERREIRA GUEDES S/A:

2.1 O Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A ("Consórcio Recorrente") alega em seu recurso que a d. Comissão de Licitação equivocou-se em inabilitá-lo, uma vez que atendeu todos os itens do Edital. Não é, no entanto, o que se verifica.

2.2 O Consórcio Recorrente foi inabilitado em virtude do desatendimento aos itens 6.1.4 b2 e 6.1.4 c1 com relação ao Lote 1 e desatendimento aos itens 6.1.4 b2, 6.1.4 c1 e 6.1.4 c2, subitens 2.7 e 2.11 com relação aos Lotes 2 e 3. Em sua defesa, alega que atendeu plenamente tais itens. Vejamos:

a) Quando à Desconsideração do Atestado emitido pela CBTU (CAT 13777/2003):

2.3 A d. Comissão de Licitação entendeu corretamente que o Consórcio Recorrente não atendeu à exigência estabelecida no item 6.1.4 b2. Como ser verifica no instrumento convocatório, o item 6.1.4, "b", determina a necessidade das empresas interessadas comprovarem possuir, em seu quadro permanente, profissionais detentores de atestados ou CATs que **comprovem ter o profissional executado obras e serviços de características técnicas similares às do objeto da licitação**. Posteriormente o edital determina os itens mais significativos para cada lote, determinando, para todo o empreendimento, o seguinte:

(i) Ter **executado** em Contrato de **Empreitada por Preço Global ou EPC ou Turn-Key** os serviços de construção predial e acabamentos (item b1 dos Lotes 1, 2 e 3);

CPEL 14305 CODEMIG

(ii) Ter **executado** obras(s) de construção predial com instalação / montagem dos equipamentos compreendendo sistema de ar condicionado central do tipo água gelada, sistema de detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas hidráulicas e cabeamento estruturado; (item b2 dos Lotes 1 e 2)

(iii) Ter **executado** obra(s) de construção predial com instalação / montagem dos equipamentos compreendendo sistema de ar condicionado central tipo água gelada, sistema de detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas e hidráulicas e cabeamento estruturado (item b2 do Lote 3).

2.4 A d. Comissão de Licitação, ao analisar os atestados apresentados pelo Consórcio Recorrente, atentou-se ao fato de um dos atestados não apresentar similaridade com o objeto licitado. Trata-se do atestado emitido pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), pela execução de "obras civis para **eletrificação** do Trecho Campos Elíseos – Saraiva, englobando a **remodelação de estações ferroviárias**".

2.5 A simples descrição do objeto atestado já denota pouca similaridade com relação ao objeto da licitação. Do ponto de vista técnico, a ausência de similaridade é facilmente demonstrável. O Consórcio recorrente alega que construiu um prédio administrativo de 903,23m² e um mini-shopping de 552,90m², o que demonstraria alguma similaridade com o objeto da licitação. Ocorre que o objeto licitado possui, só de pavimentos prediais, área de 116.000 m², ou seja, 79 vezes maior do que a experiência do demonstrada pelo Consórcio Recorrente. É uma diferença gritante de 7.900%! Não há que se falar em similaridade em tais condições.

2.6 Se não bastasse isso, tanto o prédio administrativo como o mini-shopping foi construído em estrutura pré-moldada, quando o objeto da licitação deverá ser construído em concreto armado e protendido, moldado *in loco*. As

CPEL 14306 CODEMIG

demais áreas construídas (como plataformas, que correspondem a 55% do objeto atestado) também o foram em concreto pré-moldado, não guardando qualquer similitude com o objeto licitado.

2.7 Diante disso, correta a decisão da d. Comissão em não aceitar esse atestado, em virtude da ausência de características técnicas similares às do objeto da licitação, conforme alínea b do item 6.4.1 do Edital.

2.8 E nem há espaço para a argumentação do Consórcio Recorrente de que a d. Comissão se utilizou de exigências adicionais para desqualificar o atestado apresentado pelo Consórcio Recorrente. Fica claro que, ao mencionar que o atestado apresentado não mencionava grandes vãos em concreto armado e que as obras foram realizadas em locais distantes entre si, a d. Comissão apenas demonstrava a ausência de similitude entre objeto atestado e o objeto licitado. E quando menciona que os quantitativos das obras realizadas não são significativos comparados com a obra licitada, certamente refere-se à diferença acima apontada, de 7.900%, e também ao fato de que as construções prediais constantes do atestado significam apenas 10% do total da obra, que, conforme já mencionado, trata essencialmente da eletrificação de trechos ferroviários e remodelação de algumas estações, sem qualquer semelhança com o objeto licitado.

2.9 A apresentação de atestados similares ao objeto da licitação é regra editalícia (item 6.4.1, b) e legal (inciso I do §1° do artigo 30 da Lei 8.666/93). Isso é suficientemente claro e inequívoco. Trata-se do mínimo de segurança constitucional exigir que os profissionais da empresa a ser contratada tenham, pelo menos, uma experiência anterior semelhante ao objeto a ser contratado. E isso não ficou comprovado pelo Consórcio Recorrente.

2.10 Importante ressaltar que, muito embora a lei vede a exigência de quantidades mínimas para a qualificação técnico-profissional, isso não significa que a análise do atestado deixará de considerar tais características, bem como outras inerentes ao objeto licitado. Afinal, não se pode dizer que o engenheiro responsável

CPEL 14301 CODEMIG

pela construção de uma casa possui experiência suficiente para a construção de um prédio. Quem constrói um monoplano a hélice não está, por esta razão, necessariamente habilitado a construir uma aeronave comercial de transporte de centenas de passageiros. O próprio Marçal JUSTEN FILHO afirma esse entendimento:

> "*a vedação examinada não exclui o dimensionamento numérico da experiência anterior, para fins de fixação da equivalência do objeto licitado. Ou seja, admite-se exigência de experiência anterior na execução de obras e serviços similares. Isso envolve uma certa dificuldade, pois a similitude tanto envolve questões 'qualitativas' como 'quantitativas'. Pode-se avaliar a experiência anterior quer tendo em vista a natureza (quantitativa) da atividade como também em função das quantidades mínimas ou dos prazos máximos na execução de prestações similares. Existem situações em que o fator quantitativo é relevante, mesmo para fins de qualificação técnica profissional. Por isso, deve-se interpretar razoavelmente a própria vedação que o §1º, inc. I, estabelece, a propósito de qualificação técnica profissional*"[1] (grifos não constam no original)

2.11 E é acompanhado por Adílson Abreu DALLARI:

> "*uma empresa apta para realizar diversas obras pequenas nem por isso está capacitada para enfrentar uma grande obra, de porte equivalente à somatória do volume das diversas pequenas obras. São diferentes os meios para comprovar aptidão para executar diversas obras simultaneamente, dos meios necessários para enfrentar uma obra de porte considerável. A complexidade técnico-operacional de uma grande obra é muito maior. Tal complexidade cresce em progressão geométrica. Um eventual erro cometido em uma das pequenas obras não compromete as*

[1] In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: Dialética, 2004, p. 330.

CPE 14308 CODEMIG

demais, mas o erro cometido no desenvolvimento de uma obra de grande vulto pode comprometer todo o trabalho. Portanto, para demonstrar efetiva capacidade técnico-operacional para executar uma determinada obra, é perfeitamente razoável exigir comprovação de já haver executado anteriormente um outro contrato assemelhado".[2]

2.12 Diante disso, resta claro que a ausência de similaridade entre a obra objeto do atestado CBTU apresentado pelo Consórcio Recorrente impede que o mesmo seja utilizado para fins de qualificação técnica no âmbito da licitação em comento. A aceitação desse atestado viciaria o procedimento licitatório uma vez que, aí sim, a d. Comissão estaria se utilizando de critérios diferentes daqueles estabelecidos no Edital para a análise da documentação de habilitação, aceitando profissionais sem a capacitação técnica necessária para a execução da obra licitada.

b) Quanto à Impossibilidade de Aceitação de Atestado de Gerenciamento (Atestado Natura)

2.13 Outro ponto levantado acertadamente pela d. Comissão de licitação foi quanto a não aceitação de alguns itens do atestado apresentado pelo Consórcio Recorrente, onde configurava não a execução, mas o **gerenciamento** de obras e instalações de alguns sistemas. Mais uma vez, o atestado apresentado contrariou a exigência editalícia, que expressamente exigia atestados de **execução** de determinadas obras e serviços.

2.14 O Consórcio Recorrente apela para o argumento de que é muito comum a subcontratação de atividades em contratos desse porte, uma vez que há uma série de atividades de diversas naturezas envolvidas. Esquece o Consórcio Recorrente que não foi esse o ponto que levou a d. Comissão à não aceitação do atestado apresentado. Não houve crítica à existência de subcontratações ou oposição a tal procedimento. Ocorre que a exigência editalícia consistia em comprovar, frise-se, **a**

[2] In Licitação – Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, RTDP9/1995, p.p. 152-153.

CPEL 14309 CODEMIG

execução de determinados serviços, e a comprovação da subcontratação dos mesmos certamente não atende essa exigência.

2.15 Ora, é certo que gerenciamento e execução são atividades diferentes que resultam em experiências diferentes. Tanto é que no caso do atestado apresentado pelo Consórcio Recorrente, tais atividades (gerenciamento e execução) foram realizadas por empresas e profissionais distintos, aos quais foram concedidos distintos atestados. E não se trata de mero formalismo. Conforme a própria recorrente afirma, "nessas situações, em que são executadas prestações de diversas naturezas, é muito comum que se utilize dos serviços de empresas especializadas". E isso ocorre exatamente pelo motivo posteriormente mencionado: "dessa forma, obtém-se um serviço de qualidade, executado por uma empresa altamente especializada". Isso significa que a empresa responsável pelo gerenciamento, ciente de suas limitações técnicas, subcontrata a execução de determinada prestação. Em havendo tal subcontratação, não há que se falar que a empresa subcontratante adquire a experiência na execução do serviço pela empresa subcontratada. A experiência na execução pertence única e exclusivamente à subcontratada, experiência essa que não pode ser "multiplicada". À subcontratante resta a experiência de ter gerenciado, fiscalizado e/ ou supervisionado os serviços executados, o que não lhe dá condições de executá-lo por conta própria posteriormente.

2.16 E é isso que ocorre também com a experiência profissional. O responsável técnico que gerenciou a instalação de elevadores por empresas especializadas (para usar o mesmo exemplo da recorrente) não possui respaldo para, em seguida, ser responsável técnico pela sua execução por si só. Especialmente se tal atividade não condisser com sua formação e registro no CREA.

2.17 A aceitação da interpretação do Consórcio Recorrente de que a empresa gerenciadora possui a atestação equiparada a de execução dá ensejo à aceitação da absurda hipótese de multiplicação de atestados. De acordo com o entendimento do Consórcio Recorrente, a empresa gerenciadora, inclusive, poderia, em qualquer licitação pública, consorciar-se com a empresa que efetivamente executou as obras e multiplicar sua experiência por 2! Assim, se uma empresa foi responsável pelo

COPEL 1430 CODEMIG

gerenciamento da execução de obras de edificações de 25.000m², poderá, em consórcio com a empresa que efetivamente executou tais obras, atestar, em eventual licitação, o somatório de 50.000m² em obras de edificações. Isso permitiria a ampliação artificial dos acervos técnicos ou, noutras palavras, a multiplicação de uma única experiência, eis que permite a comprovação de execução de 200% de uma mesma obra. Radicalizando o exemplo, evidencia-se ainda mais absurdo o entendimento do Consórcio Recorrente: se para determinado empreendimento a Administração contratar quatro empresas distintas, para a realização de atividades distintas, de projeto, construção, gerenciamento e fiscalização, posteriormente essas quatro empresas poderiam associar-se com o fim de quadruplicar sua experiência em execução. Essa interpretação, além de não ser razoável é ilegal, uma vez que não assegura o cumprimento das obrigações contratuais, deixando de garantir a segurança contratual e a preservação dos interesses da Administração Pública.

2.18 Além de permitir a multiplicação de acervos técnicos, o Consórcio Recorrente tenta dar uma "nova" definição de gerenciamento, diferenciando de fiscalização ou supervisão de obras ou serviço. Mas sua tentativa é baseada meramente em suas próprias convicções, uma vez que não possuem qualquer respaldo técnico, legal ou doutrinário. Aliás, a própria lei 8.666/93, contrariamente às convicções do Consórcio Recorrente, equipara o gerenciamento, a fiscalização e supervisão, como serviço técnico profissional especializado (art. 13, IV). E mais, em seu artigo 46, o mesmo diploma legal, **qualifica gerenciamento, ao lado de supervisão e fiscalização, como atividade predominantemente intelectual**. Vejamos:

> "*Art. 46. Os tipos de licitação 'melhor técnica' ou 'técnica e preço' serão utilizados exclusivamente para serviços de **natureza predominantemente intelectual, em especial** na elaboração de projetos, cálculos, **fiscalização, supervisão e GERENCIAMENTO** e de engenharia consultiva em geral (...)*".

CPEL 1431 CODEMIG

2.19 Tal é a diversidade entre as atividades que até para a licitação de suas contratações a lei prevê modalidade procedimentais diferentes. A licitação para construção é por menor preço; para gerenciamento, melhor técnica ou técnica e preço.

2.20 Tanto a lei 8.666/93 entende que o responsável pelo gerenciamento não participa da execução das obras que permite que o autor do projeto básico ou executivo, ou responsável por sua elaboração, exerça essa atividade posteriormente, conforme o §1° do artigo 9°:

> "***É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II desse artigo***, *na licitação de obra ou serviço ou na execução,* ***como consultor técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou GERENCIAMENTO***, *exclusivamente a serviço da Administração interessada.*"

2.21 Fato é que gerenciamento e execução de obras são atividades absolutamente diferentes. Em tendo a empresa membro do Consórcio Recorrente, ou seus responsáveis técnicos, projetado, gerenciado, fiscalizado, acompanhado ou supervisionado execução de obra realizado por outrem, é certo que **o serviço em questão não foi por ela executado**. Quem executou a construção é a real detentora de tal atestação, e o Consórcio Recorrente não pode dela se apropriar. E nesse sentido, a jurisprudência é taxativa:

> "*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL. MODIFICAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL. COMPROVAÇÃO. ATESTADO DE FISCALIZAÇÃO. ATESTADO DE EXECUÇÃO. ART. 30 DA LEI 8.666/93, ATUALIZADA PELA LEI 8.883/94. I - A qualificação técnico-profissional exigida no EDITAL DE LICITAÇÃO deve estar atenta ao previsto na Lei 8.666/93, devendo sempre ser feita por intermédio de certidões ou atestado de obras similares de complexidade tecnológica e operacional EQUIVALENTE ou*

CPEL 1312 CODEMIG

*SUPERIOR. II - **Se a lei exige expressamente comprovação de aptidão para EXECUÇÃO de obra de características semelhantes, não poderá o Edital exigir apenas comprovação de capacidade de FISCALIZAÇÃO dos licitantes**, exigência **esta aquém do objeto licitatório**, não garantindo a qualidade de sua consecução. III - Recurso provido.*" (TJDF, 2ª Turma Cível, Acórdão 103166, Apelação Cível 44.546/97, Relatora NANCY ANDRIGHI Publicação no DJU: 01/04/1998 Pág.: 40 – grifos não constam no original)

"*MANDADO DE SEGURANÇA - Licitação - Concorrência pública - Pretensão à anulação ou suspensão de inabilitação - Desacolhimento - Juntada de documentação desajustada às exigências do edital - Falta de atestado comprobatório de capacidade técnica - **"Acompanhamento" do andamento de obras e serviços - "execução" de obras e serviços - Figuras distintas** - Ilegalidade - Inexistência - Direito líquido e certo não demonstrado - Recurso não provido*". (Apelação Cível n. 104.838-5 - São Paulo - 1ª Câmara de Direito Público - Relator: Octaviano Lobo - 14.03.00 - V.U. – grifos não constam no original)

2.22 A diferença é tamanha, que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais inclusive questiona a legitimidade de agir de empresa gerenciadora em mandado de segurança contra edital cujo objeto é a execução de obras:

"*Não vemos onde reside o direito líquido e certo do impetrante. **Anote-se, preliminarmente, sua duvidosa legitimidade e aparente desinteresse de agir, se dos termos artigo 1º do estatuto social que anexa aos autos o impetrante tem como objetivo, "o estudo, a coordenação, a representação legal e administrativa e a defesa dos interesses da categoria econômica das empresas de ENGENHARIA CONSULTIVA..." (grifamos), entendendo- se como tal, "as atividades de planejamento, estudos, projetos, controles,***

CPEL 1433 CODEMIG

> ***GERENCIAMENTO,*** *supervisão técnica, inspeção, diligenciamento, fiscalização de empreendimentos relativos a engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia industrial, arquitetura e urbanismo, ecologia, telecomunicações e informática" (§ 1º do art. 1º).*
>
> ***Ora, a licitação, modalidade concorrência pública, teve como objetivo selecionar empresas especializadas para realizarem OBRAS DE EXECUÇÃO DE REFORMAS E AMPLIAÇÃO do terminal rodoviário municipal, as quais as empresas associadas ao impetrado não estariam aptas a promover, devido ao tipo de atividade enunciado, levando-nos a questionar quais interesses defende o impetrante e sua legitimidade para tal.***"
> (TJMG Apel. Cível Nº 000.154.838-7/00 - COMARCA DE JUIZ DE FORA, Relator Sérgio Lellis Santiago, publicado em 16/06/2000 - grifos não constam na sentença original)

2.23 Já no que diz respeito à disposição editalícia que admitiria a possibilidade de subcontratação quando da execução dos serviços (o que, de acordo com a criativa interpretação do Consórcio Recorrente, autorizaria, então, a apresentação de atestados de gerenciamento), o Tribunal de Contas de União responde:

> "***O Edital 'não admitiu a atestação de atividade de fiscalização, porque não interessa nem é suficiente à CODESP contratar fiscais de obras, já que ela não está contratando fiscalização de obras, mas, sim, execução de obras'.*** *Por esse motivo e considerando que a Companhia precisa de executor, planejador, autor de projeto e não de mero fiscal (...) A propósito da vedação de apresentação de atestado de fiscalização, imposição contida no item 7.3.2. do edital, também não vislumbro afronta à Lei, pois o que se observou foi uma certa cautela por parte do Administrador.* ***Em se considerando que a atividade técnica de fiscalização corresponde apenas a uma parcela***

CPE 14319 CODEMIG

> ***dos trabalhos pretendidos pela Companhia, parece-me de todo razoável que não se admita a atestação somente desta atividade.***" (TCU, Decisão 455/1998 – Plenário. Relator: Ministro Humberto Guimarães Souto – grifos não constam no original)

2.24 O Consórcio Recorrente apela ainda a uma interpretação subjetiva das condições editalícias. Alega em seu recurso que o Edital, ao exigir experiência em contratos tipo turn-key, estaria, automaticamente, admitindo atestados de gerenciamento. Ocorre aí um duplo desentendimento das exigências do Edital e das determinações legais.

2.25 Inicialmente, importante ressaltar que tanto para fins de qualificação técnica profissional como para fins de qualificação técnica operacional, o edital não exige somente experiência em execução de contratos de Empreitada por Preço Global / EPC / Turn Key. Aliás, as demais exigências não estão necessariamente ligadas a contratos dessa natureza. Dessa forma, ainda que o entendimento do Consórcio Recorrente estivesse correto, o atestado de gerenciamento não seria suficiente para demonstrar a experiência exigida nos demais itens.

2.26 Outro ponto a se ressaltar é a interpretação subjetiva da exigência editalícia. Conforme o §1° do artigo 44 da Lei 8.666/93, temos que:

> "*É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes*"

2.27 Ora, a interpretação que o Consórcio Recorrente faz, de que a disposição editalícia "implicitamente" admitiria a apresentação de atestados de gerenciamento, contraria a legislação vigente. As disposições do edital não admitem interpretações dúbias, excedentes ou exorbitantes. Além disso, o reconhecimento da tese do

CPE 14/15 CODEMIG

Consórcio Recorrente implicaria em vício insanável, por ofensa ao dispositivo *supra* citado. E mais: possivelmente inúmeros outros interessados, desconhecedores dos métodos interpretativos do Consórcio Recorrente, se sentiriam prejudicados pelo fato de não terem tido a oportunidade de participar da presente licitação. Mais ainda: inúmeras outras empresas, sem qualquer experiência nesse sentido, poderiam ter se consorciado com empresas consultoras e gerenciadoras, conseguindo a atestação necessária para participar do certame. O resultado seria catastrófico, culminando na nulidade de todo o certame. Nesse sentido, ensina Maria Sylvia Zanella DI PIETRO:

> "*Aceitar como habilitado um licitante que não atendeu a todas as exigências do Edital implica conceder a um licitante privilégio não conferido aos demais; mais do que isso, implica prejuízo aos demais que apresentaram toda a documentação exigida. Trata-se de caso típico em que o informalismo viria implicar prejuízo aos demais competidores.*"[3]

2.28 Em todo caso, restaria ainda saber o verdadeiro titular do atestado de execução das obras que a empresa membro do Consórcio Recorrente gerenciou, o que demonstraria, de forma cabal, o real detentor da experiência técnica almejada pelo Consórcio, impossibilitando definitivamente a remota hipótese de sua aceitação. Para isso, interessante seguir as sugestões do próprio Consórcio Recorrente, e realizar a diligência necessária. A título de auxílio, indicamos o site da Editora Arco Editorial Ltda., a mais renomada na área de tecnologia da construção (www.arcoweb.com.br), que através do link http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura69.asp, indica cada uma das empresas participantes da obra em questão, inclusive separando-as por serviço e fornecimento executado. Cópia do link encontra-se anexo a presente impugnação (Anexo 1).

C P E
1436
CODEMIG

[3] In *Temas polêmicos de Licitações e Contratos*. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 38.

c) Quanto ao não atendimento dos quantitativos mínimos referentes execução de subestações:

2.29 O Consórcio Recorrente não cumpriu a exigência editalícia contida no item 6.1.4, c2.11 dos Lotes 2 e 3, diante da ausência de similaridade com o objeto do Edital. Conforme já mencionado, o item 6.1.4, c determina que os atestados deverão guardar similaridade com o objeto da licitação.

2.30 Como o Consórcio Recorrente comprovou somente o gerenciamento das atividades de execução de subestações, não atendeu, assim, a exigência editalícia. Nesse sentido, remetemos às considerações constantes em nosso item "b" acima.

d) Dos Demais Motivos para a Inabilitação do Consórcio onstrucap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A

2.31 Analisando a documentação do Consórcio Recorrente, verifica-se que não somente pelos motivos indicados pela d. Comissão mereceria o Consórcio Recorrente ser considerado inabilitado do certame em epígrafe. Muito embora os motivos levantados pela d. Comissão sejam suficientes para alijar o Consórcio Recorrente do certame, vale indicar outras incoerências entre a documentação apresentada pelo Consórcio e as exigências editalícias. Separamos a análise por lotes:

2.32 **Lote 1:** Os atestados apresentados pelo Consórcio Recorrente para atendimento às exigências do para qualificação técnica profissional e operacional foram:

- Atestado Natura CAT SZN 01930 (Em nome do Profissional Eng.° Civil Roberto Ribeiro Capobianco e da Empresa **Construcap Engenharia**)

CPE 14311 CODEMIG

- Atestado Natura CAT SZN 0666 (Em nome do Profissional Eng.º Mecânico Silvano José Mecatrozzo e da Empresa **Construcap Engenharia**)
- Atestado Natura CAT SZN 0702 (Em nome do Profissional Eng.º Eletricista Carlos Alberto Bertasoli e da Empresa **Construcap Engenharia**)
- Atestado do Mineirinho CAT 005.139/07 (Em nome do Profissional Eng.º Civil Marcus de Castilho Souza e da Empresa **CONVAP**)
- Atestado Shopping Santana Parking CAT SZN 01964 (Em nome do Profissional Eng.º Civil Roberto Ribeiro Capobianco e da Empresa **Construcap Engenharia**)
- Atestado Pão de Açúcar Hiper Extra CAT 53.350 (Em nome do Profissional Eng.º Eletricista Carlos Alberto Bertasoli e da Empresa **Construcap Engenharia**)
- Atestado CBTU CAT 13777/2003 (Em nome da Empresa **Ferreira Guedes** com o Profissional Eng.º Civil Samuel José Duque Leite como RT)
- Atestado CONCER CAT 2467/2006 (Em nome do Profissional Eng.º Civil Roberto Ribeiro Capobianco e da Empresa **Construcap Engenharia**)

2.33 Como vimos, a CODEMIG exigiu a comprovação de experiência profissional prévia, na execução de obras de construção predial com instalação / montagem dos equipamentos compreendendo sistema de ar condicionado central tipo água gelada, sistema de detecção de alarme contra incêndio, instalações elétricas e hidráulicas e cabeamento estruturado. Isso significa a necessidade de comprovação de experiência em três áreas fundamentais: civil (construção predial), elétrica (instalações e sistemas) e mecânica (ar-condicionado). Os atestados apresentados pelo Consórcio Recorrente demonstraram a experiência do consórcio na área civil (Atestado da Natura,

CPE 1431 CODEMIG

Santana Park e Mineirinho) e elétrica (Atestado Pão de Açúcar), mas não apresentou atestados de experiência na execução de serviços mecânicos, mas somente de seu gerenciamento (Atestado da Natura). Ainda que fosse considerado o Atestado CBTU (que não guarda similaridade com o objeto da licitação e, portanto, deve ser desconsiderado, nos termos do item 6.1.4, b), não haveria atendimento ao item 6.1.4 b2.

2.34 Ainda, não houve atendimento ao Item 6.1.4, b1 (Lotes 1, 2 e 3), uma vez que o atestado da Natura não atesta a **execução** do contrato de Empreitada por Preço Global, EPC ou Turn-key, mas sim o seu gerenciamento, o que não pode ser aceito pelos motivos levantados em nosso item b acima; Os demais atestados profissionais também não são de Empreitada por Preço Global, EPC ou Turn-key;

2.35 Finalmente, há ainda outro desatendimento ao disposto no Item 6.1.4, b2 (Lotes 1, 2 e 3): o Consórcio Recorrente deixou de atender a exigência de sistema de ar-condicionado (execução, só demonstrou gerenciamento), e não possui atestado de execução de serviços mecânicos (só gerenciamento);

2.36 Com relação à experiência técnica operacional, além dos motivos levantados pela d. Comissão de Licitação, o Consórcio Recorrente também deixou de atender:

(i) Item 6.1.4 c1 (Lotes 1, 2 e 3), uma vez que o atestado CBTU não guarda similaridade com o objeto a ser contratado (e, portanto, não pode ser considerado, nos termos do item 6.1.4,b) e o atestado na Natura não é de execução de contrato de Empreitada Global / EPC /Turn-Key, uma vez que se atesta o gerenciamento;

(ii) Item 6.1.4 c2 (Lote 1), uma vez que não ficou demonstrada a execução de vigas pré-moldadas ou moldadas *in loco*;

(iii) Item 6.1.4, c3.2 (Lotes 2 e 3), uma vez que não ficou demonstrada a execução de sistema de esgoto a vácuo ou estação de tratamento de esgoto (ficando demonstrado somente a parte civil da ETE e o gerenciamento do sistema à vácuo);

(iv) Item 6.1.4, c3.12 (Lote 1), uma vez que não ficou demonstrado a execução de fornecimento de subestações (só o gerenciamento);



(v) Item 6.1.4 c4.1 (Lote 1), uma vez que não ficou demonstrada a execução de sistema de irrigação de parques ou jardins (consta apenas a execução de caixa de plantio com irrigação, o que não caracteriza o sistema de irrigação);

(vi) Item 6.1.4, c4.2 (Lote 1) e c3.1 (Lotes 2 e 3), uma vez que não ficou demonstrada a execução de isolamento termo-acústico (ficou demonstrado somente a execução de isolamento térmico e execução de forro acústico, serviços distintos, não caracterizando o sistema composto de isolamento termo-acústico);

2.37 Considerando o efeito devolutivo dos recursos administrativos, e o poder-dever da administração pública de rever seus atos, é, portanto, passível de reexame pela d. Comissão a motivação da decisão corretamente tomada, servindo a presente Impugnação o fim de requerer seja adicionado, na motivação de inabilitação do Consórcio Recorrente, o descumprimento dos itens acima apontados.

e) Das Considerações Finais:

2.38 O Consórcio Recorrente utiliza-se ainda de seu recurso para criticar as exigências editalícias, o que não cabível em via de recurso administrativo. Aliás, a ausência de questionamento em época própria (no prazo para impugnação do Edital) configura plena concordância com as disposições editalícias, impedindo qualquer invocação, administrativa ou judicialmente, de tutelas nesse sentido. Nas palavras de Marçal JUSTEN FILHO:

> "*o Direito contempla instrumentos de proteção aos direitos subjetivos individuais, mas também dispõe de meios de proteção ao interesse público (ou a interesses coletivos e difusos). Assim, a renúncia é ato de disposição de direito subjetivo individual, mas não afeta o interesse público.* ***Logo, a ausência de impugnação ao edital (acompanhada da participação no certame) configura renúncia ao direito subjetivo e impede que o sujeito invoque os instrumentos de tutela correspondentes.***

CPL 14320 CODEMIG

Não caberá impetrar mandado de segurança nem pleitear provimento jurisdicional orientado a suprimir lesão individual"[4]

2.39 Além disso, o Edital não faz exigências excessivas ou impertinentes ao objeto licitado. Sua única intenção, certamente, é de atestar com segurança, garantias mínimas de que o futuro contratado possui capacidade técnica para a execução do objeto. E exigir que os licitantes comprovem tais requisitos mínimos não configura, de maneira nenhuma, qualquer formalismo excessivo. Conforme o próprio Tribunal de Contas da União já afirmou, é dever da Administração estabelecer no edital exigências que garantam a participação no certame de empresas capazes de executar o objeto:

> *"**Administração tem o dever de impor todas as exigências previstas em Lei, com vista a reduzir o risco da contratada revelar-se incapaz de executar o serviço contratado.** A Administração não pode e nem deve ficar a mercê de quem, por qualquer motivo, queira tirar proveito ilícito, dispondo-se a participar de licitação com proposta que não possa cumprir."* (TCU - Decisão 368/98 - Plenário, Processo nº TC 015.190/97-8, Lincoln Magalhães da Rocha (Relator), DOU de 29/06/1998, p. 11 – grifos não constam no original).

2.40 Ainda nesse sentido, Adilson Abreu DALLARI, citado no REsp. 172.232, que teve como relator o Senhor Ministro José Delgado:

> "*O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, em sua parte final, referente à 'exigência de qualificação técnica e econômica indispensáveis á garantia do cumprimento das obrigações' revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o poder público, **não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas, sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo que se propõe.***"

[4] Op. Cit. p. 339 – grifos não constam no original.

CPE 1432 CODEMIG

> "*O texto constitucional prescreve o aventureirismo, determinando, tanto ao legislador ordinário quanto ao administrador, que se precavenham e evitem que o interesse público seja afetado por quem, por qualquer motivo (por simples ousadia ou para tirar proveito ilícito), se disponha a participar de licitações temerariamente, apresentando proposta que não posa cumprir*".

2.41 É inquestionável que deverá ser inabilitada a licitante que, ao apresentar sua proposta, junta atestados de execução de obras e serviços que não atendam às exigências mínimas determinadas no Edital de Licitação ou, o que é pior, que não guardem qualquer semelhança com o objeto licitado.

2.42 Ainda mais, tratando-se de obra de alta complexidade como é a ora licitada, a Administração Pública não pode se aventurar em contratar empresa que não tenha condições de executar com presteza e qualidade os serviços, objeto do edital.

2.43 Dessa forma, deve ficar claro que, toda e qualquer licitante que não cumpra qualquer exigência constante no edital, deverá, a seu turno, ser "*in limine*" inabilitada, sob pena de tornar-se letra morta o previsto no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e, por via de conseqüência, do julgamento objetivo, expressamente assegurado no artigo 3º da Lei 8.666/93. Tal se dá em prol do interesse público que é, sem dúvida, o fim último que se pretende alcançar. Nesse sentido, Hely Lopes MEIRELLES:

> "***Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado***. *O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo*

CPEL 14326 CODEMIG

para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41)"[5]

2.44 Finalmente, reitera-se o entendimento do Eg. Tribunal de Contas da União, que assevera ilegalidade da inobservância do Edital pela Administração Pública:

"*é defeso à Administração desvincular-se do regulamento do procedimento licitatório, alterando ou afastando as regras referentes à habilitação, sob pena de quebra do princípio da vinculação ao edital, razão por que deve ser inabilitada a empresa que não atendeu a requisito do edital*" (AMS 2001.34.00.006628-2/DF).

2.45 Diante de todo o exposto, razão não há para a d. Comissão rever sua decisão quanto à inabilitação do Consórcio Recorrente, posicionamento esse que deve ser mantido e asseverado, como medida de inteira legalidade.

III DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO ESTACON ENGENHARIA S/A E BLOKOS ENGENHARIA LTDA:

3.1 O Consórcio Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia Ltda. (a partir daqui, Consórcio Recorrente) também foi corretamente alijado do certame pela d. Comissão de Licitação, basicamente pelos seguintes fatores: (i) Apresentação de proposta com prazo de **validade de 60 (sessenta) dias** ao invés dos 120 (cento e vinte) exigidos no Edital; (ii) Apresentação de **atestado sem a correspondente CAT**; (iii) Apresentação de Atestado de **recuperação** de estações de tratamento de esgoto e não de sua execução efetivamente. Analisemos cada um deles:

[5] In Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005, p.p 271-272. Grifos não constam no original.

CPEL 14328 CODEMIG

a) Do desatendimento quanto ao prazo de validade da proposta:

3.2 O Edital de Licitação, em seu item 6.1.3 estabelecia que as licitantes deveriam apresentar suas propostas com prazo de validade não inferior a 120 (centro e vinte) dias. Tal determinação possui respaldo legal, uma vez que o artigo 64 da Lei 8.666 possui eficácia supletiva. Conforme Marçal JUSTEN FILHO:

> "*Se a Administração não convocar os interessados para a contratação até o decurso de sessenta dias da entrega das propostas, ficarão eles liberados. (...)* ***Deve-se reputar, no entanto, que a regra é supletiva, aplicando-se quando o instrumento convocatório não dispuser em contrário****. Como o prazo de validade de propostas é matéria referida preponderantemente ao interesse privado,* ***o instrumento convocatório pode estabelecer regras diversas, quer ampliando, quer reduzindo o prazo previsto.***"[6]

3.3 Ocorre que o modelo constante no Anexo I do Edital (Carta de Apresentação dos documentos de habilitação) estipulava, em seu 3° parágrafo, que o prazo de validade da proposta era de 60 (sessenta) dias.

3.4 Diante de tal diferença, a empresa Mendes Júnior Engenharia S/A questionou à d. Comissão, dentro do prazo de questionamento estabelecido no edital, de onde obteve a resposta de que a disposição editalícia prevalecia sobre disposições constantes nos anexos e que, portanto, o prazo de validade da proposta deveria ser de 120 (cento e vinte) dias.

3.5 Note-se que foram muitos os elementos que deixaram clara a regra quanto ao prazo de validade da proposta. Primeiro, o próprio item 6.1.3 do Edital. Segundo, o item 20.4 do Edital, determinando que em caso de divergência entre o

[6] Op. Cit. p. 522.

CPEL 94324 CODEMIG

Edital e seus anexos, o Edital prevaleceria. Terceiro, o questionamento realizado pela empresa acima citada. Diante da presença desses três fatores, fica quase impossível entender a que se deve o descumprimento por parte do Consórcio Recorrente.

3.6 Importante salientar a importância da validade da proposta apresentada. É em virtude dela que se verifica a obrigação, por parte do licitante, de, uma vez tendo o objeto da licitação a si adjudicado, firmar o contrato com a Administração Pública no preço e condições estipulados em sua proposta. Conforme o próprio parágrafo 3° do artigo 64, depreende-se que após o prazo de validade da proposta entregue, o licitante fica liberado dos compromissos assumidos.

3.7 Daí se verifica que o Consórcio Recorrente encontrava em situação diferente dos demais licitantes, sendo beneficiado por ter se atrelado por menos tempo às condições ofertadas. Por menor que possa parecer o desatendimento nesse caso, importante lembrar que de acordo com o parágrafo único do artigo 4° da Lei 8.666/93, o procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal. Assim, visto que a licitante também deverá cumprir as exigências formais constantes no edital, a sua ausência também é causa bastante e suficiente para a sua exclusão do certame licitatório E não se trata aqui de formalismo ou rigorismo excessivo. Afinal, as condições da proposta do Consórcio Recorrente são diferentes de todos os demais participantes, sendo-lhe conferida vantagem indevida na aceitação de tal disparidade.

3.8 Diante da impossibilidade de correção do prazo de validade de sua proposta, e diante da impossibilidade de se atestar o atendimento à exigência de proposta com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, não há como aceitar o prazo concedido e, juntamente com os demais motivos apontados pela d. Comissão de Licitação, imperioso alijar o Consórcio Recorrente do Certame.

b) Da ausência de CAT no atestado emitido pelo Município de Vitória, no Espírito Santo:

CPEL 14825 CODEMI

3.9 O Consórcio Recorrente, para fins de atendimento dos itens 6.1.4, c2, subitens 2.2., 2.4, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11 dos Lotes 2 e 3 e subitem 2.3 do Lote 3, apresentou atestado de Construção de Nova Sede da Assembléia Legislativa do Município de Vitória, no Espírito Santo, sem a correspondente Certidão de Acervo Técnico.

3.10 Alega o Consórcio Recorrente que a apresentação de tal certidão seria dispensável, uma vez que a apresentação de referidos atestados se deu para fins de atendimento das exigências de capacidade técnica operacional, e não profissional.

3.11 Essa alegação não procede. Com efeito, é sabido que o a legislação própria em vigor prevê exclusivamente o registro de documentos relacionados à pessoa física dos profissionais de engenharia (Leis 5.194 e 6.496 e Resolução 317/86 do CONFEA). Dessa forma, não há como separar a forma de comprovação da atestação da capacidade operacional da capacidade profissional. O que se pode fazer, como efetivamente se faz, é que não necessariamente os atestados utilizados numa determinada licitação para comprovar a capacidade técnica operacional sejam os mesmos para se comprovar a capacidade técnica profissional. Em virtude de questões profissionais, muitos engenheiros que adquiriram determinada experiência quando colaboradores de certa empresa, migram para outra, levando consigo a experiência profissional, mas deixando a experiência operacional. Conforme Marçal JUSTEN FILHO:

> "***Previu-se a emissão de uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) para fazer prova em face de terceiros do conteúdo do Registro*** *(de Acervo Técnico). Em princípio, a CAT é o documento adequado para comprovar a qualificação técnica profissional. Nada impediria que o sujeito pudesse fazer prova através da exibição das vias de ART correspondente às diversas situações. A dificuldade reside na questão da capacidade técnica operacional, no plano empresarial. Não significa que seja impossível expedição de CAT em favor de pessoa jurídica. É que*

CPEL 14826 CODEMIG

a CAT não se relaciona propriamente com a empresa que desenvolve atividades de engenharia. A Res. 317/86 do ***CONFEA determinou que o Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos acervos técnicos dos profissionais que a ela se vinculam. Mais ainda, determinou que 'o Acervo Técnico de uma pessoa jurídica variará em função de alteração do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores'*** *(art. 4º, parágrafo único)*" [7]

3.12 Assim, impossível separar a experiência técnica operacional da profissional, já que uma necessariamente corresponde à outra. E se a experiência profissional se comprova somente mediante a CAT, assim também é a forma de comprovação da experiência operacional.

3.13 Tanto é assim que o próprio CREA do Espírito Santo informou à d. Comissão, diante da diligência dessa última, que a documentação correta para a comprovação de Acervo Técnico dos profissionais habilitados é a CAT. Conforme a própria resolução 317/86 do CONFEA, em seu art. 4º:

"***O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados***".

3.14 Ora, não é possível demonstrar experiência técnica operacional que não esteja devidamente acervada, bem como o competente comprovante referido acervo, consubstanciada na Certidão. Assim, fica demonstrada a impossibilidade de se dissociar o acervo técnico da pessoa jurídica do acervo técnico da pessoa física, impossibilitando assim comprovar experiência com registro no órgão profissional competente sem a devida apresentação da CAT correspondente.

[7] Op. Cit. p. 328.

CPEL 1432 CODEMIG

c) Da não comprovação de execução de sistema de esgoto a vácuo ou estação de tratamento de esgoto.

3.15 Finalmente, deixou ainda o Consórcio Recorrente de comprovar ter executado a construção de obra compreendendo sistema de esgoto a vácuo ou estação de tratamento de esgotos. Ocorre que realmente, o atestado apresentado pelo Consórcio menciona a execução das estações de tratamento de esgoto. No entanto, ao analisar a planilha de quantidades, como bem fez a d. Comissão, verifica-se que há uma inconsistência entre objeto da atestação e o que foi efetivamente executado.

3.16 Diante dessa análise mais detalhada da planilha constante no atestado, verifica-se que o Consórcio ora Recorrente não comprovou a exigência do item 6.1.4, c3.2, Lotes 2 e 3 e, portanto, não merece ter seu recurso deferido.

IV DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO SCHAHIN ENGENHARIA S/A E CONSTRAN S/A – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO:

4.1 O Consórcio Schahin Engenharia S/A e Constran S/A – Construções e Comércio (a partir daqui, Consórcio Recorrente) também foi corretamente alijado do certame pela d. Comissão de Licitação, basicamente por não ter apresentado atestado de execução de contrato similar com o objeto licitado para comprovação do item 6.1.4, b1 (Lotes 1, 2 e 3) e por não ter comprovado a execução de sistema de irrigação de parques e jardins (Lote 1).

4.2 Conforme já mencionado em nosso item 2, "a", acima, a ausência de similaridade entre os atestados apresentados pelas licitantes com o objeto licitado impede que o mesmo seja apreciado pela Comissão de Licitação para fins de atendimento das exigências editalícias. Assim, é evidente que o item 6.1.4, b1, ao exigir a comprovação de execução de contratos tipo empreitada por preço global, EPC ou Turn-

CPEL 14328 CODEMIG

Key, não exigia a comprovação de qualquer tipo de contrato executado nessa modalidade, mas sim daqueles similares ao objeto licitado, nos termos do próprio item 6.1.4, b do Edital.

4.3 Assim, correta a decisão da d. Comissão, ao desconsiderar a atestação apresentada diante da ausência de similaridade com o objeto licitado, nos termos do inciso II do artigo 30 e inciso I do §1° do mesmo artigo, da Lei 8.666/93.

4.4 Com relação à ausência de comprovação de execução de sistema de irrigação de parques e jardins (item 6.1.4, c4, 4.1 do Lote 1), o Consórcio Recorrente não se deu nem ao trabalho de efetivamente contestar a decisão da d. Comissão, uma vez que, certamente, ciente da ausência de comprovação da exigência editalícia e, merecidamente, alijado do certame.

4.5 Diante do exposto merece o Consórcio Recorrente ser mantido inabilitado do Certame.

V CONCLUSÃO:

5.1 Por todo o exposto, confia a ora Impugnante, respeitosamente, ter demonstrado, de maneira sucinta, que a decisão da ilustre autoridade a quem esse Consórcio se dirige deve permanecer no que diz respeito à inabilitação dos Consórcios Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A; Estacon Engenharia S/A e Blokos Engenharia S/A; e Schahin Engenharia S/A e Constran S/A Construções e Comércio, sendo adicionadas às razões de inabilitação do Consórcio Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A, Convap Engenharia S/A e Construtora Ferreira Guedes S/A os desatendimentos ressalvados no item 2d acima.

CPEL 14329 CODEMIG

5.2 Confia assim que devem ser desconsideradas as alegações de mencionados Consórcios em seus recursos administrativos, por total falta de respaldo fático, técnico e jurídico em suas fundamentações.

5.3 Destarte, requer esta Impugnante, respeitosamente, seja desprovido os recursos administrativos interposto pelos Consórcios Impugnados, para fim de que seja dado prosseguimento ao certame.

Nesses Termos,

Pede e Aguarda Deferimento.

São Paulo, 26 de Outubro de 2007.

CONSÓRCIO CONST. ANDRADE GUTIERREZ S/A,
VIA ENGENHARIA S.A. E
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.

CPEL 14330 CODEMIG

http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura69.asp

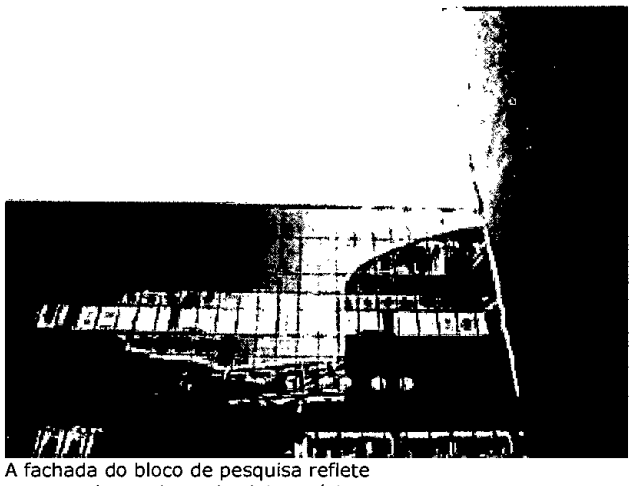
Roberto Loeb e Asssociados
Fábrica de cosméticos Natura, Cajamar-SP

Natura et humanitas


O edifício de pesquisa e a empena; a torre concentra instalações sanitárias

O projeto do Novo Espaço Natura priorizou a **integração com a natureza** a partir de blocos horizontais e independentes. Com 12 edifícios e 70 mil m2, o conjunto tem três fábricas, setores operacionais, um centro de pesquisa e desenvolvimento, área de treinamento e convenções, clube e bloco de apoio a funcionários com restaurante, banco, creche e loja.

"A Natura queria uma fábrica diferenciada pelo foco humano e pelo respeito à natureza", explica Roberto Loeb, vencedor do concurso fechado realizado pela empresa para escolher o autor do projeto. Ele criou **um conjunto contemporâneo e horizontal**, que tira partido das **grandes extensões de mata** para proporcionar condições de conforto aos mais de 2 mil funcionários da indústria cosmética.


A fachada do bloco de pesquisa reflete a passarela na altura dos laboratórios

São **12 edifícios** independentes e com projetos diferentes entre si para marcar sua função, com implantação surpreendente. Quase todos usam o **vidro como fechamento**, formando volumes que não impedem a vista da paisagem. "Com isso foi criada uma malha de troca e de usufruto dos espaços abertos", diz Loeb. O **pavilhão industrial**, composto por **três fábricas** com escritórios integrados e mais de 22 mil m2 de área, é **unificado pelas fachadas anterior e posterior**, com 400 m de comprimento contínuos, como se delimitassem uma só construção.


Vista da recepção curvilínea, interligada em linha reta com a fábrica e formando um L com o bloco de pesquisa

Duas **passarelas porticadas**, uma em cada fachada, respondem pela circulação horizontal entre os prédios, definindo dois longos corredores - um operacional e outro exclusivo para pessoas - delimitados externamente por vidro serigrafado fixo ao pórtico estrutural metálico na cor branca; internamente, o fechamento é feito com vidro transparente, o que permite aos visitantes acompanhar o processo industrial.

Paredes curvas de concreto, com 15 m de altura, definem a recepção de formas orgânicas, que serve de elo entre o estacionamento e as fábricas, situadas mais à frente. Seu piso alterna mármore, concreto e seixo rolado, delineando tapetes que assinalam os caminhos. Uma clarabóia fornece iluminação natural ao ambiente e ao jardim interno do piso inferior, onde foram dispostos a biblioteca e o Centro de Memória Natura. A recepção é um anexo do edifício de pesquisa e desenvolvimento, ao qual se liga por meio de passarela metálica que lembra as pontes de embarque dos aeroportos.

No **edifício de pesquisa e desenvolvimento** - com empenas laterais de concreto e fachadas de vidro - funcionam laboratórios e escritórios, distribuídos por mais de 11 mil m2 de área. Também interligado às fábricas por pontes de estrutura metálica, esse bloco destaca-se por um grande átrio coberto, mas sem fechamentos laterais, que marca a circulação vertical

CPE 1433 CODEMIG

e horizontal e funciona como área para descanso, café e fumódromo.

O L formado entre o edifício de pesquisa e as fábricas é ocupado pela praça das Jabuticabeiras, espaço previsto para a realização de atividades externas. Grandes volumes de concreto aparecem no **Núcleo de Aperfeiçoamento Natura** (NAN), prédio destinado a convenções e treinamento, com as duas extremidades em balanço - uma com 12 m e a outra com 8 m.

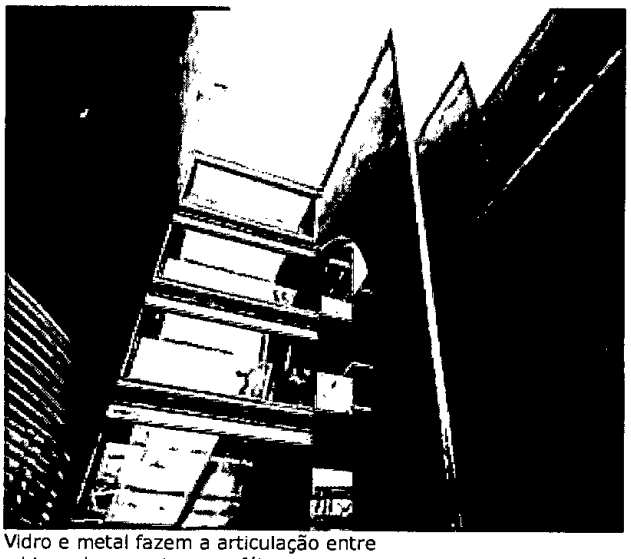
Bloco de apoio
Térreo, com estrutura metálica e fechamento em alvenaria, o bloco de apoio soma quase 10 mil m2 de área para abrigar todos os serviços necessários: creche com playground, enfermaria, loja de conveniência, lanchonete, cozinha, restaurante com sacada e ar-condicionado, departamento de recursos humanos, posto bancário e dois blocos de sanitários.

Uma **grande varanda**, de 400 m x 12 m, com cobertura metálica curva e fechamento de policarbonato, integra todos os setores ao verde, criando ambientes que enfatizam o bem-estar. No futuro, a Natura deve reativar um trecho de cerca de 3 km da antiga ferrovia Caieiras-Pirapora, para os visitantes conhecerem todo o complexo em um passeio de trem que irá até a vizinha reserva ambiental do estado.

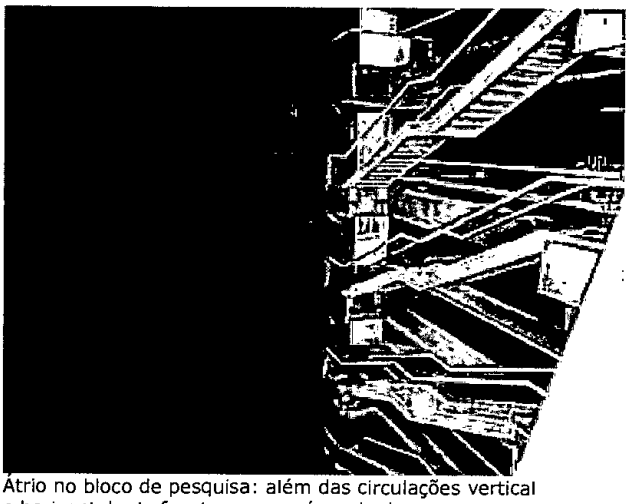
Texto resumido a partir de reportagem
de **Nanci Corbioli**
Publicado originalmente em PROJETO DESIGN
Edição 253 Março 2001



Praça das Jabuticabeiras e o bloco de pesquisa vistos da passarela metálica. A praça pode ser usada como espaço de reuniões ao ar livre



Vidro e metal fazem a articulação entre o bloco de pesquisa e as fábricas



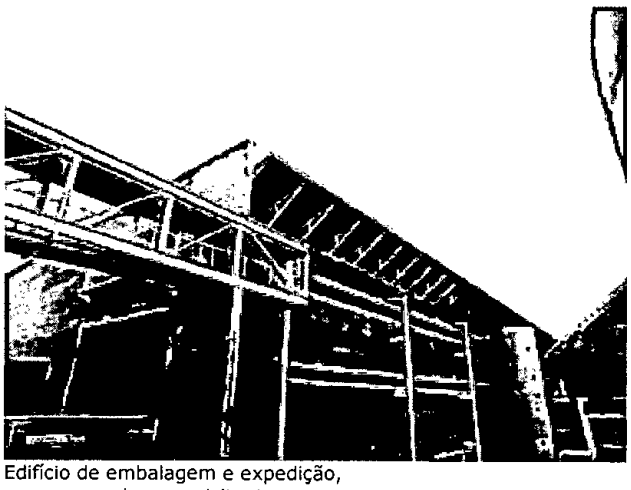
Átrio no bloco de pesquisa: além das circulações vertical e horizontal, ele funciona como área de descanso, café e fumódromo

O NAN e a ponte sobre a ferrovia em recuperação

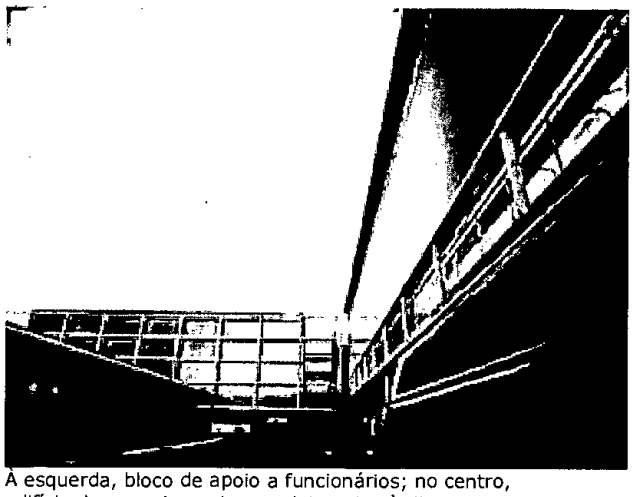
O balanço de 12 metros no bloco de salas de treinamento do NAN

O prédio do NAN tem grandes tomadas de ar para osistema de refrigeração e terraços de observação, com vista para o bloco de pesquisa

CPE 14332 CODEMIC



Edifício de embalagem e expedição,
com passarela para visitantes

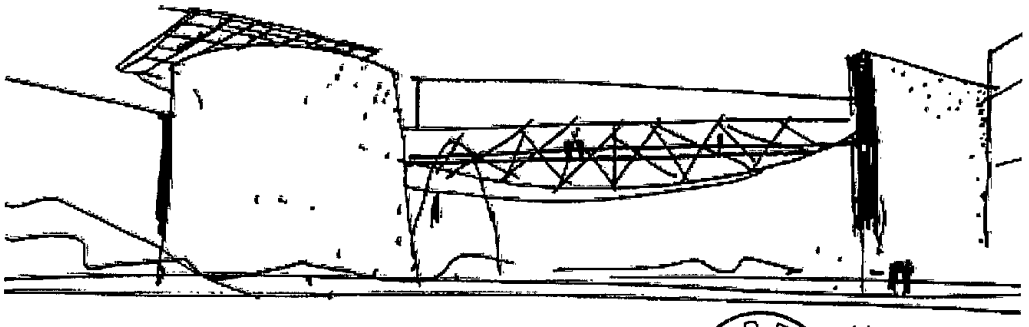


À esquerda, bloco de apoio a funcionários; no centro,
edifício de pesquisa e desenvolvimento; à direita,
corredores de acesso às fábricas



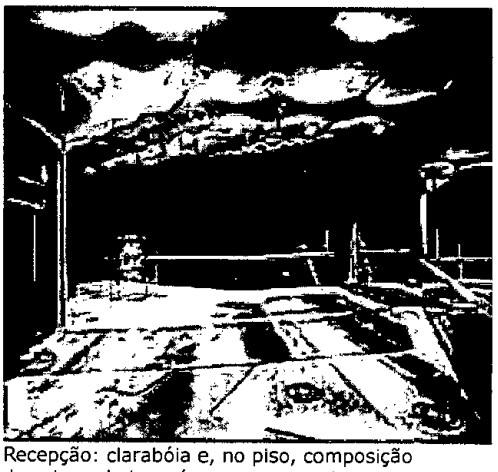
Vista geral a partir do Núcleo de Aperfeiçoamento
Natura (NAN), à margem do rio Juqueri. À direita,
parte dos 400 metros de fachadas das fábricas

Ficha Técnica
Fábrica Natura
Local
Cajamar, SP
Projeto
1996
Conclusão da obra
2001
Terreno
600 000 m2
Área construída



CODEMIG 14333

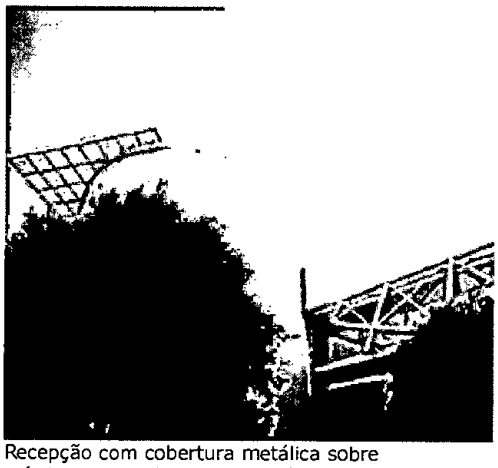
70 000 m2
Arquitetura, paisagismo e interiores
Roberto Loeb (autor) ; Adilson Yoshimato, Andréa Castanheira, Carlos Eduardo Machado, Cláudia Shirashi, Eduardo Henrique Àquilas Rodrigues, Estevan Martins, Francisco Cassimiro, Jorge da Silva Ferraz, Nicola Pugliese, Nina Furukawa, Paulo Goyano de Faria Jr. e Sandra Maria Alaga Pini (colaboradores de arquitetura e paisagismo); Luís Sérgio Salcedo Casas, Sílvia Ribeiro dos Santos, Luís Antônio Geraldes, Maria do Carmo Boaventura Resende Motta e Maria Lúcia Pugliese (colaboradores de interiores); Damiano Aimara Marcondes Leite (estagiário)
Coordenação geral de obras e interiores
Foco
Construção
Construcap
Levantamento planialtimétrico
Cota Territorial
Fundações
Zaclis Falconi Engenharia
Estruturas
Escritório Técnico Júlio Kassoy e Mário Franco Engenheiros
Estruturas metálicas
Cia. de Projetos
Instalações
MHA
Ar condicionado
Engetherm
Caixilharia
Mário Newton Leme Consultoria
Acústica
Daltrini e Granado
Luminotécnica
Mingrone
Consultoria de paisagismo e botânica
Propak
Logística industrial
Treptau e Associados
Tratamento de efluentes
Zenon
Fotos
Roberto Loeb


Recepção: clarabóia e, no piso, composição de seixo rolado, mármore e concreto


Outra vista da recepção, com iluminação fixada a tirantes metálicos


Corredor de ligação entre o edifício de pesquisa e desenvolvimento e as fábricas


Varandas de 400 metros de comprimento acompanham o bloco de apoio


Recepção com cobertura metálica sobre o átrio e ponte de acesso ao bloco de pesquisa


Edifício de pesquisa, com brises metálicos

CPE 14334 CODEMA

Fornecedores
Dinâmica (caixilhos de alumínio); Falco, Piso Ag (piso elevado); Stonhard, Plurigoma (pisos); Santa Marina (vidros, forros e revestimentos acústicos); Hunter Douglas, Artesana (forros); Medabil, Day Brasil (coberturas); Vidrotil (mosaicos de vidro); Dânica Tupiniquim (painéis de fechamento); Intelligence, MF (iluminação); Pedras Passarinho (mármores); Vidro Norte (divisórias); Uniflex (persianas e cortinas); Ser-Cop (corrimãos); Giroflex, Probjeto, Securit (cadeiras); Forma, Móveis Teperman (mobiliário); Caviglia (arquivos deslizantes); Miliken (carpetes); Air Conditioning (ar-condicionado); Betoni (automação); Carneiro (portas de aço); Temor (instalações); Lucent (telefonia); Promolab (instalações de laboratório); HP, ITC (cabeamento); Belgo Mineira (gradis); Nilko (armários para vestiário)

CPEL 14335 CODEMG